



II.11. PROJETOS DE CONTROLE E MONITORAMENTO AMBIENTAL

De forma a minimizar, monitorar, compensar e/ou mitigar os impactos passíveis de ocorrência sobre os meios físico, biótico e socioeconômico, durante o desenvolvimento da atividade de perfuração marítima no Bloco C-M-659, na Bacia de Campos, serão implementados os projetos de controle e monitoramento ambiental discriminados a seguir.

- Projeto de Monitoramento de Biota Marinha na Atividade de Perfuração - PMBM;
- Projeto de Monitoramento Ambiental – PMA;
- Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna – PMAVE;
- Projeto de Prevenção e Controle de Espécies Exóticas – PPCEX;
- Projetos Ambientais Complementares Relativos ao Meio Biótico;
- Projeto de Monitoramento de Fluidos e Cascalhos – PMFC;
- Plano de Gerenciamento de Resíduos da Atividade de Perfuração - PGRAP;
- Projeto de Controle da Poluição – PCP;
- Projeto de Comunicação Social – PCS;
- Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores – PEAT; e
- Plano de Compensação da Atividade Pesqueira - PCAP.

Cada um desses projetos, que são exigências do processo de licenciamento ambiental conduzido pelo IBAMA, encontra-se detalhado nos subitens a seguir.



II.11.1. Projetos Pré-Definidos Aplicados ao Meio Biótico

II.11.1.1. Projeto de Monitoramento de Biota Marinha na atividade de Perfuração

II.11.1.1.1. Introdução

O Projeto de Monitoramento da Biota Marinha (PMBM) proposto para a Atividade de Perfuração Marítima no Bloco C-M-659, na Bacia de Campos, prevê o registro e monitoramento da fauna marinha, no entorno da sonda, durante a perfuração dos poços. A princípio, estão previstos até seis poços exploratórios sendo um poço firme, e cinco poços contingentes, situados em lâminas d'água entre 2.880m e 3.000m, aproximadamente.

Considerando os efeitos atrativos das Unidades Marítimas de Perfuração (UMPs) nos diferentes grupos nectônicos (Quelônios, Ictiofauna, Avifauna Marinha e Mamíferos Aquáticos), o projeto visa identificar e acompanhar padrões de comportamento que possam estar relacionados à atividade, mesmo que de forma indireta.

II.11.1.1.2. Localização da Atividade

As atividades do presente projeto terão como base as UMPs as quais realizarão atividades no Bloco C-M-659 que se localiza a, aproximadamente, 189 km da costa de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro (**Figura II.11.1.1 - 1**).

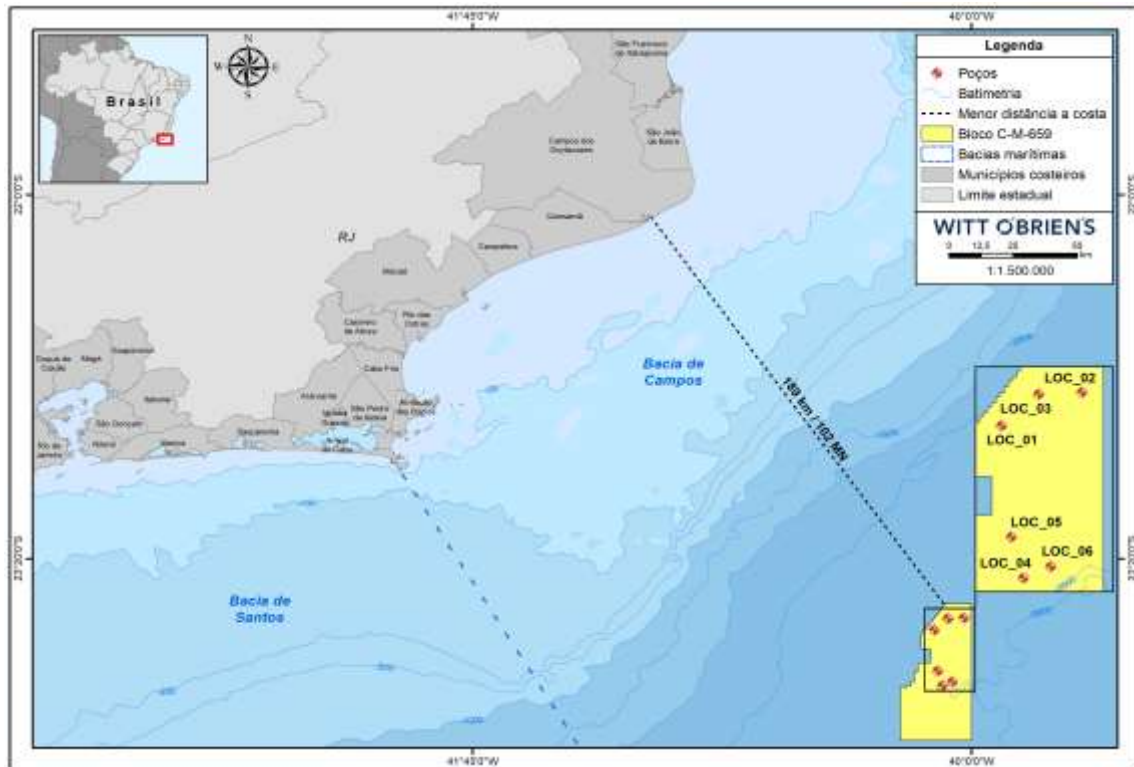


Figura II.11.1.1 - 1: Localização do Bloco C-M-659 e possíveis poços, Bacia de Campos.

II.11.1.1.3. Justificativa

A implementação do PMBM se justifica em função da previsão de interferências com a fauna marinha ocorrente no entorno da sonda, em decorrência da atividade de perfuração. Considerando especificamente organismos nectônicos (ex: mamíferos marinhos, quelônios, ictiofauna e avifauna marinha), os impactos podem estar relacionados a ruídos e vibrações, tráfego de embarcações, além do excesso de iluminação artificial (FRASER, 2014). Consequentemente, efeitos sobre esses animais têm sido reportados, estando associados a distúrbios de comportamento (forrageamento, reprodução, migração), além da atração para as áreas das atividades devido à maior luminosidade, incremento de matéria orgânica, em função do descarte de efluentes sanitários e resíduos alimentares, e pontos de repouso, pela presença física da unidade (CORDES *et al.*, 2016).

Deste modo, o presente projeto foi elaborado com base nos impactos mencionados na seção II.7 - **Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais**, onde o estudo identificou que a navegação da unidade de perfuração e o transporte de materiais, insumos e resíduos, podem provocar um risco de colisão das embarcações com as espécies de cetáceos e quelônios (IMP 1); a geração de ruídos, vibrações e luzes, podem interferir no comportamento destes organismos (IMP 4), bem como da avifauna marinha (IMP 5) e ictiofauna (IMP 6); e por fim, o posicionamento da UMP, o descarte de efluentes domésticos, assim como a disponibilidade de substrato artificial, tendem a atrair esses organismos para a área da atividade (IMP 16).



Sendo assim, objetivando identificar potenciais alterações no comportamento das espécies destes grupos, decorrentes das atividades de perfuração, está previsto o registro das possíveis alterações da biota durante toda a atividade (mobilização, perfuração e desmobilização), conforme estabelecido no Termo de Referência SEI/IBAMA 8165912.

II.11.1.1.4. Objetivos, Metas e Indicadores

O objetivo do presente projeto é monitorar eventuais alterações na biota marinha decorrentes da atividade de perfuração exploratória no Bloco C-M-659. A **Tabela II.11.1.1 - 1** a seguir apresenta os objetivos específicos com suas respectivas metas e indicadores.

Tabela II.11.1.1 - 1: Objetivos específicos, metas e indicadores propostos neste PMA.

Objetivos Específicos	Metas	Indicadores
<ul style="list-style-type: none">Registrar e identificar, durante pelo menos 4 horas por dia, ao longo de toda a atividade, a biota marinha no entorno da unidade de perfuração, em especial as de interesse comercial, as ameaçadas de extinção e aquelas protegidas por lei.	<ul style="list-style-type: none">Fazer o registro de 100% dos organismos observados no entorno da unidade de perfuração (mamíferos, quelônios, avifauna e ictiofauna).	<ul style="list-style-type: none">Número de horas por dia de Esforço Diário de Avistagem versus número de dias de atividade.
<ul style="list-style-type: none">Identificar hábitos comportamentais dos organismos, a presença de espécies migratórias e suas possíveis rotas, associando ao período do ano e localização da atividade.	<ul style="list-style-type: none">Obter registros das observações relacionadas a alterações no comportamento da biota marinha decorrentes da atividade de perfuração, por meio de planilhas de registro de avistagem.	<ul style="list-style-type: none">Número de registros relacionados a alterações de comportamento da fauna marinha no entorno da unidade de perfuração versus número de avistagens realizadas
<ul style="list-style-type: none">Verificar possível interação entre a fauna avistada e a atividade pesqueira próxima a área da atividade.	<ul style="list-style-type: none">Comparar os registros de fauna observada com os registros de embarcações de pesca na área de entorno da sonda para verificar presença simultânea na área da atividade	<ul style="list-style-type: none">Tabela relacionando as eventuais espécies de fauna observadas nos dias de registro de embarcações de pesca na área de entorno da plataforma, com indicação do horário de observação dos dois

II.11.1.1.5. Público-Alvo

O público de interesse deste programa é a própria Shell, as instituições científicas, as ONGs (Organizações Não-Governamentais) e o órgão ambiental licenciador, interessados na obtenção dos resultados e discussões.

II.11.1.1.6. Metodologia e Descrição do Projeto

O esforço de avistagem será realizado em período diurno, considerando a luminosidade e as condições meteorológicas, durante toda a vida do projeto. Assim, para alcançar os objetivos deste projeto, o profissional qualificado:



- percorrerá os pontos de observação na UMP a boreste, bombordo, proa e popa, cobrindo os 360º no entorno da unidade;
- trabalhará com esforço mínimo de 4h por dia, divididas em intervalos de uma hora de duração direta, seguidas de, no mínimo uma hora de descanso, ao longo do dia;
- identificará os horários chaves ao monitoramento, padronizando aqueles associados a características dos pontos de observações.

Cabe ressaltar que, será despendida atenção aos momentos de descarte de resíduos alimentares triturados, devido à potencial atração e formação de aglomeração momentânea de algumas espécies dos grupos nectônicos durante este período. Adicionalmente, quando houver presença de embarcação pesqueira no entorno da UMP, deverá ser verificada a ocorrência de possível interação entre a fauna e o barco, considerando também o comportamento de aves ao seu redor.

Os esforços de avistagem serão realizados por dois Observadores de Bordo com formação superior em área compatível com a função, que irão trabalhar em revezamento, em regime de 15 x 15, ou seja, 15 dias embarcado e 15 dias de folga.

Destaca-se que os profissionais responsáveis pela observação da biota serão os mesmos responsáveis pela implementação dos demais projetos ambientais: **II.11.5 - Projeto de Controle da Poluição (PCP)**, **II.11.6 - Projeto de Comunicação Social (PCS)**, **II.11.7 - Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT)** e **II.11.3 - Projeto de Monitoramento de Fluidos e Cascalhos (PMFC)**. Sendo os responsáveis também, pela implementação do **Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna (PMAVE)** (Item II.11.1.3).

Isso permitirá uma maior interação com os colaboradores da UMP, o que poderá contribuir para um maior esforço de avistagem, uma vez que o Observador de Bordo poderá ser avisado de ocorrência de fauna por outros trabalhadores a bordo da sonda, já que estes serão orientados, durante as sessões de PEAT, sobre o desenvolvimento do PMBM e incentivados a colaborar, na medida do possível, com os observadores. Por outro lado, destaca-se que no âmbito deste projeto, apenas aves marinhas serão reportadas, não sendo consideradas as aves terrestres que estiverem debilitadas a bordo da unidade e registradas pelo PMAVE.

Para a execução do trabalho, será disponibilizado todo o material necessário a um pleno desempenho das funções, como binóculos reticulados para estimar a distância do organismo em relação à plataforma, seguindo os protocolos de amostragem de Buckland *et al.* (1993), câmeras fotográficas, rádios portáteis, entre outros.



A fim de auxiliar o trabalho dos Observadores de Bordo, guias de identificação que contemplem as espécies que ocorram na região da Bacia de Campos, estarão disponíveis. Além disso, relatórios ambientais de atividade pretéritas deverão ser consultados por estes profissionais.

Adicionalmente, a metodologia tem por objetivo não só a identificação das espécies, como também a verificação e registro de seu comportamento na região. Portanto, é importante que durante o monitoramento se avalie as concentrações das espécies de ictiofauna, avifauna marinha, cetáceos e quelônios.

Assim, todas as observações serão anotadas em fichas apropriadas (**Fichas de Registro da Fauna Marinha e de Mamíferos Marinhos**), que se encontram disponíveis no **APÊNDICE A**, as quais incluem informações sobre o posicionamento da UMP, condições meteoceanográficas (ventos e ondas), visibilidade, assim como detalhes do registro, espécie, distância e posição em relação à embarcação, comportamento dos animais. As espécies avistadas, quando possível, deverão também ser registradas por meio de Fotografias.

II.11.1.1.7. Acompanhamento e Avaliação

Após as atividades de perfuração realizadas no Bloco C-M-659, todas as informações e registros de identificação coletados durante toda a vida do projeto (mobilização, perfuração e desmobilização), deverão ser apresentados no “Relatório Final de Avaliação do Projeto”.

A interpretação dos dados deverá considerar questões relacionadas ao efeito atrativo das atividades para cada grupo, avaliando assim a concentração de espécies, identificando as mais comuns, verificando as áreas preferenciais de concentração em relação à UMP, dentre outros dados pertinentes observados em campo.

No caso da avifauna, a avaliação também deve buscar identificar se hábitos de forrageamento estão relacionados às espécies de ictiofauna e avifauna marinha mais presentes na região, bem como verificar a presença de espécies migratórias e suas prováveis rotas, com base no período de observação e a localização da UMP, além de identificar espécies que sejam mais suscetíveis ao efeito de atração luminosa da unidade.

Os cetáceos devem ser avaliados considerando também espécies migratórias, prováveis rotas, associando o período do ano e a localização da atividade, diferenciação entre mysticetos e odontocetos em relação à distância observada, presença de filhotes, entre outros.

Adicionalmente, a avaliação deverá considerar a interação destes organismos nectônicos com a pesca, identificando espécies alvo e o número de dias com presença de ao menos uma embarcação de pesca



no entorno da UMP, interação da avifauna marinha com a pesca, indicando a possibilidade de existência de captura incidental com o tipo de apetrecho utilizado.

Por fim, deverão ser consultadas referências bibliográficas atualizadas e pertinentes para a discussão do documento, comparando, se possível, com relatórios ambientais de atividade pretéritas realizadas na Bacia de Campos ou em região ambientalmente similar.

II.11.1.1.8. Inter-relação com Outros Projetos

Este Projeto está relacionado diretamente aos seguintes Projetos Ambientais:

- **Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT)** - todas as equipes das unidades de perfuração, das embarcações de apoio e da base logística em terra serão informadas sobre esta atividade, bem como da importância de sua execução;
- **Projeto de Comunicação Social (PCS)** - as comunidades e entidades identificadas estarão sendo informadas desta atividade, bem como da importância de sua execução.
- **Projeto de Monitoramento de Fluidos e Cascalho (PMFC)** - este Projeto irá monitorar e caracterizar os fluidos e cascalhos de perfuração que serão descartados ao mar, quanto à ecotoxicidade, características físicas, químicas e físico-químicas, segundo recomendações da legislação vigente.
- **Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna (PMAVE)** - este Projeto prevê ações de atendimento e manejo emergencial de aves debilitadas, aves sadias cuja presença resulte em risco para a operação, aglomerações incomuns de aves ou presença errática de espécies, cujo isolamento não permita seu retorno ao habitat natural.
- **Projeto de Controle da Poluição** – este Projeto prevê ações de controle dos resíduos gerados e descartados pela UMP.

II.11.1.1.9. Atendimento a Requisitos Legais e/ou Outros Requisitos

Como requisito legal deste projeto, pode ser citado o seguinte:

- Termo de Referência SEI/IBAMA 8165912;
- As Condicionantes da Licença de Operação (LO) de Perfuração a ser emitida;



II.11.1.1.10. Etapas de Execução

As etapas de execução do Projeto de Monitoramento de Biota Marinha na Atividade de Perfuração estão diretamente relacionadas ao escopo do projeto e ao cronograma da atividade de perfuração de cada poço previsto. O cronograma físico, da atividade de perfuração, é apresentado no **Item II.2 – Caracterização da Atividade**.

II.11.1.1.11. Recursos Necessários

Alguns dos recursos físicos e humanos previstos encontram-se descritos nos itens abaixo.

Recursos Físicos

- Equipamentos e materiais para identificação e registro da fauna marinha, como binóculos reticulados, câmeras fotográficas, rádios portáteis, guias de identificação de espécies, entre outros;

Recursos Humanos

- Profissionais de nível superior e com experiência para a identificação da fauna marinha;

II.11.1.1.12. Responsável pela Implementação do Projeto

A responsabilidade final pelo planejamento, programação e implementação deste projeto é da Shell, que assumirá todos os custos, incluindo a contratação de terceiros.

II.11.1.1.13. Responsáveis Técnicos

O responsável técnico pela elaboração do presente Projeto de Monitoramento Ambiental é apresentado na **Tabela II.11.1.1 - 2**.

Tabela II.11.1.1 - 2: Responsável técnico pela elaboração do Projeto de Monitoramento da Biota Marinha na Atividade de Perfuração.

Nome	Registro de Classe	CTF IBAMA
Luiz Carlos Ramos da Silva Filho Oceanógrafo/UERJ Msc. Planejamento Ambiental/UFRJ	-	5006019



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA


BUCKLAND, S.T.; ANDERSON, D.R.; BURNHAM, K.P.; LAAKE, J.L. 1993. **Distance Sampling: Estimating Abundance of Biological Populations**. Chapman & Hall, London.

CORDES, E.E.; JONES, D. O. B.; SCHLACHER, T. A.; AMON, D. J.; BERNARDINO, A. F.; BROOKE, S.; CARNEY, R.; DELEO, D. M.; DUNLOP, K. M.; ESCOBAR-BRIONES, E. G.; GATES, A. R.; GÊNIO, L.; GOBIN, J.; HENRY, L.; HERRERA, S.; HOYT, S.; JOYE, M.; KARK, S.; MESTRE, N. C.; METAXAS, A.; PFEIFER, S.; SINK, K.; SWEETMAN, A. K.; WITTE, U. 2016. Environmental Impacts of the Deep-Water Oil and Gas Industry: A Review to Guide Management Strategies. **Frontiers in Environmental Science**, Volume 4, Article 58.

FRASER, G. S. 2014. Impacts of offshore oil and gas development on marine wildlife resources. **Peak Oil, Economic Growth, and Wildlife Conservation**. 191-217p.



APÊNDICE A - FICHAS DE REGISTRO DA FAUNA MARINHA E DE MAMÍFEROS MARINHOS

		Projeto de Monitoramento Ambiental Registro de Avistagem de Fauna Marinha			N° do Registro	
					Data	
					Hora	
Observador		Animal Avistado			Comportamento	
		Quelônio	Íctiofauna	Avifauna	<input type="checkbox"/> Deslocamento Lento <input type="checkbox"/> Deslocamento Médio <input type="checkbox"/> Deslocamento Rápido <input type="checkbox"/> Repouso <input type="checkbox"/> Alimentação <input type="checkbox"/> Acasalamento <input type="checkbox"/> Fuga/evitação <input type="checkbox"/> Forrageio <input type="checkbox"/> Mergulho <input type="checkbox"/> Interação com outros indivíduos <input type="checkbox"/> Vocalização <input type="checkbox"/> Defesa <input type="checkbox"/> Outros: <input type="text"/>	
Unidade / Embarcação	<input type="checkbox"/> <i>Caretta caretta</i> Tartaruga-cabeçuda	<input type="checkbox"/> <i>Coryphaena hippurus</i> Dourado	<input type="checkbox"/> <i>Diomedea exulans</i> Albatroz-gigante			
Bloco / Poço	<input type="checkbox"/> <i>Eretmochelys imbricata</i> Tartaruga-de-pente	<input type="checkbox"/> <i>Thunnus alalunga</i> Albacora-branca	<input type="checkbox"/> <i>Thalassarche melanophris</i> Albatroz-de-sobrancelha			
	<input type="checkbox"/> <i>Chelonia mydas</i> Tartaruga-verde	<input type="checkbox"/> <i>Thunnus albacares</i> Albacora-laje	<input type="checkbox"/> <i>Thalassarche chlororhynchos</i> Albatroz-de-nariz-amarelo			
Latitude	<input type="checkbox"/> <i>Lepidochelys olivacea</i> Tartaruga-oliva	<input type="checkbox"/> <i>Pomatomus saltatrix</i> Anchoa	<input type="checkbox"/> <i>Macronectes halli</i> Petrel-gigante-do-norte			
Longitude	<input type="checkbox"/> <i>Dermochelys coriacea</i> Tartaruga-de-couro	<input type="checkbox"/> <i>Kajikia albida</i> Agulhão-branco	<input type="checkbox"/> <i>Pterodroma incerta</i> Grazina-de-barriga-branca			
Datum	N° de indivíduos		<input type="checkbox"/> <i>Puffinus gravis</i> Bobo-grande-de-sobre-branco			
Profundidade (m)	N° de Adultos: <input type="text"/>	<input type="checkbox"/> <i>Sarda sarda</i> Sarda	<input type="checkbox"/> <i>Puffinus griseus</i> Bobo-escuro			
	N° Filhotes: <input type="text"/>	<input type="checkbox"/> <i>Xiphias gladius</i> Espadarte				
	Interação com Pesca			Distância da Unidade / Embarcação		
Estado do Mar ¹	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> <i>Caranx hippos</i> Xaréu	<input type="checkbox"/> <i>Stercorarius skua</i> Mandrião-grande	Observações <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>		
	Alguma alteração na fauna?	<input type="checkbox"/> <i>Trichiurus lepturus</i> Espada	<input type="checkbox"/> <i>Oceanites oceanicus</i> Alma-mestre			
	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> <i>Katsuwonus pelamis</i> Bonito-listrado	<input type="checkbox"/> <i>Procellaria conspicillata</i> Pardela-de-óculos			
Visibilidade	Ondulação (Swell)	<input type="checkbox"/> Outros ² : <input type="text"/>	<input type="checkbox"/> Outros ² : <input type="text"/>			
<input type="checkbox"/> Boa (>5km) <input type="checkbox"/> Moderada (entre 2 e 5km) <input type="checkbox"/> Fraca (<1km)	<input type="checkbox"/> Baixa (<2m) <input type="checkbox"/> Média (2-4m) <input type="checkbox"/> Forte (>4m)	<input type="checkbox"/> Outros ² : <input type="text"/>	<input type="checkbox"/> Outros ² : <input type="text"/>			
Vento	Fotos	Confiança na identificação		Assinatura do observador:		
Direção: <input type="text"/>	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Certa <input type="checkbox"/> Provável	<input type="checkbox"/> Incerta <input type="checkbox"/> Desconhecida	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>		
Velocidade(km/h): <input type="text"/>						
¹ Entre parênteses, o equivalente na escala Beaufort. ² Identificação ao nível taxonômico mais específico possível.						
³ Pode ser indicado mais de um comportamento. Utilize o verso da planilha para realizar uma descrição mais detalhada da avistagem.						



Projeto de Monitoramento Ambiental
Registro de Avistagem de Fauna Marinha


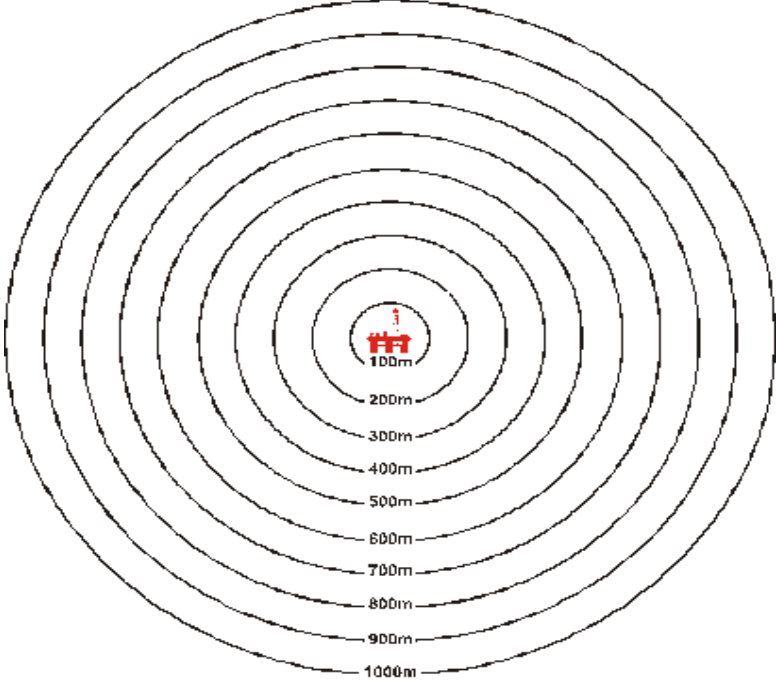
N° do Registro

Data

Hora

Registro fotográficos:

--	--

		Projeto de Monitoramento Ambiental				N° do Registro	
		Registro de Avistagem de Mamífero Marinho				Data	
						Hora	
Observador	Animal avistado	Comportamento		 <p>Indicar posição do animal ou grupo e os deslocamentos observados tendo como referência central a unidade de perfuração.</p>			
	<input type="checkbox"/> <i>Steno bredanensis</i> Golfinho-de-dentes-rugosos	<input type="checkbox"/> Deslocamento Lento	<input type="checkbox"/> Deslocamento Médio				
Unidade / Embarcação	<input type="checkbox"/> <i>Stenella clymene</i> Golfinho-de-clymene	<input type="checkbox"/> Deslocamento Rápido	<input type="checkbox"/> Porpoising				
Bloco / Poço	<input type="checkbox"/> <i>Balaenoptera bonaerensis</i> Baleia-minke-antártica	<input type="checkbox"/> Chorus line	<input type="checkbox"/> Borrifo				
Latitude	<input type="checkbox"/> <i>Stenella attenuata</i> Golfinho-pintado-pantropical	<input type="checkbox"/> Exposição da peitoral	<input type="checkbox"/> Exposição da caudal				
Longitude	<input type="checkbox"/> <i>Stenella longirostris</i> Golfinho-rotador	<input type="checkbox"/> Golpe nadadeira na superfície	<input type="checkbox"/> Golpe cabeça na superfície				
Datum	<input type="checkbox"/> <i>Ziphius cavirostris</i> Baleia-bicuda-de-Cuvier	<input type="checkbox"/> Salto parcial	<input type="checkbox"/> Salto total				
Profundidade (m)	<input type="checkbox"/> <i>Megaptera novaeangliae</i> Baleia-jubarte	<input type="checkbox"/> Repouso	<input type="checkbox"/> Indiferença				
Estado do Mar ¹	<input type="checkbox"/> <i>Feresa attenuata</i> Orca-pigméia	<input type="checkbox"/> Fuga/evitação	<input type="checkbox"/> Diminuição comportamento aéreo				
<input type="checkbox"/> Calmo (0-1)	<input type="checkbox"/> <i>Orcinus orca</i> Orca	<input type="checkbox"/> Aumento comportamento aéreo	<input type="checkbox"/> Diminuição tempo de inalação				
<input type="checkbox"/> Crespo (2-3)	<input type="checkbox"/> <i>Balaenoptera edeni</i> Baleia-de-Bryde	<input type="checkbox"/> Aumento tempo de inalação	<input type="checkbox"/> Diminuição tempo de mergulho				
<input type="checkbox"/> Agitado (4)	<input type="checkbox"/> Outros:	<input type="checkbox"/> Aumento tempo de mergulho	<input type="checkbox"/> Cuidado parental				
<input type="checkbox"/> Forte (5+)	<input type="checkbox"/> Ondulação (Swell)	<input type="checkbox"/> Outros:					
Visibilidade	<input type="checkbox"/> Baixa (<2m)	Confiança na identificação					
<input type="checkbox"/> Boa (>5km)	<input type="checkbox"/> Média (2-4m)	<input type="checkbox"/> Certa	<input type="checkbox"/> Incerta				
<input type="checkbox"/> Moderada (entre 2 e 5km)	<input type="checkbox"/> Forte (>4m)	<input type="checkbox"/> Provável	<input type="checkbox"/> Desconhecida				
<input type="checkbox"/> Fraca (<1km)							
Direção:		Alguma alteração na fauna?		Assinatura do observador:			
Velocidade(km/h):		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não					

¹ Entre parênteses, o equivalente na escala Beaufort. ² Identificação ao nível taxonômico mais específico possível.

³ Pode ser indicado mais de um comportamento. Utilize o verso da planilha para realizar uma descrição mais detalhada da avistagem.



Projeto de Monitoramento Ambiental
Registro de Avistagem de Mamífero Marinho

N° do Registro

Data

Hora

Observações

Fotos: ☐ Sim ☐ Não



II.11.1.2. Projeto de Monitoramento Ambiental – PMA

II.11.1.2.1. Introdução

O Projeto de Monitoramento Ambiental (PMA) tem como base a perfuração de até seis poços exploratórios no Bloco C-M-659, na Bacia de Campos, em lâminas d'água entre 2.880m e 3.000m aproximadamente, sendo um poço firme e cinco poços contingentes ao sucesso do primeiro poço, com a possibilidade de realização de um teste de formação de curta duração (*Drill Steam Test – DST*) em poço a ser determinado em função dos resultados alcançados.

O cronograma estimado para as operações de perfuração exploratória tem previsão de início em maio de 2023, sendo que o primeiro poço (firme) a ser perfurado terá duração de aproximadamente três meses, incluindo a mobilização da unidade de perfuração e a perfuração propriamente dita. As demais atividades, contingentes aos resultados do primeiro poço exploratório, terão sua data de início determinada futuramente, mas poderão ter início no primeiro trimestre de 2024, com continuidade ao longo dos anos de 2024 e 2025.

II.11.1.2.2. Localização da Atividade

As coordenadas geográficas, a lâmina d'água e a distância da costa em relação aos municípios costeiros estão apresentadas na **Tabela II.11.1.2 - 1**. A **Figura II.11.1.2 - 1** apresenta a localização dos poços previstos para serem perfurados.

Tabela II.11.1.2 - 1: Coordenadas dos poços previstos no Bloco C-M-659, Bacia de Campos

Poços	Coordenadas Geográficas ¹ (Grausº Minutos' Segundos'')		Projeção Métrica ¹ (UTM) - Z24S		Lâmina d'água (m)	Profundidade Final (m)	Menor Distância da Costa ² (km)
	Latitude	Longitude	X	Y			
LOC_01	-23° 35' 45.708''	-40° 7' 50.52''	384634	7390042	2893	7600	195
LOC_02	-23° 33' 5.22''	-40° 1' 38.964''	395130	7395057	2905	7600	197
LOC_03	-23° 33' 13.284''	-40° 4' 58.764''	389467	7394767	2880	7600	194
LOC_04	-23° 48' 2.628''	-40° 6' 10.548''	387643	7367399	2998	7469	211
LOC_05	-23° 44' 43.872''	-40° 7' 6.132''	386022	7373500	2957	7469	207
LOC_06	-23° 47' 05.737''	-40° 4' 3.264''	391232	7369176	2942	7494	214

¹ Datum: SIRGAS 2000.

² Município de referência: Quissamã (próximo ao limite com Campos dos Goytacazes): Loc_01 e Loc_03; Campos dos Goytacazes: Loc_02; Arraial do Cabo (RJ) – Ilha de Cabo Frio: Loc_04, Loc_05 e Loc_06.

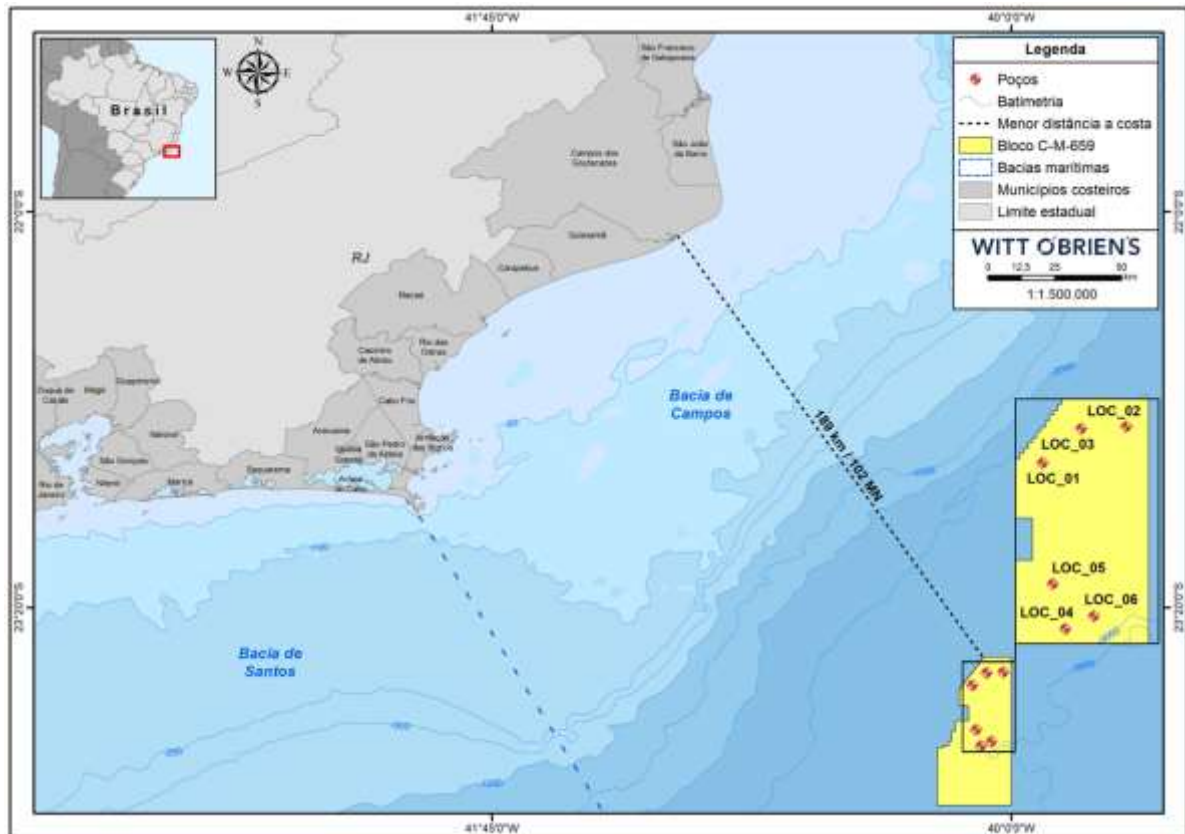


Figura II.11.1.2 - 1: Localização dos poços previstos no Bloco C-M-659, Bacia de Campos
(Fonte: Witt O'Brien's).

II.11.1.2.3. Justificativa

Devido ao potencial impactante da atividade ora em licenciamento, é de fundamental importância o monitoramento ambiental dos impactos previstos, a fim de se verificar e acompanhar (dimensionar) quaisquer alterações ambientais. O presente projeto foi elaborado com base no diagnóstico ambiental apresentado na seção II.5 – **Diagnóstico Ambiental** e nos impactos identificados na seção II.7 - **Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais**.

Para tal verificação e acompanhamento justifica-se a elaboração de um projeto de monitoramento ambiental contemplando a inspeção de fundo do compartimento sedimento através de um veículo de operação remota (ROV – do inglês *Remotely Operated Vehicle*). As inspeções de fundo devem ocorrer antes, em vista da possibilidade de ocorrência de fauna e flora bentônica com especial interesse em formações recifais profundas, e após as atividades de perfuração, para avaliar eventuais alterações que podem vir a ocorrer no local.

Destaca-se que como a sonda de perfuração terá sistema de posicionamento dinâmico, não se aplica a investigação de áreas de ancoragem ou colocação de outras estruturas. Além disso, cabe lembrar que, como apresentado no Capítulo II.5 – Diagnóstico Ambiental, não foram encontradas, durante a campanha de caracterização ambiental do Bloco C-M-659, evidências da presença de recifes de coral



(incluindo corais de águas profundas), bancos de algas, rodolitos ou moluscos, assim como quaisquer outros tipos de aglomerações de biota nas locações de poços previstas.

Os impactos ao compartimento sedimento apontados pelo presente estudo, considerando o Cenário de Operação Normal, foram IMP 13 – variação da qualidade dos sedimentos em função do descarte de cascalho e fluido de perfuração, classificado como de alta magnitude e média importância, e IMP 14 – interferência nas comunidades bentônicas em função do descarte de cascalho e fluido de perfuração, com alta magnitude e grande importância, sendo ambos de abrangência local.

Contudo, estudos pretéritos demonstram que os impactos de perfuração no assoalho marinho se concentram, principalmente, em áreas próximas aos poços. Por exemplo, a avaliação de Dore (2016) sobre monitoramentos de poços perfurados com fluidos de base aquosa e não-aquosa em lâminas d'água inferiores a 1.000 m identificou que variáveis químicas que pudessem ser associadas à atividade foram verificadas com ocorrência predominantemente em até 500 m do ponto de descarte.

Quanto ao efeito na biota, o Projeto MAPEM (Monitoramento Ambiental em Atividades de Perfuração Exploratória Marítima) mostrou que não foram verificados impactos de descarte de cascalho na comunidade bentônica além de 500 m do ponto de perfuração (TOLDO JR. & AYOUN-ZOUAIN, 2004).

Estudos de caso têm observado diminuição de organismos bentônicos logo após a perfuração (NEFF, 2005; SMITH, 2001), por outro lado, a recolonização tem sido rápida, primeiro por organismos oportunistas, depois pelas demais espécies, que retornaram, tanto via imigração quanto via reprodução, culminando com a reestruturação da comunidade, mesmo que não se pudesse precisar o tempo demandado (SMITH, *op. cit.*; CURRIE; ISAACS, 2005).

CHARLES & SAYLE (2010) versam sobre um trabalho que resume os resultados de diversos estudos sobre os efeitos ambientais do descarte de cascalho contendo fluido base sintética entre os anos de 2002 e 2008. Os resultados apresentados mostraram que os efeitos ambientais sobre as comunidades bentônicas presentes no assoalho marinho limitam-se a menos de 500 m do ponto de descarte, e indicam que a recuperação destas comunidades começa dentro de alguns anos após a perfuração. Para a região de estudo, deve se considerar, ainda, a eficiência de dispersão em águas profundas (CORDES *et al.*, 2016).

Cabe ressaltar, também, que os dados obtidos no Projeto de Caracterização Ambiental indicaram que a qualidade dos compartimentos água e sedimento no Bloco C-M-659 assemelha-se a outras regiões estudadas nas Bacias de Campos e Santos (PETROBRAS, 2013; SHELL/AECOM, 2018a; 2018b; STATOIL/AECOM, 2017; EQUINOR/AECOM, 2018; SHELL/GARDLINE, 2019; EXXONMOBIL/WITTOBRIENS/GARDLINE, 2019), bem como apresenta condições ambientais condizentes com regiões oceânicas de águas ultra profundas.



Além disso, com relação à comunidade bentônica marinha, foram verificados índices biológicos (riqueza, densidade e diversidade) baixos, tendo em algumas amostras sido identificado apenas um táxon. Este comportamento é esperado, uma vez que esta comunidade apresenta, em geral, uma diminuição dos índices com a profundidade, assim como ocorre de modo espaçado devido, principalmente, à limitação de recursos alimentares (GARRISON, 2010).

A atividade está localizada em águas ultra profundas (> 2.800m) e afastadas da costa (cerca de 200 km), na Bacia de Campos. Essas características de grande profundidade e afastamento da costa possibilitam um ambiente de alta capacidade de dispersão. Adicionalmente, destaca-se que a previsão é de perfuração de até seis poços (um firme e cinco contingenciais).

Assim, tendo em vista que a Nota Técnica nº 1/2019/COEXP/CGMAC/DILIC prevê a possibilidade de ser dispensado o monitoramento do sedimento em profundidades superiores a 1.000m, que foi verificada ausência de comunidades bentônicas sensíveis na caracterização ambiental com uso de *drop camera* e que é prevista a inspeção visual anterior à perfuração com uso de ROV, a fim de validar a ausência de bancos biogênicos, solicita-se a exclusão do Monitoramento do Sedimento e Fauna Bentônica do escopo deste PMA.

Salienta-se ainda que, conforme estabelecido no Termo de Referência SEI/IBAMA 8165912 e no item II.3.2 do presente estudo (Descrição do Procedimento para o Controle do Uso e Monitoramento dos Fluidos, Cascalhos e Pastas de Cimento), todas as ações de monitoramento relacionadas ao uso e descarte de cascalho e fluidos de perfuração estão sendo contempladas em um Projeto específico, denominado Projeto de Monitoramento de Fluidos e Cascalho – PMFC (item II.11.1.2.8).

II.11.1.2.4. Objetivo, Metas e Indicadores

O objetivo do presente projeto de monitoramento é realizar a inspeção do fundo marinho na locação dos poços antes e depois da realização da atividade de perfuração no Bloco C-M-659. A **Tabela II.11.1.2 - 2** a seguir apresenta os objetivos específicos com suas respectivas metas e indicadores.



Tabela II.11.1.2 - 2: Objetivos específicos, metas e indicadores propostos neste PMA.

Objetivos Específicos	Metas	Indicadores
<ul style="list-style-type: none">Avaliar a presença de fauna bentônica através de imageamento do fundo oceânico com o auxílio de veículo de operação remota (ROV – do inglês <i>Remotely Operated Vehicle</i>), com especial interesse em formações recifais profundas, no entorno de cada locação de poço em momento prévio e posterior à perfuraçãoAvaliar as pilhas de cascalho descartadas formadas após a atividade de perfuração	<ul style="list-style-type: none">Inspecionar 100% das linhas previstas no entorno da locação de cada poço antes e após a perfuraçãoRegistrar 100% de eventuais descobertas de formações recifais profundas nas áreas monitoradas.Apresentar inventário fotográfico e imageamento das pilhas de cascalho descartadas que puderem ser identificadas nas linhas previstas no entorno dos poços	<ul style="list-style-type: none">Presença/ausência de formações recifais profundas no entorno das locações pretendidas para os poços.Quantidade, volume e dimensões das pilhas formadas pós atividade de perfuração.

II.11.1.2.5. Público-Alvo

O público de interesse deste programa é a própria Shell, as instituições científicas, as ONGs (Organizações Não-Governamentais) e o órgão ambiental licenciador, interessados na obtenção dos dados, resultados e discussões.

II.11.1.2.6. Metodologia e Descrição do Projeto

Em conformidade com o objetivo do projeto é apresentado o esquema de transectos radiais a ser adotado para imageamento do fundo oceânico no entorno da locação dos poços apresentado na **Figura II.11.1.2 - 2**, com uso de ROV. Para assegurar a representatividade da área inspecionada e com maior probabilidade de impactos no sedimento marinho, o ROV se movimentará ao longo de cada raio ou linha de filmagem com direções ou rumos definidos a cada 45º a partir do poço. Assim, a malha será composta por 8 linhas de cerca de 400 m cada, a partir da locação.

Deverão ser realizadas duas inspeções visuais: uma antes do início e outra após o término da perfuração de acordo com o cronograma da atividade. A avaliação das imagens deverá considerar aspectos gerais do fundo e a presença/ausência de formações recifais profundas.

Especialmente durante campanha de inspeção visual após a atividade de perfuração, o imageamento deverá ser realizado objetivando também identificar as pilhas de cascalho descartadas que puderem ser visualizadas no raio de 400 m ao redor do poço. A partir disso, deverá ser apresentado um inventário fotográfico incluindo uma vista esquemática das pilhas, seus volumes e dimensões.

Todas as inspeções do fundo deverão ser gravadas em filmes (em extensões como .avi ou .wmv, por exemplo) para elaboração dos relatórios de inspeção. Os vídeos devem possuir *overlay* que apresentem, no mínimo, data, nome do poço, posicionamento (coordenadas) e aproamento (*heading*) do ROV.

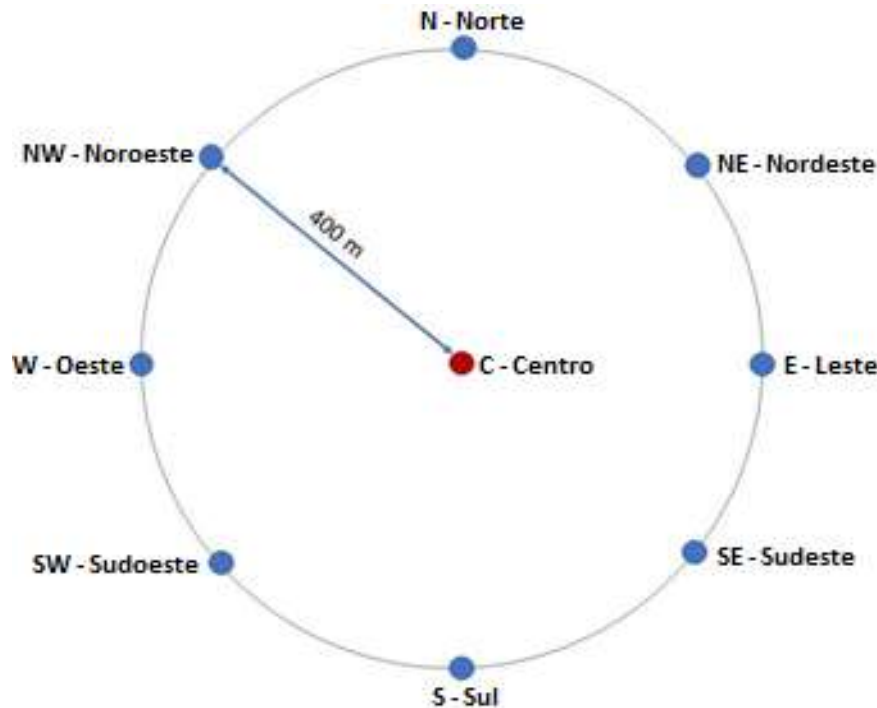


Figura II.11.1.2 - 2: Esquema de transecto radial para inspeção de fundo através de ROV sobre e no entorno de cada poço a ser perfurado no Bloco C-M-659, na Bacia de Campos.

Ressalta-se que mesmo não sendo verificada a ocorrência de formações biogênicas na área de estudo, conforme avaliação do PCA, caso sejam identificadas tais formações na inspeção prévia ao início da atividade de perfuração, deverá ser realizado seu registro através da “Ficha de Notificação de Formações Biogênicas Bentônicas em Atividades de E&P de Petróleo e Gás”.

Esta ficha é apresentada no **ANEXO A** deste documento e deve ser encaminhada de imediato à CGMAC/DILIC/IBAMA, juntamente com documentação fotográfica. No caso de ocorrência de formações biogênicas em alguma locação, será necessário o deslocamento do ponto inicialmente pretendido. Nas áreas de realocações deve haver uma nova inspeção visual de fundo com ROV, cuja documentação fotográfica também deve ser encaminhada à CGMAC/DILIC/IBAMA através do Relatório Final de Avaliação do Projeto.

II.11.1.2.7. Inter-relação com Outros Projetos

Este Projeto está relacionado diretamente aos seguintes Projetos Ambientais:

- **Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT)** - todas as equipes das unidades de perfuração, das embarcações de apoio e da base logística em terra serão informadas sobre esta atividade, bem como da importância de sua execução;
- **Projeto de Comunicação Social (PCS)** - as comunidades e entidades identificadas serão informadas desta atividade, bem como da importância de sua execução.



- **Projeto de Monitoramento de Fluidos e Cascalho (PMFC)** - este Projeto irá monitorar e caracterizar os fluidos e cascalhos de perfuração que serão descartados ao mar, quanto à ecotoxicidade, características físicas, químicas e físico-químicas, segundo recomendações da legislação vigente.
- **Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna (PMAVE)** - este Projeto prevê ações de atendimento e manejo emergencial de aves debilitadas, aves sadias cuja presença resulte em risco para a operação, aglomerações incomuns de aves ou presença errática de espécies, cujo isolamento não permita seu retorno ao habitat natural.

II.11.1.2.8. Atendimento a Requisitos Legais e/ou Outros Requisitos

Como requisito legal deste projeto, pode ser citado o seguinte:

- Termo de Referência SEI/IBAMA 8165912;
- As Condicionantes da Licença de Operação (LO) de Perfuração a ser emitida;

II.11.1.2.9. Etapas de Execução

As etapas de execução do Projeto de Monitoramento Ambiental estão diretamente relacionadas ao escopo do projeto e ao cronograma da atividade de perfuração de cada poço previsto. O cronograma físico, da atividade de perfuração, é apresentado no **Item II.2 – Caracterização da Atividade**.

II.11.1.2.10. Recursos Necessários

Alguns dos recursos físicos e humanos previstos encontram-se descritos nos itens abaixo.

Recursos Físicos

- Equipamento para inspeção do fundo oceânico antes e após a perfuração (ROV);

Recursos Humanos

- Profissionais de nível superior e com experiência para a avaliação das imagens de ROV e identificação da fauna marinha;

II.11.1.2.11. Acompanhamento e Avaliação

Após a atividade de perfuração, será elaborado o “Relatório Final de Avaliação do Projeto”, no qual serão utilizadas referências bibliográficas atualizadas e pertinentes para sua discussão. Serão apresentadas todas as informações referentes ao monitoramento das condições de deposição de cascalho realizado por ROV antes e após a atividade de perfuração, incluindo o inventário fotográfico das pilhas de cascalho, seus volumes e dimensões. As imagens obtidas por ROV serão compiladas e apresentadas em anexo no Relatório.



II.11.1.2.12. Responsável pela Implementação do Projeto

A responsabilidade final pelo planejamento, programação e implementação deste projeto é da Shell, que assumirá todos os custos, incluindo a contratação de terceiros.

II.11.1.2.13. Responsáveis Técnicos

O responsável técnico pela elaboração do presente Projeto de Monitoramento Ambiental é apresentado na **Tabela II.11.1.2 - 3**.

Tabela II.11.1.2 - 3: Responsável técnico pela elaboração do Projeto de Monitoramento Ambiental.

Nome	Registro de Classe	CTF IBAMA
Luiz Carlos Ramos da Silva Filho Oceanógrafo/UERJ Msc. Planejamento Ambiental/UFRJ	-	5006019

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

CHARLES M., SAYLE S. 2010. "Offshore Drill Cuttings Treatment Technology Evaluation". **SPE International Conference on Health, Safety and Environment in Oil and Gas Exploration and Production**, 126333-MS, Rio de Janeiro, Brazil, 12-14, 2010.

CORDES, E.E. *et al.* 2016. Environmental Impacts of the Deep-Water Oil and Gas Industry: A Review to Guide Management Strategies. **Frontiers in Environmental Science**, Volume 4, Article 58, 2016.

CURRIE, D.R.; ISAACS, L.R. Impact of exploratory offshore drilling on benthic communities in the Minerva gas field, Port Campbell, Australia. **Marine Environmental Research**. V. 59. 217-233p. 2005.

DORE, M.P. 2016. **Avaliação crítica do monitoramento ambiental do sedimento em atividades de perfuração de poços marítimos de petróleo e gás no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Oceanografia), Faculdade de Oceanografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 142, 2016.

EQUINOR/AECOM. 2018. **Relatório Final do Projeto de Caracterização Ambiental da Área Norte de Carcará, Bacia de Santos**. [S.l], 2018

EXXONMOBIL/WITT O'BRIENS/GARDLINE. 2019. **Relatório do Projeto de Caracterização Ambiental (Baseline) dos Blocos BM-C-753, BM-C-789, BM-S-536, BM-S-647 e TITÃ, Bacias de Campos e Santos**.

GARRISON, T. 2010. **Fundamentos de Oceanografia**. São Paulo: Cengage Learning.

NEFF, J. M. 2005. **Composition, environmental fates, and biological effects of water based drilling muds and cuttings discharged to the marine environment: A Synthesis and Annotated Bibliography**. Report prepared for Petroleum Environmental Research Forum (PERF) and American Petroleum Institute.

PETROBRAS. 2013. **Projeto de Caracterização Regional da Bacia de Campos (PCR-BC/Habitats)**. Relatório final.



SHELL/AECOM. 2018a. **Relatório Final do Projeto de Caracterização Ambiental do Bloco Alto de Cabo Frio Oeste, Bacia de Santos.** [S.l], 2018^a.

SHELL/AECOM. 2018b. **Relatório Final do Projeto de Caracterização Ambiental do Bloco Sul de Gato do Mato, Bacia de Santo.** [S.l], 2018b

SHELL/GARDLINE. 2019. **Relatório do Projeto de Caracterização Ambiental do Bloco de Saturno, na Bacia de Santos.** [S.l], 2019.

SMITH, J.P., AYERS, R.C., TAIT, R.D., NEFF, J.M. 2001. **Perspectictives from Research on the Environmental Effects of Offshore Discharges of Drilling Fluids and Cuttings.** Publication Revision, 2001.

STATOIL/AECOM. 2017. **Relatório Final de Caracterização Ambiental (Baseline) do Ambiente Marinho do Bloco BM-S-8, Bacia de Santos.** [S.l]

TOLDO, J.R. & AYOUP-ZOUAIN, R.N. 2004. **MAPEM – Monitoramento Ambiental em Atividades de Perfuração Exploratória Marítima, Águas Profundas.** Publicação CECO-IG-UFRGS, CD-ROM, Porto Alegre, 2004.



ANEXO A - FICHA DE NOTIFICAÇÃO DE FORMAÇÕES BIOGÊNICAS BENTÔNICAS EM ATIVIDADES DE E&P DE PETRÓLEO E GÁS



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
COORDENAÇÃO GERAL DE PETRÓLEO E GÁS

FICHA DE NOTIFICAÇÃO DE FORMAÇÕES BIOGÊNICAS BENTÔNICAS EM ATIVIDADES DE E&P DE PETRÓLEO E GÁS

Empreendedor	
Empreendimento/poço	
Bacia	
Tipo de formação biogênica encontrada na área de inspeção (entorno da locação escolhida para perfuração)	Corais de águas profundas () Algas coralináceas () Corais hermatípicos () Outros () especificar :
Profundidade (m)	
Localização georreferenciada	Lat: Long: Plataforma () Talude () Sopé () Platô ()
Data e hora da inspeção	
Empresa responsável pela inspeção	
Metodologia / Equipamento de inspeção	
Embarcação utilizada	

DADOS ACERCA DA REALOCAÇÃO DO POÇO:

Locação anterior:	
Nova locação:	Long: Lat:
Distância da formação descoberta:	Long: Lat:
Critérios adotados para nova locação:	
Observações:	

ANEXOS (descrever):

Assinatura do profissional responsável pelas informações
(com registro do conselho profissional, se houver):



II.11.1.3. Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna – PMAVE

O Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna – PMAVE foi elaborado pelas empresas AIUKÁ e Witt O'Brien's e encontra-se apresentado, em formato próprio, nas páginas seguintes.

Dezembro | 2022

Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna (PMAVE)

Atividade de Perfuração Marítima
no Bloco C-M-659, Bacia de Campos

Nº do Processo: 02001.004518/2020-90

Rev. 01



Aiuká Consultoria em Soluções Ambientais
www.aiuka.com.br

Endereço: Av. do Trabalhador 1799 |
Sítio do Campo - Praia Grande – SP |
Brasil | CEP: 11.725-000

Tel: 13 3302-6026

Emergências: 13 3302 6025 / 97421 9300

Email: emergencia@aiuka.com.br

WITT O'BRIEN'S

Witt O'Brien's Brasil
www.wittobriens.com.br

Endereço: Rua da Glória, 122, 10º andar -
Glória, Rio de Janeiro -RJ | Brasil | CEP:
20.241-180

Tel: +55 (021) 3032-6750 / 3032-6762

Emergency Line: 0800-OBRIENS [0800-
6274367]

CONTROLE DE REVISÕES

Rev.	Data	Descrição (motivo da revisão)	Responsável
00	Fevereiro/2021	Documento original	Aiuká & Witt O'Brien's Brasil
01	Dezembro/2022	Aplicação de oportunidades de melhorias identificadas Atualização de: - Equipe Técnica (item 3.3.1) - Necropsia e destinação de animais mortos (item 3.2.1.8) - Documentação (item 4) - Documentos de aceite de instituições parceiras (ANEXO 5)	Aiuká & Witt O'Brien's Brasil

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. ASPECTOS GERAIS DA ATIVIDADE	2
2. OBJETIVO	4
3. METODOLOGIA	4
3.1. REGISTRO DE OCORRÊNCIAS.....	4
3.2. MANEJO DE AVES	6
3.2.1. PROCEDIMENTOS.....	6
3.2.1.1. Afugentamento	7
3.2.1.2. Captura de Animais Vivos	7
3.2.1.3. Transporte de Aves Capturadas.....	10
3.2.1.4. Soltura imediata	11
3.2.1.5. Realocação	11
3.2.1.6. Reabilitação e destinação de animais vivos	12
3.2.1.7. Coleta e transporte de animais mortos	13
3.2.1.8. Necropsia e destinação de animais mortos	13
3.3. FLUXO DE PROCEDIMENTOS	14
3.3.1. EQUIPE TÉCNICA.....	20
3.3.2. INSTALAÇÕES	22
3.3.3. EQUIPAMENTOS	25
4. DOCUMENTAÇÃO	26
5. EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PMAVE.....	29
6. EQUIPE RESPONSÁVEL PELA REVISÃO DO PMAVE	30
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1: Distância entre instalações que poderão ser utilizadas como base de apoio marítimo e o Bloco C-M-659.</i>	3
<i>Figura 2: Distância entre instalações que poderão ser utilizadas como base de apoio aéreo e o Bloco C-M-659.</i>	4
<i>Figura 3: Caixa de transporte tipo kennel em dois tamanhos diferentes para o acondicionamento e transporte das aves.</i>	10
<i>Figura 4: Início do fluxograma de ativação e procedimentos para atendimento e manejo de aves durante atividade de perfuração marítima no Bloco C-M-659, Bacia de Campos.</i>	15
<i>Figura 5: Continuação do fluxograma de ativação e procedimentos para atendimento e manejo de aves durante atividade de perfuração marítima no Bloco C-M-659, Bacia de Campos.</i>	16
<i>Figura 6: Fluxograma de ativação e procedimentos para ocorrência de aglomerações de aves durante a atividade de perfuração marítima no Bloco C-M-659, Bacia de Campos.</i>	17
<i>Figura 7: Fluxograma de ativação e procedimentos para ocorrência de carcaças de aves durante atividade de perfuração marítima no Bloco C-M-659, Bacia de Campos.</i>	18
<i>Figura 8: Fluxograma de ativação e procedimentos para ocorrência de ninhos durante atividade de perfuração marítima no Bloco C-M-659, Bacia de Campos.</i>	19
<i>Figura 9: Distribuição geográfica das instalações de atendimento (Legenda: CRF – Centro de Reabilitação de Fauna, PCF – Ponto de Coleta de Fauna).</i>	24

LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1: Dados da equipe para o atendimento ao Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna (PMAVE).</i>	20
<i>Tabela 2: Lista de instalações para o atendimento ao PMAVE.</i>	23
<i>Tabela 3: Estimativas de distância e tempo mínimo para o deslocamento entre as instalações de atendimento à fauna.</i>	24
<i>Tabela 4: Relação de recursos materiais que ficarão armazenados no Ponto de Coleta de Fauna (PCF), durante a atividade de perfuração marítima da Shell na Bacia de Campos.</i>	25
<i>Tabela 5: Responsáveis pela elaboração original do PMAVE.</i>	29
<i>Tabela 6: Responsáveis pela revisão 01 do PMAVE.</i>	30



ANEXOS

ANEXO 1 – Manual PMAVE

ANEXO 2 – Planilha PMAVE

ANEXO 3 – Ficha PMAVE

ANEXO 4 – Declaração de vigência do contrato com a empresa consultora responsável pelo PMAVE

ANEXO 5 – Documentos de aceite de Instituições Parceiras

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna (PMAVE), a ser implementado durante a atividade de perfuração no Bloco C-M-659, localizado na Bacia de Campos, sob concessão da Shell Brasil Petróleo Ltda (“Shell”).

Este documento foi elaborado considerando as recomendações técnicas e a itemização prevista no “Guia para Elaboração do Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna – PMAVE – nos Processos de Licenciamento Ambiental dos Empreendimentos Marítimos de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural”, anexo da Nota Técnica 02022.000089/2015-76 CGPEG/IBAMA (MMA, 2015).

O PMAVE é uma importante ferramenta utilizada na orientação das ações de atendimento e manejo emergencial de aves marinhas ou terrestres que possam ser atraídas pela unidade marítima da Shell durante a atividade de perfuração na Bacia de Campos.

O presente Projeto se aplica à ocorrência da avifauna nas seguintes situações:

- Aves feridas, debilitadas ou que necessitem de atendimento especializado, ou ainda aquelas que venham a óbito, encontradas na área da unidade marítima;
- Aves sadias, cuja presença na área da unidade marítima resulte em risco de segurança para a operação;
- Aglomeração incomum de aves que ofereça risco de segurança para elas ou para a operação;
- Presença errática de espécies de avifauna (domésticas ou silvestres) cuja ocorrência na área da unidade marítima não seja usual, e o isolamento da região não permita o retorno da ave ao seu habitat.

Para o desenvolvimento de um PMAVE que seja coerente com as características regionais é de suma importância o conhecimento das espécies, sazonalidade e o *status* de conservação da avifauna com potencial ocorrência na área de atuação. Com essas informações é possível elaborar um planejamento eficaz no que se refere a equipamentos, instalações e, principalmente, procedimentos para atendimento e manejo de aves na unidade marítima que também estejam alinhados aos aspectos operacionais da atividade.

A Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico (ABIO), documentação requerida pela Nota Técnica 02022.000089/2015-76 CGPEG/IBAMA (MMA, 2015) para o manejo das aves deverá ser solicitada pela Shell via Sisg-LAF antes do início das atividades. Após análise e aprovação do PMAVE pela CGPEG/IBAMA, a ABIO para execução do Projeto será emitida pela Diretoria de Licenciamento Ambiental (DILIC).

1.1. Aspectos Gerais da Atividade

Este Projeto abrange as atividades de perfuração no Bloco C-M-659, situado na Bacia de Campos, em lâmina d'água entre 2.827 e 3.037 m. A área total ocupada pelo Bloco é de aproximadamente 1.108 km² e a distância mínima do bloco até a costa (tendo como referência o município de Campos dos Goytacazes/RJ) é de aproximadamente 190 km (WITT O'BRIEN'S BRASIL, 2022).

A base de apoio para suporte primário à atividade de perfuração marítima no Bloco C-M-659, Bacia de Campos, será a Nitshore Engenharia e Serviços Portuários S/A, em Niterói/RJ a aproximadamente 325 km do Bloco. Para suporte secundário às atividades poderão ser utilizadas as instalações da Wilson Sons Serviços Marítimos Ltda. (em Niterói/RJ e no Rio de Janeiro/RJ), do Porto de Açu (São João da Barra/RJ) e/ou da VOL – Vitória Offshore Logística S.A. (Vila Velha/ES).

A **Figura 1** apresenta a distância entre o Bloco C-M-659 e as instalações que poderão atuar como base de apoio marítimo.

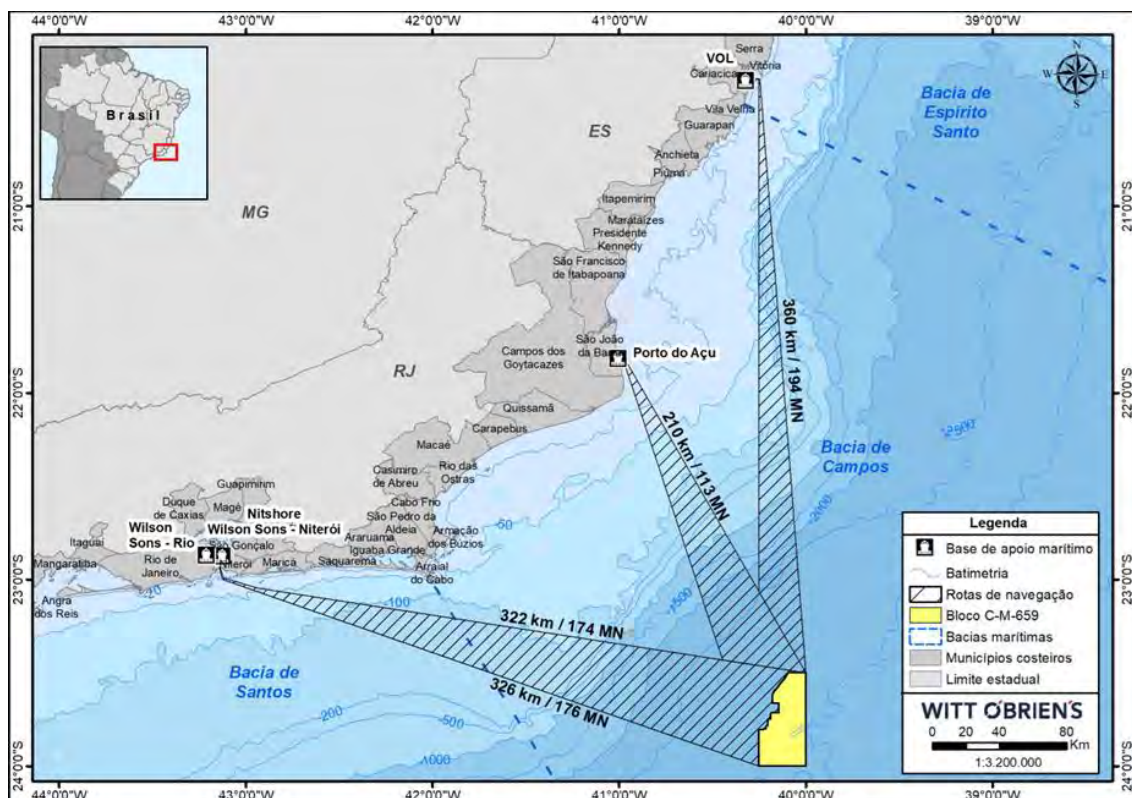


Figura 1: Distância entre instalações que poderão ser utilizadas como base de apoio marítimo e o Bloco C-M-659.

Como base de suporte aéreo será utilizado o Aeroporto de Jacarepaguá - Roberto Marinho (no município do Rio de Janeiro), ou os aeroportos de Cabo Frio, Macaré ou Campos, no estado do Rio de Janeiro, e o de Vitória, no estado do Espírito Santo. As distâncias entre o Bloco C-M-659 e as instalações que poderão ser utilizadas como base de apoio aéreo são apresentadas na **Figura 2**.

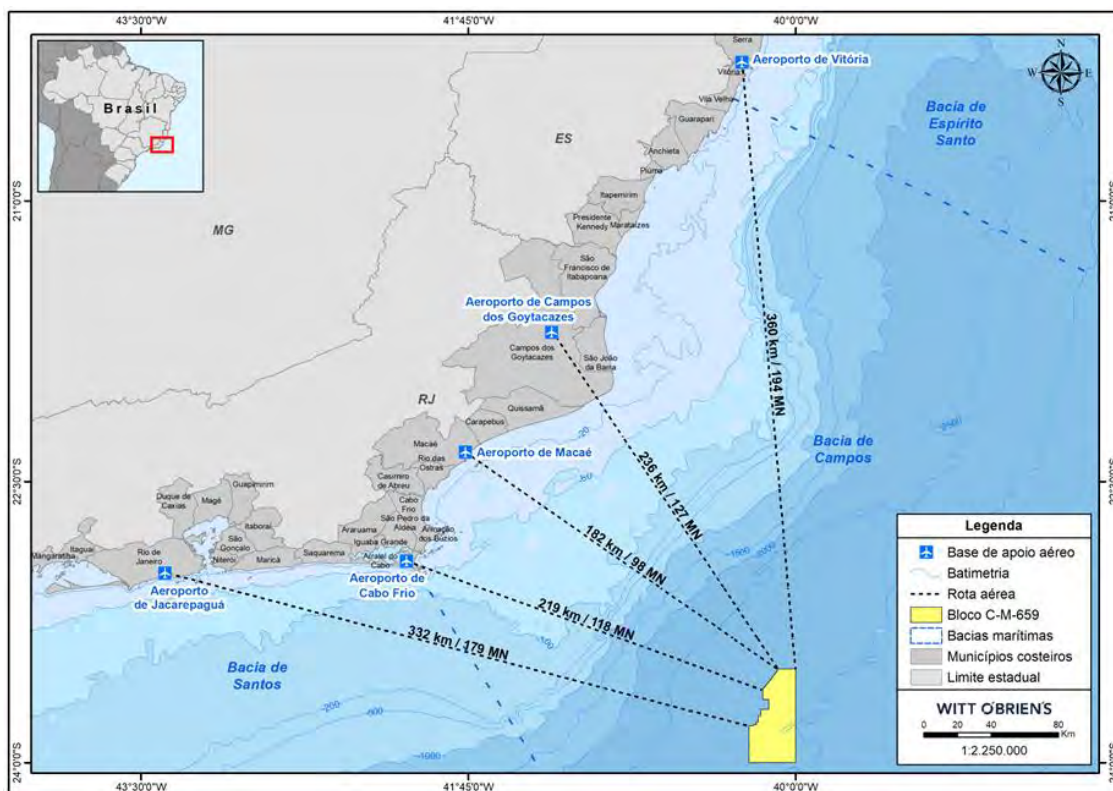


Figura 2: Distância entre instalações que poderão ser utilizadas como base de apoio aéreo e o Bloco C-M-659.

2. OBJETIVO

O objetivo deste Projeto é registrar todas as ocorrências incidentais envolvendo aves debilitadas, feridas ou mortas, bem como aglomerações de avifauna que venham a ocorrer na unidade marítima em operação pela Shell na Bacia de Campos. Além disso, o Projeto especifica os procedimentos para captura, coleta, transporte ou manejo de avifauna, sob orientação técnica, visando assegurar o bem-estar dos animais e a segurança da equipe envolvida durante as referidas atividades.

3. METODOLOGIA

3.1.Registro de ocorrências

O Técnico Embarcado Responsável (TER) na unidade marítima fará o registro de todas as ocorrências incidentais envolvendo:

- Aglomeração de aves na unidade marítima;
- Aves cuja presença na instalação ofereça risco à segurança operacional ou dos animais;
- Aves debilitadas, feridas ou que necessitem de atendimento veterinário;

- Aves acidentalmente levadas à instalação, cujo isolamento não permita o retorno do animal à sua origem;
- Carcaças de aves encontradas na área da unidade marítima;
- Presença de ninho.

De forma a orientar os técnicos que atuarão na unidade marítima, foi desenvolvido um Manual sobre este PMAVE contendo, dentre outras informações, o fluxo de procedimentos, os contatos da Equipe Técnica responsável pelo atendimento do PMAVE e a Prancha de Identificação de Avifauna com possível ocorrência na região do Bloco C-M-659 (**ANEXO 1**).

Com base nos dados do Mapeamento Ambiental para Resposta à Emergência no Mar (MAREM)¹ (AIUKÁ; WITT O'BRIEN'S BRASIL, 2016) foram identificadas 49 espécies de aves marinhas pelágicas, aves marinhas costeiras e pinguins com ocorrência na zona oceânica e com distribuição conhecida para a Bacia de Campos.

Em 2020 a listagem de espécies vulneráveis descritas no MAREM foi revisada com base em alterações da literatura e atualização de listas nacionais e internacionais de conservação de fauna, como por exemplo The IUCN Red List. Além disso, seguindo a metodologia e critérios descritos no MAREM (AIUKÁ/WITT O'BRIEN'S BRASIL, 2016) todas as espécies descritas foram avaliadas de acordo com a árvore de decisão para classificação de uma espécie em vulnerável e/ou prioritária para proteção.

Considerando a atualização de 2022 da lista nacional de espécies ameaçadas de extinção (MMA, 2022), o estado de conservação das 49 espécies vulneráveis levantadas para este Projeto foi revisado. A listagem completa, assim como informações sobre estado de conservação e sazonalidade de cada espécie, podem ser encontradas na prancha de identificação da avifauna, contida no Manual PMAVE (**ANEXO 1**).

Os registros serão feitos pelo TER através do preenchimento da Planilha PMAVE (**ANEXO 2**), da Ficha PMAVE (**ANEXO 3**) e de foto documentação do(s) exemplar(es).

¹ O litoral brasileiro foi dividido em 18 Unidades Geográficas, utilizando-se critérios biogeográficos (distribuição das espécies e ecossistemas), geopolíticos (limites dos estados e municípios) e operacionais (limites das bacias sedimentares de óleo e gás). Para mais informações, acessar o site do MAREM (<http://www.marem-br.com.br/>).

3.2. Manejo de aves

3.2.1. Procedimentos

Sempre que for registrada, na área da unidade marítima, a ocorrência de aves nas situações citadas no **item 3.1**, o TER deverá preencher a Planilha PMAVE (**ANEXO 2**) e entrar em contato com a Equipe de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade (HSEQ) da Shell e a Equipe Técnica responsável pelo atendimento do PMAVE. (Aiuká Consultoria em Soluções Ambientais - pmave@aiuka.com.br), transmitindo, minimamente, as seguintes informações:

- Quantidade e espécie(s) das aves envolvidas na interação;
- Comportamento das aves;
- Possíveis motivos que possam explicar o comportamento observado;
- Tempo decorrido desde o primeiro registro; e
- Registro fotográfico das aves, sempre que possível.

Vale ressaltar que deverão ser tratadas como prioritárias e urgentes as ocorrências envolvendo risco para a segurança operacional da atividade; mortandade de avifauna (ou risco de); e/ou espécies ameaçadas de extinção. Sempre que ocorrer uma destas situações, após a orientação técnica inicial e confirmação da ocorrência, a Equipe de HSEQ da Shell comunicará à Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros (CGMAC/IBAMA), pelo e-mail institucional (fauna.cgpeg.rj@ibama.gov.br), incluindo no assunto da mensagem as informações sobre a atividade e o local em que ela ocorre, bem como o projeto em questão, por exemplo: "Atividade de Perfuração Marítima no Bloco C-M-659 (PMAVE)". A comunicação deve conter uma cópia preenchida da Planilha PMAVE (**ANEXO 2**).

A Equipe Técnica da Aiuká deverá avaliar a situação e, em seguida, definir as ações a serem realizadas, considerando os procedimentos descritos neste PMAVE. Caso necessário, um médico veterinário poderá ser mobilizado o mais breve possível para a unidade marítima.

Em situações em que aves sadias venham a utilizar momentaneamente algum ponto da unidade marítima como área de pouso ou descanso, sem oferecer risco à operação ou ao animal, não há necessidade de registro da ocorrência e manipulação das aves. Contudo, deve ser certificado que a área utilizada pelo animal não oferece risco de aprisionamento. Caso o animal seja avistado por mais de um dia, recomenda-se o registro da ocorrência e comunicação para a Equipe Técnica da Aiuká.

O manejo de aves em ocorrências diferentes das previstas neste PMAVE será conduzido conforme proatividade da empresa, com procedimento orientado pela Equipe Técnica da Aiuká, considerando a proteção e recuperação dos animais, conforme descrito neste projeto, assim como o tipo de ocorrência, condições meteorológicas e oceanográficas e a logística disponível.

Todos os procedimentos serão realizados sob orientação da Equipe Técnica da Aiuká, responsável pela execução do PMAVE, em tempo hábil e de forma a oferecer maior segurança para a equipe e para a operação. Sem prejuízos à orientação técnica conforme o tipo de ocorrência, os procedimentos de manejo de fauna seguirão as diretrizes descritas neste documento.

3.2.1.1. Afugentamento

As técnicas de afugentamento visam manter a fauna afastada de um potencial impacto. Quando necessária, a decisão da utilização de técnicas de dissuasão de aves será feita pela Equipe Técnica da Aiuká, responsável pela execução do PMAVE, em consonância com as decisões do empreendedor responsável pela operação e com aprovação da CGMAC/IBAMA.

Destaca-se que os procedimentos simples poderão ser realizados pelo TER, sob orientação da Equipe Técnica da Aiuká.

3.2.1.2. Captura de Animais Vivos

A captura de aves pelo TER deverá ser realizada sob orientação da Equipe Técnica da Aiuká, de forma a minimizar o estresse do animal e os riscos inerentes à atividade. O procedimento deve ser planejado antes de sua execução, deixando-se à mão os equipamentos necessários, reduzindo ao máximo o ruído, a presença de pessoas não envolvidas e o tempo de manipulação dos animais. O contato físico com as aves deve ser realizado mediante o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), sendo obrigatórios: luvas, máscaras PFF2-N95 e óculos de proteção.

- **Aves silvestres sadias que necessitem ser deslocadas**

O deslocamento de uma ave sadia deve considerar a ocorrência natural da espécie e o comportamento individual, além de avaliar se a intervenção trará reais benefícios ao animal e quais serão os riscos às equipes e operações da unidade marítima. No caso de um animal encontrado em uma área atípica, o deslocamento para o seu ambiente natural pode beneficiá-lo e garantir sua sobrevivência. Por outro lado, as ações para efetuar o seu deslocamento podem ser nocivas, levando a miopatia de captura, diminuição na capacidade de encontrar alimento e abrigo, e prejuízo nas relações sociais em espécies gregárias, entre outros (GRIFFITH *et al.*, 1989; WEEKS *et al.*, 2011).

Caso seja necessária e viável, a captura de aves sadias na unidade marítima poderá ser realizada utilizando-se puçás ou manualmente (com luvas de raspa, de algodão ou de procedimento e/ou toalhas), sendo também possível o emprego de estratégias de condicionamento alimentar (ceva). Deve-se buscar reduzir ao máximo o ruído e a presença de pessoas não envolvidas com o procedimento, para evitar estresse e riscos ao animal e à equipe de captura. O tempo de captura deve ser minimizado e, caso estenda-se por um tempo que leve a ave a um estresse excessivo, devido a tentativas sem sucesso, deverá ser dado um intervalo suficiente para permitir o descanso ao animal e a reavaliação da estratégia de captura. Após a captura, deverão ser seguidos os procedimentos e recomendações delineados no **item 3.2.1.3**.

A construção de ninhos de aves em unidades marítimas é um evento de baixa probabilidade. Para prevenir essa ocorrência, poderão ser consideradas medidas que evitem a disponibilidade de restos de material nas unidades, tais como nylon, papel e plástico, que podem ser utilizados para preparação de ninhos. Em caso de espécies de aves não classificadas como ameaçadas de extinção, a Equipe Técnica da Aiuká avaliará a possibilidade de deslocamento das aves e seus ovos.

Caso sejam identificados ninhos com filhotes na unidade marítima em um local cujo acesso não apresente risco à segurança humana e das operações, o ninho deverá ser removido após a finalização da criação dos filhotes, ou seja, quando o ninho não estiver mais sendo utilizado. Medidas de exclusão (telas, redes e afins) poderão ser implementadas para evitar que a nidificação volte a ocorrer no local.

Vale ressaltar que as tentativas de resgate ou captura de aves não deverão ser realizadas sem o prévio conhecimento e aprovação da Equipe Técnica da Aiuká.

- **Aves silvestres que necessitem de assistência veterinária**

A decisão pela realização ou não da captura/resgate depende da espécie de ave e da gravidade do quadro clínico apresentado, bem como do local e das condições operacionais e meteoceanográficas. Em todos os casos, a Equipe Técnica da Aiuká deverá ser imediatamente comunicada, para avaliar a necessidade de mobilização de médico veterinário para coordenar o resgate. Sempre que possível, o animal deverá ser deslocado para uma área menos ruidosa da unidade marítima até a chegada da equipe de captura. Nos casos mais simples, como aves letárgicas, o TER poderá realizar a captura e encaminhar o(s) animal(is) ao transporte.

O uso de contenção química ou anestesia não é indicado devido ao risco que estas atividades apresentam em campo, tanto para o animal quanto para a equipe de resgate, de modo que apenas a captura manual (com luvas de raspa, de algodão ou de procedimento e/ou toalhas) ou com puçás poderá ser utilizada. Por esta razão, animais que se apresentarem ativos e não puderem ser capturados com segurança pelas técnicas supracitadas não deverão ser capturados. Nestes casos, deverá ser realizado monitoramento, enquanto o técnico estiver a bordo, até que as condições de segurança permitam a captura do animal.

Para a captura, deve-se buscar reduzir ao máximo o ruído e a presença de pessoas não envolvidas com o procedimento, para evitar estresse e riscos ao animal e à equipe. O tempo de captura deve ser minimizado e, caso estenda-se por um tempo que leve a ave a um estresse excessivo, devido a tentativas sem sucesso, deverá ser dado um intervalo suficiente para permitir o descanso ao animal e a reavaliação da estratégia de captura.

Após a captura, deverão ser seguidos os procedimentos e recomendações delineados no **item 3.2.1.3.**

- **Aglomerção incomum de aves silvestres**

Caso ocorram aglomerações de avifauna na região da unidade marítima, o TER deverá contatar a Equipe Técnica da Aiuká. A partir do acionamento será realizada uma primeira análise do ocorrido e, caso necessário, a Equipe Técnica da Aiuká poderá orientar pela adoção de técnicas visuais e auditivas para afastamento e dispersão da avifauna, em consonância com as decisões da Shell e com aprovação da CGMAC/IBAMA.

- **Presença de espécies domésticas**

Devido à distância da costa, não é esperada a presença de espécies domésticas na área da unidade marítima. No entanto, caso sejam encontradas aves domésticas (pombo, pardal, canário-do-reino, por exemplo) com possibilidade de captura, estas poderão ser capturadas

com auxílio de puçás e transportadas até a costa, seguindo-se os mesmos procedimentos e recomendações delineados no **item 3.2.1.3**.

3.2.1.3. Transporte de Aves Capturadas

Uma vez capturada, a ave deverá ser acomodada em caixa de transporte compatível com o seu tamanho, de forma a permitir que o animal permaneça em pé e gire em torno do seu próprio eixo. A caixa de transporte deve estar devidamente etiquetada (identificação de carga viva e orientação da posição da caixa), com toalhas na base para oferecer maior comodidade ao animal. Em caso de ocorrência de mais de uma ave simultaneamente, elas devem ser acondicionadas em caixas de transporte separadas.

A partir do momento da captura do animal, a Ficha PMAVE (**ANEXO 3**) deverá ser preenchida e encaminhada junto com cada ave (caso a ave possua anilha, o número deve ser registrado no formulário). Deve-se manter o animal capturado em local calmo, seguro, bem ventilado, com pouca luminosidade e temperatura amena até que seja viabilizado seu transporte ao continente.

A ave deverá ser monitorada e o contato físico com humanos deverá ser o mínimo possível. É vetada a amarração dos membros e/ou do bico para imobilização. Caso o animal esteja em caixa de transporte tipo *kennel* (**Figura 3**), pode ser colocada uma toalha ou pano branco na porta da caixa para diminuir a luminosidade e minimizar o estresse visual, desde que a ventilação não seja comprometida.



Figura 3: Caixa de transporte tipo *kennel* em dois tamanhos diferentes para o acondicionamento e transporte das aves.

Todos os procedimentos que envolvam contato físico com a ave deverão ser realizados com a utilização de EPI, sendo obrigatórios: luvas (de raspa, algodão e/ou de procedimento), máscaras PFF2-N95 e óculos de proteção.

O transporte da ave para o continente, por via aérea ou marítima, será efetuado no menor tempo possível após a captura, considerando o estado de saúde do animal e as condições logísticas, meteorológicas e de segurança. Ao chegar ao continente, o animal deverá ser transportado, pela Equipe Técnica da Aiuká, em veículo com condições adequadas de temperatura e ventilação, até a instalação local de atendimento à fauna.

O manejo da ave pelo TER deverá seguir as recomendações sobre cuidados e alimentação enviadas pela Equipe Técnica da Aiuká, que consiste, principalmente, em oferecer alimento e água para o animal, assim como manter o recinto (caixa de transporte) limpo. A quantidade, tipo e frequência do alimento irá variar de acordo com a espécie, porém todas as aves devem ser observadas durante o período em que aguardam o desembarque, e qualquer mudança no comportamento deverá ser reportada para a Equipe Técnica da Aiuká, de forma a auxiliar o manejo adequado.

Assim que confirmado o desembarque da ave, a Equipe Técnica da Aiuká manterá contato com o TER para alinhar o local e horário de desembarque, de forma a possibilitar que o resgate do indivíduo no porto ou aeroporto seja realizado no menor tempo possível. A Equipe da Aiuká será responsável pelo resgate.

É importante lembrar que a ave só poderá ser transportada da unidade marítima mediante Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico (ABIO).

3.2.1.4. Soltura imediata

O animal que necessite apenas de abrigo temporário e repouso poderá ser assistido *in loco* pelo TER, sob orientação da Equipe Técnica da Aiuká, e posteriormente liberado na natureza, desde que atenda a todos os requisitos:

- For recém-capturado na natureza;
- Houver comprovação do local de captura na natureza;
- A espécie ocorrer naturalmente no local de soltura; e
- Não apresentar problemas que impeçam sua sobrevivência ou adaptação em vida livre.

3.2.1.5. Realocação

O animal somente poderá ser realocado se atender a todos os requisitos:

- For recém-capturado na natureza;
- Houver comprovação do local de captura na natureza;

- A espécie ocorrer naturalmente no local de soltura; e
- Não apresentar problemas que impeçam sua sobrevivência ou adaptação em vida livre.

O procedimento será executado pela Equipe Técnica da Aiuká, após exame clínico e atestado de saúde emitido pelo Médico Veterinário. Caso haja necessidade de o animal ser encaminhado a uma instalação de atendimento à fauna, ele passará pelo processo de reabilitação.

3.2.1.6. Reabilitação e destinação de animais vivos

A reabilitação de fauna silvestre é uma atividade complexa, podendo envolver estabilização, exames clínicos e laboratoriais, cuidados veterinários intensivos e condicionamento físico dos animais, de forma a prepará-los para a soltura. A equipe responsável pela reabilitação das aves possui qualificação técnica baseada em experiência prévia em suas atribuições, por tratar-se de atividade altamente especializada.

O manejo em cativeiro da avifauna silvestre será realizado conforme legislação em vigor. Os animais silvestres reabilitados serão identificados conforme Instrução Normativa IBAMA nº 02, de 02 de março de 2001 (MMA/IBAMA, 2001), suas alterações ou substituições, utilizando, sempre que possível, anilhas padrão do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação das Aves Silvestres (CEMAVE/ICMBio) em aves destinadas à soltura.

A prioridade de destinação dos animais reabilitados será a soltura, que terá como finalidade o reforço populacional, sendo vetada a reintrodução de espécies. O protocolo considerará a avaliação das áreas de soltura, o levantamento clínico e diagnóstico dos animais. Os animais aptos deverão apresentar condições físicas e comportamentais adequadas para sua sobrevivência, bem como status sanitário que não permita a contaminação de populações de vida livre. Os exemplares resgatados que receberem tratamento farmacológico só poderão ser soltos após a avaliação clínica específica para cada caso, feita pelo Médico Veterinário, e na ausência de efeitos residuais do fármaco.

Animais reabilitados, porém, não aptos a serem soltos, deverão ser destinados conforme orientação do órgão ambiental competente em seu Estado de origem, após emissão de laudo veterinário justificando a impossibilidade de soltura do exemplar. Animais exóticos ou domésticos capturados não deverão ser soltos, devendo também ser destinados conforme orientação do órgão ambiental competente em seu Estado de origem.

Caso haja necessidade de efetuar eutanásia, o procedimento deverá ser realizado por Médico Veterinário, e em conformidade com os métodos recomendados pela Resolução

CFMV nº 1000, de 11 de maio de 2012 (CFMV, 2012), suas alterações ou substituições. A carcaça deve ser encaminhada para necropsia (vide **item 3.2.1.8**).

3.2.1.7. Coleta e transporte de animais mortos

Os animais mortos deverão ser tratados como resíduos de serviço de saúde (Grupo A), sendo acondicionados e identificados conforme NBR 9191/2008 (ABNT, 2008) e NBR 7500/2020 (ABNT, 2020) respectivamente. Serão utilizados sacos para lixo infectante, impermeáveis, de cor branco leitoso e material resistente à ruptura e vazamento, com simbologia adequada.

O animal deverá ser recolhido, envolvido em saco plástico lacrado, identificando o número da ocorrência, data e hora. A carcaça deverá ser mantida em caixa térmica com gelo, exclusiva para esta finalidade. A caixa deverá ser armazenada em local protegido e a troca de gelo deve ocorrer a cada 12 h, até o transporte para o continente, quando a carcaça deverá ser encaminhada para necropsia ou destinação final.

A manipulação de animais mortos deve ser realizada mediante o uso de EPI, sendo obrigatórias: luvas e máscaras PFF2-N95. Salienta-se que as carcaças não devem ser armazenadas em equipamentos de refrigeração ou congelamento de alimentos.

Vale ressaltar que a Ficha PMAVE (**ANEXO 3**), devidamente preenchida, deverá acompanhar cada exemplar recolhido. Caso a ave possua anilha, o número deve ser registrado na Ficha.

3.2.1.8. Necropsia e destinação de animais mortos

As aves mortas encontradas na unidade marítima, que forem a óbito durante o transporte ou aquelas que forem a óbito durante os esforços de reabilitação deverão ser necropsiadas sempre que o estado de conservação da carcaça permitir. Todos os óbitos deverão ser atestados por Médico Veterinário, conforme Resolução CFMV nº 844, de 20 de setembro de 2006 (CFMV, 2006).

A necropsia deverá ser realizada por um Médico Veterinário e registrada através de relatório com foto-documentação. Os objetivos deverão incluir a biometria e alterações macroscópicas observadas, além da determinação de *causa mortis*, sempre que possível. Sem prejuízo às demais avaliações, deverão ser obrigatoriamente investigadas e registradas possíveis interações do animal com a atividade, incluindo contaminação por óleo e queimaduras.

As carcaças de interesse científico deverão ser destinadas às instituições públicas nacionais detentoras de coleção científica credenciada, preferencialmente na área de abrangência do empreendimento, e segundo orientações dos Planos de Ação Nacionais, quando destes constarem.

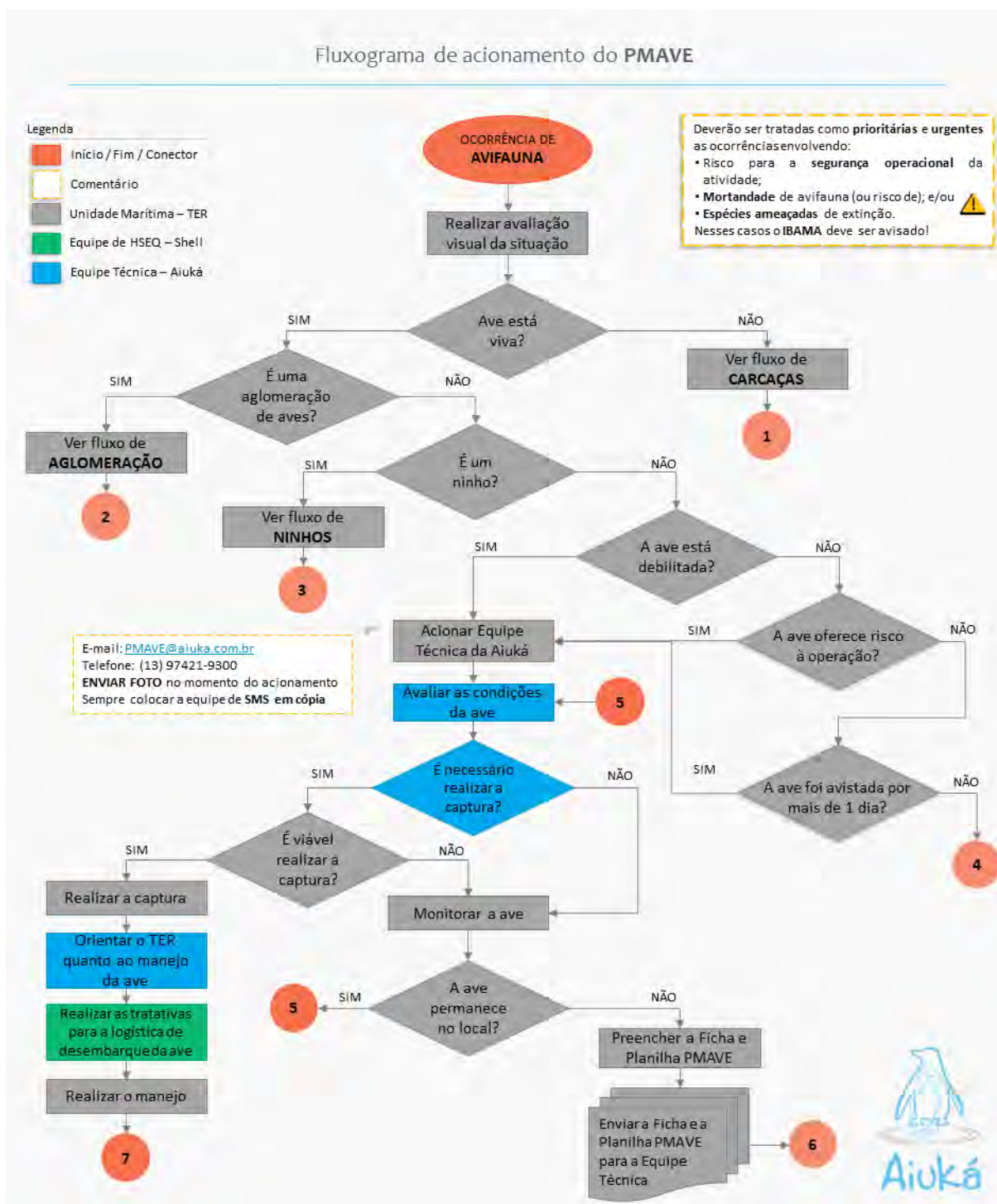
As seguintes instituições foram pré-identificadas para receber carcaças de interesse científico na área de abrangência:

- **Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (MZ-USP):** localizado na Avenida Nazaré, 481, CEP 04263-000, São Paulo – SP. Telefone para contato: (+55 11) 2065-8100;
- **Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade – Universidade Federal do Rio de Janeiro (NUPEM-UFRJ):** localizado na Av. São José Barreto, 764 - São José do Barreto, CEP 27965-045, Macaé/RJ. Telefone para contato: (+55 22) 2141-3976.

Deverá ser garantido o direito de empréstimo do material depositado para fins de confirmação da identificação taxonômica ou qualquer outra para especialistas da comunidade acadêmica ou não. Caso não seja possível o aproveitamento para fins científicos ou didáticos, o material biológico deverá ser descartado conforme normas sanitárias específicas (BRASIL, 2010 e ANVISA, 2018).

3.3. Fluxo de Procedimentos

Os procedimentos descritos anteriormente são apresentados da **Figura 4 a Figura 8**, os quais devem ser utilizados como guia para manejo das aves que necessitarem de atendimento na unidade marítima durante a atividade de perfuração no Bloco C-M-659, sob concessão da Shell na Bacia de Campos.



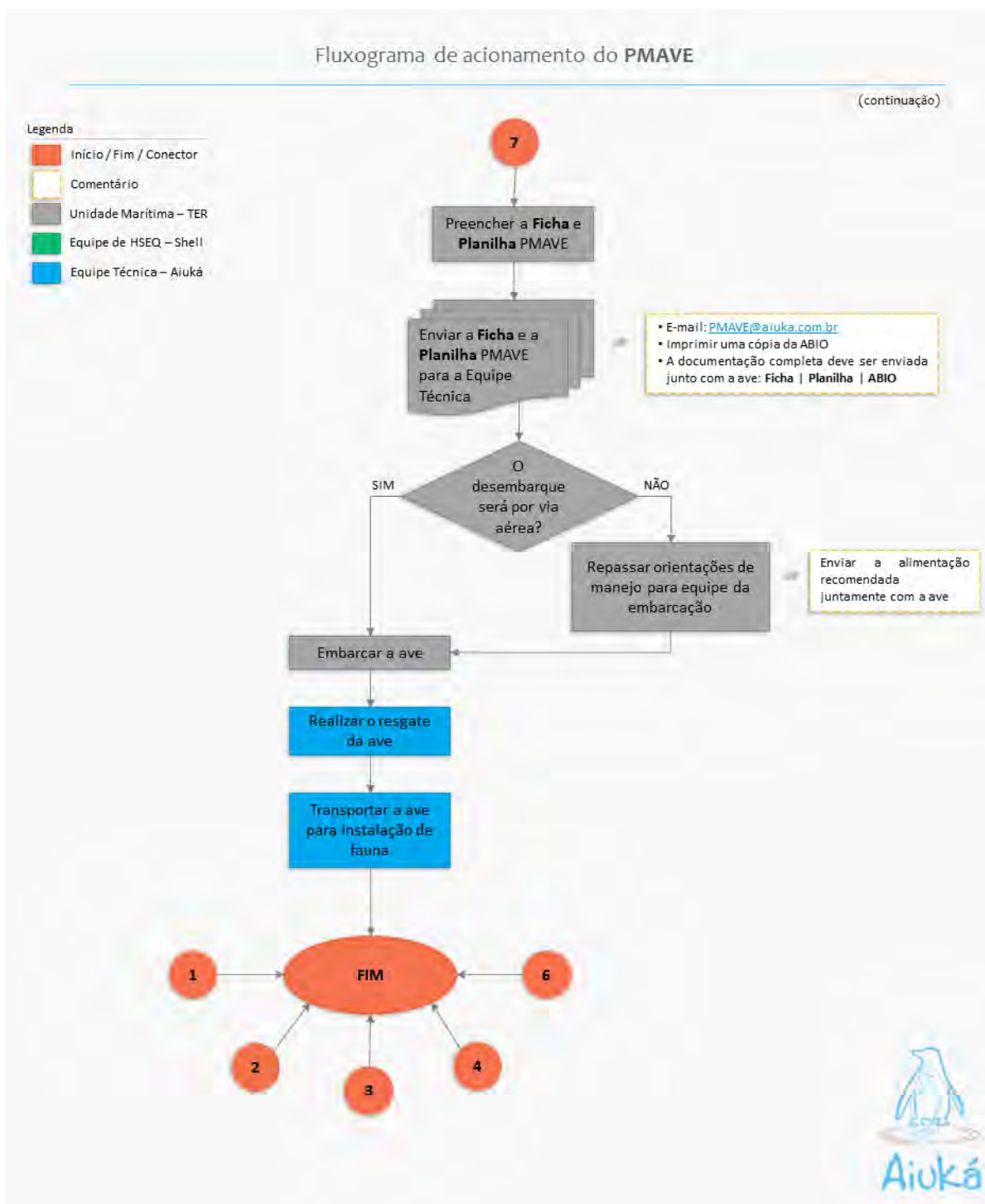


Figura 5: Continuação do fluxograma de ativação e procedimentos para atendimento e manejo de aves durante atividade de perfuração marítima no Bloco C-M-659, Bacia de Campos.

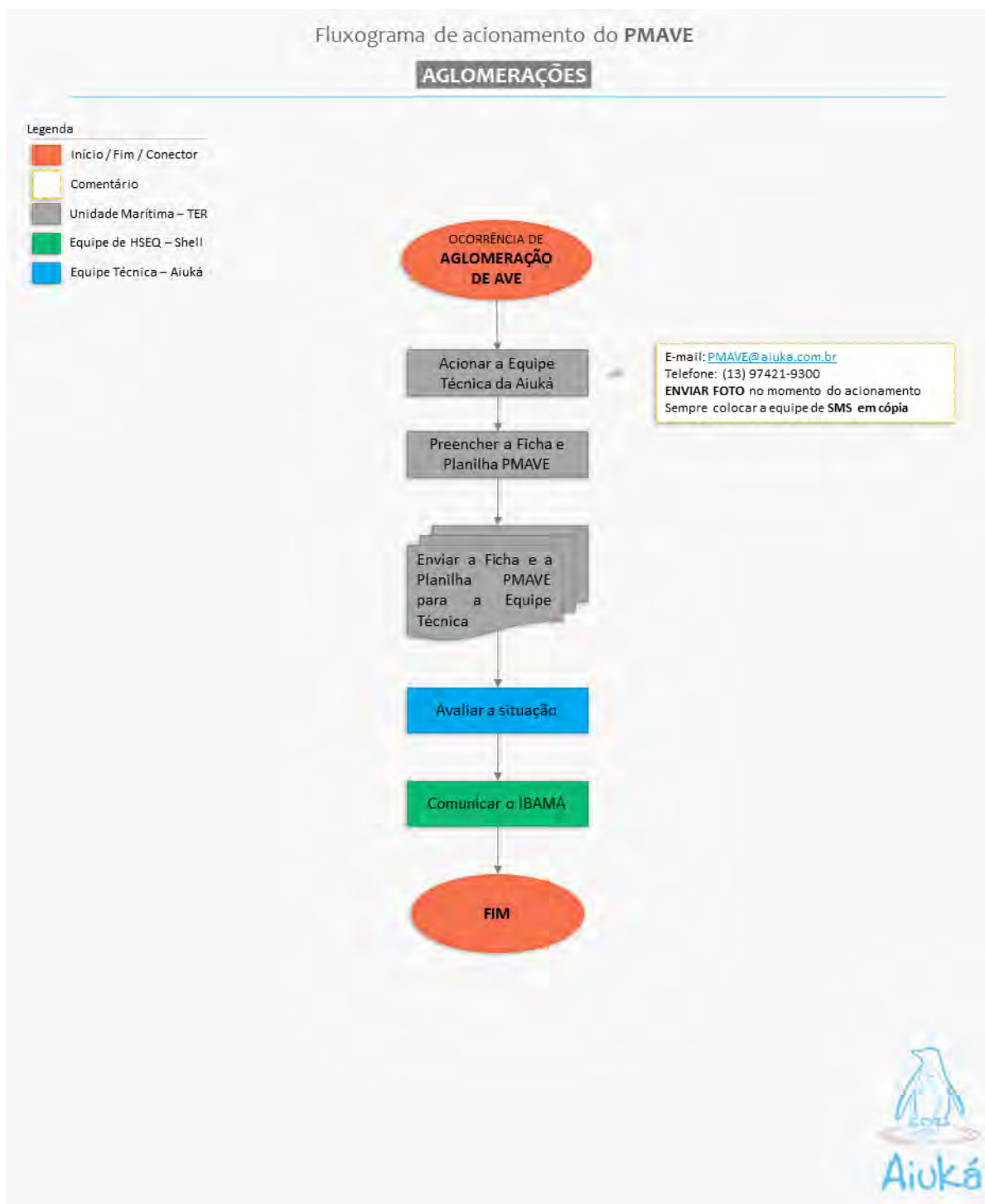


Figura 6: Fluxograma de ativação e procedimentos para ocorrência de aglomerações de aves durante a atividade de perfuração marítima no Bloco C-M-659, Bacia de Campos.

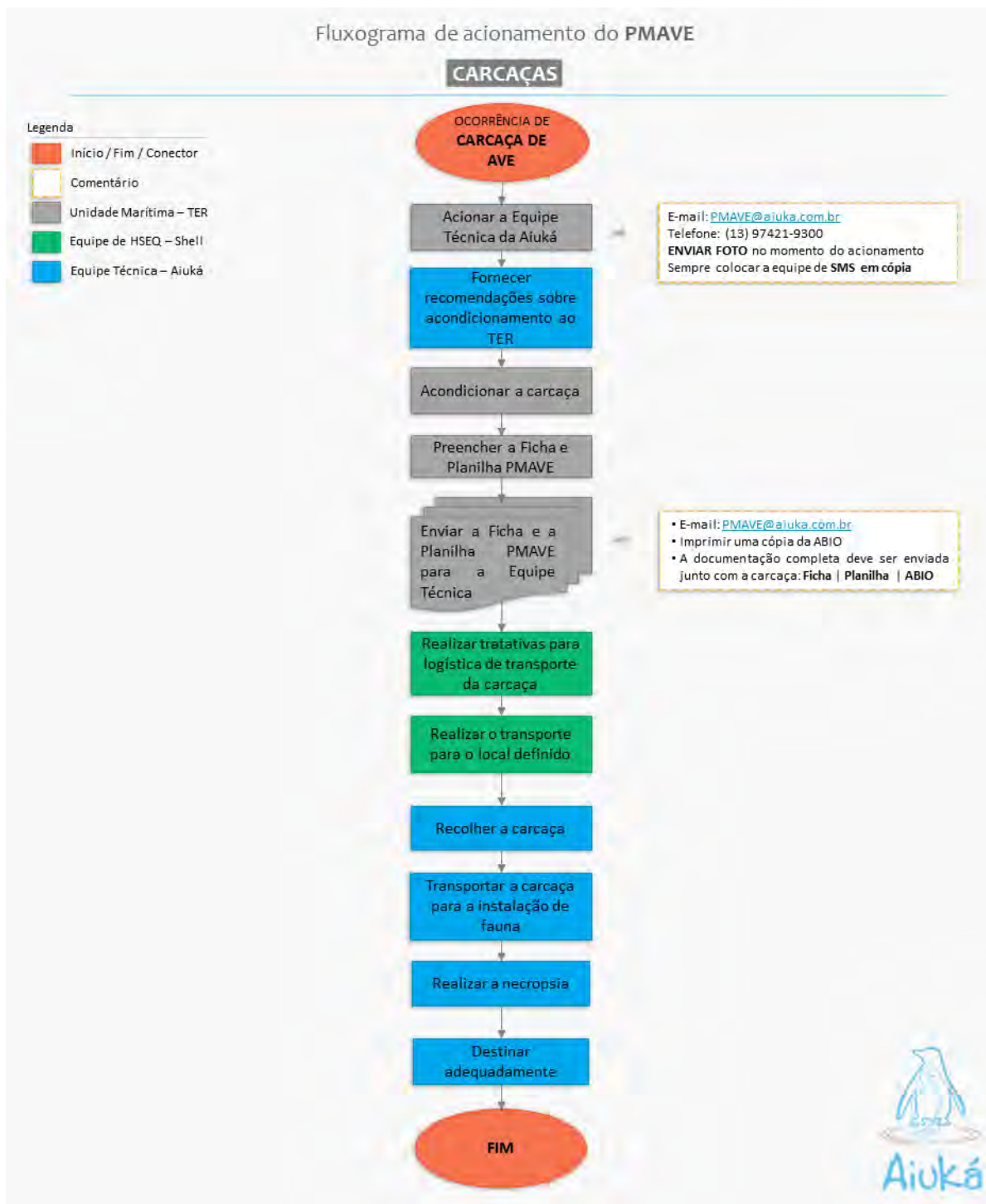


Figura 7: Fluxograma de ativação e procedimentos para ocorrência de carcaças de aves durante atividade de perfuração marítima no Bloco C-M-659, Bacia de Campos.

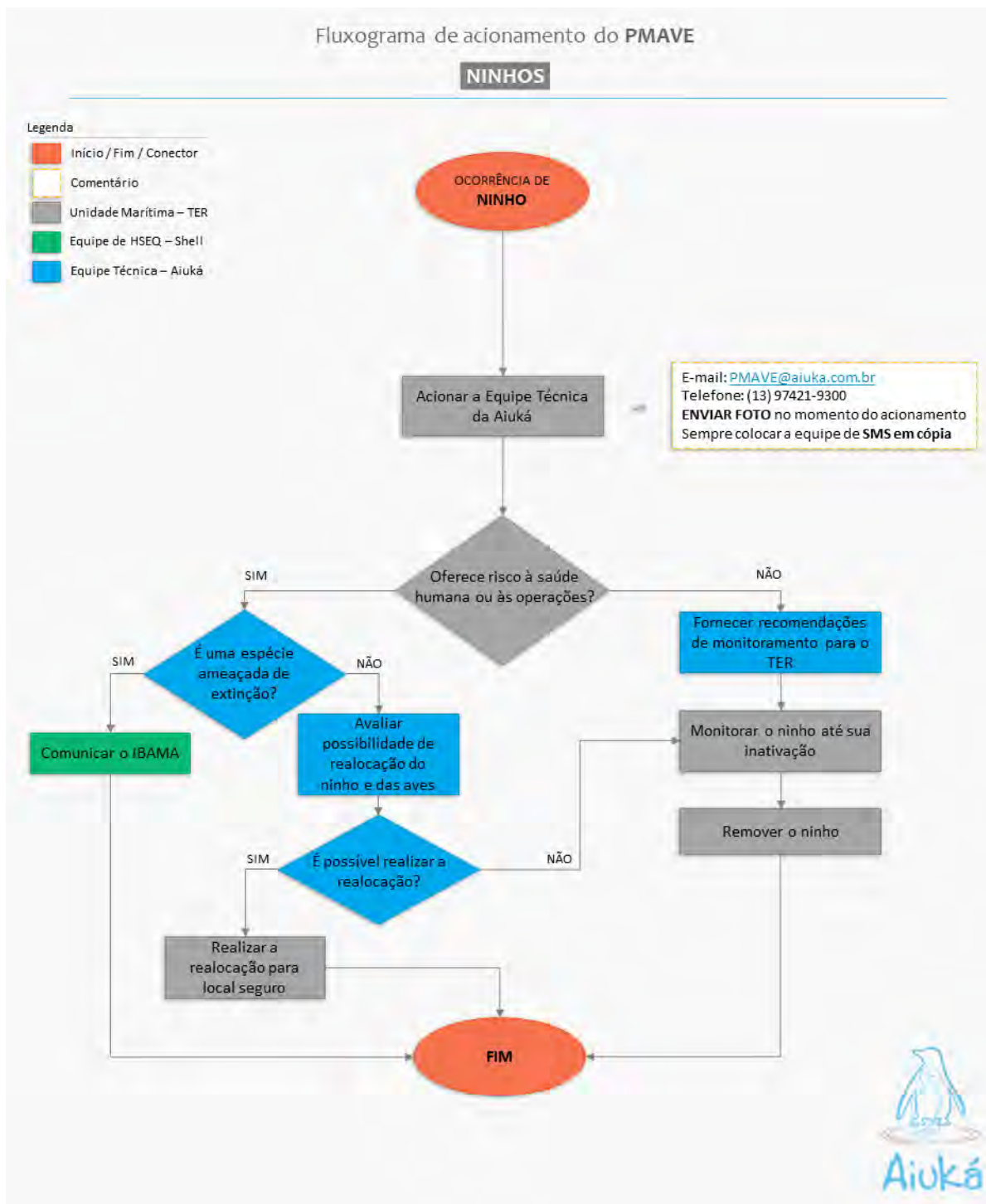


Figura 8: Fluxograma de ativação e procedimentos para ocorrência de ninhos durante atividade de perfuração marítima no Bloco C-M-659, Bacia de Campos.

3.3.1. Equipe Técnica

A Shell definirá os profissionais que atuarão como TER a bordo da unidade marítima para realizar as ações dispostas no presente Projeto. Esses profissionais serão previamente capacitados em um curso teórico-prático, no qual serão abordados os seguintes tópicos:

- Reconhecimento dos principais grupos de aves;
- Conceitos básicos sobre comportamento de aves;
- Como reconhecer uma ave enferma ou doente;
- Captura, acondicionamento e transporte de aves debilitadas;
- Acondicionamento e transporte de carcaças;
- Segurança e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) relacionados ao manuseio de fauna; e
- Documentação de eventos de presença de avifauna na unidade marítima.

Considerando a rotatividade de turnos e equipes, a Shell garante o compromisso de capacitar mais de um profissional para atuar como TER, a fim de assegurar a presença contínua de um TER a bordo durante as atividades no Bloco C-M-659.

Para a realização de atividades que envolvam captura, manejo e transporte de aves é fundamental a orientação de uma equipe técnica especializada, seja presencial ou remota. Assim sendo, a Shell manterá, durante todo período da atividade, contato com a Equipe Técnica da Aiuká (**Tabela 1**), prontamente disponível para atender a incidentes envolvendo a ocorrência de aves na unidade marítima que atuará no Bloco C-M-659, Bacia de Campos².

Ressalta-se que todos os profissionais listados na relação da Equipe Técnica da Aiuká (**Tabela 1**) e devidamente denominados na ABIO poderão integrar ou orientar a equipe que atuará nas ações de captura, coleta, transporte e reabilitação de aves.

Tabela 1: Dados da equipe para o atendimento ao Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna (PMAVE).

Coordenador Geral		
Nome: Valeria Ruoppolo	Formação: Médica Veterinária, Mestre e Doutora em Patologia Comparada pela Universidade de São Paulo	CPF: 195.315.808-04
Link Currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/9649551733489946	Contato: (13) 97411-0979	CTF: 2984916

² A declaração de vigência de contrato estabelecido entre a Shell e a consultoria responsável pela execução do PMAVE está incluída no **ANEXO 5**.

Tabela 1: Dados da equipe para o atendimento ao Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna (PMAVE).

Médico veterinário responsável			
Nome: Valeria Ruoppolo		Formação: Médica Veterinária, Mestre e Doutora em Patologia Comparada pela Universidade de São Paulo	CPF: 195.315.808-04
Link Currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/9649551733489946		Contato: (13) 97411-0979	CTF: 2984916
Nome	Instituição	Formação	CPF
André Augusto Justo	Aiuká	Médico Veterinário	440.366.928-01
Caroline Bizarre Randi	Aiuká	Bióloga	089.078.539-24
Diogo Lopes Sodre	Aiuká	Ensino médio	136.058.507-90
Driellie Florencio de Melo	Aiuká	Bióloga	382.535.288-92
Gabriel Gonçalves Enne	Aiuká	Biólogo	118.948.297-51
Gabriel Prohaska Bighetti	Aiuká	Médico Veterinário, Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.	423.497.798-58
Igor Izo Moraes Lyra	Aiuká	Biólogo	339.133.558-04
Igor Renato dos Santos Horta	Aiuká	Médico Veterinário	366.871.858-02
Jamenson Carneiro da Silva	Aiuká	Técnico em Segurança do Trabalho	375.983.388-84
José Carlos dos Santos Neto	Aiuká	Médico Veterinário	309.176.928-37
Maria Clara Sanseverino Gomury	Aiuká	Médica Veterinária	112.926.777-67
Matheus Vasconcellos	Aiuká	Médico Veterinário	390.746.858-97
Mayra Aki Yamazaki Rocha	Aiuká	Bióloga, MBA em Restauração, Licenciamento e Adequação Ambiental pela Universidade Federal de São Carlos.	331.719.248-89
Michelle Nogueira Lundstedt	Aiuká	Médica Veterinária	057.980.217-50
Mirella Lauria D'Elia	Aiuká	Médica Veterinária, Mestre em Ciência Animal pela Universidade Federal de Minas Gerais.	110.385.577-80
Murilo Rainha Pratezi	Aiuká	Biólogo	399.642.608-90
Natália Moretti Rongetta	Aiuká	Bióloga, Mestre em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ.	352.089.918-37
Paulo Sergio Valobra	Aiuká	Médico Veterinário	314.847.798-78
Rodolfo Pinho da Silva-Filho	Aiuká	Médico Veterinário, Mestre em Medicina Veterinária Preventiva pela Universidade Federal de Pelotas.	401.790.010-00
Rodrigo del Rio do Valle	Aiuká	Médico Veterinário, Mestre e Doutor em Reprodução Animal pela Universidade de São Paulo.	117.720.328-67

Tabela 1: Dados da equipe para o atendimento ao Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna (PMAVE).

Nome	Instituição	Formação	CPF
Tamiris dos Santos Rodrigues	Aiuká	Médica Veterinária	430.796.468-35
Tatiana Rapchan Quesada	Aiuká	Bióloga, Pós-graduada em Ecologia e Monitoramento Ambiental pela Universidade de Araraquara.	345.615.838-66
Viviane Barquete Garcia Costa	Aiuká	Oceanóloga, Mestre em Aquicultura pela Fundação Universidade Federal de Rio Grande, Doutora em Zoologia pela <i>University of Cape Town</i> .	247.454.708-86
Yan Gabriel Celli Ramos	Aiuká	Biólogo, Mestrado em Ecologia e Evolução pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.	140.673.187-07

3.3.2. Instalações

As seguintes categorias de instalação serão utilizadas para atender ao PMAVE a ser implementado durante as atividades de perfuração da Shell no Bloco C-M-659, na Bacia de Campos:

- **Ponto de Coleta de Fauna (PCF):** Local de registro/interação da avifauna com a atividade desenvolvida. Atuará como local de captura e acondicionamento de aves até o transporte para o continente e Centro de Reabilitação de Fauna (CRF). Equipamentos básicos serão armazenados para realização das atividades previstas.
- **Centro de Reabilitação de Fauna (CRF):** Estrutura permanente, no continente, designada para reabilitação, condicionamento e preparo para soltura de aves.

Em função da localização das instalações que poderão atuar como base de apoio para a atividade de perfuração no Bloco C-M-659, foram identificadas instalações que poderão atuar no atendimento e manejo de aves, considerando prioritariamente sua infraestrutura e localização:

- **Unidade Marítima:** Atuará como **PCF**, responsável pela captura, acondicionamento temporário e transporte de aves que aparecem na unidade marítima. Equipamentos básicos serão armazenados para realização das atividades previstas.
- **Centro Operacional da Aiuká no Rio de Janeiro (COP Aiuká RJ):** Poderá atuar como **CRF**, dispondo de todos os recursos humanos e materiais, além de equipamentos para as diferentes etapas do processo de reabilitação de aves capturadas na unidade marítima, incluindo a realização de necropsia.

- **Centro Operacional da Aiuká em São Paulo (COP Aiuká SP):** Poderá atuar como **CRF**, dispondo de todos os recursos humanos e materiais, além de equipamentos para as diferentes etapas do processo de reabilitação aves, incluindo a realização de necropsia.
- **Instituto de Pesquisa e Reabilitação de Animais Marinhos (IPRAM):** atuará como **CRF**, dispondo de todos os recursos humanos e materiais, além de equipamentos para as diferentes etapas do processo de reabilitação de aves capturadas na unidade marítima, incluindo a realização de necropsia.

É importante ressaltar que a instalação mais próxima sempre será priorizada, entretanto, na necessidade de procedimentos específicos, ausência de vagas ou qualquer motivo técnico, a ave poderá ser transferida para instalações mais distantes.

A **Tabela 2** e a **Figura 9** apresentam informações detalhadas e a distribuição geográfica das instalações previstas para atendimento e manejo de aves na unidade marítima a serviço da Shell, com a localização e contatos de referência das referidas instalações. Os documentos comprobatórios, emitidos pelos responsáveis das instituições estão incluídos no **ANEXO 5**. A **Tabela 3**, por sua vez, contém o tempo estimado para transporte dos animais entre as instalações.

Tabela 2: Lista de instalações para o atendimento ao PMAVE.

MANEJO DE FAUNA				
Nome: Centro Operacional da Aiuká Rio de Janeiro – COP Aiuká RJ			CNPJ: 11.628.466/0002-33	
Responsável: Valeria Ruoppolo			Contato: (22) 2760-7661	
Atividades:	(x) Estabilização	(x) Reabilitação	(x) Necropsia	CTF: 6783738
Endereço: Rua Teresópolis, 163, Boca da Barra, Rio das Ostras-RJ, CEP: 28893-004				
Nome: Centro Operacional da Aiuká São Paulo – COP Aiuká SP			CNPJ: 11.628.466/0001-52	
Responsável: Valeria Ruoppolo			Contato: (13) 3491-4074	
Atividades:	(x) Estabilização	(x) Reabilitação	(x) Necropsia	CTF: 5124906
Endereço: Avenida do Trabalhador, 1799, Praia Grande - SP, CEP: 11725-000				
Nome: IPRAM - Instituto de Pesquisa e Reabilitação de Animais Marinhos (CRF)			CNPJ: 13.094.626/0001-56	
Responsável: Renata Cristina Campos Bhering			Contato: (27) 3286-0135	
Atividades:	(x) Estabilização	(x) Reabilitação	(x) Necropsia	CTF: 576002
Endereço: BR262, km 0, sem número, Jardim América, Cariacica – ES, CEP 29140-130				

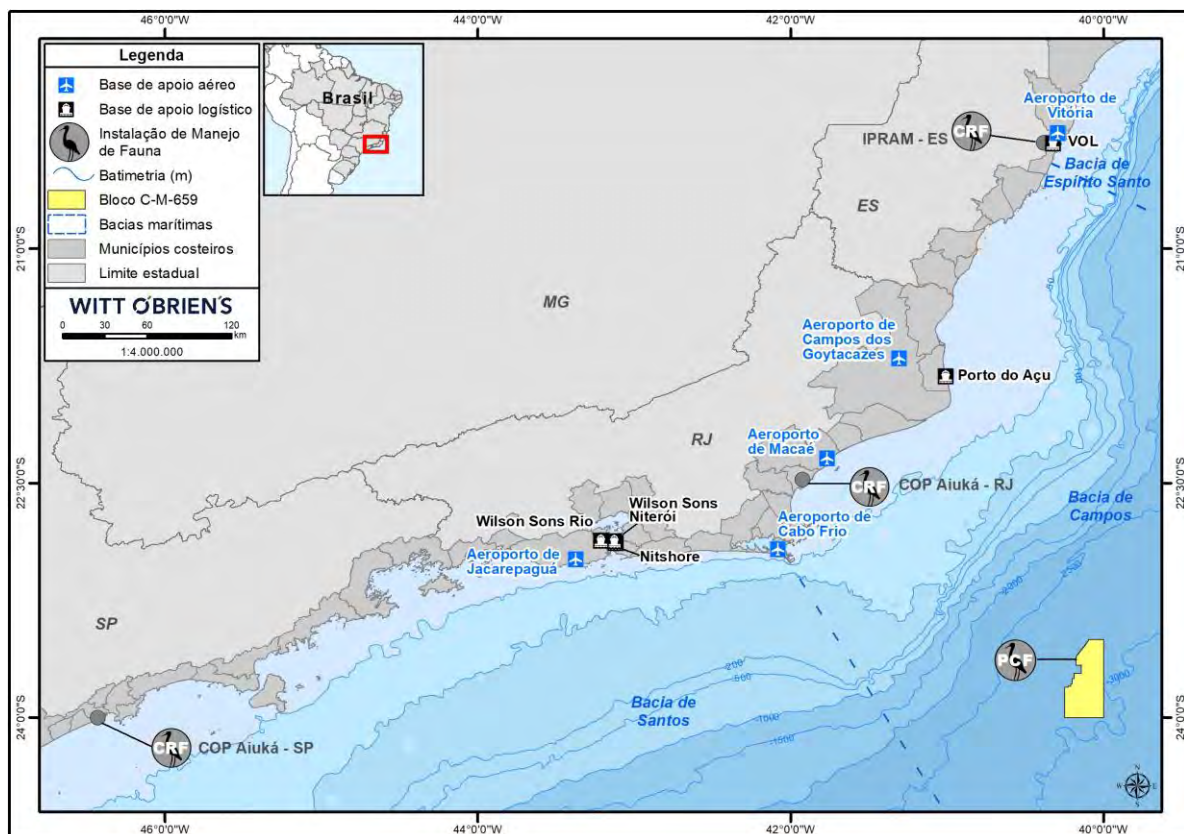


Figura 9: Distribuição geográfica das instalações de atendimento (Legenda: CRF – Centro de Reabilitação de Fauna, PCF – Ponto de Coleta de Fauna).

Tabela 3: Estimativas de distância e tempo mínimo para o deslocamento entre as instalações de atendimento à fauna.

Origem	Destino	Distância	Meio de transporte	Tempo estimado*
Base de apoio marítimo no Rio de Janeiro/RJ	COP Aiuká RJ	170 km	Veículo terrestre	3h30
Bases de apoio marítimo em Niterói/RJ	COP Aiuká RJ	160 km	Veículo terrestre	3h30
Base de apoio marítimo em São João da Barra/RJ	COP Aiuká RJ	180 km	Veículo terrestre	4h00
Base de apoio marítimo em Vila Velha/ES	COP Aiuká RJ	390 km	Veículo terrestre	8h00
	IPRAM (ES)	05 km	Veículo terrestre	0h30
Aeroporto de Jacarepaguá	COP Aiuká RJ	190 km	Veículo terrestre	4h00
	Aeroporto de Congonhas	350 km	Helicóptero	1h30
	Aeroporto de Vitória	560 km	Helicóptero	2h00
Aeroporto de Cabo Frio	COP Aiuká RJ	65 km	Veículo terrestre	1h30
	Aeroporto de Congonhas	475 km	Helicóptero	2h00
	Aeroporto de Vitória	460 km	Helicóptero	2h00

Tabela 3: Estimativas de distância e tempo mínimo para o deslocamento entre as instalações de atendimento à fauna.

Origem	Destino	Distância	Meio de transporte	Tempo estimado*
Aeroporto de Macaé	COP Aiuká RJ	35 km	Veículo terrestre	1h00
	Aeroporto de Congonhas	525 km	Helicóptero	2h00
	Aeroporto de Vitória	360 km	Helicóptero	1h30
Aeroporto de Campos dos Goytacazes	COP Aiuká RJ	150 km	Veículo terrestre	3h00
	Aeroporto de Congonhas	590 km	Helicóptero	2h00
	Aeroporto de Vitória	260 km	Helicóptero	1h30
COP Aiuká RJ	COP Aiuká SP	670 km	Veículo terrestre	13h30**
Aeroporto de Congonhas***	COP Aiuká SP	70 km	Veículo terrestre	1h30
Aeroporto de Vitória	IPRAM (ES)	16 km	Veículo terrestre	0h30

Notas: * O cálculo do tempo estimado considerou uma velocidade média de 50 km/h para veículo terrestre, 10 nós para embarcações e 300 km/h para helicóptero, sendo arredondado de 30 em 30 minutos.

** Caso haja necessidade de transferência de aves entre as instalações, deverá ser priorizado o transporte por via aérea, com utilização do Aeroporto de Congonhas.

*** Aeroporto a ser utilizado como apoio para transporte por via aérea para COP Aiuká SP.

3.3.3. Equipamentos

Os equipamentos que estarão disponíveis na instalação que atuará como Ponto de Coleta de Fauna (PCF) na execução do PMAVE durante as atividades de perfuração marítima dos poços exploratórios da Shell na Bacia de Campos estão listados na **Tabela 4**.

Tabela 4: Relação de recursos materiais que ficarão armazenados no Ponto de Coleta de Fauna (PCF), durante a atividade de perfuração marítima da Shell na Bacia de Campos.

Item	Quantidade	Descrição
Manual PMAVE	1	Exemplar impresso do Manual PMAVE (ANEXO 1)
Planilha PMAVE	20	Planilha impressa (ANEXO 2)
Ficha PMAVE	20	Fichas impressas (ANEXO 3)
Caixa de papelão	5	Dimensões aproximadas 80 cm x 80 cm
Caixa de transporte número 2 Padrão IATA	2	Produzida em polietileno, desmontável e com ventilação
Caixa de transporte número 5 Padrão IATA	1	Produzida em polietileno, desmontável e com ventilação
Caixa térmica	2	Isolamento térmico, atóxica, alça rígida com trava de segurança e total vedação
Cobertor de lã	1	Dimensões (L x C): 160 cm x 220 cm
Espadrado (rolo)	1	Rolo com 3 m ou mais, largura de 5 cm ou superior
Fita adesiva larga (rolo)	1	Fita adesiva para empacotamento, transparente 45 mm X 50 m
Luva de algodão (par)	2	100% algodão, pigmentada ou não
Luva de procedimento (caixa)	1	Caixa com 100 unidades, fabricada em látex não-estéril; tamanho G
Luva de raspa (par)	2	Fabricada em raspa de couro (inteira ou parcialmente)

Tabela 4: Relação de recursos materiais que ficarão armazenados no Ponto de Coleta de Fauna (PCF), durante a atividade de perfuração marítima da Shell na Bacia de Campos.

Item	Quantidade	Descrição
Máscara de proteção PFF2/N95 (caixa)	1	Formato concha, filtro para particulados, tiras ajustáveis
Óculos de proteção	2	Fabricado em PVC ou policarbonato
Pincel marcador permanente	1	Cor preta, pincel grosso (1100 ou similar)
Puçá pequeno (P)	1	Cabo de alumínio dobrável; aro com Ø 50 cm; malha de multifilamento com até 2 cm de largura; capacidade de peso aprox. 500 g.
Puçá grande (G)	1	Cabo de alumínio dobrável; aro com Ø 80 cm; malha de multifilamento com até 4 cm de largura; capacidade de peso aprox. 1.500 g.
Saco para lixo infectante (pacote)	1	Pacote com 20 unidades, capacidade para 50 l (15 kg) cada
Toalha de banho	10	Dimensões (L x C): 70 cm x 130 cm
Toalha de rosto	5	Dimensões (L x C): 50 cm x 80 cm

4. DOCUMENTAÇÃO

Como mencionado anteriormente, todas as ocorrências relacionadas ao PMAVE durante as atividades de perfuração marítima de poços exploratórios pela Shell no Bloco C-M-659, na Bacia de Campos, serão registradas e documentadas através do preenchimento da Planilha e da Ficha PMAVE (**ANEXO 2** e **ANEXO 3**, respectivamente).

Será desenvolvido um relatório ao final da atividade, consolidando as ocorrências durante toda a atividade, bem como os respectivos encaminhamentos. O relatório será composto por:

- a) Tabela com todas as ocorrências, conforme modelo:

RELATÓRIO PMAVE – TABELA		
Nº	Descrição da Coluna	Orientação para Preenchimento
1	Ocorrência	Número da ocorrência
2	Data de entrada	AAAA/MM/DD
3	Origem	(1) Aglomeração de aves na unidade marítima; (2) Ave cuja presença ofereça risco à segurança operacional ou do animal; (3) Ave debilitada, ferida ou que necessite de atendimento veterinário; (4) Ave acidentalmente levada à instalação, cujo isolamento não permita o retorno à sua origem; (5) Carcaça de ave encontrada na área da unidade marítima; (6) Outros.
4	Quantidade	Número de animais avistados na ocorrência
5	Espécie	Nome científico da espécie. Para espécies não identificadas, padronizar: (D) Desconhecido.
6	Sexo	(M) Macho, (F) Fêmea, (I) Indeterminado, (D) Desconhecido.
7	Grupo etário	(N) Neonato/Filhote, (J) Juvenil/Sub-adulto, (A) Adulto, (S) Senil, (D) Desconhecido.

RELATÓRIO PMAVE – TABELA

Nº	Descrição da Coluna	Orientação para Preenchimento
8	Estado	(V) Vivo, (M) Morto
9	Colisão	(N) Não, (S) Sim, (D) Desconhecido.
10	Aprisionamento	(N) Não, (S) Sim, (D) Desconhecido.
11	Óleo	(N) Não, (S) Sim, (D) Desconhecido.
12	Ferimento	(N) Não, (S) Sim, (D) Desconhecido.
13	Destinação final	(NI) Não houve interferência ou manipulação, (AF) Afugentamento, (SI) Soltura imediata, (RE) Relocação, (SR) Soltura após reabilitação, (OB) Óbito, (TC) Transferência para cativeiro, (EV) Evasão, (OU) Outros.
14	Data de destinação	AAAA/MM/DD

- b) Carta de recebimento das instituições depositárias do material de interesse científico, contendo a lista e a quantidade dos animais recebidos.
- c) Planilha que contenha os dados brutos de todo o período de execução do PMAVE, desde sua implementação, em formato “.csv” (codificação de caracteres, ou *encoding*, em “UTF-8” / campos separados por “;” ponto e vírgula), conforme solicitado em OFÍCIO-CIRCULAR Nº 1/2022/CGMAC/DILIC (IBAMA, 2022) e de acordo com o modelo:

RELATÓRIO PMAVE – PLANILHA DE DADOS BRUTOS

Nº	Descrição da Coluna	Orientação para Preenchimento
1	Processo	02001.004518/2020-90
2	Empreendedor	Shell Brasil Petróleo Ltda.
3	Bacia	Bacia de Campos
4	Unidade	Sigla da plataforma, embarcação ou unidade da ocorrência inicial.
5	Licença Ambiental	XXXX/AAAA
6	Projeto	PMAVE
7	ABIO	Número da ABIO. Padronizar: XXX/AA
8	Ocorrência	Número da ocorrência
9	Data de entrada	AAAA/MM/DD
10	Hora de entrada	HH:MM (sistema horário de 24 horas)
11	Latitude	Número decimal separado por ponto (somente graus), com o negativo representando latitudes sul.
12	Longitude	Número decimal separado por ponto (somente graus), com negativo representando longitudes oeste.
13	Origem	(1) Aglomeração de aves nas instalações da unidade marítima; (2) Ave cuja presença ofereça risco à segurança operacional ou do animal; (3) Ave debilitada, ferida ou que necessite de atendimento veterinário; (4) Ave acidentalmente levada à instalação, cujo isolamento não permita o retorno à sua origem; (5) Carcaça de ave encontrada na área da unidade marítima; (6) Outros.

RELATÓRIO PMAVE – PLANILHA DE DADOS BRUTOS

Nº	Descrição da Coluna	Orientação para Preenchimento
14	Quantidade	Número de animais avistados na ocorrência
15	Espécie	Nome científico da espécie. Para espécies não identificadas, padronizar: (D) Desconhecido.
16	Sexo	(M) Macho, (F) Fêmea, (I) Indeterminado, (D) Desconhecido.
17	Grupo etário	(N) Neonato/Filhote, (J) Juvenil/Sub-adulto, (A) Adulto, (S) Senil, (D) Desconhecido.
18	Estado	Estado do animal. Padronizar: (V) Vivo, (M) Morto
19	Condição corporal	Padronizar: (1) Caquético, (2) Magro, (3) Bom, (4) Ótimo, (D) Desconhecido.
20	Atitude	(BAR) Alerta e vivo, (QAR) Alerta e quieto, (NR) Não responsivo, (D) Desconhecido.
21	Colisão	(N) Não, (S) Sim, (D) Desconhecido.
22	Aprisionamento	(N) Não, (S) Sim, (D) Desconhecido.
23	Óleo	(N) Não, (S) Sim, (D) Desconhecido.
24	Ferimento	(N) Não, (S) Sim, (D) Desconhecido.
25	Destinação final	(NI) Não houve interferência ou manipulação, (AF) Afugentamento, (SI) Soltura imediata, (RE) Relocação, (SR) Soltura após reabilitação, (OB) Óbito, (TC) Transferência para cativeiro, (EV) Evasão, (OU) Outros.
26	Data de destinação	AAAA/MM/DD
27	Local de destinação	Local de transferência para cativeiro ou depósito de material de interesse científico (caso houver).
28	Documento de destinação	Número do documento de identificação
29	Identificação definitiva	Número da identificação definitiva

d) Cópias digitais das planilhas e fichas PMAVE, fichas clínicas, exames complementares, laudos de necropsias, fotografias e demais documentações pertinentes relacionadas às ocorrências. Os nomes dos arquivos deverão fazer referência ao número da ocorrência.

Adicionalmente, conforme NT nº 089/2015 CGPEG/IBAMA (MMA,2015), todos os registros de ocorrência de aves deverão ser inseridos, mensalmente, no Atlas de Registros de Aves Brasileiras (ARA), disponível através do site <http://ara.cemave.gov.br>.

Informações sobre recuperação de aves anilhadas deverão também ser comunicadas ao Centro Nacional de Pesquisa para Conservação das Aves Silvestres (CEMAVE), através do envio dos dados para o Sistema Nacional de Anilhamento (SNA), disponível em <http://www.ibama.gov.br/sna/recuperacao.php>.

5. EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PMAVE

A **Tabela 5** apresenta a lista de profissionais envolvidos na elaboração da versão original do PMAVE.

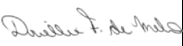


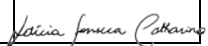
Tabela 5: Responsáveis pela elaboração original do PMAVE.

Nome	Empresa	Formação	Registro no Conselho de Classe	CTF - IBAMA
Valeria Ruoppolo	Aiuká	Médica Veterinária. Mestre e Doutora em Patologia Comparada pela Universidade de São Paulo. Experiência nacional e internacional em respostas à fauna petrolizada.	CRMV SP 8603	2984916
Viviane Barquete Garcia Costa	Aiuká	Oceanóloga. Mestre em Aquicultura pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande e Doutora em Zoologia pela <i>University of Cape Town</i> .	-	324746
Driellie Florencio de Melo	Aiuká	Bióloga pela Universidade Santa Cecília.	CRBio 116654/01-D	7367296
Renato Yoshimine Vieira	Aiuká	Oceanógrafo, Mestre em Oceanografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.	-	6552833
Luiza Saraiva	Witt O'Brien's Brasil	Engenheira Ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-graduanda em Economia e Gestão da Sustentabilidade pela UFRJ.	-	6483311
Letícia Catharino	Witt O'Brien's Brasil	Engenheira Ambiental pela Universidade Federal Fluminense.	-	7719108
Stella Rocha	Witt O'Brien's Brasil	Geógrafa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro.	-	1741652

6. EQUIPE RESPONSÁVEL PELA REVISÃO DO PMAVE

A **Tabela 6** apresenta a lista de profissionais envolvidos na revisão "Rev.01" deste PMAVE.

Tabela 6: Responsáveis pela revisão 01 do PMAVE.

Nome	Empresa	Formação	Registro no Conselho de Classe	CTF - IBAMA	Assinatura
Driellie Florencio de Melo	Aiuká	Bióloga, Mestranda em Biodiversidade e Ecologia Marinha e Costeira pela Universidade Federal de São Paulo.	CRBio 116654/01-D	7367296	
Natália Moretti Rongetta	Aiuká	Bióloga, Mestre em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ.	CRBio 82250/01-D	5339743	
Maurício Green	Witt O'Brien's Brasil	Biólogo pela Universidade Santa Úrsula. Mestre em Ciências do Mar pela Universidade Santa Úrsula. Pós-graduado em Gestão Ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.	CRBio/RJ 3808802 D	228064	
Letícia Catharino	Witt O'Brien's Brasil	Engenheira Ambiental pela Universidade Federal Fluminense.	-	7719108	

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). NBR 7500/2020 - Identificação para o transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de produtos, de 24 de março de 2020.

ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). NBR 9191/2008 - Sacos plásticos para acondicionamento de lixo - Requisitos e métodos de ensaio, de 26 de maio de 2008.

AIUKÁ & WITT O'BRIEN'S BRASIL. MAREM – Mapeamento Ambiental Para Resposta à Emergência No Mar: banco de dados, 2016. Disponível em: < <http://www.marem-br.com.br/>>

ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Resolução RDC n.º 222, de 28 de março de 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.

BRASIL. LEI FEDERAL Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. 2010.

CFMV (Conselho Federal de Medicina Veterinária). Resolução Nº 1000, de 11 de Maio de 2012. Dispõe sobre procedimentos e métodos de eutanásia em animais e dá outras providências. 2012.

CFMV (Conselho Federal de Medicina Veterinária). Resolução Nº 844, de 20 de Setembro de 2006. Dispõe sobre atestado de sanidade e óbito de animais, assim como os de vacinação de animais e dá outras providências. 2006.

GRIFFITH, B.; SCOTT, J.M.; CARPENTER, J.W.; REED, C. Translocation as a species conservation tool: status and strategy. Science v. 245, p. 477-480, 1989.

IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) OFÍCIO-CIRCULAR Nº 1/2022/CGMAC/DILIC. Brasília, 18 de julho de 2022.

IUCN. The IUCN Red List of Threatened Species. Version 2020-1. <<https://www.iucnredlist.org>>, 2020.

MMA (Ministério do Meio Ambiente). Portaria MMA nº 148, de 7 de junho de 2022. Diário Oficial da União, ed. 108, seção 1, p. 74, 2022.

MMA/IBAMA (Ministério do Meio Ambiente/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Instrução Normativa nº 02 de 02 de março de 2001.

MMA/IBAMA (Ministério do Meio Ambiente/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) NOT. TEC. 02022.000089/2015-76 CGPEG/IBAMA. *“Apresenta o Guia para elaboração do Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna - PMAVE, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás natural.”* Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 2015.

WEEKS, A.R.; SGRO, C.M.; YOUNG, A.G.; FRANKHAM, R., MITCHELL, N.J.; MILLER, K.A.; BYRNE, M.; COATES, D.J.; ELDRIDGE, M.D.B., SUNNUCKS, P.; BREED, M.F.; JAMES, E.A; HOFFMAN, A.A. Assessing the benefits and risks of translocations in changing environments: a genetic perspective. *Evolutionary Applications* v. 4, p. 709-725, 2011.

WITT O'BRIEN'S BRASIL. Plano de Emergência Individual – Atividade de Perfuração Marítima no Bloco C-M-659, Bacia de Campos. Rev.01 – 2022.



WITT O'BRIENS

Projeto de Monitoramento de Impactos de
Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna
Atividade de Perfuração Marítima
no Bloco C-M-659, Bacia de Campos
ANEXO 1



ANEXO 1 – MANUAL PMAVE

MANUAL PMAVE

OBJETIVOS

O Técnico Embarcado Responsável (TER) deverá registrar e receber orientações para todas as ocorrências envolvendo:

- Aglomeração de aves na plataforma;
- Aves que ofereçam risco à segurança operacional ou dos animais;
- Aves debilitadas, feridas ou que necessitem de atendimento veterinário;
- Aves acidentalmente levadas à instalação, cujo isolamento não permita o retorno do animal à sua origem;
- Carcaças de aves na plataforma.

CONTATOS EQUIPE TÉCNICA

COORDENADOR GERAL

Nome: Valeria Ruoppolo **Telefone:** (13) 3491-4074
E-mail: valeria.ruoppolo@aiuka.com.br

MÉDICO VETERINÁRIO RESPONSÁVEL

Nome: Valeria Ruoppolo **Telefone:** (13) 3491-4074
E-mail: valeria.ruoppolo@aiuka.com.br

EQUIPE TÉCNICA

Telefone: (13) 97421-9300 **E-mail:** pmave@aiuka.com.br

ORIENTAÇÕES

PRIORIDADES

- Risco para a segurança operacional;
- Mortandade de avifauna (ou risco de);
- Espécies ameaçadas de extinção.

AÇÕES INICIAIS

- Fotografar a(s) aves(s);
- Identificar o número de animais e se possível a espécie;
- Observar o seu comportamento;
- Preencher a Planilha e Ficha PMAVE, sempre que necessário;
- Comunicar a Equipe Técnica do PMAVE e a equipe de SMS;
- Receber orientações da Equipe Técnica do PMAVE.

Ocorrência de AVE VIVA na plataforma

Recomendação da Equipe Técnica = captura da ave pelo TER:

- A captura deve ser feita com o auxílio de uma toalha ou um puçá, sempre utilizando o EPI recomendado (luvas, óculos de proteção e máscara N95);
- Colocar a ave numa caixa de transporte com uma toalha no fundo. Caso ocorram duas aves simultaneamente, colocá-las em caixas separadas;
- O manejo e alimentação deverão ser realizados de acordo com as recomendações enviadas pela Equipe Técnica para a espécie capturada;
- Deve-se manter o animal capturado em local calmo, seguro, bem ventilado, com pouca luminosidade e temperatura amena (24-28°C) até que seja viabilizado seu transporte ao continente;
- Monitorar a ave até o desembarque da plataforma.

ORIENTAÇÕES

Ocorrência de AVE VIVA na plataforma**Recomendação da Equipe Técnica = captura da ave pela Equipe Técnica:**

- Caso a captura pelo TER não seja considerada segura para o próprio técnico e para a ave, a Equipe Técnica se deslocará até a plataforma;
- O TER deve isolar a área e monitorar a ave até a chegada da Equipe Técnica;
- A Equipe Técnica realizará a captura da ave, dando o devido atendimento e iniciando a estabilização e acondicionamento em caixa de transporte;
- Caso o transporte não ocorra de imediato, o TER dará continuidade ao manejo, seguindo recomendações da Equipe Técnica, até que a ave desembarque;
- O animal capturado deve ser mantido em local calmo, seguro, bem ventilado, com pouca luminosidade e temperatura amena (24-28°C) até que seja viabilizado seu transporte ao continente.

Ocorrência de AVE VIVA na plataforma**Recomendação da Equipe Técnica = monitoramento da ave:**

- Monitorar a(s) ave(s);
- Relatar qualquer alteração de comportamento à Equipe Técnica;
- Informar quando a interação entre a(s) ave(s) e a plataforma se encerrar.

Ocorrência de CARÇA na plataforma

- O TER deve recolher a carcaça, utilizando o EPI recomendado, e colocá-la em saco plástico para lixo infectante;
- O saco deve ser lacrado e colocado em caixa de isopor/térmica com gelo;
- Manter a caixa bem fechada para manutenção da temperatura interna;
- O gelo deve ser trocado a cada 12 horas até o momento de desembarque da caixa;
- A carcaça deve ser desembarcada para efetuação de necropsia e destinação apropriada.

Ocorrência de NINHO na plataforma**Ninho em local que NÃO ofereça risco à saúde humana e às operações:**

- Isolar e monitorar a área conforme recomendações da Equipe Técnica;
- Prevenir a disponibilidade de materiais que possam ser utilizados para a construção e manutenção de ninhos e possam causar danos à saúde do animal (nylon, plásticos, papéis);
- Quando os pais e os filhotes abandonarem (NATURALMENTE) o ninho, utilizar medidas preventivas para dificultar o retorno das aves ao local (telas, redes de proteção).

Ninho em local que ofereça risco à saúde humana; às operações ou às aves:

- Retirar o ninho e alocá-lo em local seguro conforme recomendações da Equipe Técnica, ou;
- Aguardar a chegada de membro da Equipe Técnica para a realização do deslocamento do ninho.



DOCUMENTAÇÃO

TER deverá documentar as ocorrências através de:

- Registro Fotográfico;
- Preenchimento Planilha PMAVE;
- Preenchimento Ficha PMAVE, caso a ave ou carcaça seja capturada:
 - Para TODOS os casos, a Ficha PMAVE deve ser encaminhada junto com a ave ou carcaça durante o transporte da mesma;
 - Além da Ficha PMAVE, a Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico (ABIO) deve acompanhar a ave até seu destino final.

- TER deverá documentar as ocorrências através de:
- Registro Fotográfico;
 - Preenchimento Planilha PMAVE;
 - Preenchimento Ficha PMAVE, caso a ave ou carcaça seja capturada:
 - Para TODOS os casos, a Ficha PMAVE deve ser encaminhada junto com a ave ou carcaça durante o transporte da mesma;
 - Além da Ficha PMAVE, a Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico (ABIO) deve acompanhar a ave até seu destino final.

[illegible]

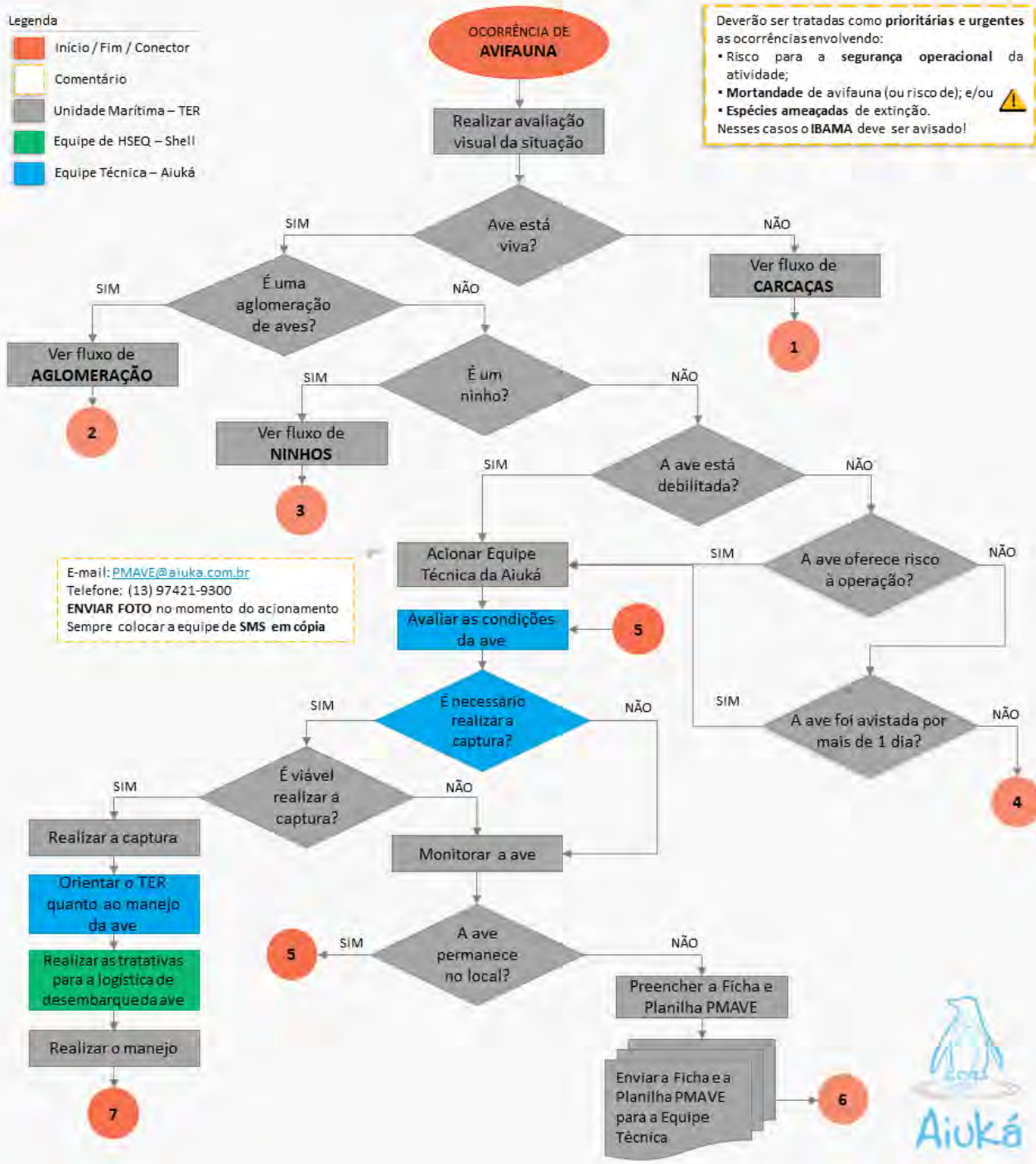
FICHA PMAVE		
Empreendimento:		Consultoria responsável: Aiuká Consultoria em Soluções Ambientais Ltda.
Empreendedor:		Número da ABIO:
Unidade Marítima:		
DADOS DO ANIMAL		
Nº Ocorrência:	ID Temporário:	ID Definitivo:
Espécie:	Sexo: () Macho () Fêmea () Indeterminado	
Grupo etário: () Neonato/Filhote () Juvenil/Sub-adulto () Adulto () Senil	Estado: () Vivo () Morto	
Condição corporal: () caquético () magro () bom () ótimo	Presença de óleo: () Sim () Não () Não sabe	
Atitude: () BAR [alerta e ativo] () QAR [alerta e quieto] () NR [não responsivo]	Ferimento visível: () Sim () Não () Não sabe	
Houve colisão da ave com a instalação: () Sim () Não () Não sabe		
Houve aprisionamento da ave na instalação: () Sim () Não () Não sabe		
Observações clínicas ou comportamentais:		
PROCEDIMENTOS		
AVISTAMENTO		
Data: ____/____/____ Hora: ____:____ Responsável (nome e assinatura): _____		
Origem: () 1. Aglomeração de aves; () 2. Presença de aves com risco à segurança; () 3. Aves debilitadas, feridas ou que necessite de atendimento; () 4. Ave acidentalmente levada à instalação, cujo isolamento não permita o retorno à sua origem; () 5. Carcaças de aves; () 6. Outros		
Coordenadas geográficas: _____		
Local encontrado: _____		
Observações:		
ACIONAMENTO		
Data: ____/____/____ Hora: ____:____ Responsável (nome e assinatura): _____		
Motivo do acionamento ou outras observações:		
CAPTURA		
Data: ____/____/____ Hora: ____:____ Responsável (nome e assinatura): _____		
Recebeu atendimento veterinário <i>in loco</i> ? () Não () Sim, pela equipe embarcada () Sim, pela equipe técnica		
Observações:		
TRANSPORTE		
Data: ____/____/____ Hora: ____:____ Responsável (nome e assinatura): _____		
Meio de transporte: _____		
Observações:		
RECEBIMENTO		
Data: ____/____/____ Hora: ____:____ Responsável (nome e assinatura): _____		
Documento: _____		
Local de destinação: _____		
Observações:		
DESTINAÇÃO FINAL		
Data: ____/____/____ Hora: ____:____ Responsável (nome/assinatura): _____ Documento: _____		
Local de Destinação: _____		
Tipo: () Óbito () Soltura imediata () Relocação () Soltura após reabilitação () Transferência para cativeiro () Evasão () Outros		
Observações:		

MÉDICO(A) VETERINÁRIO(A) RESPONSÁVEL _____

Fluxograma de acionamento do PMAVE

Legenda

- Início / Fim / Conector
- Comentário
- Unidade Marítima – TER
- Equipe de HSEQ – Shell
- Equipe Técnica – Aiuká

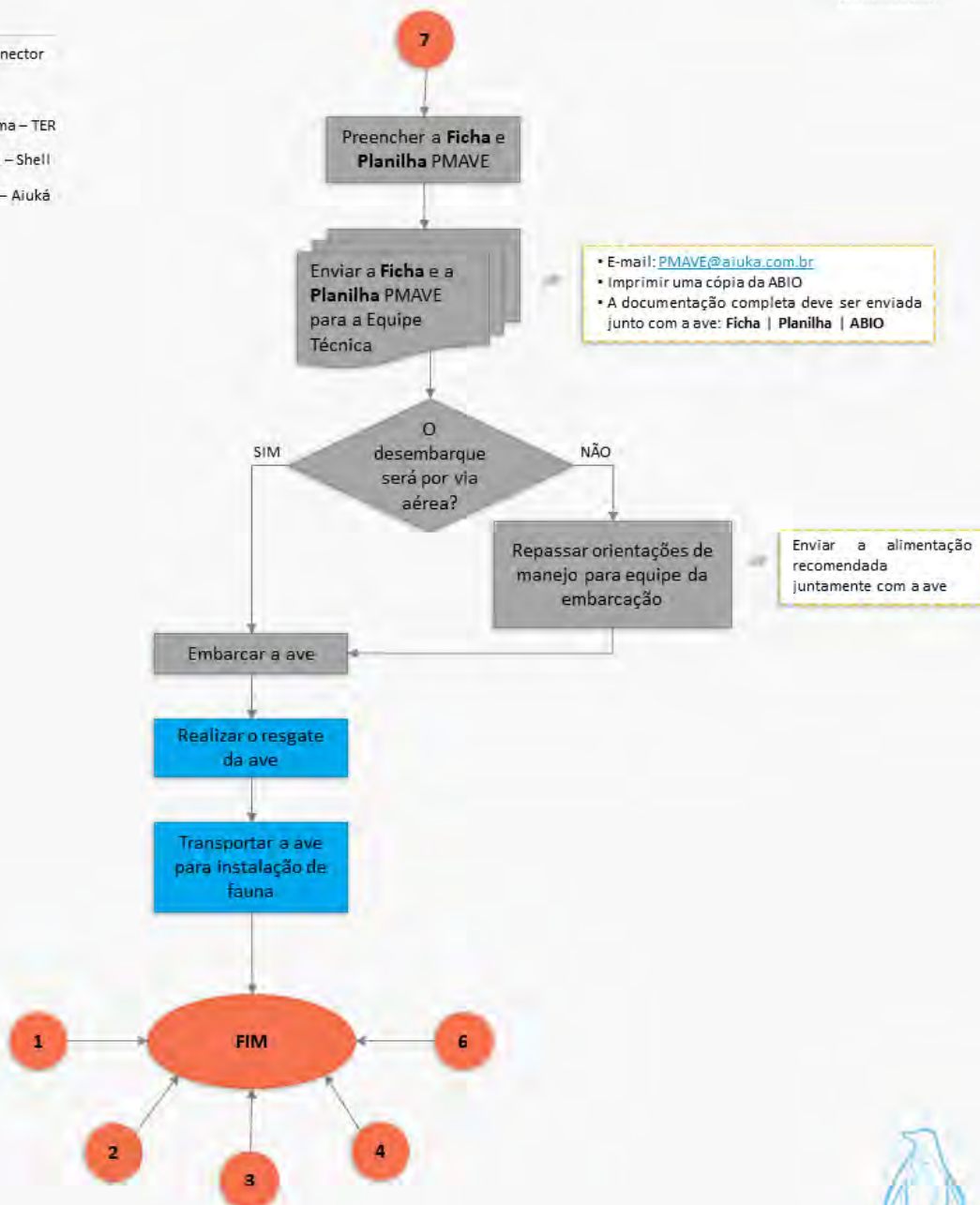


Fluxograma de acionamento do PMAVE

(continuação)

Legenda


- Início / Fim / Conector
- Comentário
- Unidade Marítima – TER
- Equipe de HSEQ – Shell
- Equipe Técnica – Aiuká



Fluxograma de acionamento do PMAVE

AGLOMERAÇÕES

Legenda

-  Início / Fim / Conector
-  Comentário
-  Unidade Marítima – TER
-  Equipe de HSEQ – Shell
-  Equipe Técnica – Aiuká

OCORRÊNCIA DE
**AGLOMERAÇÃO
DE AVE**

Acionar a Equipe
Técnica da Aiuká

E-mail: PMAVE@aiuka.com.br
Telefone: (13) 97421-9300
ENVIAR FOTO no momento do acionamento
Sempre colocar a equipe de SMS em cópia

Preencher a Ficha e
Planilha PMAVE

Enviar a Ficha e a
Planilha PMAVE
para a Equipe
Técnica

Avaliar a situação

Comunicar o IBAMA

FIM

Fluxograma de acionamento do PMAVE

CARCAÇAS

Legenda

- Início / Fim / Conector
- Comentário
- Unidade Marítima – TER
- Equipe de HSEQ – Shell
- Equipe Técnica – Aiuká

OCORRÊNCIA DE
**CARCAÇA DE
AVE**

Acionar a Equipe
Técnica da Aiuká

E-mail: PMAVE@aiuka.com.br
Telefone: (13) 97421-9300
ENVIAR FOTO no momento do acionamento
Sempre colocar a equipe de SMS **em cópia**

Fornecer
recomendações sobre
acondicionamento ao
TER

Acondicionar a carcaça

Preencher a Ficha e
Planilha PMAVE

Enviar a Ficha e a
Planilha PMAVE
para a Equipe
Técnica

- E-mail: PMAVE@aiuka.com.br
- Imprimir uma cópia da ABIO
- A documentação completa deve ser enviada
junto com a carcaça: **Ficha | Planilha | ABIO**

Realizar tratativas para
logística de transporte
da carcaça

Realizar o transporte
para o local definido

Recolher a carcaça

Transportar a carcaça
para a instalação de
fauna

Realizar a necropsia

Destinar
adequadamente

FIM

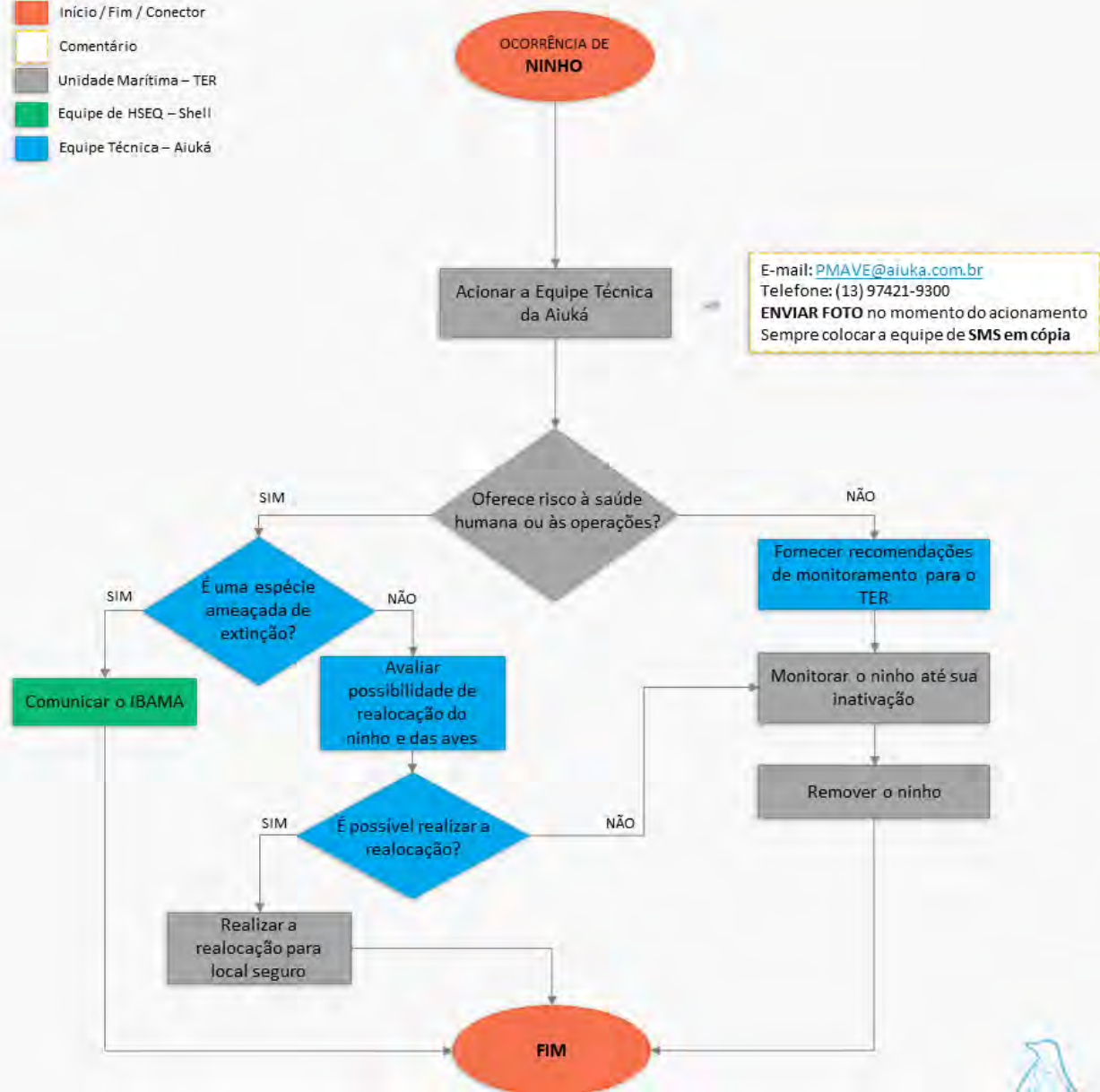


Fluxograma de acionamento do PMAVE

NINHOS

Legenda

- Início / Fim / Conector
- Comentário
- Unidade Marítima – TER
- Equipe de HSEQ – Shell
- Equipe Técnica – Aiuká



Prancha de identificação das espécies com possível ocorrência nas proximidades ou na unidade marítima

STERNIDAE



Trinta-réis-de-bico-preto

Gelochelidon nilotica



a – adulto
b – imaturo

Peso: 130-300g; comprimento: 33-43cm. Cauda bifurcada; bico curto e negro; pernas e capuz preto; dorso e asas cinzas; lado ventral branco. Fora do período reprodutivo o preto se restringe à face.



Trinta-réis-das-rocas

Onychoprion fuscatus



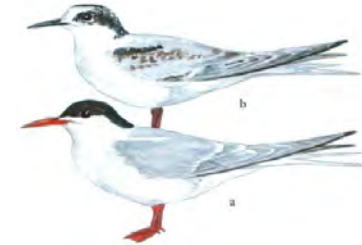
a – adulto
b – imaturo

Peso: 200-250g; comprimento: 36-45cm. Único trinta réis de parte superiores negra e partes inferiores branca; bico e pés pretos; cauda bifurcada. Imaturo apresenta plumagem fuliginosa escura.



Trinta-réis-de-bico-vermelho

Sterna hirundinacea



a – adulto
b – imaturo

Peso: 172-196g; comprimento: 41-43cm. Bicos e pés vermelhos, dorso cinza claro e peito branco; fronte e nuca pretos; em período não reprodutivo somente a nuca é preta. Imaturo possui bico preto ou escurecido e manchas escuras nas asas. Cauda bifurcada.

STERNIDAE



Trinta-réis-boreal

Sterna hirundo



a – adulto
b – imaturo

Peso médio: 136g; comprimento: 42-53cm. Ponta das asas negras e cauda bifurcada. Plumagem reprodutiva: fronte negra, pernas curtas, vermelhas e bico vermelho com a ponta preta ou completamente preto. Imaturo: bico, pernas e capuz pretos.



Trinta-réis-ártico

Sterna paradisaea



a – adulto
b – imaturo

Peso: 86-127g; comprimento: 33-36cm. Bico vermelho escuro; lados da cabeça com faixa branca; pernas e capuz pretos; corpo claro com cinza prateado no dorso e parte superior das asas; cauda longa e bifurcada.



Trinta-réis-miúdo

Sternula antillarum



a – adulto
b – imaturo

Peso: 39-52g; comprimento: 42-53cm. Pernas e pés amarelos; bico curto e amarelo com ponta negra; cauda bifurcada. Imaturo com bico negro e barras negras sobre as asas.

Espécie		Estado de Conservação		Sazonalidade de Ocorrência											
Nome científico	Nome comum	IUCN	MMA	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
 Charadriiformes: Sternidae															
<i>Gelochelidon nilotica</i>	Trinta-réis-de-bico-preto	LC	NL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
<i>Onychoprion fuscatus</i>	Trinta-réis-das-rocas	LC	NL	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
<i>Sterna hirundinacea</i>	Trinta-réis-do-bico-vermelho	LC	VU	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
<i>Sterna hirundo</i>	Trinta-réis-boreal	LC	NL	2	2	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2
<i>Sterna paradisaea</i>	Trinta-réis-ártico	LC	NL	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
<i>Sternula antillarum</i>	Trinta-réis-miúdo	LC	NL	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2

Legenda: IUCN = *The International Union for Conservation of Nature and Natural Resources*; MMA = Ministério do Meio Ambiente; **Estado de Conservação** - DD = Deficiente em dados (*Data deficient*); CR = Criticamente em perigo (*Critically endangered*); EN = Em perigo (*Endangered*); VU = Vulnerável (*Vulnerable*); NT = Quase ameaçada (*Near threatened*), LC = Menor preocupação (*Least concern*); NL = Não listada (*Not listed*) NA = Não aplicável. Sazonalidade de Ocorrência - 0 = quando a ocorrência da espécie não for esperada/prevista neste período; 1 = quando a ocorrência da espécie neste período é irregular ou incomum; 2 = quando a espécie tiver ocorrência no período; SI = quando não houver informações suficientes para determinar se a espécie possui ou não ocorrência durante o período.

Classificação de acordo com a carta SAO



Aves marinhas costeiras

Referências

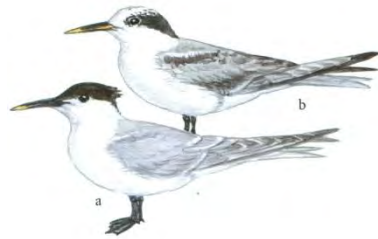
IUCN (2020). The IUCN Red List of Threatened Species. Version 2020-1. <<https://www.iucnredlist.org>>
 Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos – CBRO (2020). Lista das aves do Brasil. No prelo.
 Grantsau, R K H (2010). Guia Completo para Identificação das Aves do Brasil; São Carlos, SP, Vento Verde
 MMA (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE) (2022). Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção. Portaria N° 148, de 7 de junho dezembro de 2022.
 Sigris, T (2014). Guia de Campo Avis Brasilis – Avifauna Brasileira. São Paulo, Avis Brasilis

STERNIDAE



Trinta-réis-de-bando

Thalasseus acuflavidus



a – adulto
b – imaturo

Peso: 100-300g; comprimento: 32-40cm. Plumagem branca, dorso e asas cinzas; pernas e capuz pretos; bico preto com ponta amarela; cauda bifurcada.



Trinta-réis-real

Thalasseus maximus



a – adulto
b – imaturo

Peso: 350-500g; comprimento: 45-50cm. Bico alaranjado até avermelhado; pernas pretas; penas da nuca arrepiada e negras. Imaturo com pés e pernas amarelados e plumagem manchada. Cauda bifurcada.

SULIDAE



Atobá-de-pé-vermelho

Sula sula



a – forma branca
b – forma marrom

Peso: 900-1000g; comprimento: 65-75cm. Branco com as extremidades das asas negras ou marrom com as asas e a cauda mais escuras; bico azulado; pés vermelhos. Há também a forma marrom. Imaturo possui a plumagem parda.

SULIDAE



Atobá-do-cabo

Morus capensis



Peso: 2400-2600g; comprimento: 88-94cm. Cabeça com capuz amarelo; extremidades da asa totalmente negras; bico cinza azulado pálido; azul ao redor dos olhos; pernas e pés pretos. Juvenis são castanho escuro.



Atobá-grande

Sula dactylatra



Peso: 1200-2300g; comprimento: 80-92cm. Plumagem branca com a extremidade das asas negras; máscara negra em torno do bico e olhos; bico laranja para verde amarelado; olhos amarelados; pés escuros.

STERCORARIIDAE



Mandrião-de-cauda-comprida

Stercorarius longicaudus



a – adulto
b – imaturo

Peso: 250-444g; comprimento: 48-53cm. Topo da cabeça preto; cauda longa e afilada com penas pontiagudas; pernas de duas cores. Ocorrem fases de plumagem clara ou escura, porém adultos são mais claros que os imaturos.

Espécie		Estado de Conservação		Sazonalidade de Ocorrência											
Nome científico	Nome comum	IUCN	MMA	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
 Charadriiformes: Sternidae															
<i>Thalasseus acuflavidus</i>	Trinta-réis-de-bando	LC	VU	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
<i>Thalasseus maximus</i>	Trinta-réis-real	LC	EN	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
 Suliformes: Sulidae															
<i>Sula sula</i>	Atobá-de-pé-vermelho	LC	EN	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
<i>Morus capensis</i>	Atobá-do-cabo	EN	NL	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0
<i>Sula dactylatra</i>	Atobá-grande	LC	NL	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
 Charadriiformes: Stercorariidae															
<i>Stercorarius longicaudus</i>	Mandrião-de-cauda-comprida	LC	NL	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Legenda: IUCN = *The International Union for Conservation of Nature and Natural Resources*; MMA = Ministério do Meio Ambiente; **Estado de Conservação** - DD = Deficiente em dados (*Data deficient*); CR = Criticamente em perigo (*Critically endangered*); EN = Em perigo (*Endangered*); VU = Vulnerável (*Vulnerable*); NT = Quase ameaçada (*Near threatened*), LC = Menor preocupação (*Least concern*); NL = Não listada (*Not listed*) NA = Não aplicável. Sazonalidade de Ocorrência - 0 = quando a ocorrência da espécie não for esperada/prevista neste período; 1 = quando a ocorrência da espécie neste período é irregular ou incomum; 2 = quando a espécie tiver ocorrência no período; SI = quando não houver informações suficientes para determinar se a espécie possui ou não ocorrência durante o período.

Classificação de acordo com a Carta SAO



Aves marinhas costeiras



Aves marinhas pelágicas

Referências

IUCN (2020). The IUCN Red List of Threatened Species. Version 2020-1. <<https://www.iucnredlist.org>>

Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos – CBRO (2020). Lista das aves do Brasil. No prelo.

Grantsau, R K H (2010). Guia Completo para Identificação das Aves do Brasil; São Carlos, SP, Vento Verde

MMA (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE) (2022). Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção.

Portaria N° 148, de 7 de junho dezembro de 2022.

Sigrist, T (2014). Guia de Campo Avis Brasilis – Avifauna Brasileira. São Paulo, Avis Brasilis

STERCORARIIDAE



Mandrião-antártico
Stercorarius antarcticus



a – adulto
b – imaturo

Peso: 1200-2100g; comprimento: 52-64cm. Marrom com estrias ferruginosas no pescoço e dorso. Imaturo mais escuro com estrias no pescoço.



Mandrião-chileno
Stercorarius chilensis



Peso: 1100-1700g; comprimento: 53-59cm. Dorso e cabeça castanho escuro; garganta e partes inferiores com cor de canela. Quando pousado cauda não ultrapassa ponta das asas.



Mandrião-do-sul
Stercorarius maccormicki



a – adulto
b – imaturo

Peso: 900-1600g; comprimento: 50-55cm. Apresenta plumagem polimórfica, com branco na asa; cabeça e lado ventral marrom-cinzentos sem estrias claras ou escuras; asa fechada excede a ponta da cauda. Imaturo marrom. escuro.

STERCORARIIDAE



Mandrião-parasítico
Stercorarius parasiticus



a – adulto
b – imaturo

Peso: 330-610g; comprimento 41-50cm. Plumagem pardo-escuro; peito e pescoço branco-amarelados com faixas transversais; bico mais longo do que alto; cauda com penas longas e pontiagudas com duas centrais mais compridas; pernas e pés pretos.



Mandrião-pomarino
Stercorarius pomarinus



a – adulto
b – imaturo

Peso: 550-850g; comprimento: 46-51cm. Alto da cabeça marrom escuro; lados da cabeça e lado ventral brancos; peito manchado de marrom; bico mais alto do que largo; cauda longa com ponta arredondada. Imaturo com plumagem pardo-escuro com manchas cor de canela.

DIOMEDEIDAE



Albatroz-real
Diomedea epomophora



Peso: 8100-10.300g; comprimento: 107-122cm. Plumagem branca; asas pretas uniformes; bico rosado com a ponta amarela e com parte cortante anegrada; narinas abrem para frente.

Espécie		Estado de Conservação		Sazonalidade de Ocorrência											
Nome científico	Nome comum	IUCN	MMA	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
 Charadriiformes: Stercorariidae															
<i>Stercorarius antarcticus</i>	Mandrião-antártico	LC	NL	0	0	0	0	2	2	2	2	0	0	2	0
<i>Stercorarius chilensis</i>	Mandrião-chileno	LC	NL	2	2	2	0	0	2	2	2	2	0	0	0
<i>Stercorarius maccormicki</i>	Mandrião-do-sul	LC	NL	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
<i>Stercorarius parasiticus</i>	Mandrião-parasítico	LC	NL	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
<i>Stercorarius pomarinus</i>	Mandrião-pomarino	LC	NL	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
 Procellariiformes: Diomedidae															
<i>Diomedea epomophora</i>	Albatroz-real	VU	VU	2	0	0	0	0	0	0	2	2	2	2	2

Legenda: IUCN = *The International Union for Conservation of Nature and Natural Resources*; MMA = Ministério do Meio Ambiente; **Estado de Conservação** - DD = Deficiente em dados (*Data deficient*); CR = Criticamente em perigo (*Critically endangered*); EN = Em perigo (*Endangered*); VU = Vulnerável (*Vulnerable*); NT = Quase ameaçada (*Near threatened*), LC = Menor preocupação (*Least concern*); NL = Não listada (*Not listed*) NA = Não aplicável. Sazonalidade de Ocorrência - 0 = quando a ocorrência da espécie não for esperada/prevista neste período; 1 = quando a ocorrência da espécie neste período é irregular ou incomum; 2 = quando a espécie tiver ocorrência no período; SI = quando não houver informações suficientes para determinar se a espécie possui ou não ocorrência durante o período.

Classificação de acordo com a Carta SAO



Aves marinhas pelágicas

Referências

IUCN (2020). The IUCN Red List of Threatened Species. Version 2020-1. <<https://www.iucnredlist.org>>
 Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos – CBRO (2020). Lista das aves do Brasil. No prelo.
 Grantsau, R K H (2010). Guia Completo para Identificação das Aves do Brasil; São Carlos, SP, Vento Verde
 MMA (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE) (2022). Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção. Portaria N° 148, de 7 de junho dezembro de 2022.
 Sigrist, T (2014). Guia de Campo Avis Brasilis – Avifauna Brasileira. São Paulo, Avis Brasilis

DIOMEDEIDAE



Albatroz-errante

Diomedea exulans



Peso: 8190-11.910g; comprimento: 120-135cm. Plumagem branca com a ponta das asas negras; enorme bico amarelo ou rosado; narinas abrem para cima. Imaturos predominantemente pardos.



Piau-preto

Phoebastria fusca



Peso: 1800-2900g; comprimento: 84-89cm. Plumagem marrom escura; bico com linha lateral amarelo ou laranja; branco crescente atrás do olho. Juvenil similar ao adulto.



Albatroz-arisco

Thalassarche cauta



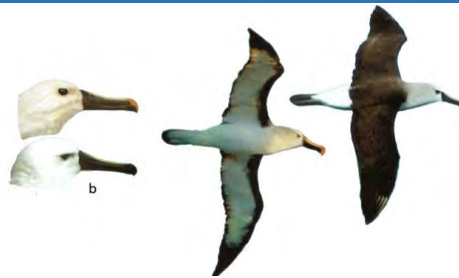
Peso: 3400-4400g; comprimento 90-99cm. Parte ventral branca; face e pescoço cinzas; cauda e parte superior das asas pretas; bico cinza-amarelo com a ponta amarela.

DIOMEDEIDAE



Albatroz-de-nariz-amarelo

Thalassarche chlororhynchos



Peso: 1700-2900g; comprimento: 70-80cm. Cabeça cinza com alto da cabeça branco; bico negro com a parte superior amarela, intensificando na ponta. Imaturo com bico preto.



Albatroz-de-cabeça-cinza

Thalassarche chrysostoma

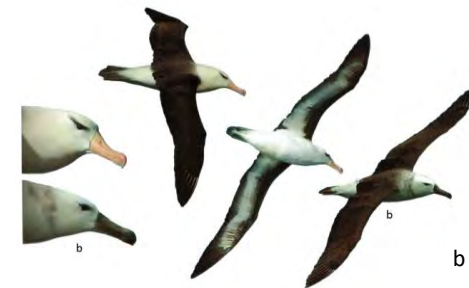


Peso: 2840-4345g; comprimento: 70-85cm. Cabeça e pescoço cinza-ardósia; parte superior das asas preta; bico preto com parte superior amarelo. Juvenil apresenta cabeça amarronzada e o bico negro.



Albatroz-de-sobrancelha

Thalassarche melanophris



Peso: 2800-4700g; comprimento: 80-93cm. Cabeça branca e sobrancelha negra; bico laranja-amarelado com ponta vermelha; fora do período reprodutivo o bico fica mais escuro. Juvenil é mais escuro, com bico anegrado e cinza na cabeça.

Espécie		Estado de Conservação		Sazonalidade de Ocorrência											
Nome científico	Nome comum	IUCN	MMA	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
 Procellariiformes: Diomedidae															
<i>Diomedea exulans</i>	Albatroz-errante	VU	CR	0	0	0	2	0	2	2	0	0	2	2	2
<i>Phoebastria fusca</i>	Piau-preto	EN	NL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	2
<i>Thalassarche cauta</i>	Albatroz-arisco	NT	NL	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0
<i>Thalassarche chlororhynchos</i>	Albatroz-de-nariz-amarelo	EN	EN	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
<i>Thalassarche chrysostoma</i>	Albatroz-de-cabeça-cinza	EN	NL	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0
<i>Thalassarche melanophris</i>	Albatroz-de-sobrancelha	LC	NL	0	0	0	2	2	2	2	2	2	2	0	0

Legenda: IUCN = *The International Union for Conservation of Nature and Natural Resources*; MMA = Ministério do Meio Ambiente; **Estado de Conservação** - **DD** = Deficiente em dados (*Data deficient*); **CR** = Criticamente em perigo (*Critically endangered*); **EN** = Em perigo (*Endangered*); **VU** = Vulnerável (*Vulnerable*); **NT** = Quase ameaçada (*Near threatened*), **LC** = Menor preocupação (*Least concern*); **NL** = Não listada (*Not listed*) **NA** = Não aplicável. Sazonalidade de Ocorrência - **0** = quando a ocorrência da espécie não for esperada/prevista neste período; **1** = quando a ocorrência da espécie neste período é irregular ou incomum; **2** = quando a espécie tiver ocorrência no período; **SI** = quando não houver informações suficientes para determinar se a espécie possui ou não ocorrência durante o período.

Classificação de acordo com a Carta SAO



Aves marinhas pelágicas

Referências

IUCN (2020). The IUCN Red List of Threatened Species. Version 2020-1. <<https://www.iucnredlist.org>>
 Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos – CBRO (2020). Lista das aves do Brasil. No prelo.
 Grantsau, R K H (2010). Guia Completo para Identificação das Aves do Brasil; São Carlos, SP, Vento Verde
 MMA (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE) (2022). Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção. Portaria N° 148, de 7 de junho dezembro de 2022.
 Sigrist, T (2014). Guia de Campo Avis Brasilis – Avifauna Brasileira. São Paulo, Avis Brasilis

PROCELLARIIDAE



Cagarra-grande

Calonectris borealis



Peso: 560-730g; comprimento: 45-48cm. Muito similar a *C. diomedea*; cabeça e dorso cinza-amarronzado; parte interna das asas com áreas brancas e pontas negras; bico comprido amarelado com ponta escura.



Bobo-grande

Calonectris diomedea



Peso: 560-730g; comprimento: 45-48cm. Cabeça e dorso cinza-amarronzados; parte interna das asas com áreas brancas e pontas negras; bico comprido amarelado com ponta escura.



Cagarra-de-cabo-verde

Calonectris edwardsii



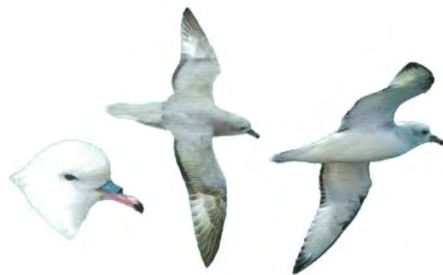
Peso: 420-540g; comprimento: 42-47cm. Cabeça e partes superiores cinza-amarronzadas escuras; cauda negra com faixa branca; face superior das asas cinza-amarronzada e inferior branca com pontas pretas; ventre branco; bico preto; pés rosados.

PROCELLARIIDAE



Pardelão-prateado

Fulmarus glacialis



Peso: 700-1000g; comprimento: 46-50cm. Dorso com plumagem cinza-claro, cabeça e partes inferiores brancas; asas com uma grande área branca; bico alto e cor-de-rosa; pernas e pés azul-pálido.



Petrel-azul

Halobaena caerulea

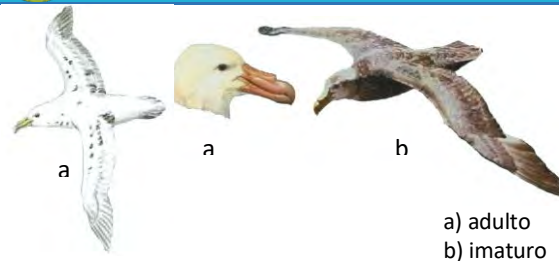


Peso: 170-230g; comprimento: 26-32cm. Diferencia da *Pachyptila* pela cabeça preta e a ponta da cauda branca; pés com dedos azuis e membranas interdigitais rosadas.



Petrel-grande

Macronectes giganteus



a) adulto
b) imaturo

Peso: 3800-5000g; comprimento: 86-99cm. Bico bege com ponta esverdeada clara. Adulto: cabeça com áreas esbranquiçadas. Imaturo: plumagem marrom a marrom escuro.

Espécie		Estado de Conservação		Sazonalidade de Ocorrência											
Nome científico	Nome comum	IUCN	MMA	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
 Procellariiformes: Procellariidae															
<i>Calonectris borealis</i>	Cagarra-grande	LC	NL	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
<i>Calonectris diomedea</i>	Bobo-grande	LC	NL	0	0	0	2	2	2	2	0	0	0	0	2
<i>Calonectris edwardsii</i>	Cagarra-de-cabo-verde	NT	NL	0	0	0	2	2	2	2	2	0	0	2	2
<i>Fulmarus glacialis</i>	Pardelão-prateado	LC	NL	0	0	2	2	2	2	2	2	2	0	0	0
<i>Halobaena caerulea</i>	Petrel-azul	LC	NL	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
<i>Macronectes giganteus</i>	Petrel-grande	LC	NL	0	0	2	0	0	2	2	2	2	2	2	0

Legenda: IUCN = *The International Union for Conservation of Nature and Natural Resources*; MMA = Ministério do Meio Ambiente; **Estado de Conservação** - DD = Deficiente em dados (*Data deficient*); CR = Criticamente em perigo (*Critically endangered*); EN = Em perigo (*Endangered*); VU = Vulnerável (*Vulnerable*); NT = Quase ameaçada (*Near threatened*), LC = Menor preocupação (*Least concern*); NL = Não listada (*Not listed*) NA = Não aplicável. Sazonalidade de Ocorrência - 0 = quando a ocorrência da espécie não for esperada/prevista neste período; 1 = quando a ocorrência da espécie neste período é irregular ou incomum; 2 = quando a espécie tiver ocorrência no período; SI = quando não houver informações suficientes para determinar se a espécie possui ou não ocorrência durante o período.

Classificação de acordo com a Carta SAO



Aves marinhas pelágicas

Referências

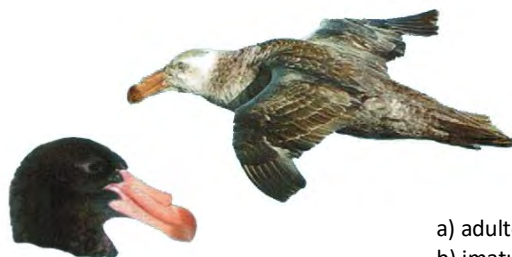
IUCN (2020). The IUCN Red List of Threatened Species. Version 2020-1. <<https://www.iucnredlist.org>>
 Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos – CBRO (2020). Lista das aves do Brasil. No prelo.
 Grantsau, R K H (2010). Guia Completo para Identificação das Aves do Brasil; São Carlos, SP, Vento Verde
 MMA (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE) (2022). Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção.
 Portaria N° 148, de 7 de junho dezembro de 2022.
 Sigrist, T (2014). Guia de Campo Avis Brasilis – Avifauna Brasileira. São Paulo, Avis Brasilis

PROCELLARIIDAE



Petrel-grande-do norte

Macronectes halli



a) adulto
b) imaturo

Peso: 3800-5000g; comprimento 81-94cm. Semelhante ao *M. giganteus*, bico bege com a ponta avermelhada. Adulto: com menores áreas esbranquiçadas na cabeça. Imaturo: plumagem marrom.



Faigão-de-bico-fino

Pachyptila belcheri

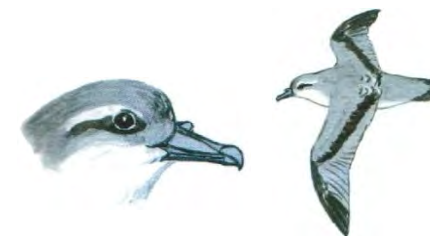


Peso: 112-192g; comprimento: 25-26cm. Diferencia da *P. vittata* pela linha superciliar branca maior e mais larga; face branca e distinta e linha pós-ocular escura; bico fino cinza-azulado sem lamelas filtradoras nas maxilas; pés azul-pálido.



Faigão-rola

Pachyptila desolata



Peso: 115-183g; comprimento: 25-27cm. Parte superior cinza-azulada com uma faixa negra na parte superior das asas formando um "M" durante o voo; ventre branco e ponta da cauda preta; bico largo com lamelas filtradoras escuras; pés azulados.

PROCELLARIIDAE



Faigão-de-bico-largo

Pachyptila vittata



Peso: 160-235g; comprimento: 25-30cm. Parte superior cinza-azulada com uma faixa negra na parte superior das asas formando um "M" durante o voo; ventre branco e ponta da cauda preta; bico preto com grandes lamelas filtradoras laterais amarelas.



Pardela-preta

Procellaria aequinoctialis



Peso: 1100-1500g; comprimento: 50-60cm. Plumagem negra ou negra-amarronzada uniforme, com branco variável na garganta e base mandibular; parte interna das asas pode ser acinzentada; bico amarelo ou córneo, com preto entre as narinas e ponta.



Grazina-de-trindade

Pterodroma arminjoniana



Peso: 420-520g; comprimento: 35-40cm. Geralmente marrom-escuro com partes claras na garganta e parte interna das asas; pés e pernas pretos. A plumagem mais clara possui dorso acinzentado, branco nas laterais da cabeça e uma banda cinza no peito. Bico preto.

Espécie		Estado de Conservação		Sazonalidade de Ocorrência											
Nome científico	Nome comum	IUCN	MMA	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
 Procellariiformes: Procellariidae															
<i>Macronectes halli</i>	Petrel-grande-do-norte	LC	NL	0	0	0	0	0	0	0	2	2	2	0	0
<i>Pachyptila belcheri</i>	Faigão-de-bico-fino	LC	NL	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0
<i>Pachyptila desolata</i>	Faigão-rola	LC	NL	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0
<i>Pachyptila vittata</i>	Faigão-de-bico-largo	LC	NL	0	0	0	0	2	2	2	2	2	2	2	0
<i>Procellaria aequinoctialis</i>	Pardela-preta	VU	VU	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
<i>Pterodroma arminjoniana</i>	Grazina-de-Trindade	VU	CR	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

Legenda: IUCN = The International Union for Conservation of Nature and Natural Resources; MMA = Ministério do Meio Ambiente; **Estado de Conservação** - DD = Deficiente em dados (*Data deficient*); CR = Criticamente em perigo (*Critically endangered*); EN = Em perigo (*Endangered*); VU = Vulnerável (*Vulnerable*); NT = Quase ameaçada (*Near threatened*), LC = Menor preocupação (*Least concern*); NL = Não listada (*Not listed*) NA = Não aplicável. Sazonalidade de Ocorrência - 0 = quando a ocorrência da espécie não for esperada/prevista neste período; 1 = quando a ocorrência da espécie neste período é irregular ou incomum; 2 = quando a espécie tiver ocorrência no período; SI = quando não houver informações suficientes para determinar se a espécie possui ou não ocorrência durante o período.

Classificação de acordo com a carta SAO



Aves marinhas pelágicas

Referências

IUCN (2020). The IUCN Red List of Threatened Species. Version 2020-1. <<https://www.iucnredlist.org>>
 Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos – CBRO (2020). Lista das aves do Brasil. No prelo.
 Grantsau, R K H (2010). Guia Completo para Identificação das Aves do Brasil; São Carlos, SP, Vento Verde
 MMA (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE) (2022). Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção. Portaria N° 148, de 7 de junho dezembro de 2022.
 Sigrist, T (2014). Guia de Campo Avis Brasilis – Avifauna Brasileira. São Paulo, Avis Brasilis

PROCELLARIIDAE



Grazina-de-desertas

Pterodroma deserta



Peso: 295-355g; comprimento: 33-36cm. Plumagem dorsal cinza-escuro com o topo da cabeça mais escuro, e uma marca "M" nas asas; parte interna das asas escura; Ventre branco com semi-colar cinza no pescoço; bico preto.



Diablotim

Pterodroma hasitata



Peso: 329-591; comprimento médio: 40cm. Riscos negros na face; lado ventral branco; lado inferior da asa branco com uma faixa preta.



Grazina-de-barriga-branca

Pterodroma incerta



Peso: 420-520g; comprimento: 43cm. Plumagem marrom-escuro, com peito e barriga brancos; garganta marrom, as vezes pode ser acinzentada; parte interna das asas marrom.

PROCELLARIIDAE



Pardela-de-barrete

Ardenna gravis



Peso: 700-950g; comprimento: 43-51cm. Plumagem escura no dorso; alto da cabeça marrom-escuro; colar nugal branco; ventre branco com uma mancha escura; parte inferior das asas branca com contornos escuros; bico cinza escuro; pés amarelo-rosados.



Pardela-escura

Ardenna grisea

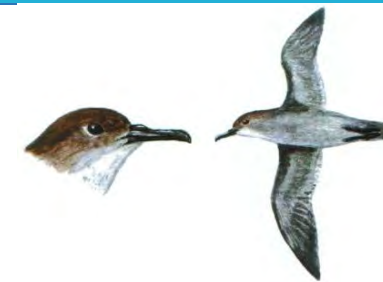


Peso: 700-1000g; comprimento: 40-51cm. Plumagem uniforme marrom-escuro ou cinza-escuro, com mancha branca muito chamativa na parte inferior das asas; garganta branco-prateada; bico preto; pés cinzentos



Pardela-sombria

Puffinus puffinus



Peso: 350-575g; comprimento: 30-38cm. Lado dorsal marrom escuro até preto; lado ventral branco; bico fino e preto; pernas e dedos rosados com membranas interdigitais cinza-azuladas.

Espécie		Estado de Conservação		Sazonalidade de Ocorrência											
Nome científico	Nome comum	IUCN	MMA	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
 Procellariiformes: Procellariidae															
<i>Pterodroma deserta</i>	Grazina-de-desertas	VU	VU	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
<i>Pterodroma hasitata</i>	Diablotim	EN	NA	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI
<i>Pterodroma incerta</i>	Grazina-de-barriga-branca	EN	EN	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
<i>Ardenna gravis</i>	Pardela-de-barrete	LC	NL	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
<i>Ardenna grisea</i>	Pardela-escura	NT	NL	2	0	0	0	2	2	2	2	2	2	2	2
<i>Puffinus puffinus</i>	Pardela-sombria	LC	NL	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2

Legenda: IUCN = *The International Union for Conservation of Nature and Natural Resources*; MMA = Ministério do Meio Ambiente; **Estado de Conservação** - DD = Deficiente em dados (*Data deficient*); CR = Criticamente em perigo (*Critically endangered*); EN = Em perigo (*Endangered*); VU = Vulnerável (*Vulnerable*); NT = Quase ameaçada (*Near threatened*), LC = Menor preocupação (*Least concern*); NL = Não listada (*Not listed*); NA = Não aplicável; SI = Sem informações. Sazonalidade de Ocorrência - 0 = quando a ocorrência da espécie não for esperada/prevista neste período; 1 = quando a ocorrência da espécie neste período é irregular ou incomum; 2 = quando a espécie tiver ocorrência no período; SI = quando não houver informações suficientes para determinar se a espécie possui ou não ocorrência durante o período.

Classificação de acordo com a carta SAO



Aves marinhas pelágicas

Referências

IUCN (2020). The IUCN Red List of Threatened Species. Version 2020-1. <<https://www.iucnredlist.org>>
 Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos – CBRO (2020). Lista das aves do Brasil. No prelo.
 Grantsau, R K H (2010). Guia Completo para Identificação das Aves do Brasil; São Carlos, SP, Vento Verde
 MMA (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE) (2022). Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção.
 Portaria N° 148, de 7 de junho dezembro de 2022.
 Sigrist, T (2014). Guia de Campo Avis Brasilis – Avifauna Brasileira. São Paulo, Avis Brasilis

HYDROBATIDAE



Painho-de-barriga-branca

Fregetta gallaria



Peso: 45-65g; comprimento: 19-20cm. Plumagem escura, semelhante a *Fregetta tropica*, com a barriga branca uniforme; bico escuro.



Painho-de-barriga-preta

Fregetta tropica



Peso: 43-63g; comprimento: 19,5-21cm. Plumagem escura; apresenta uma distinta linha longitudinal negra no centro de sua barriga branca; bico escuro.



Alma-de-mestre

Oceanites oceanicus



Peso: 34-45g; comprimento: 15-19cm. Marrom-fuliginoso escuro quase preto; lado superior das asas com uma faixa diagonal ocre; faixa branca na cauda; pés pretos com membranas amarelas.

HYDROBATIDAE



Painho-da-ilha-madeira

Hydrobates castro



Peso: 36-55g; comprimento: 18,5-21,5cm. Difere das *O. leucorhoa* e *O. oceanicus* pela cauda mais curta e quadrada; plumagem marrom com faixa cinza amarronzada na parte superior das asas; uma faixa branca entre o dorso e a cauda; bico e pés negros.



Painho-de-cauda-furcada

Hydrobates leucorhous



Peso: 38-54g; comprimento: 19-22cm. Plumagem preto-amarronzado; faixa marrom clara na parte superior das asas e uma faixa branca entre o dorso e a cauda; cauda mais comprida do que *O. oceanicus* e bifurcada; bico preto; pernas curtas e negras e pés negros.



Calcamar

Pelagodroma marina



Peso: 40-68g; comprimento: 18-21cm. Lembra uma *Pachyptila*, mas com as partes superiores marrons e com uma área cinza-azulada entre o dorso e a cauda; cabeça com as laterais brancas e uma mancha preta dos olhos até as orelhas; cauda quadrada.

Espécie		Estado de Conservação		Sazonalidade de Ocorrência											
Nome científico	Nome comum	IUCN	MMA	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
 Procellariiformes: Hydrobatidae															
<i>Fregetta grallaria</i>	Painho-de-barriga-branca	LC	NL	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	0	0
<i>Fregetta tropica</i>	Painho-de-barriga-preta	LC	NL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0
<i>Oceanites oceanicus</i>	Alma-de-mestre	LC	NL	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
<i>Hydrobates castro</i>	Painho-da-ilha-madeira	LC	NL	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1
<i>Hydrobates leucorhous</i>	Painho-de-cauda-furcada	VU	NL	2	2	2	2	2	0	0	0	0	2	2	2
<i>Pelagodroma marina</i>	Calamar	LC	NL	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0

Legenda: IUCN = *The International Union for Conservation of Nature and Natural Resources*; MMA = Ministério do Meio Ambiente; **Estado de Conservação** - DD = Deficiente em dados (*Data deficient*); CR = Criticamente em perigo (*Critically endangered*); EN = Em perigo (*Endangered*); VU = Vulnerável (*Vulnerable*); NT = Quase ameaçada (*Near threatened*), LC = Menor preocupação (*Least concern*); NL = Não listada (*Not listed*) NA = Não aplicável. Sazonalidade de Ocorrência - 0 = quando a ocorrência da espécie não for esperada/prevista neste período; 1 = quando a ocorrência da espécie neste período é irregular ou incomum; 2 = quando a espécie tiver ocorrência no período; SI = quando não houverm informações suficientes para determinar se a espécie possui ou não ocorrência durante o período.

Classificação de acordo com a carta SAO



Aves marinhas pelágicas

IUCN (2020). The IUCN Red List of Threatened Species. Version 2020-1. <<https://www.iucnredlist.org>>

Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos – CBRO (2020). Lista das aves do Brasil. No prelo.

Grantsau, R K H (2010). Guia Completo para Identificação das Aves do Brasil; São Carlos, SP, Vento Verde

MMA (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE) (2022). Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção.

Portaria N° 148, de 7 de junho dezembro de 2022.

Sigrist, T (2014). Guia de Campo Avis Brasilis – Avifauna Brasileira. São Paulo, Avis Brasilis

SPHENISCIDAE



Pinguim-de-magalhães

Spheniscus magellanicus



a – adulto
b – imaturo

Peso entre 4500-6000g; comprimento: 65-75cm. Larga faixa branca em volta da garganta preta, com duas faixas pretas no peito. O imaturo apresenta uma única faixa; bico negro.

Espécie		Estado de Conservação		Sazonalidade de Ocorrência											
Nome científico	Nome comum	IUCN	MMA	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
 Sphenisciformes: Spheniscidae															
<i>Spheniscus magellanicus</i>	Pinguim-de-Magalhães	NT	NL	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	1

Legenda: IUCN = *The International Union for Conservation of Nature and Natural Resources*; MMA = Ministério do Meio Ambiente; **Estado de Conservação** - DD = Deficiente em dados (*Data deficient*); CR = Criticamente em perigo (*Critically endangered*); EN = Em perigo (*Endangered*); VU = Vulnerável (*Vulnerable*); NT = Quase ameaçada (*Near threatened*), LC = Menor preocupação (*Least concern*); NL = Não listada (*Not listed*) NA = Não aplicável. Sazonalidade de Ocorrência - 0 = quando a ocorrência da espécie não for esperada/prevista neste período; 1 = quando a ocorrência da espécie neste período é irregular ou incomum; 2 = quando a espécie tiver ocorrência no período; SI = quando não houverm informações suficientes para determinar se a espécie possui ou não ocorrência durante o período.

Classificação de acordo com a carta SAO



Pinguim

IUCN (2020). The IUCN Red List of Threatened Species. Version 2020-1. <<https://www.iucnredlist.org>>

Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos – CBRO (2020). Lista das aves do Brasil. No prelo.

Grantsau, R K H (2010). Guia Completo para Identificação das Aves do Brasil; São Carlos, SP, Vento Verde

MMA (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE) (2022). Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção.

Portaria N° 148, de 7 de junho dezembro de 2022.

Sigrist, T (2014). Guia de Campo Avis Brasilis – Avifauna Brasileira. São Paulo, Avis Brasilis



WITT OBRIENS

Projeto de Monitoramento de Impactos de
Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna
Atividade de Perfuração Marítima
no Bloco C-M-659, Bacia de Campos
ANEXO 2



ANEXO 2 – PLANILHA PMAVE

Empreendimento:
Empreendedor:
Unidade Marítima:
Consultoria Responsável: Aiuká Consultoria em Soluções Ambientais
Número da ABIO:

OCORRÊNCIA				ANIMAL				INTERAÇÃO			DESTINAÇÃO			OBSERVAÇÕES	RÚBRICA
Nº	Data	Hora	Origem	Espécie	Qtde	Estado	Ferido	C	A	O	Tipo	Data	Hora		

ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO
OCORRÊNCIA
Origem

- (1) Aglomeração de aves nas instalações da plataforma/embarcação;
- (2) Ave cuja presença ofereça risco à segurança operacional ou do animal;
- (3) Ave debilitada, ferida ou que necessite de atendimento veterinário;
- (4) Ave acidentalmente levada à instalação, cujo isolamento não permita retorno à sua origem;
- (5) Carcaça de aves encontrada na área da plataforma ou da embarcação;
- (6) Outros.

ANIMAL:
Estado – Estado do animal: (V) Vivo, (M) Morto

Ferido – Presença de ferimento no(s) animal(is): (N) Não, (S) Sim, (D) Desconhecido

INTERAÇÃO
C – Houve colisão do(s) animal(is) com a estrutura: (N) Não, (S) Sim, (D) Desconhecido

A – Houve aprisionamento do(s) animal(is) na estrutura: (N) Não, (S) Sim, (D) Desconhecido

O – Presença de óleo no(s) animal(is): (N) Não, (S) Sim, (D) Desconhecido

DESTINAÇÃO
Tipo – (NI) Não houve interferência ou manipulação, (AF) Afugentamento, (SI) Soltura imediata, (RE) Relocação, (TR) Transferência para reabilitação, (OB) Transferência para necropsia, (EV) Evasão, (OU) Outros.



WITT OBRIENS

Projeto de Monitoramento de Impactos de
Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna
Atividade de Perfuração Marítima
no Bloco C-M-659, Bacia de Campos
ANEXO 3



ANEXO 3 – FICHA PMAVE

Empreendimento:
Empreendedor:
Consultoria Responsável: Aiuká Consultoria em Soluções Ambientais

Unidade Marítima:
Número ABIO:
DADOS DO ANIMAL

Nº Ocorrência: _____ **ID Temporário:** _____ **ID Definitivo:** _____ **Estado:** () Vivo () Morto
Espécie: _____ **Sexo:** () Macho () Fêmea () Desconhecido
Grupo etário: () Neonato/Filhote () Juvenil/Sub-adulto () Adulto () Senil **Ferimento visível:** () Sim () Não () Não sabe
Condição corporal: () caquético () magro () bom () ótimo **Presença de óleo:** () Sim () Não () Não sabe
Atitude: () BAR [alerta e ativo] () QAR [alerta e quieto] () NR [não responsivo]
Houve colisão da ave com a instalação: () Sim () Não () Não sabe
Houve aprisionamento da ave na instalação: () Sim () Não () Não sabe
Observações clínicas ou comportamentais:

PROCEDIMENTOS
AVISTAMENTO

Data: ____/____/____ Hora: ____:____ Responsável (nome e assinatura): _____
Origem: () 1. Aglomeração de aves; () 2. Presença de aves com risco à segurança; () 3. Aves debilitadas, feridas ou que necessite de atendimento; () 4. Ave acidentalmente levada à instalação, cujo isolamento não permita o retorno à sua origem; () 5. Carcaças de aves; () 6. Outros
 Coordenadas geográficas: _____
 Local encontrado: _____
 Observações:

ACIONAMENTO

Data: ____/____/____ Hora: ____:____ Responsável (nome e assinatura): _____
 Motivo do acionamento ou outras observações:

CAPTURA

Data: ____/____/____ Hora: ____:____ Responsável (nome e assinatura): _____
 Recebeu atendimento veterinário *in loco*? () Não () Sim, pela equipe técnica
 Observações:

TRANSPORTE

Data: ____/____/____ Hora: ____:____ Responsável (nome e assinatura): _____
 Meio de transporte _____
 Observações:

RECEBIMENTO

Data: ____/____/____ Hora: ____:____ Responsável (nome e assinatura): _____
 Documento: _____
 Local de destinação: _____
 Observações:

DESTINAÇÃO FINAL

Data: ____/____/____ Hora: ____:____ Responsável (nome e assinatura): _____
 Local de destinação _____ Documento: _____
 Tipo: () Óbito () Soltura imediata () Relocação () Soltura após reabilitação () Transferência para cativeiro () Evasão () Outros
 Observações:

Coordenador(a) Geral

Médico(a) Veterinário(a) Responsável



WITT O'BRIENS

Projeto de Monitoramento de Impactos de
Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna
Atividade de Perfuração Marítima
no Bloco C-M-659, Bacia de Campos
ANEXO 4



ANEXO 4 – DECLARAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO COM EMPRESA CONSULTORA RESPONSÁVEL PELO PMAVE

Praia Grande, 13 de janeiro de 2021.

DECLARAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

À Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros – CGMAC/DILIC/IBAMA

Prezados,

A Aiuká Consultoria em Soluções Ambientais CNPJ 11628466/0001-52 declara o compromisso de responder durante o período de vigência do contrato firmado com a SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA, ou seja, de 15 de fevereiro de 2019 a 14 de fevereiro de 2024, aos acionamentos referentes ao Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna provenientes das atividades de perfuração marítima no Bloco C-M-659, na Bacia de Campos (Processo IBAMA 02001.004518/2020-90).

Fico à disposição para qualquer esclarecimento.

Atenciosamente,



Valeria Ruoppolo



WITT OBRIENS

Projeto de Monitoramento de Impactos de
Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna
Atividade de Perfuração Marítima
no Bloco C-M-659, Bacia de Campos
ANEXO 5



ANEXO 5 – DOCUMENTOS DE ACEITE DE INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Ref.: Disponibilidade do COP Aiuká RJ para atender aves provenientes do Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna (PMAVE).

O COP Aiuká RJ está localizado na Boca da Barra, município de Rios das Ostras/RJ. A unidade possui área de 876m² e conta com instalações fixas e móveis que suportam o recebimento de até 20 aves provenientes do Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna (PMAVE). Possui recintos fixos com solário e recintos móveis, uma piscina fixa de 10.000L e piscinas móveis, sala de necropsia, laboratório, ambulatório e cozinha para preparo de alimento dos animais.

Após o recebimento dos animais, dar-se-á a máxima tentativa de reabilitar e realizar a soltura dos mesmos. Em casos de animais exóticos e domésticos capturados ou animais reabilitados que não estejam aptos a ser solto, os mesmos serão destinados de acordo com as regras do órgão ambiental competente em seu estado de origem, após emissão de laudo veterinário com a justificativa de impossibilidade de soltura do exemplar. Caso haja necessidade de efetuar eutanásia nos animais resgatados, o procedimento será realizado por um Médico Veterinário, em conformidade com os métodos recomendados pela Resolução CFMV nº 1000, de 11 de maio de 2012.

Declaro estar ciente e em pleno acordo com a inclusão do COP Aiuká RJ na relação de instalações aptas a desempenhar a função de centro de reabilitação de fauna para o atendimento de aves provenientes do Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna (PMAVE).

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,



Valeria Rudolpho

Diretora

Ref.: Disponibilidade do COP Aiuká SP para atender aves provenientes do Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna (PMAVE).

O Centro Operacional Aiuká SP (COP Aiuká SP) está localizado na Avenida do Trabalhador 1799, Sítio do Campo, Praia Grande – SP, e conta com instalações apropriadas para a realização do processo de recebimento, manejo e reabilitação de até 20 aves provenientes do PMAVE.

Com uma área construída de 750 m², possui todas as áreas médicas pertinentes ao atendimento de uma emergência envolvendo fauna oleada: recepção e admissão, ambulatório, área de quarentena, área de estabilização para as diferentes espécies de répteis, aves e mamíferos, área de limpeza e enxágue de animais, sistema de recolhimento dos efluentes contaminados, sala de secagem, recintos móveis e permanentes, piscinas móveis e piscinas fixas. Conta, ainda, com cozinha própria para o preparo e estoque de alimentos dos animais, lavanderia e depósito climatizado para os equipamentos.

Após o recebimento dos animais, dar-se-á a máxima tentativa de reabilitar e realizar a soltura dos mesmos. Em casos de animais exóticos e domésticos capturados ou animais reabilitados que não estejam aptos a ser solto, os mesmos serão destinados de acordo com as regras do órgão ambiental competente em seu estado de origem, após emissão de laudo veterinário com a justificativa de impossibilidade de soltura do exemplar. Caso haja necessidade de efetuar eutanásia nos animais resgatados, o procedimento será realizado por um Médico Veterinário, em conformidade com os métodos recomendados pela Resolução CFMV nº 1000, de 11 de maio de 2012.

Declaro estar ciente e em pleno acordo com a inclusão do COP Aiuká SP na relação de instalações aptas a desempenhar a função de centro de reabilitação de fauna para o atendimento de aves provenientes do Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna (PMAVE).

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.
Atenciosamente,



Valeria Rudolpho

Diretora

DECLARAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CARTA ACEITE

O Instituto de Pesquisa e Reabilitação de Animais Marinhos, associação civil com fins não-lucrativos conhecida pela sigla IPRAM, dotada de personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 13.094.626/0001-56, no município de Cariacica, Estado do Espírito Santo, na BR 262, Km 0, bairro Jardim América, CEP 29.140-130; neste ato representada por seu Diretor Presidente Luis Felipe Silva Pereira Mayorga, RG 2225233, CPF 124.455.107-40 e por sua Diretora executiva Renata Cristina Campos Bhering, RG 058.501, CPF 839.409.526-71, declara que possui contrato com a **Aiuká Consultoria em Soluções Ambientais** para prestar os serviços para a empresa **SHELL**, no período de 01/01/2021 a 31/12/2021, nos seguintes termos:

- 1- Está apta a realizar atividades de resgate em Tier 1 e com quantidade mínima de 01 (um) e máxima de 20 (vinte) animais em suas dependências;
- 2- Está apta Atendimento de 2 animais mensalmente provenientes de Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna (PMAVE), incluindo o deslocamento até a localidade informada para recebimento, tratamento e destinação final dos indivíduos. Sendo que cada animal vivo equivale à 2 carcaças, em casos de acionamento para retirada de carcaça.

Essa declaração é exclusiva para atendimento à empresa **SHELL** e possui validade até **31/12/2021** conforme contrato assinado com a **Aiuká**. Caso o contrato seja rescindido antes do prazo essa declaração será suspensa.

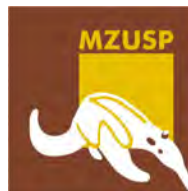
Cariacica 01 de janeiro de 2021



Luis Felipe Silva Pereira Mayorga
Diretor Presidente



Renata Cristina Campos Bhering
Diretora Executiva



Museu de Zoologia
Universidade de São Paulo

São Paulo, 28 de maio de 2020

Declaração

Declaro para os devidos fins que o Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (MZUSP) possui interesse e condições para receber material biológico eventualmente coletado no âmbito das empresas atendidas pela Aiuká Consultoria em Soluções Ambientais. Os exemplares serão depositados nas Coleções Científicas de (Avifauna, Herpetofauna e Mastofauna) do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo MZUSP. Os exemplares de interesse do MZUSP serão tombados na coleção, ficando disponíveis para a comunidade científica e autoridades interessadas.

Declaro, ainda, que o MZUSP é uma instituição centenária devotada ao depósito de espécimes zoológicos. As coleções de vertebrados têm espaço e condições de infraestrutura para abrigar espécimes provenientes de trabalhos de campo, incluindo espécimes-tipo. Além disso, temos interesse em que isso ocorra, uma vez que esse tipo de procedimento incrementa a amostragem faunística disponível para estudo. As coleções do MZUSP são de grande representatividade e fundamentais para qualquer estudo taxonômico. Finalmente, reiteramos que o MZUSP está aberto a qualquer pesquisador que deseje estudar qualquer material aqui depositado.

Aproveito a oportunidade para colocar-me à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Luís Fábio Silveira', with a stylized flourish at the end.

Luís Fábio Silveira
Curador da Seção de Aves
Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo
São Paulo - Brasil



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade



Macaé, 30 de abril de 2021.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que o Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade (NUPEM-UFRJ) possui interesse e condições para receber material biológico eventualmente coletado no âmbito das empresas atendidas pela Aiuká Consultoria em Soluções Ambientais. Os exemplares serão depositados na Coleção Científica do Instituto NUPEM-UFRJ. Os exemplares de interesse do Instituto NUPEM-UFRJ serão tombados na coleção, ficando disponíveis para a comunidade científica e autoridades interessadas.

Declaro, ainda, que o Instituto NUPEM-UFRJ é uma instituição devotada ao depósito de espécimes zoológicos. As coleções de vertebrados têm espaço e condições de infraestrutura para abrigar espécimes provenientes de trabalhos de campo, incluindo espécimes-tipo. Além disso, temos interesse em que isso ocorra, uma vez que esse tipo de procedimento incrementa a amostragem faunística disponível para estudo. As coleções do Instituto NUPEM-UFRJ são de grande representatividade e fundamentais para qualquer estudo taxonômico. Finalmente, reiteramos que o Instituto NUPEM-UFRJ está aberto a qualquer pesquisador que deseje estudar qualquer material aqui depositado.

Aproveito a oportunidade para colocar-me à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

Pablo Rodrigues Gonçalves
Coordenador das Coleções Científicas
Curador da Coleção de Mamíferos
NUPEM/UFRJ

Rio das Ostras, 02 de janeiro de 2021.

À Aiuká Soluções em Consultoria Ambiental

11.628.466/0001-52

Rua Teresópolis, 136

Boca da Barra, Rio das Ostras/RJ

CEP: 28893-003

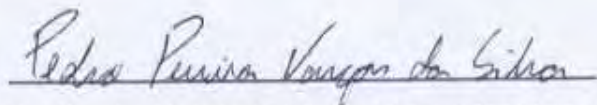
AA Nº IN050935 (INEA)

Assunto: Autorização de soltura de fauna silvestre reabilitada

Venho por meio desta carta autorizar a empresa Aiuká Consultoria em Soluções Ambientais realizar solturas de integrantes de fauna silvestre - aptos a retornar a vida em liberdade e de ocorrência natural da região - na área do Tayra Ecoparque Ltda., CNPJ 35.788.042/0001-13, situado na Estrada do Mirante, SN, Lote 31, quadra F, Mar do Norte, Rio das Ostras/RJ, CEP 28.898-040

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,



Pedro Pereira Vargas da Silva – Sócio-Administrador



II.11.1.4. Projeto de Prevenção e Controle de Espécies Exóticas (PPCEX)

No que diz respeito ao Projeto de Prevenção e Controle de Espécies Exóticas (PPCEX), todos os assuntos e demandas vinculadas a este tema, assim como discussões, análise e aprovações de medidas adicionais, serão tratadas no âmbito do Processo Administrativo nº 02001.002251/2019-62 (PPCEX SHELL), conforme orienta o Parecer Técnico nº 18/2019-COPROD/CGMAC/DILIC, de 31 de janeiro de 2019.

Em adição, a empresa reitera que, conforme orientações complementares expedidas por meio de Pareceres Técnicos e outras tratativas, e em consonância com as melhores práticas adotadas na indústria, será apresentada à essa Coordenação, anteriormente ao início das atividades com a Unidade Marítima de Perfuração e embarcações de apoio, laudo de inspeção e certificado de casco limpo, livre de incrustações por espécies exóticas/crípticas, recém-emitido e devidamente assinado por profissional qualificado. Da mesma forma, ao final do contrato, a empresa promoverá junto aos proprietários das embarcações e unidades contratadas, que seja executada nova inspeção de casco e, caso necessário, sua limpeza, com emissão de novo certificado.



II.11.2. Projetos Ambientais Complementares Relativos ao Meio Biótico

De acordo com as orientações do Termo de Referência (TR) SEI/IBAMA Nº 8165912, a empresa deverá, a partir da Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) e dos resultados obtidos na Análise e Gerenciamento de Riscos Ambientais (ARA), apresentar projetos ambientais complementares, com o intuito de evitar, mitigar, compensar ou monitorar os impactos da atividade. Da mesma forma, após a análise do Estudo Ambiental, o IBAMA poderá solicitar a execução de projetos ambientais complementares, com base nos resultados dos itens acima discriminados – AIA e ARA.

Nesse contexto, vale mencionar que as principais interferências da atividade de perfuração no Bloco C-M-659, Bacia de Campos, em situação de operação normal ocorrerão nas proximidades dos poços, situados na região oceânica, em águas ultra profundas (> 2.800 m), a aproximadamente 200 km da costa.

Durante a operação normal da atividade, foram identificados 16 impactos ambientais, sendo oito de baixa magnitude (50%), cinco de média magnitude (31%), e três de alta magnitude (19%). A maioria dos impactos identificados foram classificados como temporários e reversíveis (75%) e de pequena a média importância (62,5%). Os três impactos classificados como de alta magnitude foram os abaixo discriminados:

- IMP 3 - Introdução de espécies exóticas - classificado como de alta magnitude e grande importância, pela possibilidade de introdução de espécies exóticas no ambiente através de larvas de organismos que se encontram incrustadas nas unidades marítimas. O fator ambiental (biodiversidade) foi avaliado como de alta sensibilidade.
- IMP 13 - Variação da qualidade dos sedimentos em função do descarte de cascalho e fluido de perfuração - a magnitude do impacto foi classificada, conservadoramente, como alta, pois embora as áreas com maiores empilhamentos sejam restritas e localizadas, as condições do sedimento da região de deposição podem ser bastante alteradas. A importância do impacto foi classificada como média, em função da alta magnitude do impacto e da baixa sensibilidade do fator ambiental (alta profundidade e substrato homogêneo).
- IMP 14 - Interferência nas comunidades bentônicas em função do descarte de cascalho e fluido de perfuração – apesar dos impactos mais relevantes estarem restritos às áreas mais contíguas aos poços, o impacto, mesmo sendo bastante localizado, foi considerado como de alta magnitude, visto que as condições do sedimento da região de deposição poderão ser alteradas física e quimicamente, podendo alterar, tanto a composição, como a estrutura, da comunidade bentônica da área afetada. O fator ambiental foi classificado, conservadoramente, como de



alta sensibilidade, considerando as características intrínsecas à comunidade bentônica como importância ecológica no leito oceânico de regiões profundas, e baixa resiliência. A importância foi classificada como grande.

No que se refere à mitigação desses impactos, vale ressaltar que, o IMP 3 - Introdução de espécies exóticas, já está sendo contemplado pelo **Projeto de Prevenção e Controle de Espécies Exóticas – PPCEX**, que envolve ações de prevenção e controle de espécies exóticas bioincrustantes, com foco em coral-sol, nas unidades marítimas envolvidas na atividade de perfuração.

Já os IMP 13 - Variação da qualidade dos sedimentos em função do descarte de cascalho e fluido de perfuração e IMP 14 - Interferência nas comunidades bentônicas em função do descarte de cascalho e fluido de perfuração, encontram-se contemplados pelo **Projeto de Monitoramento Ambiental – PMA**, que tem como objetivo avaliar o impacto do descarte de fluidos de perfuração e cascalho, provenientes da atividade de perfuração sobre o ecossistema marinho, particularmente sobre o fundo marinho, através do imageamento de fundo no entorno dos poços. Adicionalmente, o **Projeto de Monitoramento de Fluidos e Cascalhos - PMFC** e o **Plano de Gerenciamento de Resíduos da Atividade de Perfuração – PGRAP**, atuam na mitigação desses impactos através do monitoramento e gerenciamento dos resíduos específicos da atividade de perfuração (fluidos, cascalhos, pastas de cimento). Lembrando que a atividade ocorrerá em águas ultra profundas (> 2.800m) e afastada da costa, aproximadamente, 200 km.

No que se refere a biota marinha - mamíferos, tartarugas, aves e peixes, apesar de não terem sido identificados impactos de alta magnitude, serão implementados o **Projeto de Monitoramento de Biota Marinha na Atividade de Perfuração (PMBM)**, que visa acompanhar os efeitos atrativos das UMPs e dessa forma, identificar padrões de comportamentos que possam estar ligados, ainda que indiretamente, à atividade; e o **Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna (PMAVE)**, específico para aves.

Com relação a Análise e Gerenciamento de Riscos Ambientais (ARA), considerando os baixos valores de tolerabilidade obtidos para cada CVA/SVA avaliado nesse estudo (valor máximo obtido de 5,99% para CVA Cetáceos), considera-se a atividade proposta como tolerável e sem a necessidade de implementação de medidas e/ou projetos ambientais adicionais aos já propostos nesse estudo ambiental.

Dessa forma, diante do exposto, não se considera necessária a execução de projetos ambientais complementares para o meio biótico.



II.11.3. Projeto de Monitoramento de Fluidos e Cascalhos

II.11.3.1. Introdução

O Projeto de Monitoramento de Fluidos e Cascalhos (PMFC) juntamente com o Processo Administrativo de Fluidos de Perfuração e Complementares da Shell Brasil Petróleo Ltda. (Processo nº 02022.001934/2009-82), rege o uso e descarte de fluidos de perfuração e complementares, cascalhos e pastas de cimento nas atividades de perfuração marítima, intervenção de poços e produção de petróleo e gás.

O PMFC aborda o gerenciamento dos fluidos empregados, bem como dos cascalhos gerados e dos resíduos de cimentação utilizados nas atividades de perfuração marítima, intervenção de poços e produção de petróleo e gás, desde o seu preparo até o destino final (descarte controlado ao mar, tratamento e/ou disposição final em terra), face às diretrizes para uso e descarte de fluidos de perfuração e cascalhos, fluidos complementares e pastas de cimento nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos de perfuração marítima de poços de exploração e produção de petróleo e gás nas atividades de perfuração marítima de poços e produção de petróleo e gás, Despacho nº 5540547/2019-GABIN (SEI 5540547).

O PMFC é um documento de caráter único, aplicável a todas as atividades de perfuração marítima licenciadas, a serem desenvolvidas pela Shell Brasil Petróleo Ltda. e é apresentado em sua totalidade no âmbito do Processo Administrativo de Fluidos (PAF) da Shell Brasil Petróleo Ltda. Desta forma, o presente capítulo apresenta a descrição sucinta do PMFC, definindo os objetivos, metas e indicadores estabelecidos no projeto.

II.11.3.2. Justificativa

A realização do PMFC é justificada pela necessidade de controle e monitoramento do uso e descarte/disposição (desde a aquisição de produtos químicos até a disposição final) de fluidos de perfuração e complementares e cascalhos gerados durante a atividade de perfuração marítima, intervenção de poços e produção de petróleo e gás, de forma a acompanhar e avaliar os resultados reais da atividade e minimizar, o quanto possível, os impactos ambientais gerados devido à atividade em questão.



II.11.3.3. Objetivos, Metas e Indicadores

O PMFC visa atender aos conceitos gerais e às premissas das diretrizes do uso e descarte de fluidos, cascalhos e pastas de cimento nas atividades de perfuração marítima de poços de exploração e de desenvolvimento (poços produtores e injetores), intervenção de poços e produção de petróleo e gás, definidas através do Despacho nº 5540547/2019-GABIN (SEI 5540547).

O PMFC tem como objetivo a gestão responsável do uso e descarte ao mar de fluidos usados e cascalhos gerados e do tratamento final de efluentes e resíduos correlatos gerados nas atividades de perfuração, cimentação, completação e intervenção de poços.

A **Tabela II.11.3-1** apresenta as metas e indicadores propostos para o PMFC.

Tabela II.11.3-1: Metas e indicadores propostos para o PMFC.

Meta	Indicador
Analisar os teores de metais (Al, As, Cd, Pb, Cu, Cr, Fe, Mn, Hg, Mo, Ni, Si, V, Zn) na baritina a ser utilizada nas formulações dos fluidos e pastas de cimento. ⁽¹⁾	Toda baritina utilizada nas formulações de fluidos e pastas de cimento deve atender aos limites máximos de 3mg/kg e 1mg/kg de Cádmio (Cd) e Mercúrio (Hg), respectivamente.
Analisar o teor de hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPAs) potencial de biodegradabilidade e ecotoxicidade em sedimento marinho (10 dias) na base orgânica a ser utilizada em fluidos de perfuração e complementares de base não aquosa. ⁽²⁾	Todas as bases orgânicas utilizadas nas formulações de fluidos não aquosos devem apresentar concentração de HPAs inferior a 10 ppm, toxicidade inferior ou igual ao padrão C16-C18 para Olefina Interna ou C12-C14/C8 para Éster e biodegradabilidade com razão de TGP ≤ 1 .
Avaliar a ecotoxicidade aguda dos fluidos de perfuração de base aquosa através de uma amostragem em momento prévio ao uso, nas fases sem retorno à plataforma.	Todos os fluidos de perfuração de base aquosa a serem utilizados nas fases sem retorno à plataforma devem atender ao limite de CL50 (96h) ≥ 30.000 ppm da FPS nos ensaios de toxicidade aguda em amostra coletada em momento prévio ao uso, conforme métodos ABNT NBR 15308 e ABNT NBR 15469.
Avaliar a ecotoxicidade aguda dos fluidos de perfuração e complementares de base aquosa e fluidos de base não aquosa através de pelo menos uma amostragem, ao fim de cada fase em momento pré-descarte nas fases com retorno à plataforma.	Todos os fluidos de perfuração e complementares de base aquosa a serem descartados ao mar nas fases com retorno à plataforma devem atender ao limite de CL50 (96h) ≥ 30.000 ppm da FPS nos ensaios de toxicidade aguda em amostra coletada em momento pré-descarte, conforme métodos ABNT NBR 15308 e ABNT NBR 15469.
Realizar análises físico-químicas (densidade, salinidade, pH e temperatura) nos fluidos de perfuração e complementares ao final de sua utilização em cada fase, em momento pré-descarte. ⁽³⁾	Todos os descartes de fluidos de perfuração e complementares de base aquosa durante a atividade deverão ter seus parâmetros medidos com frequência adequada.
Avaliar a presença de óleo livre nos fluidos de perfuração e complementares de base aquosa e cascalhos impregnados com fluidos de base aquosa e não aquosa, com no mínimo uma amostragem, em momento pré-descarte e durante a perfuração da fase de reservatório diariamente, através do Teste de Iridescência Estática – <i>Static Sheen Test</i> .	Todos os fluidos de perfuração e complementares de base aquosa e/ou cascalhos impregnados com fluidos de base aquosa e não aquosa devem atender ao padrão de descarte ao mar de ausência de iridescência (brilho) no Teste de Iridescência Estática - <i>Static Sheen Test</i> (EPA 1617).



Tabela II.11.3-1: Metas e indicadores propostos para o PMFC.

Meta	Indicador
Avaliar a presença de eventual contaminação de óleo da formação através do Teste de Detecção de Hidrocarbonetos (<i>Reverse Phase Extraction</i> – RPE) no fluido aderido ao cascalho gerado da seção do reservatório	Diariamente, quando atingir a seção do reservatório todos os fluidos de perfuração de base não aquosa devem atender ao padrão de resultado negativo no Teste RPE (EPA 1670) para descarte de cascalho ao mar.
Avaliar a presença de eventual contaminação de óleo da formação através do Teste de Detecção de Hidrocarbonetos (<i>Reverse Phase Extraction</i> – RPE) no fluido de base não aquosa a ser estocado em embarcações.	Previamente à realização da transferência de fluidos de perfuração de base não aquosa a serem utilizados em outras atividades, o fluido de base não aquosa deve atender ao padrão de resultado negativo no Teste RPE (EPA 1670). O ensaio deve ser realizado em amostra a ser coletada antes da operação de transferência da unidade de perfuração para embarcação de apoio. ⁽⁴⁾
Monitorar o teor de base orgânica aderido aos cascalhos a serem descartados realizando a cada 200 m perfurados, ou ao mínimo 01 e no máximo 03 vezes por dia, o Teste de Retorta de Massa, quando ocorrer perfuração com fluido de base não aquosa.	O teor de base orgânica aderida ao cascalho não deve ultrapassar o limite de 5,9% ou 7,9% ⁽⁵⁾ , em peso de cascalho úmido, para a média acumulada ponderada para cada poço, conforme método EPA 1674. Sendo que a partir 23/07/2021 deverão ser aplicados os limites 4,5% e 6,1%.
Avaliar o teor de metais (As, Al, Ba, Cd, Cr, Cu, Fe, Hg, Mn, Mo, Ni, Pb, Si, V e Zn) nos fluidos de perfuração e complementares de base aquosa e cascalhos impregnados com fluidos de base aquosa e não aquosa no fim de cada fase perfurada, em momento pré-descarte.	Registrar os teores de metais (EPA 7471 para Hg; EPA 3052 e EP 6010 para os demais metais) em todos os fluidos de perfuração e complementares de base aquosa e cascalhos impregnados com fluidos de base aquosa e não aquosa descartados ao mar.
Avaliar a concentração de hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPAs – 16 prioritários) nos fluidos de perfuração e complementares de base aquosa e cascalhos impregnados com fluidos de base aquosa e não aquosa, no fim de cada fase em momento pré-descarte.	Todos os descartes ao mar de fluidos de perfuração e complementares de base aquosa e cascalhos impregnados com fluidos de perfuração de base aquosa e não aquosa devem atender ao limite de HPAs <10 ppm, conforme método EPA 8270.
Avaliar a ecotoxicidade em sedimento (96h) dos fluidos de base não aquosa ao final de sua utilização em cada fase.	Todos os descartes ao mar de cascalhos impregnados com fluidos de base não aquosa devem atender ao padrão ≤1 – para C16-C18 Olefina Interna, mistura 65/35, proporcional à massa de hexadeceno e octadeceno, respectivamente (EPA 1644). ⁽⁶⁾
Monitorar os volumes descartados ao mar através do registro em planilha específica dos volumes de fluidos de perfuração, complementares e cascalhos.	Registrar todos os volumes de descarte de fluidos de perfuração, complementares, pastas de cimento e cascalhos.



Tabela II.11.3-1: Metas e indicadores propostos para o PMFC.

Meta	Indicador
Monitorar a vazão e duração dos descartes de fluidos de perfuração e complementares de base aquosa e os cascalhos impregnados com fluido de perfuração de base aquosa.	Todos os descartes ao mar de fluidos de perfuração e complementares de base aquosa utilizados durante a perfuração e cascalhos impregnados com estes fluidos devem atender ao limite de vazão de 159 m ³ /h.
	Todos os descartes ao mar de outros fluidos complementares de base aquosa incluindo os salinos devem atender ao limite de vazão de 31,8 m ³ /h.

⁽¹⁾A determinação de cádmio deverá ser realizada por meio dos métodos EPA 3050 (Digestão Ácida da Amostra) seguido pelo método US EPA 6010 (Determinação de Cádmio). Para determinação de Mercúrio deverá ser utilizado método US EPA 7471. Para os demais metais os ensaios deverão ser realizados por meio dos métodos EPA 3050 (Digestão Ácida da Amostra) e EPA 6010 ou 6020 (Determinação de Metais). Os ensaios deverão ser realizados por laboratório acreditados junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) ou instituição internacional reconhecida. Os laudos deverão ser apresentados anualmente no âmbito do Processo Administrativo de Fluidos de Perfuração e Complementares (Processo nº 02022.001934/2009-82).

⁽²⁾A concentração de HPAs totais da base orgânica deve ser analisada conforme métodos EPA 1654 ou EPA 8270. O potencial de biodegradabilidade na base orgânica deve ser realizado conforme método EPA 1647. A avaliação da ecotoxicidade em sedimento marinho (10 dias) na base orgânica deve ser realizada conforme métodos EPA 1644 e EPA 1646. O IBAMA poderá aceitar o desenvolvimento do ensaio ecotoxicológico com o uso de organismo nativo conforme ABNT NBR 15638.

⁽³⁾Os parâmetros densidade, salinidade e temperatura devem ser medidos nos compartimentos: FPBA, FPBNA e FCBA, enquanto o parâmetro pH nos compartimentos: FPBA e FCBA. Ressalta-se que apesar da necessidade de amostragem de alguns parâmetros em FPBNA, o descarte deste tipo de fluido ao mar não é permitido.

⁽⁴⁾O resultado do ensaio de RPE poderá ser confirmado por Cromatografia Gasosa/Espectrofotometria de Massa (CG/EM 1655).

⁽⁵⁾No resultado final, o teor de base orgânica aderido ao cascalho não deverá exceder o limite de 5,9% no caso de n-parafinas, olefinas internas (IO's), olefinas akfa lineares (LAO), polialfa olefinas (PAO) e fluidos a base de óleo mineral tratados ou de 7,9% de base orgânica no caso de ésteres, éteres e acetais. Caso tenha sido empregado em um mesmo fluido mais de um tipo de base orgânica, deve-se empregar como valor de referência para o teor de base orgânica aderida ao cascalho, o valor mais restritivo: 5,9% m/m.

⁽⁶⁾Alternativamente, o IBAMA poderá aceitar o desenvolvimento do ensaio de ecotoxicidade em sedimento (96h) em fluido de base não aquosa com o uso de organismo nativo conforme ABNT NBR 15638.

II.11.3.4. Acompanhamento e Avaliação

Os resultados obtidos neste PMFC serão acompanhados continuamente, durante toda a atividade de perfuração. Porém, após o término de cada atividade de perfuração e implementação do PMFC, será emitido um Relatório Final de Avaliação do Projeto, atendendo à periodicidade estabelecida na licença ambiental.

II.11.3.5. Responsáveis pela Implementação do Projeto

A responsabilidade final pelo planejamento, programação e implementação deste PMFC é da Shell Brasil Petróleo Ltda. A empresa estará encarregada, diretamente, pela logística necessária ao desenvolvimento e monitoramento do projeto em questão.



II.11.3.6. Responsáveis Técnicos

Os responsáveis técnicos pela elaboração da síntese do Projeto de Monitoramento de Fluidos e Cascalhos são apresentados na **Tabela II.11.3-2**.

Tabela II.11.3-2: Responsável técnico pela elaboração da síntese do Projeto de Monitoramento de Fluidos e Cascalhos.

Nome	Registro de Classe	CTF IBAMA
Flavia Merchioratto Química (USP) Pós-Graduada em Gestão Ambiental (FGV)	CRQ 03212720	209905



II.11.4. Plano de Gerenciamento de Resíduos da Atividade de Perfuração – PGRAP

II.11.4.1. Introdução

Um plano de gerenciamento de resíduos consiste em uma ferramenta de planejamento e organização das ações operacionais necessárias para a correta gestão e manejo dos resíduos de uma atividade. Sua correta implementação possibilita melhorias em diversos aspectos ambientais, como o reaproveitamento de matéria-prima, minimizando a necessidade de exploração de recursos naturais e a redução da contaminação do solo e de corpos hídricos em locais de disposição final e descartes inadequados (PEDROSO & CERUTI, 2009).

Destaca-se ainda que para o caso dos resíduos da atividade *offshore*, os quais apresentam maiores volumes de geração e necessitam de disposição final em terra, para que sua geração não cause danos ao meio ambiente, é essencial que haja um correto manejo e gerenciamento dos mesmos desde a origem até o tratamento e disposição final (IFC, 2007). Vale ressaltar, que o correto gerenciamento de resíduos deve incluir a segregação na fonte, e a hierarquia de não geração, redução, reciclagem, aproveitamento energético e somente em último caso, a disposição final, conforme preconizado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS - Lei Nº 12.305/2010).

Adicionalmente, é válido destacar que em atividades de perfuração marítima, as quais utilizam e geram resíduos de fluidos de perfuração e complementares, cascalhos e pastas de cimento, o volume de geração de resíduos, bem como a quantidade destinada para disposição final em terra pode ser ainda mais expressiva. Além disso, tais resíduos e materiais possuem em sua composição diferentes substâncias químicas que acarretam a necessidade de monitoramento e controles mais específicos para este fluxo de disposição de resíduos.

Nesse contexto, o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Perfuração (PGRAP) atuará em consonância com as premissas e diretrizes para uso e descarte de fluidos de perfuração e cascalhos, fluidos complementares e pastas de cimento nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos de perfuração marítima de poços de exploração e produção de petróleo e gás, nas atividades de perfuração marítima de poços e produção de petróleo e gás encaminhadas pelo Despacho nº 5540547/2019-GABIN (SEI 5540547) e o documento SEI 5533803, como uma ferramenta para mitigação dos impactos ambientais relacionados à geração e disposição final em terra destes resíduos associados às atividades de perfuração marítima.



O presente PGRAP será aplicado nas atividades de perfuração marítima operadas pela Shell no Bloco C-M-659, na Bacia de Campos, e foi elaborado procurando estabelecer os procedimentos específicos a todos os envolvidos na atividade no que se refere ao gerenciamento de resíduos de fluidos de perfuração e complementares, cascalhos e pastas de cimento, atender às normas e legislação vigente, além de visar à minimização de desperdícios e otimização dos processos, considerando a necessidade de proteção ao meio ambiente e o estabelecimento de medidas preventivas de segurança.

II.11.4.2. Objetivos, Metas e Indicadores

O PGRAP tem como objetivo principal estabelecer procedimentos operacionais para o correto gerenciamento dos resíduos de fluidos de perfuração e complementares, cascalhos e pastas de cimento resultantes da atividade de perfuração marítima do Bloco C-M-659, incluindo aqueles relacionados à unidade de perfuração, embarcações de apoio e base de apoio operacional e logístico, bem como a disposição final destes em terra. Especificamente o PGRAP tem ainda como objetivos:

- Atender aos requisitos legais, nacionais e regionais, relacionados ao gerenciamento de resíduos de fluidos de perfuração e complementares, cascalhos e pastas de cimento;
- Estabelecer procedimentos operacionais para a rotina de gerenciamento de resíduos da unidade de perfuração, embarcações e base de apoio;
- Assegurar a rastreabilidade documentada da cadeia de resíduos desde sua geração até a disposição final;
- Implementar as melhores práticas e a correta condução das etapas de segregação, acondicionamento, transporte e destinação final em terra dos resíduos de fluidos de perfuração e complementares, cascalhos e pastas de cimento;
- Priorizar, sempre que possível, formas de redução, bem como a reutilização ou reaproveitamento dos materiais, a reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos;
- Controlar e minimizar os riscos ao meio ambiente, atendendo às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) - Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010.

A **Tabela II.11.4- 1** a seguir apresenta as metas e indicadores propostos para o presente PGRAP.



Tabela II.11.4- 1: Metas e indicadores propostos para o PGRAP.

Meta	Indicador
Rastrear 100% dos resíduos gerados, de cascalhos e fluidos de perfuração, complementares e eventuais resíduos de cimentação desde a geração até a disposição final.	Registro de todas as informações sobre o tratamento/destinação final em terra de cascalhos e fluidos de perfuração, complementares e eventuais resíduos de cimentação.
Realizar a disposição final dos resíduos de perfuração (cascalhos e fluidos de perfuração, complementares e eventuais resíduos de cimentação) de forma ambientalmente adequada de acordo com a composição de cada resíduo, observando a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.	Quantitativo de resíduos e efluentes de perfuração destinados de acordo com as formas de tratamento e destinação final.
Implementar adequadamente este PGRAP, considerando a participação dos trabalhadores envolvidos na atividade de perfuração da SHELL.	Números de não conformidades reportadas durante a implementação do plano.
Otimizar a utilização de fluidos, fluidos complementares e pastas de cimento nas atividades de perfuração da SHELL.	Razão entre os volumes de resíduos e efluentes de perfuração gerados e os volumes estimados no presente plano.

II.11.4.3. Legislação Aplicável

Este PGRAP atende às determinações contidas na legislação vigente, conforme elencado a seguir:

- Lei Federal nº 6.938/1981 - Política Nacional de Meio Ambiente;
- Lei Federal nº 9.433/1997 - Política Nacional de Recursos Hídricos;
- Lei Federal nº 9.605/1998 - Lei de Crimes Ambientais;
- Lei Federal nº 12.305/2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Decreto Nº 7.404/2010 - Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências;
- Decreto Nº 96.044/1988 - Aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos e dá outras providências;
- Diretrizes para uso e descarte de fluidos de perfuração e cascalhos, fluidos complementares e pastas de cimento nos processos de licenciamento Ambiental dos empreendimentos de perfuração marítima de poços de exploração e produção de Petróleo e gás nas atividades de perfuração marítima de poços e produção de petróleo e gás encaminhadas pelo Despacho nº 5540547/2019-GABIN (SEI 5540547) e o documento SEI 5533803;
- Instrução Normativa IBAMA Nº 31/2009 - Dispõe sobre o registro no Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental e revoga a Instrução Normativa nº 96/2006;
- Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/2011 - Diretrizes para apresentação, implementação e para elaboração de relatórios do Projeto de Controle da Poluição, nos processos de



licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás;

- Resolução ANTT Nº 420 - Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos;
- Resolução CONAMA Nº 237/1997 - Regulamenta os aspectos de Licenciamento Ambiental;
- Resolução CONAMA Nº 275/2001 - Estabelece o código de cores da coleta seletiva;
- Resolução CONAMA Nº 313/2002 - Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais;
- Resolução CONAMA Nº 362/2005 - Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado;
- Resolução CONAMA Nº 430/2011 - Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução CONAMA Nº 357/2005;
- ABNT NBR 7.500/2013 - Rótulos de Risco;
- ABNT NBR 7.503/2015 - Ficha e Envelope de Emergência;
- ABNT NBR 10.004/2004 - Resíduos Sólidos - Classificação;
- ABNT NBR 11.174/1990 - Armazenamento de Resíduos Classe II;
- ABNT NBR 12.235/1992 - Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos;
- ABNT NBR 13.221/2010 - Procedimento para Transporte Terrestre de Resíduos;
- ABNT NBR 16.182/2013 - Embalagem e acondicionamento;
- ABNT NBR 14.725/2009 - Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ);
- ABNT NBR 16.725/2014 - Ficha com dados de Segurança de resíduos químicos (FDSR) e rotulagem.

Adicionalmente, é válido destacar que toda a atividade de perfuração será realizada também em consonância com as diretrizes e normas internacionais, como NORMAM e MARPOL, estabelecidas para atividades marítimas em geral.

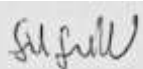
II.11.4.4. Informações Gerais

II.11.4.4.1 Identificação do Empreendedor

A **Tabela II.11.4- 2** apresenta dados de identificação do empreendedor.



Tabela II.11.4- 2: Dados de identificação do empreendedor.

Razão Social		Shell Brasil Petróleo Ltda.
Endereço		Avenida República do Chile 330, Torre Oeste, 24º andar, Centro, CEP. 20.031-170, Rio de Janeiro, RJ.
CNPJ		10.456.016/0001-67
Responsável legal	Nome	Silvia Schaffel
	Assinatura	
	CPF	895.021.247-15
	Telefone	+55 21 3984 7996
	E-mail	S.Schaffel@shell.com

II.11.4.4.2 Responsável Técnico pela Atividade

A Tabela II.11.4- 3 apresenta dados de identificação responsável técnico pela atividade.


Tabela II.11.4- 3: Dados de identificação do responsável técnico pela atividade.

Nome	Silvia Schaffel
Assinatura	
CPF	895.021.247-15
CTF IBAMA	196154
Endereço	Avenida República do Chile 330, Torre Oeste, 24º andar, Centro, CEP. 20.031-170, Rio de Janeiro, RJ.
Telefone	+55 21 3984-7996
E-mail	S.Schaffel@shell.com

II.11.4.4.3 Responsável Técnico pela Elaboração do PGRAP

A Tabela II.11.4- 4 apresenta dados de identificação dos responsáveis técnicos pela elaboração do PGRAP.

Tabela II.11.4- 4: Dados de identificação dos responsáveis técnicos pela elaboração do PGRAP.

Nome	Flavia Merchioratto
Endereço	Rua da Glória, 122/ 10º andar. Glória - Rio de Janeiro/RJ
E-mail	flavia.merchioratto@wittobriens.com.br
Registro Profissional	CRQRJ 03212420
CTF IBAMA	209905
Assinatura	

II.11.4.4.4 Responsável Técnico pela Implementação do PGRAP

A implementação do presente PGRAP será de responsabilidade da Shell com as demais empresas prestadoras de serviço que atuarem nesta atividade. É válido destacar que a Shell terá a função de supervisionar e assegurar que os procedimentos aqui descritos sejam cumpridos, oferecendo treinamento adequado a todas as partes envolvidas no processo.



II.11.4.5. Caracterização da Atividade

A atividade prevista no Bloco C-M-659, na Bacia de Campos, conforme descrito no item II.3. Descrição das Atividades do presente Estudo Ambiental de Perfuração (EAP), seguirá o processo típico de perfuração e suas etapas, por meio dos principais sistemas que compõem uma sonda rotativa (sistemas de força, de suspensão, rotativo, de circulação de lama, de segurança e de controle do poço). As características tecnológicas operacionais a serem empregadas no processo da perfuração dos poços são consideradas típicas (padrão).

A Shell tem previsão de perfurar até 6 (seis) poços exploratórios no Bloco C-M-659 em lâminas d'água entre 2.800 e 3.000 m. Os poços exploratórios estão sendo planejados para serem perfurados em 5 (cinco) fases de acordo com o projeto de poço único e, excepcionalmente, algumas locações poderão vir a exigir um projeto de poço ajustado para 4 (quatro) fases.

A base de apoio para suporte primário à atividade de perfuração marítima no Bloco C-M-659, Bacia de Campos, será a Nitshore Engenharia e Serviços Portuários S/A, localizada no município de Niterói/RJ a aproximadamente 322 km do bloco. Para suporte secundário às atividades poderão ser utilizadas a Brasco Logística Offshore, também localizada no município de Niterói, a Brasco Rio, localizada no município do Rio de Janeiro/RJ, o Porto de Açu, localizado em São João da Barra/RJ e/ou a VOL – Vitória Offshore Logística S.A. (Terminal Portuário de PEIU), localizada em Vila Velha/ES. As Licenças de Operação dos terminais portuários encontram-se disponíveis no **ANEXO A** do presente documento.

A base de apoio terá como principal função proporcionar a logística de apoio para operações de abastecimento de combustíveis, trocas de tripulação das embarcações de apoio e para armazenamento de insumos, materiais e equipamentos necessários à atividade de perfuração. A base será ainda utilizada para a transferência dos resíduos gerados durante a perfuração, que serão transportados pelos barcos apoio, e receberão disposição final por empresas terceirizadas, devidamente licenciadas.

A **Figura II.11.4 – 1** apresenta a localização da atividade e as rotas estimadas entre o Bloco C-M-659 e as bases de apoio terrestre.

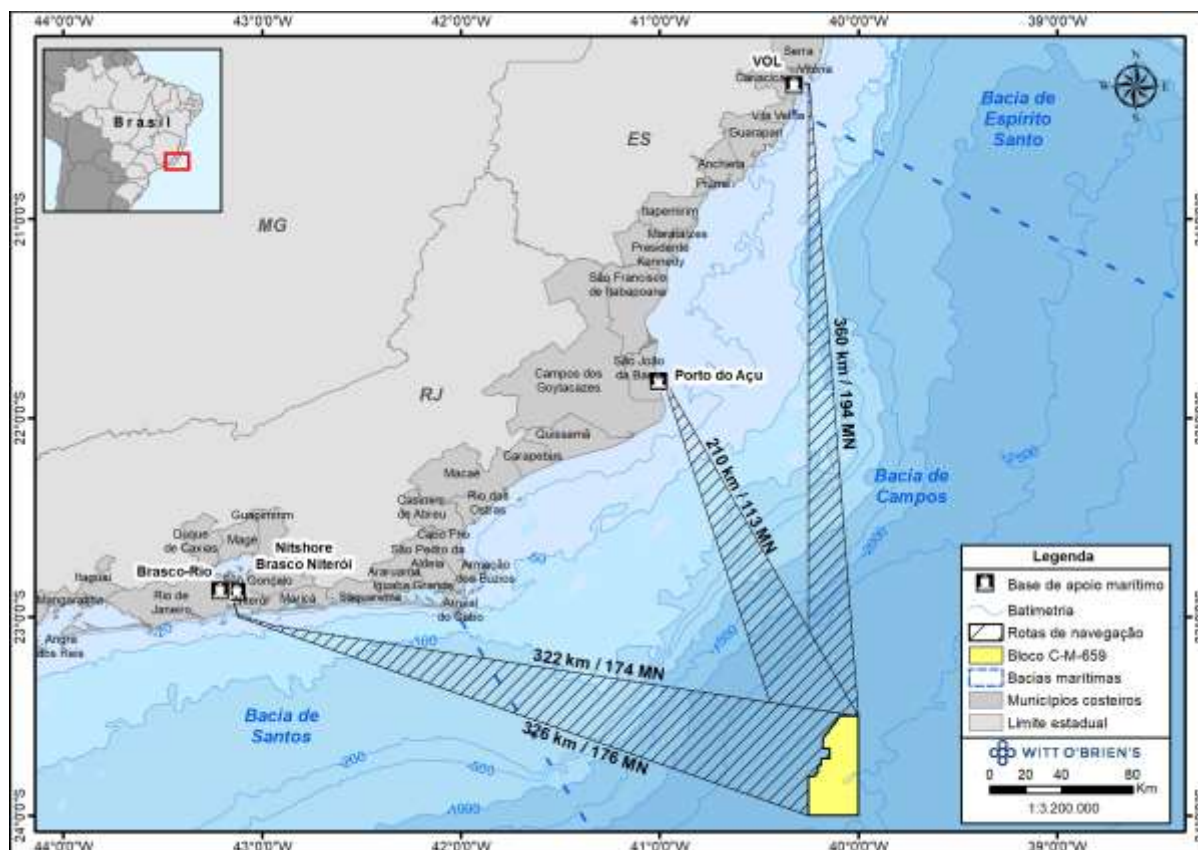


Figura II.11.4 - 1: Localização da atividade e rota estimada das embarcações entre as bases de apoio terrestre e o Bloco C-M-659, na Bacia de Campos. (Fonte: Witt O'Brien's).

Para suporte marítimo, está prevista a utilização de duas embarcações de apoio do tipo PSV Bram Bravo e Normand Swift, que circularão entre a área do empreendimento e a base de apoio, com uma frequência de até quatro viagens semanais, sendo duas para cada embarcação, totalizando aproximadamente, 20 viagens mensais.

II.11.4.6. Caracterização dos Resíduos da Atividade de Perfuração

Os principais resíduos resultantes das atividades são fluidos de perfuração e complementares utilizados, cascalhos gerados que devido à composição química ou contaminação não atendem aos requisitos de descarte estabelecidos nas Diretrizes para uso e descarte de fluidos de perfuração e cascalhos (Despacho nº 5540547/2019-GABIN (SEI 5540547 e SEI 5533803).

Os fluidos de perfuração são misturas complexas de sólidos, líquidos e produtos químicos. Do ponto de vista químico, eles podem assumir aspectos de suspensão, dispersão coloidal ou emulsão, dependendo do estado físico dos componentes. Eles são utilizados durante as atividades de perfuração com as funções de limpar o poço através da remoção dos cascalhos, evitar a decantação dos cascalhos no poço, lubrificar e resfriar a broca, minimizar o atrito causado pela rotação da broca nas paredes do poço, manter a estabilidade, contrabalançar a pressão dos fluidos existentes nas rochas atravessadas



e trazer à superfície informações a respeito das formações litológicas perfuradas (BOURGOYNE et al., 1991; REIS, 1996; THOMAS, 2002; CAENN et al., 2011; CORRÊA, 2012; VEIL et al., 1995).

Os cascalhos de perfuração são formados devido à ação da broca sobre as rochas ou do cimento curado e, conforme mencionado anteriormente, vêm à superfície pela ação dos fluidos de perfuração, onde passam por tratamento prévio para serem finalmente dispostos.

Fluidos complementares, por sua vez, consistem na denominação genérica dos fluidos que não são fluidos de perfuração, mas que também são utilizados nas operações de perfuração, cimentação, completação e intervenção de poços (fluidos de completação, colchões ou tampões e *packer fluids*). Os fluidos complementares que circulam no poço também retornam à superfície e passam pelo sistema de controle de sólidos (SCS) existente para o tanque ativo. Por se tratar de uma operação após o término da perfuração, e, na maioria das vezes, com o poço revestido, não são esperados cascalhos aderidos a estes fluidos.

No que se refere às pastas de cimento, trata-se de um sistema de fluido cimentante contendo água de mistura que, ao solidificar, vedam os espaços anulares ou o interior do poço, promovendo o seu isolamento e tamponamento.

Além das situações acima mencionadas, na atividade de perfuração pode ocorrer a contaminação do fluido. Esta contaminação geralmente é de água (água de lavagem - água doce - e água salgada/salmoura proveniente da limpeza de poço) e/ou mistura de fluidos de base aquosa e não aquosa após troca de sistema de fluido e causa a destruição das propriedades do fluido, também chamado de interface, pois contempla a mistura de dois ou mais fluidos. Nestes casos, o fluido contaminado é direcionado para armazenamento temporário nos tanques *slop*.

Águas contaminadas (água de chuva, limpeza de convés, limpeza de tanques e tubulações) originárias da atividade também são direcionadas ao *slop*.

Devido a isso, a mistura de efluentes presentes nos tanques *slop* é considerada efluente contaminado da perfuração e por isso o seu descarte deve ser realizado em terra.

Do mesmo modo, as águas de limpeza dos tanques das embarcações utilizados para armazenamento de fluidos, cascalhos e demais resíduos ou produtos da perfuração contaminados, por conter características ou resquícios destes materiais, também serão tratados como efluentes de perfuração e contabilizados da mesma forma.



II.11.4.6.1 Classificação

Para classificação dos resíduos de fluidos de perfuração e completação, cascalhos e efluentes da perfuração e cimentação gerados durante a atividade da Shell, será utilizada a NBR 10004:2004, que os diferencia em perigosos e não perigosos de acordo com as suas características físicas, químicas e biológicas, conforme as definições apresentadas na **Tabela II.11.4- 5**.

Tabela II.11.4- 5: Classificação dos resíduos segundo a NBR 10004/2004.

Classificação	Definição
Classe I Resíduo perigoso	Resíduo que apresenta qualquer uma das seguintes características: inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade e patogenicidade. Pode apresentar riscos à saúde pública e ao meio ambiente, se não tratado adequadamente.
Classe IIA Resíduo não inerte	Resíduo não considerado crítico, mas quando decomposto por micro-organismos ou sob a ação da água (solubilização), pode lançar poluentes no ambiente e afetar a potabilidade de corpos hídricos.
Classe IIB Resíduo inerte	Resíduo que não lança poluentes quando decomposto ou sob a ação de corpos hídricos e assim não afetam a potabilidade da água.

Segundo a NBR 10004:2004, o enquadramento dos resíduos em uma das classes mencionadas deve ser realizado através de análises da sua composição e a observação de características específicas, com comprovação através de laudos laboratoriais, ou então a partir do conhecimento e avaliação da origem do resíduo.

Nota-se ainda que as informações sobre todos os produtos químicos previstos para serem utilizados nas formulações de fluidos de perfuração, fluidos complementares e pastas de cimento a serem utilizados nas atividades de perfuração no Bloco C-M-659 estão contidas nas respectivas FISPQs, apresentadas no âmbito do Processo Administrativo de Fluidos de Perfuração e Complementares da Shell (Processo nº 02022.001934/2009-82).

II.11.4.6.2 Estimativa de Geração de Resíduos da Atividade de Perfuração

Os resíduos da atividade de perfuração serão gerados a bordo da unidade de perfuração *offshore*, e referem-se aos fluidos, cascalhos e fluidos complementares que retornarem à superfície após utilização e não atenderem às características para descarte no mar estabelecidas pelas Diretrizes para uso e descarte de fluidos (Despacho nº 5540547/2019-GABIN - SEI 5540547), bem como a água de lavagem dos tanques que estocarem esses fluidos não aprovados para descarte e os efluentes de *slop*, pasta de cimento excedente nos tanques da unidade de perfuração não bombeadas para o poço e efluentes gerados a partir do processo de limpeza do poço e do sistema de cimentação. Destaca-se, portanto, que não são considerados neste documento (como quantitativo de resíduos gerados) a parcela de fluidos e cascalhos de perfuração, bem como demais componentes da perfuração já mencionados, que eventualmente são descartados ao mar, sendo esses tratados no âmbito do Projeto



de Monitoramento de Fluidos e Cascalhos (PMFC) do Processo Administrativo de Fluidos de Perfuração e Complementares da Shell (Processo nº 02022.001934/2009-82).

A estimativa de geração de fluidos e cascalhos de perfuração e fluidos complementares aqui apresentada está baseada na volumetria prevista para desembarque em terra de cada uma das fases da perfuração programadas para as atividades no Bloco C-M-659, conforme apresentado **Item II.3 - Descrição das Atividades** do presente Estudo Ambiental de Perfuração (EAP). As estimativas baseiam-se em dois projetos de poço, sendo um em 5 (cinco) fases e o outro, de 4 (quatro) fases, conforme apresentadas na **Tabela II.11.4- 6** e **Tabela II.11.4- 7**.

Tabela II.11.4- 6: Volumetria estimada de fluidos e cascalhos para desembarque e disposição final em terra, por fase da perfuração (m³) do projeto de poço de cinco fases.

Fase	Fluidos de Perfuração				Cascalhos		Fluidos Complementares	
	Opção 1		Opção 2		Opção 1/Opção 2		Fluido usado	Volume (m³)
	Fluido usado	Volume (m³)	Fluido usado	Volume (m³)	Fluido usado	Volume (m³)		
Ia	FPBA	0	FPBA	0	FPBA	0	Espaçadores (*) / Hi Vis Pills (**) / LCM pills (***)	0
Ib	FPBA	0	FPBA	0	FPBA	0		0
II	FPBA	0	FPBA	0	FPBA	0		0
III	FPBA	1725	FPBNA ¹	1725	FPBA/FPBNA ¹	0 / 305		(*) 64
IV	FPBA	968	FPBNA ¹	968	FPBA/FPBNA ¹	0 / 4.6		(**) 0
V	FPBNA ¹	989	FPBNA ¹	989	FPBNA ¹	0 / 4.9	Salmoura/ Packer fluid (salmoura)	(***) 39 796 / 239

¹Volume máximo estimado para disposição final em terra em situação de contaminação com óleo da formação evidenciada após ensaio de RPE. Caso não evidenciada a contaminação com óleo da formação, o fluido poderá ser utilizado em outros poços e/ou projetos.

Tabela II.11.4- 7: Volumetria estimada de fluidos e cascalhos para desembarque e disposição final em terra, por fase da perfuração (m³) do projeto de poço de quatro fases.

Fase	Fluidos de Perfuração				Cascalhos		Fluidos Complementares	
	Opção 1		Opção 2		Opção 1/Opção 2			
	Fluido usado	Volume (m³)	Fluido usado	Volume (m³)	Fluido usado	Volume (m³)	Fluido usado	Volume (m³)
Ia	FPBA	0	FPBA	0	FPBA	0	Espaçadores (*) / Hi Vis Pills (**) / LCM pills (***)	0
Ib	FPBA	0	FPBA	0	FPBA	0		0
II	FPBA	0	FPBA	0	FPBA	0		0
III	FPBA	1363	FPBNA¹	1363	FPBA/ FPBNA¹	0 / 45		(*) 64 (**) 0
IV	FPBNA¹	1025	FPBNA¹	1025	FPBNA¹	0 / 5.4		(***) 39



Tabela II.11.4- 7: Volumetria estimada de fluidos e cascalhos para desembarque e disposição final em terra, por fase da perfuração (m³) do projeto de poço de quatro fases.

Fase	Fluidos de Perfuração				Cascalhos		Fluidos Complementares	
	Opção 1		Opção 2		Opção 1/Opção 2			
	Fluido usado	Volume (m³)	Fluido usado	Volume (m³)	Fluido usado	Volume (m³)	Fluido usado	Volume (m³)
							Salmoura/ Packer fluid (salmoura)	796 / 239

¹Volume máximo estimado para disposição final em terra em situação de contaminação com óleo da formação evidenciada após ensaio de RPE. Caso não evidenciada a contaminação com óleo da formação, o fluido poderá ser utilizado em outros poços e/ou projetos.

É válido ressaltar que estes valores representam uma estimativa baseada em cálculos, considerando as características da atividade e perfil dos poços exploratórios e que, caso algum fluido ou cascalho não atendam às restrições de descarte estabelecidas nas diretrizes para uso e descarte de fluidos de perfuração e cascalhos, esses serão desembarcados para tratamento e destinação final em terra. Destaca-se ainda que os valores reais de geração de resíduos de fluidos e cascalhos serão apresentados, no âmbito do relatório do plano de gerenciamento de resíduos de perfuração, conforme diretrizes para uso e descarte de fluidos de perfuração e cascalhos.

II.11.4.7. Segregação e Acondicionamento dos Resíduos da Atividade de Perfuração

Os resíduos de perfuração da atividade no Bloco C-M-659 serão segregados nos grandes grupos de resíduos de perfuração, a saber:

- Cascalhos com fluido de perfuração de base aquosa aderido;
- Cascalhos com fluido de perfuração de base não aquosa aderido;
- Fluido de perfuração de base aquosa;
- Fluido de perfuração de base não aquosa;
- Fluido complementar de base aquosa;
- Fluido complementar de base não aquosa;
- Pastas de cimento;
- Resíduos *slops*, incluindo resíduos/águas de lavagem de tanques.

Sempre que necessário serão disponibilizados contentores apropriados, como *cuttings boxes*, para o armazenamento primário dos resíduos de perfuração nos locais de atividade. Cada uma das tipologias de resíduos será armazenada nestes coletores, sem que haja mistura dos mesmos. Posteriormente, de



acordo com a periodicidade necessária, estes recipientes serão desembarcados e transportados, via embarcações de apoio, até a base *onshore* para a posterior destinação final em terra.

Algumas premissas devem ser seguidas no que diz respeito ao correto acondicionamento dos resíduos, atendendo às normas aplicáveis da ABNT e demais disposições legais vigentes:

- Compatibilidade do material do acondicionamento com o resíduo;
- Estanqueidade da embalagem;
- Durabilidade da embalagem;
- Resistência física da embalagem;
- Adequação ao transporte (forma, peso e volume);
- Resistência a violações.

Os resíduos devem ser devidamente identificados e rotulados em seu acondicionamento conforme a Norma ABNT NBR 16.725/2014, permitindo seu reconhecimento nos contentores e demais recipientes de transporte. A identificação dos recipientes de acondicionamento deve estar em local de fácil visualização, de forma clara e indelével, em português e inglês, podendo ser feita por adesivos, desde que seja garantida a resistência destes aos processos de manuseio. A identificação deverá conter, pelo menos, as informações sobre o gerador e tipo de resíduo de perfuração.

É válido destacar que devido à quantidade de fluidos necessários à atividade de perfuração marítima, muitas vezes, estes ou outros resíduos de perfuração, como águas de lavagem, por exemplo, são transportados até as unidades nos tanques das próprias embarcações de apoio, destinados para este fim. Nestes casos a remoção dos resquícios de fluidos e limpeza destes tanques serão realizadas por equipe especializada na base de apoio logístico, com a embarcação devidamente atracada. Os resíduos da lavagem serão contabilizados como resíduos de perfuração e enquadrados em um dos grupos listados anteriormente, de acordo com a tipologia previamente estocada no tanque.

II.11.4.8. Armazenamento Terrestre e Bases de Apoio

Vale destacar que, as bases de apoio em terra exercem um papel fundamental no gerenciamento de resíduos de atividades de exploração e produção de petróleo, uma vez que, devido às particularidades logísticas relacionadas à operação offshore, todos os resíduos gerados pelas unidades marítimas deverão passar por um armazenamento temporário em terra, para que haja tempo viável para organizar os procedimentos para transporte terrestre e destinação final.

No que diz respeito à atividade de perfuração da Shell no Bloco C-M-659, além de funcionar como base de apoio para a atividade em questão, a Nitshore, a Brasco Logística *Offshore*, a Brasco Rio, o Porto de



Açu e o Terminal Portuário VOL fornecem a infraestrutura necessária para armazenamento temporário dos resíduos gerados. As Licenças de Operação das empresas encontram-se disponíveis no **ANEXO A** do presente documento.

A área de armazenamento reservada para o armazenamento temporário dos resíduos de perfuração será dotada de identificação e sinalização, restringindo o acesso de pessoas não autorizadas. O piso deverá ser pavimentado, com sistema de contenções, de forma a facilitar a identificação e interrupção de vazamentos, caso ocorram.

A ordem, limpeza e organização desta área ocorrerá diariamente, de forma a não atrapalhar o fluxo de entrada de novos resíduos e saída daqueles que se destinam às diferentes formas de reaproveitamento e disposição final.

II.11.4.9. Transporte dos Resíduos da Atividade de Perfuração

As atividades *offshore* possuem uma logística mais complexa para o acondicionamento, manuseio e transporte de resíduos. Em atividades dessa natureza, o transporte deve ser realizado em duas etapas. Inicialmente o transporte marítimo entre a unidade de perfuração ou embarcações até a base de apoio em terra; e posteriormente, o transporte terrestre desta às empresas de tratamento e disposição final de resíduos.

II.11.4.9.1 Transporte Marítimo

O transporte dos resíduos entre as unidades geradoras e a base de apoio logístico em terra é realizado pelas embarcações de apoio da atividade de perfuração. Estas serão responsáveis pelo transporte marítimo dos seus próprios resíduos também, além dos gerados na unidade de perfuração e, eventualmente, os gerados por outra embarcação de suporte.

É importante reforçar que o processo de transporte marítimo será sempre acompanhado por documentação específica de rastreabilidade e registro, denominado MMR (Manifesto Marítimo de Resíduo), contendo data de geração, unidade geradora, atividade a que se refere e descrição dos resíduos de perfuração transportados.

É válido destacar que a legislação vigente não prevê a necessidade de licença ambiental específica para o transporte de resíduos por embarcações de apoio marítimo em atividades *offshore*.

II.11.4.9.2 Transporte Terrestre

O transporte terrestre refere-se ao percurso entre a área de armazenamento temporário na base de apoio e as empresas responsáveis pela reciclagem, tratamento e/ou destinação final dos resíduos. Este



é realizado por empresas devidamente licenciadas para tal atividade. O transporte terrestre será realizado mediante documentação de identificação e rastreabilidade dos resíduos, bem como documentação fiscal necessária.

Após desembarque na base de apoio, os resíduos permanecerão em armazenamento temporário em área específica até que a documentação e transporte terrestre até as empresas de disposição final estejam organizados e finalizados.

O transporte terrestre será realizado por empresas devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais competentes e de acordo com a tipologia e classificação dos resíduos. Na **Tabela II.11.4- 8** estão listadas as empresas transportadoras que serão utilizadas na atividade de perfuração marítima no Bloco C-M-659.

Tabela II.11.4- 8: Lista de empresas transportadoras de resíduos de perfuração.

Empresa	Endereço	Resíduos autorizados a transportar
Operação Resgate	Avenida Washington Luiz - S/Nº - Lote 3374 - Centro - Niterói - RJ	Classe I / Classe II
CN2/Geocargo	Av. Mascarenhas de Moraes, 947- Chácara Rio-Petrópolis - Duque de Caixas - RJ	Classe I / Classe II
Ambitec	Rodovia Demócrito Moreira, s/n - Zona Rural - Aracruz - ES	Classe I / Classe II
Limpind	Rua B, 20- Ilha da Conceição - Niterói - RJ	Classe I / Classe II
Transforma	Rodovia BR 101, KM 172 Fazenda Boa Esperança, Córrego do Ouro - Macaé, RJ	Classe I / Classe II

As respectivas Licenças de Operação (LOs) das empresas listadas acima são apresentadas no **ANEXO B** deste documento.

Assim como para a etapa de transporte marítimo, realizada pelas embarcações operando para a atividade, o transporte terrestre será acompanhado de documentação específica para controle da rastreabilidade dos resíduos. O manifesto de transporte de resíduos (MTR) será utilizado não somente para o transporte de resíduos perigosos como para todos os demais gerados durante a perfuração.

Antes da destinação de qualquer tipologia de resíduos será realizada a checagem da documentação do motorista e de alguns itens mínimos pelo responsável na área pelo transporte e destinação dos resíduos:

- Estado de conservação do veículo/equipamentos de transporte;
- Sinalização do veículo de acordo com a Resolução ANTT 420 – Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos e Normas específicas;
- Documentação do motorista e no caso de resíduo perigoso, certificado MOPP (Movimentação Operacional de Produtos Perigosos).

Além desses, deve ser verificada a documentação de controle do resíduo, conforme descrito abaixo:

Resíduos de perfuração Classe I – Perigosos:

- Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) ou documento similar;
- Nota Fiscal (incluindo número ONU, classe de risco e números dos MTRs correspondentes);
- Declaração de responsabilidade e ciência do transportador;
- Ficha de Emergência;
- Envelope de Emergência;
- EPI e Kit de emergência.

A **Figura II.11.4- 2** apresenta ainda exemplo da simbologia de rotulagem necessária para o transporte de resíduos perigosos, conforme NBR 7500/2013.



Figura II.11.4- 2: Exemplo de rótulo de risco e painel de segurança para o transporte de resíduos perigosos. (Fonte: Shell).

Quanto à documentação para o transporte terrestre de resíduos não perigosos, observa-se:

Resíduos de perfuração Classes II A/B – Não Perigosos:

- Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR);
- Nota Fiscal (incluindo números dos MTRs correspondentes);
- EPI e Kit de emergência.

O transporte terrestre e a movimentação de resíduos de perfuração deverão ocorrer ainda conforme as medidas de controle da poluição descritas a seguir:

- Não acumular resíduos fora da área designada e durante longos períodos, de modo a evitar a formação de criadouros e vetores;
- Manter as áreas de movimentação de resíduos (vias de acesso e vias no interior da área de armazenamento) desobstruídas e bem sinalizadas minimizando riscos de acidentes;
- Trafegar nas vias internas e de acesso a áreas em velocidade reduzida e com luzes de alerta acesas, minimizando os riscos para os trabalhadores e para a vizinhança;



- Acondicionar os resíduos a serem destinados de forma correta, evitando o transbordamento e o carreamento de sólidos para as vias públicas, sistemas de drenagem e corpos hídricos;
- Realizar transporte de resíduos para fora da área de armazenamento e até mesmo dentro dela apenas em horários permitidos para o tráfego, de modo a não aumentar significativamente a emissão de ruídos para a vizinhança;
- Otimizar o carregamento para o transporte de resíduos, minimizando o número de viagens necessárias, o consumo de combustível e consequentes emissões atmosféricas e o aumento do nível de ruídos na vizinhança.

II.11.4.10. Destinação dos Resíduos da Atividade de Perfuração

A destinação final trata-se da transferência dos resíduos da atividade de perfuração para empresas devidamente licenciadas para as diversas formas de tratamento e disposição final ambientalmente adequadas. Vale destacar que a escolha das empresas e formas de tratamento levarão em consideração as possibilidades de reciclagem e reutilização e aproveitamento energético em detrimento a outras formas de tratamento, utilizadas somente nos casos em que não haja tecnologias disponíveis para o reaproveitamento. Assim como as demais etapas, a destinação final será devidamente documentada, a fim de manter a rastreabilidade dos resíduos de perfuração e o atendimento aos demais requisitos legais.

Em acordo também às diretrizes do Projeto de Controle da Poluição (Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/2011), aplicável a atividades offshore, serão priorizadas as empresas mais próximas do local de armazenamento temporário, conciliando a infraestrutura oferecida na região onde estará localizada a base de apoio logístico para gerenciamento, tratamento e disposição final de resíduos com as formas de tratamento mais ambientalmente adequadas de forma a respeitar a seguinte hierarquia de tratamento, quando aplicável: devolução ao fabricante, reuso, reciclagem, coprocessamento, descontaminação ou atividades similares, aterro sanitário, aterro industrial, incineração em terra, blend de resíduos e estação de tratamento.

A **Tabela II.11.4- 9**, a seguir, apresenta a descrição das possíveis formas de tratamento e disposição final a serem adotadas na destinação dos resíduos de perfuração atividade da Shell no Bloco C-M-659.

Tabela II.11.4- 9: Descrição das formas de tratamento e disposição final possíveis de serem adotadas na atividade de perfuração no Bloco C-M-659.

Tratamento / Disposição Final	Descrição do tratamento / Disposição Final
Devolução ao fabricante	Refere-se ao retorno dos fluidos de perfuração, fluidos complementares e pastas de cimento à empresa responsável por sua formulação, para que a mesma providencie a destinação adequada ou reinsira os resíduos em seu processo produtivo de novos fluidos.
Reuso / Reciclagem	Processo de reaproveitamento dos fluidos como matéria-prima para novas formulações.



Tratamento / Disposição Final	Descrição do tratamento / Disposição Final
Coprocessamento	Processo de aproveitamento energético dos resíduos de perfuração em fornos de cimento ou cerâmicas.
Descontaminação	Processo que possibilita a separação e remoção das substâncias que causam periculosidade aos resíduos de perfuração, incluindo processos como centrifugação ou tratamento térmico.
Aterro sanitário / Aterro industrial	Aterros para disposição e inertização de resíduos de perfuração a serem utilizados quando outras formas de aproveitamento não estão disponíveis (sanitário – resíduos Classe II; industrial – resíduos Classe I). Estas unidades incluem também lagoas de decantação para o processo de evaporação e remoção da fração oleosa dos fluidos.
Incineração	Processo controlado de queima dos resíduos de perfuração até sua total destruição. Aplicável, somente, aos resíduos com características tóxicas ou orgânicos persistentes.
Blend de resíduos	Refere-se ao processo de mistura dos resíduos de perfuração a demais resíduos devidamente preparados, de forma a criar uma massa uniforme, com características físicas e químicas conhecidas para aplicação como combustível ou matéria-prima de processos industriais.
Estação de tratamento	Unidade operacional de tratamento de resíduos líquidos industriais através de processos químicos, físicos e biológicos.
Dessorção térmica	Tecnologia de secagem de cascalhos, que inertiza a parcela sólida, gerando cinzas e efluente tratado para a disposição final.
Processos genéricos de beneficiamento	Destinação dos resíduos de perfuração para processos não convencionais, como incorporação ao processo de fabricação de tijolos, queima em fornos de olaria, dentre outros.

As empresas e formas de tratamento e disposição final a serem utilizadas para os resíduos de perfuração gerados na atividade da Shell no Bloco C-M-659 são apresentadas na **Tabela II.11.4- 10**. No entanto, a forma de tratamento e disposição final desses resíduos será definida de acordo com a composição de cada resíduo gerado durante a atividade, de forma a atender Lei Nº 12.305/2010 (PNRS).

Tabela II.11.4- 10: Lista de empresas destinadoras para o tratamento dos resíduos de perfuração.

Empresa	Resíduos tratados	Forma de tratamento
Ambitec	Fluidos e cascalhos de perfuração, resíduos <i>slop</i> , pastas de cimento, fluidos complementares	Blendagem de resíduos, aterro industrial; lagoas de decantação
Alliance	Fluidos e cascalhos de perfuração	Dessorção térmica, Estação de tratamento
Progenius	Fluidos de perfuração à base de água, à base de óleo e águas oleosas	Estação de tratamento
Haztec	Fluidos e cascalhos de perfuração, resíduos <i>slop</i> , pastas de cimento, fluidos complementares	Blendagem de resíduos com vistas ao coprocessamento e/ou aterro industrial
Essencis	Fluidos e cascalhos de perfuração, resíduos <i>slop</i> , pastas de cimento, fluidos complementares	Blendagem de resíduos com vistas ao coprocessamento, aterro industrial e/ou estação de tratamento
Cerâmica Porto Velho	Fluidos e cascalhos de perfuração	Incorporação de fluidos ao processo de fabricação de tijolos cerâmicos
Cerâmica REX	Fluidos e cascalhos de perfuração	Incorporação de fluidos ao processo de fabricação de tijolos cerâmicos

As respectivas Licenças de Operação das empresas listadas acima são apresentadas no **ANEXO C** deste documento.



II.11.4.11. Rastreabilidade e Controle

A fim de garantir a rastreabilidade de toda a cadeia dos resíduos de perfuração, bem como todas as etapas do processo de gerenciamento, serão utilizados documentos de controle para o transporte marítimo e transporte terrestre dos resíduos para a destinação final e certificados para comprovação do tratamento e destinação dados pelas empresas receptoras aos resíduos dispostos.

De forma a garantir o controle dos volumes descartados, enquanto houver descarte, e qualidade das informações fornecidas, a volumetria dos descartes realizados pela unidade de perfuração será registrada em documento específico.

Destaca-se que toda documentação de controle, rastreabilidade e registro de informações mencionada no presente PGRAP estará à disposição do IBAMA e outros órgãos ambientais para consulta e verificação sempre que necessário. O modelo de documentos utilizado para os resíduos de perfuração será o mesmo aplicado aos demais resíduos gerados na atividade pelo Projeto de Controle da Poluição, a saber:

- **Manifesto Marítimo de Resíduos (MMR):** Refere-se ao documento de rastreabilidade que descreve todos os resíduos, inclusive resíduos de perfuração, que estão sendo desembarcados das unidades marítimas (unidade de perfuração e embarcações) para a área de armazenamento temporário na base de apoio em terra.
- **Ticket de pesagem:** Ticket emitido pela balança no momento da pesagem dos resíduos, informando a quantidade em quilos dos mesmos.
- **Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR):** Documento que descreve as informações sobre os resíduos que estão sendo transportados por via terrestre da área de armazenamento temporário para a destinação final. No MTR são incluídos o tipo de resíduo, quantidade, classe, informações sobre o gerador, transportador e receptor final e a data do transporte.

Os MTRs devem estar fisicamente presentes durante o transporte terrestre dos resíduos para fins de eventual fiscalização no percurso e conferência do receptor. Observa-se que nos estados em que há um modelo pré-definido de MTR, este será empregado (Rio de Janeiro, por exemplo).

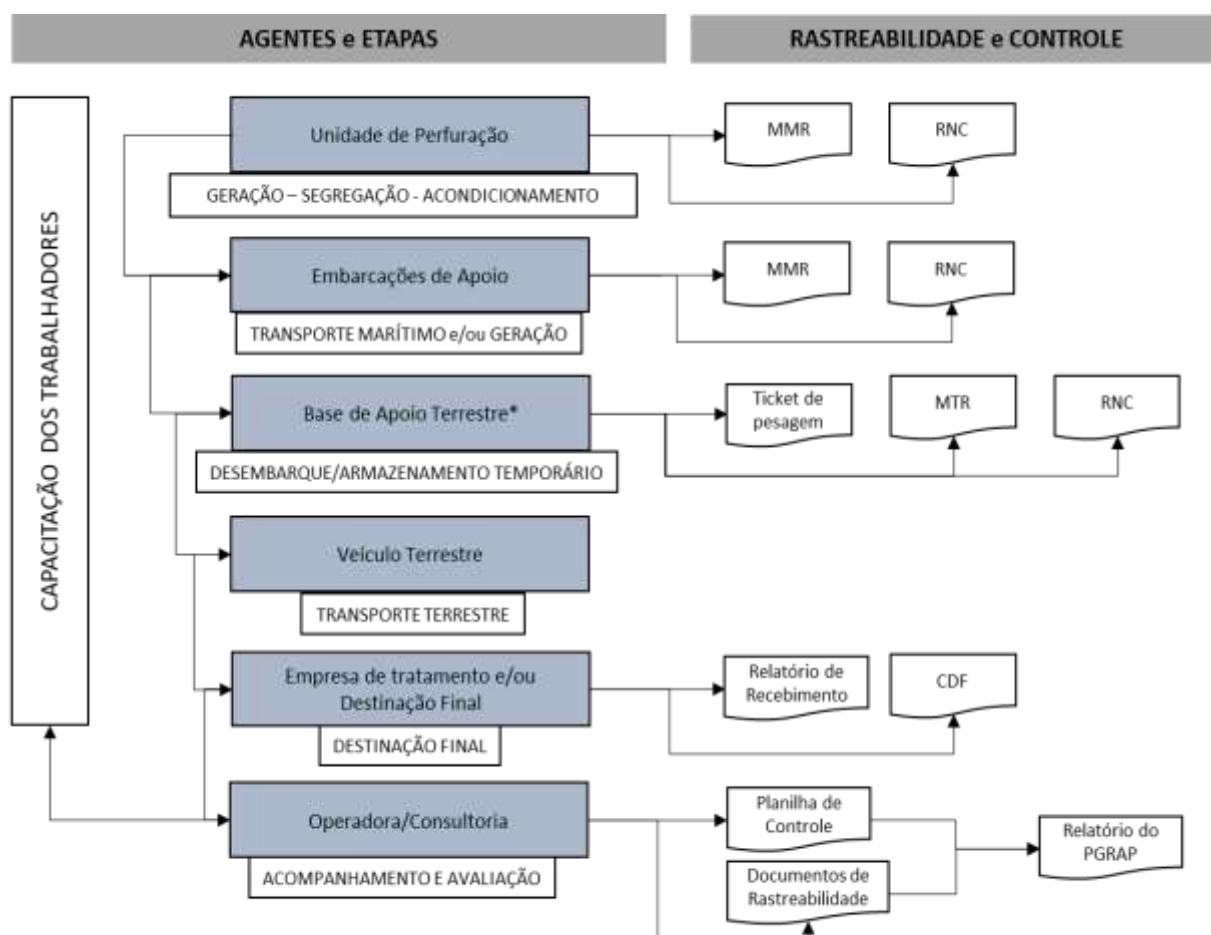
- **Relatório de Recebimento ou similar:** Refere-se ao documento que comprova a recepção dos resíduos pelo receptor final.
- **Certificado de Destinação Final (CDF) ou similar:** Documento que informa a disposição final e/ou tratamento aplicado aos resíduos pelo receptor final, indicando o fim da cadeia do gerenciamento.



- **Planilha de controle da geração de resíduos:** Planilha com a consolidação de todas as informações de controle dos resíduos, representando a rastreabilidade completa do processo.

Os relatórios de implementação do PGRAP serão apresentados conforme o disposto nas Diretrizes para uso e descarte de fluidos de perfuração e cascalhos, fluidos complementares e pastas de cimento Despacho nº 5540547/2019-GABIN (SEI 5540547).

Por fim, a **Figura II.11.4-3** sumariza de forma esquemática os agentes envolvidos e as etapas de rastreabilidade descritos neste documento, abrangendo as etapas de geração dos resíduos de perfuração até a sua disposição final em terra. Nota-se a similaridade com os procedimentos do Projeto de Controle da Poluição, compreendendo as etapas de armazenamento temporário, transporte marítimo e terrestre, disposição final e documentação de controle.



*Em determinadas situações, como limpeza do tanque da embarcação fluideira, o MMR poderá ser emitido pela Base de Apoio.

Figura II.11.4-3: Esquema da cadeia de responsabilidades e rastreabilidade de resíduos da perfuração desembarcados. (Fonte: Witt O'Brien's).



II.11.4.12. Capacitação dos Trabalhadores

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei 9.795/99, prevê a realização de programas de capacitação dos trabalhadores pelas instituições privadas como forma de controle e melhoria da gestão ambiental dos processos produtivos e o estímulo ao desenvolvimento de consciência crítica sobre a problemática socioambiental. Alinhadas a essas diretrizes, a comunicação e educação ambiental com os colaboradores envolvidos na atividade de perfuração da Shell no Bloco C-M-659 têm como objetivo principal a sensibilização dos trabalhadores e usuários do empreendimento sobre a gestão adequada dos resíduos de perfuração, em consonância com as diretrizes discutidas no presente PGRAP.

Neste sentido, as ações de comunicação ambiental devem estimular os trabalhadores a desenvolverem habilidades e atitudes que contribuam para a gestão ambiental adequada de suas atividades, refletindo sobre o seu papel na preservação do meio ambiente. Além da capacitação dos funcionários para entendimento dos procedimentos operacionais relacionados a este PGRAP, deve-se incluir nas reuniões de segurança e demais programas de comunicação coordenados pela operadora, pautas que agreguem conhecimento e consciência sobre o tema em questão. É essencial que os trabalhadores se sintam parte integrante do processo de gestão de resíduos para que este se torne uma ferramenta eficiente de preservação ambiental.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNT, 2004. NBR 10.004: **Resíduos Sólidos – Classificação**. Associação Brasileira de Normas Técnicas, Brasil.
- BOURGOYNE Jr, A.T., MILLHEIM, K.K., CHENEVERT, M.E., YOUNG Jr, F.S. 1991. **Applied Drilling Engineering**. 2 ed. Richardson, Texas: Society of Petroleum Engineers.
- BRASIL, 2010. **Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. Brasília - Brasil.
- CAENN R.; DARLEY H. C. H., GRAY R. G. 2011. **Composition and properties of drilling and completion fluids**. 6 ed. Waltham, USA: Elsevier.
- CORRÊA, L. S. O. 2012. **Petróleo - Noções sobre exploração, perfuração, produção e microbiologia**. Rio de Janeiro: Interciência, p. 46.
- IBAMA, 2011. **Nota Técnica 01/2011**: Projeto de Controle da Poluição. Diretrizes para apresentação, implementação e para apresentação de relatórios, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. CGPEG/DILIC/IBAMA, Brasil.
- IBAMA, 2019. **Despacho nº 5540547/2019-GABIN (SEI 5540547) e seu anexo** “Diretrizes para uso e descarte de fluidos de perfuração e cascalhos, fluidos complementares e pastas de cimento nos processos de licenciamento Ambiental dos empreendimentos de perfuração marítima de poços de exploração e produção de petróleo e gás nas atividades de perfuração marítima de poços e produção de petróleo e gás”
- IFC, 2007. **Environmental, health and safety guidelines for offshore oil and gas development**. International Finance Corporation - World Bank Group, 25p.
- PEDROSO, K. & CERUTI, F. C. 2009. **Programa de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos: uma proposta para pequenos municípios brasileiros**. Trabalho apresentado na IV Semana de Engenharia Ambiental, DENAM - Unicentro, 10p.
- REIS, C. J. 1996. Environmental control in petroleum engineering. Houston, Texas: **Gulf Publishing Company**, p.19-20.
- THOMAS. 2002. Perfuração. In: **Fundamentos de Engenharia do Petróleo**. Editora Interciência. Rio de Janeiro, 2002. pp 81-87.
- VEIL A. J.; BURKE J. C.; MOSES O. D. 1995. **Synthetic drilling fluids. A Pollution Prevention Opportunity for the Oil and Gas Industry**. Annual Conference and Exposition of the Water Environment Federation, Miami Beach, Florida.



ANEXO A – LICENÇAS DE OPERAÇÃO (LOS) BASES DE APOIO



LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº IN033950

O Instituto Estadual do Ambiente - INEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.101, de 4 de outubro de 2007 e pelo Decreto nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, e suas modificações posteriores e em especial do Decreto nº 44.820, de 2 de junho de 2014 que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental, concede a presente Licença de Operação a

BRASCO LOGÍSTICA OFFSHORE LTDA

CNPJ/CPF: 03.562.124/0003-10

Código INEA: UN002154/55.41.05

Endereço: RUA ENGENHEIRO FÁBIO GOULART, 302 - PARTE 605 - ILHA DA CONCEIÇÃO - NITERÓI - RJ

para estocagem de equipamentos e produtos perigosos, gerenciamento de resíduos offshore, carga e descarga de embarcações de apoio às plataformas e subestação de energia com dois transformadores (500 KVA E 112,5 KVA)-x-x-x-x-x-

no seguinte local:

RUA ENGENHEIRO FÁBIO GOULART, 302 - PARTE 605 - ILHA DA CONCEIÇÃO, município NITERÓI

Condições de Validade Gerais

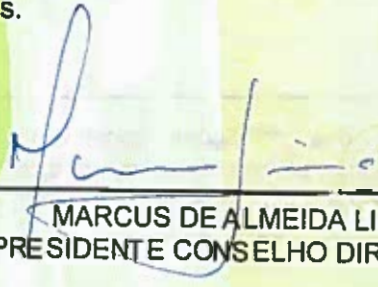
1- Esta Licença foi emitida por decisão do Conselho Diretor, CONDIR, em sua 328ª Reunião Ordinária de Licenciamento Ambiental realizada em 14.03.2016, tendo como base o parecer elaborado pela área técnica, nos moldes do art. 8º, inc. V, c/c art. 14, inc. III, do Decreto Estadual nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009.

2- Esta Licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;

3- Esta Licença não poderá sofrer qualquer alteração nem ser plastificada, sob pena de perder sua validade;

Esta Licença é válida até 12 de Abril de 2020, respeitadas as condições nela estabelecidas, e é concedida com base nos documentos e informações constantes do Processo nº E-07/200009/2003 e seus anexos.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2016


MARCUS DE ALMEIDA LIMA
PRESIDENTE CONSELHO DIRETOR

LICENÇA DE OPERAÇÃO**LO Nº IN033950****Condições de Validade Específicas**

- 4- Requerer a renovação desta licença ao INEA, no mínimo 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do seu prazo de validade;
- 5- Atender à NT-202.R-10 - Critérios e Padrões para Lançamento de Efluentes Líquidos, aprovada pela Deliberação CECA nº 1.007 de 04.12.86 e publicada no DOERJ de 12.12.86;
- 6- Encaminhar os efluentes líquidos industriais, que não são encaminhados para o sistema separador água e óleo, para tratamento em empresa licenciada pelo órgão ambiental para tal atividade, acompanhados de Manifesto de Resíduos;
- 7- Manter em perfeitas condições de operação e manutenção o sistema separador água e óleo, bem como limpas e desobstruídas as canaletas de drenagem;
- 8- Enviar trimestralmente ao INEA relatório informando a quantidade de efluentes líquidos industriais encaminhados para tratamento;
- 9- Atender à NBR-11.174 - Armazenamento de Resíduos Classe II (não inertes) e Classe III (inertes), da ABNT, e à NBR-12.235 - Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos (Classe I), da ABNT, destinando os resíduos somente para empresas licenciadas para tal fim, com o devido acompanhamento de Manifestos de Resíduos;
- 10- Atender à DZ-1310.R-7 - Sistema de Manifesto de Resíduos, aprovada pela Deliberação CECA nº 4.497 de 03.09.04 e publicada no D.O.E.R.J. de 21.09.04;
- 11- Somente realizar emissão de manifestos de resíduos pelo sistema *on line* deste INEA, uma vez que a empresa já se encontra vinculada;
- 12- Não dispor em aterros sanitários, os resíduos não perigosos de Classe II passíveis de reciclagem;
- 13- Apresentar ao INEA, anualmente, o Inventário de Resíduos Industriais, em atendimento à Resolução nº 313 do CONAMA, de 29.10.02, publicada no DOU de 22.11.02;
- 14- Atender à Resolução nº 358 do CONAMA, de 29.04.05, publicada no DOU de 04.05.05, que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências;
- 15- Atender à DZ-056.R-3 - Diretriz para Realização de Auditoria Ambiental, aprovada pela Resolução CONEMA nº 021 de 07.05.10 e publicada no DOERJ de 14.05.10;

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.



LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº IN033950

Condições de Validade Específicas

- 16- Tomar todos os cuidados necessários nas operações de movimentação de cargas nos cais, de forma a evitar queda de material e consequente arraste para o espelho d'água da baía de Guanabara;
- 17- Manter equipe de combate à emergência no local, durante todas as operações de manobra de atracação, desatracação e abastecimento das embarcações;
- 18- Atender à Resolução nº 398 do CONAMA, de 11.06.08, publicada no DOU de 12.06.08, que dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional, originados em portos organizados, instalações portuárias, terminais, dutos, sondas terrestres, plataformas e suas instalações de apoio, refinarias, estaleiros, marinas, clubes náuticos e instalações similares, e orienta a sua elaboração;
- 19- Manter em vigor o contrato com empresa especializada em combate a emergência com vazamento de óleo e produtos nocivos ou perigosos e com empresa/instituição especializada em resgate e reabilitação de fauna aquática, apresentando ao INEA cópia de documento que comprove a renovação contratual, ou novo contrato;
- 20- Realizar o cerco preventivo com barreiras de contenção nas embarcações atracadas no píer, em caso de carregamento ou descarregamento de produtos oleosos;
- 21- Realizar exercício simulado completo anualmente, encaminhando cópia dos relatórios ao INEA;
- 22- Atender à Resolução nº 001/90 do CONAMA, de 08.03.90, publicada no DOU. de 02.04.90, que dispõe sobre critérios e padrões de emissão de ruídos;
- 23- Não realizar queima de qualquer material ao ar livre;
- 24- Evitar todas as formas de acúmulo de água que possam propiciar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue;
- 25- Eliminar métodos de trabalho e ambientes propícios à proliferação de vetores (insetos e roedores nocivos);
- 26- Manter atualizados junto ao INEA os dados cadastrais relativos ao empreendimento ora licenciado;
- 27- Submeter previamente ao INEA, para análise e parecer, qualquer alteração ou ampliação na atividade;

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

LICENÇA DE OPERAÇÃO**LO Nº IN033950****Condições de Validade Específicas**

28- ☒ INEA exigirá novas medidas de controle ambiental, sempre que julgar necessário.

x-x-x



O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente

REQUERIMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Nº do requerimento: 003469/2019

Data e hora da abertura: 02 de dezembro de 2019

Identificação do Interessado

Nome: BRASCO LOGÍSTICA OFFSHORE LTDA

Caracterização: Sociedade limitada

CNPJ/CPF: 03.562.124/0003-10

Dados da pessoa jurídica

Microempresa ou empresa de pequeno porte? não

Nº da Inscrição no CTF/CTE:

Nome fantasia:

Inscrição estadual:

Serviço de licenciamento ambiental

Requerimento: Licença ambiental

Endereço

Classificação endereço: Correspondência

CEP: 24050-090

Bairro/Distrito: ILHA DA CONCEIÇÃO

Endereço: RUA ENGENHEIRO FÁBIO GOULART, 302

Estado: Rio de Janeiro

Complemento: PARTE 605

Município: Niterói

Telefone: (21) 2718-9265

E-mail: MARCELLO.RAMPAZZO@BRASCO.COM.BR

Representante(s) legal(is)

Representante: Física

Classificação do representante: Procurador

Nome: Denise Gomes de Oliveira Lage

Solicitante:

CNPJ/CPF: 011.238.857-45

E-mail: denise.lage@brasco.com.br

Telefone: (21) 2718-9813

Representante: Física

Classificação do representante: Procurador

Nome: Marcelo Rampazzo da Cruz

Solicitante:

CNPJ/CPF: 002.543.707-05

E-mail: marcelo.rampazzo@brasco.com.br

Signatário: MAYARA MAGALHAES DA GAMA DE LIMA:11255835761, Certificado: AC Imprensa Oficial SP RFB G5
Hash Doc: 8cf75f755c92eb5e3aaf5d23b4a8c0ec85dce562, Data Assinatura: 02/12/2019 15:32:56



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente

REQUERIMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Telefone: (21) 2718-9830

Informações do empreendimento

Situação do imóvel: Próprio	Imóvel rural? Não
CEP: 24050-090	Bairro/Distrito: ILHA DA CONCEIÇÃO
Endereço: RUA ENGENHEIRO FÁBIO GOULART, 302	
Estado: Rio de Janeiro	Complemento: PARTE 605
Município: Niterói	Telefone: (21) 2718-9265
Denominação do local da atividade: RENOVAÇÃO DA LO IN033950 - PROCESSO E-07/200.009/2003 - LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA ESTOCAGEM DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PERIGOSOS, GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS OFFSHORE, CARGA E DESCARGA DE EMBARCAÇÕES	
Abrangência da atividade: Niterói	
Posição geográfica: Lat: grau -22 minuto 52 segundo 16.0 Long: grau -43 minuto 7 segundo 25.0	

Informações SLAM

Atividade: Atividades do Operador Portuário	
Grupo: ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES	Sub-Grupo: GESTÃO DE PORTOS E TERMINAIS
Critério: CE015	Área(ha): 107225.03 (Área) m2
Porte: Pequeno	Potencial poluidor: Alto
Impacto: Médio	Classe: 4A
Licença requerida: Licença de operação	Utiliza recursos hídricos? Abastecimento Público
Atividade agropecuária ou agrossilvapastoris? Não	

Responsável(is) técnico(s)

CPF: 002.543.707-05	Conselho registro: 1996120111
Nome: Marcelo Rampazzo da Cruz	Nº da Inscr no CTF/CTE:
Formação: Engenheiro químico e segurança do trabalho	Telefone: (21) 2718-9830
Conselho Regional: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia	E-mail: marcelo.rampazzo@brasco.com.br

Signatário: MAYARA MAGALHAES DA GAMA DE LIMA:11255835/61, Certificado: AC Imprensa Oficial SP RFB G5
Hash Doc: 8cf75f755c92eb5e3aaf5d23b4a8c0ec85dce562, Data Assinatura: 02/12/2019 15:32:56



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente

REQUERIMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Custo da análise

Isenção/Redução:

Boletos associados: 0

Valor total: R\$ 0,00

Valor pago: R\$ 0,00

Valor a pagar: R\$ 0,00

Descrição:

Documentos entregues

- 1 - Formulário de Requerimento;
- 2 - Comprovante de pagamento do custo de análise da licença ;
- 3 - Enquadramento INEA da atividade;
- 4 - Documento do procurador;
- 5 - Procuração ;
- 6 - Contrato social ;
- 7 - CNPJ;
- 8 - Alvará da Prefeitura Municipal;
- 9 - Certidão de Zoneamento da Prefeitura Municipal;
- 10 - Documento de propriedade ou posse ou locação de imóvel;
- 11 - Certificado de regularidade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Poluidoras (IBAMA);
- 12 - Planta de localização ;
- 13 - Registro em Conselho de Classe;
- 14 - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
- 15 - Plano de atendimento à emergência;
- 16 - Planta da área do empreendimento ;
- 17 - Memorial Descritivo ;

Signatário: MAYARA MAGALHAES DA GAMA DE LIMA:11255835761, Certificado: AC Imprensa Oficial SP RFB G5
Hash Doc: 8cf75f755c92eb5e3aaf5d23b4a8c0ec85dce562, Data Assinatura: 02/12/2019 15:32:56



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente

REQUERIMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- 18 - Cópia da licença/autorização/certidão/certificado/outorga anterior;
- 19 - Comprovante;
- 20 - Termo de Ciência;

Signatário: MAYARA MAGALHAES DA GAMA DE LIMA:11255835761, Certificado: AC Imprensa Oficial SP RFB G5
Hash Doc: 8cf75f755c92eb5e3aaf5d23b4a8c0ec85dce562, Data Assinatura: 02/12/2019 15:32:56

LICENÇA DE OPERAÇÃO**LO Nº IN036084**

O Instituto Estadual do Ambiente - INEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.101, de 4 de outubro de 2007 e pelo Decreto nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, e suas modificações posteriores e em especial do Decreto nº 44.820, de 2 de junho de 2014 que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental, concede a presente Licença de Operação a

NITSHORE ENGENHARIA E SERVIÇOS PORTUÁRIOS S.A.**CNPJ/CPF:** 07.522.140/0001-79**Código INEA:** UN009682/55.51.10**Endereço:** AVENIDA FELICIANO SODRÉ, 215 (PARTE) E 325 - CENTRO - NITERÓI - RJ

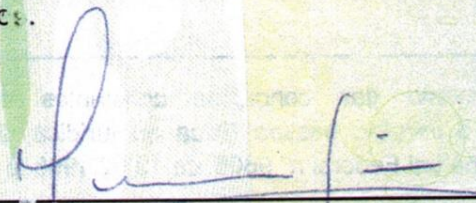
para realizar atividade de apoio logístico para atividades offshore (fornecimento de água, energia elétrica, ar comprimido, combustível, carga e descarga e armazenamento de equipamentos e materiais provenientes de embarcações; especificação, reespecificação com uso de centrífugas, armazenamento e transferência de fluidos de perfuração a base água e sintéticos e grânéis sólidos e líquidos; armazenamento e transferência de cimento e gerenciamento de resíduos); serviços de reparo naval em embarcações e plataformas (caldeiraria naval, reparos civis, mecânico, solda, hidrojateamento e pintura convencional, limpeza e desgaseificação de tanques).-x-x-x-x-x-x-

no seguinte local:**AVENIDA FELICIANO SODRÉ, 215 (PARTE) E 325 - CENTRO, município NITERÓI****Condições de Validade Gerais**

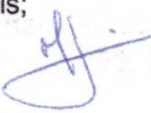
1- Esta Licença foi emitida por decisão do Conselho Diretor, CONDIR, em sua 347ª Reunião Ordinária de Licenciamento Ambiental realizada em 08.08.2016, tendo como base o parecer elaborado pela área técnica, nos moldes do art. 8º, inc. V, c/c art. 14, inc. III, do Decreto Estadual nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009.

Esta Licença é válida até 26 de Agosto de 2020, respeitadas as condições nela estabelecidas, e é concedida com base nos documentos e informações constantes do Processo nº E-07/203803/2005 e seus anexos.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2016


MARCUS DE ALMEIDA LIMA
PRESIDENTE CONSELHO DIRETOR

LICENÇA DE OPERAÇÃO**LO Nº IN036084****Condições de Validade Específicas**

- 2- Esta Licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;
- 3- Esta Licença não poderá sofrer qualquer alteração nem ser plastificada, sob pena de perder sua validade;
- 4- Requerer a renovação desta licença ao INEA, no mínimo 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do seu prazo de validade;
- 5- Atender à DZ-056. R-3 - Diretriz para Realização de Auditoria Ambiental, aprovada pela Resolução CONEMA nº 021, de 07.05.10 e publicada no D.O.E.R.J., de 14.05.10;
- 6- Atender à NBR 11.174 - Armazenamento de Resíduos Classes II (não inertes) e Classe III (inertes), e NBR 12.235 - Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos (Classe I), da ABNT;
- 7- Atender à DZ-1310 R-7 - Sistema de Manifesto de Resíduos, aprovada pela Deliberação CECA nº 4.497, de 03.09.04 e publicada no D.O.E.R.J., de 21.09.04;
- 8- Somente realizar emissão de Manifestos de Resíduos pelo sistema *on line* deste INEA, uma vez que a empresa está vinculada;
- 9- Dar destinação final aos resíduos gerados, somente para empresas licenciadas para tal fim, com o devido acompanhamento de Manifestos de Resíduos;
- 10- Apresentar ao INEA, anualmente, o Inventário de Resíduos Industriais, em atendimento à Resolução CONAMA nº 313, de 29.10.02, publicada no D.O.U., de 22.11.02;
- 11- Atender à Resolução CONAMA nº 001/90, de 08.03.90, publicada no D.O.U., de 02.04.90, que dispõe sobre critérios e padrões de emissões de ruídos;
- 12- Não realizar serviços de jateamento, hidrojetamento e pintura com pistola nas áreas externas das embarcações atracadas junto ao Cais;
- 

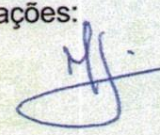
O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº IN036084

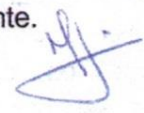
Condições de Validade Específicas

- 13- Promover periodicamente a limpeza das canaletas de drenagem das áreas produtivas, bem como das caixas de acúmulo e bacias de contenção, de forma a evitar obstruções e ocorrência de extravasamento de resíduos líquidos;
- 14- Encaminhar os resíduos líquidos industriais (águas residuais), para tratamento em empresas licenciadas para tal atividade, acompanhados de Manifesto de Resíduos, encaminhando semestralmente a este INEA, relatório de acompanhamento da quantidade de efluentes encaminhados para tratamento;
- 15- Somente armazenar produtos químicos em área contidas e impermeáveis, com a respectiva FISPQ, de forma a evitar a contaminação do solo e carreamento para galeria de águas pluviais;
- 16- Realizar manutenção e regulagem de máquinas e equipamentos, mantendo a disposição da fiscalização os respectivos registros, de modo a minimizar impactos provenientes as suas operações;
- 17- Atender à Lei nº 9.966, de 28.04.00, que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências;
- 18- Realizar cerco preventivo com barreiras de contenção nas embarcações atracadas no píer, em caso de carregamento ou descarregamento de produtos oleosos;
- 19- Realizar treinamentos periódicos (exercícios simulados de resposta a incidentes de poluição por óleo), conforme o programa de treinamentos apresentado no PEI, comunicando ao INEA com 15 (quinze) dias de antecedência a data, o local e o horário;
- 20- Treinar periodicamente o pessoal incumbido no atendimento a emergências de vazamentos de óleo e seus derivados em solo e em água, conforme o Programa de Treinamento do PEI, mantendo os registros (pessoal treinado, instrutor e conteúdo programático) à disposição da fiscalização;
- 21- Manter disponíveis na quantidade e qualidade apropriadas, e prontos para uso os equipamentos de combate a derramamentos de hidrocarbonetos;
- 22- Atender o que determina a NORMAM - 08/DPC;
- 23- Revisar o PEI, apresentando cópia impressa e digital ao INEA, nas seguintes situações:



O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

LICENÇA DE OPERAÇÃO**LO Nº IN036084****Condições de Validade Específicas**

- 23.1- Sempre que a instalação sofrer modificações físicas, operacionais ou organizacionais capazes de afetar os seus procedimentos ou a sua capacidade de resposta;
- 23.2- Quando a avaliação do desempenho do Plano de Emergência Individual, decorrente do seu acionamento por incidente ou exercício simulado, recomendar;
- 23.3- Em outras situações, a critério do INEA;
- 24- Realizar as operações de transferência de fluido das embarcações para as instalações em terra e vice-versa utilizando dutos duplos concêntricos;
- 25- Comunicar imediatamente ao Serviço de Operações em Emergências Ambientais do INEA (SOPEA), plantão 24 horas, pelos telefones (21) 2334-7910, (21) 2334-7911 e (21) 98596-8770, qualquer anormalidade que possa ser classificada como acidente;
- 26- Não realizar qualquer tipo de dragagem nos canais de acesso ou obras civis nas instalações da empresa sem a competente Licença do INEA;
- 27- Não realizar queima de qualquer material ao ar livre;
- 28- Evitar todas as formas de acúmulo de água que possam propiciar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue;
- 29- Eliminar métodos de trabalho e ambientes propícios à proliferação de vetores (insetos e roedores nocivos);
- 30- Manter atualizados junto ao INEA os dados cadastrais relativos à atividade ora licenciada;
- 31- Submeter previamente ao INEA, para análise e parecer, qualquer alteração na atividade;
- 32- O INEA exigirá novas medidas de controle ambiental, a qualquer momento, sempre que julgar necessário, visando à preservação do meio ambiente.
- 

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente

REQUERIMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Nº do requerimento: 001003/2020

Data e hora da abertura: 15 de abril de 2020

Identificação do Interessado

Nome: NITSHORE ENGENHARIA E SERVICOS PORTUARIOS S.A.

Caracterização: Sociedade anônima

CNPJ/CPF: 07.522.140/0001-79

Dados da pessoa jurídica

Microempresa ou empresa de pequeno porte? não

Nº da Inscrição no CTF/CTE:

Nome fantasia:

Inscrição estadual:

Serviço de licenciamento ambiental

Requerimento: Licença ambiental

Endereço

Classificação endereço: Sede

CEP: 24030-012

Bairro/Distrito: Centro

Endereço: Avenida Feliciano Sodré, 215

Estado: Rio de Janeiro

Complemento: E 325

Município: Niterói

Telefone: (21) 2707-3100

E-mail: juridico@nitshore.com.br

Representante(s) legal(is)

Representante: Física

Classificação do representante: Procurador

Nome: LUCAS BRAGA RIBEIRO

Solicitante:

CNPJ/CPF: 153.091.617-83

E-mail: juridico@nitshore.com.br

Telefone: (21) 2707-3100

Representante: Física

Classificação do representante: Procurador

Nome: BRENNO HENRIQUE RELVAS COUTIN

Solicitante:

CNPJ/CPF: 147.759.827-88

E-mail: juridico@nitshore.com.br

Signatário: RENATA FRANCIS QUEIROZ MARQUES, Certificado: Autoridade Certificadora do SERPRO Final v5
Hash Doc: 8478492f004ff51b9cd40298babc90117d102999, Data Assinatura: 15/04/2020 19:27:00



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente

REQUERIMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Telefone: (21) 2707-3100

Informações do empreendimento

Situação do imóvel: Indeterminado	Imóvel rural? Não
CEP: 24030-012	Bairro/Distrito: Centro
Endereço: Avenida Feliciano Sodré, 215	
Estado: Rio de Janeiro	Complemento: PARTE E 325
Município: Niterói	Telefone: (21) 2707-3100
Denominação do local da atividade: Renovação E-07/203803/2005 IN036084	
Abrangência da atividade: Niterói	
Posição geográfica: Lat: grau -1 minuto 1 segundo 1.0	
Long: grau -1 minuto 1 segundo 1.0	

Informações SLAM

Atividade: Atividades do Operador Portuário	
Grupo: ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES	Sub-Grupo: GESTÃO DE PORTOS E TERMINAIS
Critério: CE015	Área(ha): 1.0 (Área) ha
Porte: Médio	Potencial poluidor: Alto
Impacto: Alto	Classe: 5A
Licença requerida: Licença de operação	Utiliza recursos hídricos? Abastecimento Público
Atividade agropecuária ou agrossilvapastoris? Não	

Responsável(is) técnico(s)

CPF: 466.320.267-53	Conselho registro:
Nome: PAULO AMERICO MOUSINHO FALCONE	Nº da Inscr no CTF/CTE:
Formação: ENGENHEIRO MECANICO	Telefone: (21) 2707-3100
Conselho Regional: Conselho Regional de Biologia	E-mail: juridico@nitshore.com.br

Custo da análise

Signatário: RENATA FRANCIS QUEIROZ MARQUES, Certificado: Autoridade Certificadora do SERPRO Final v5
Hash Doc: 8478492f004ff51b9cd40298babc90117d102999, Data Assinatura: 15/04/2020 19:27:00



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente

REQUERIMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Isenção/Redução:

Boletos associados: 0

Valor total: R\$ 0,00

Valor pago: R\$ 0,00

Valor a pagar: R\$ 0,00

Descrição:

Documentos entregues

- 1 - Alvará da Prefeitura Municipal;
- 2 - Comprovante de pagamento do custo de análise da licença ;
- 3 - Comprovante de pagamento do custo de análise da licença ;
- 4 - Carta;
- 5 - Certificado;
- 6 - CNPJ;
- 7 - Comprovante;
- 8 - Registro em Conselho de Classe;
- 9 - Certificado;
- 10 - Certificado;
- 11 - Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- 12 - Planta de localização ;
- 13 - Estatuto;
- 14 - Formulário de Requerimento;
- 15 - Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- 16 - Comprovante;
- 17 - Planta do empreendimento ;
- 18 - Cópia da licença/autorização/certidão/certificado/outorga anterior;

Signatário: RENATA FRANCIS QUEIROZ MARQUES, Certificado: Autoridade Certificadora do SERPRO Final v5
Hash Doc: 8478492f004ff51b9cd40298babc90117d102999, Data Assinatura: 15/04/2020 19:27:00



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente

REQUERIMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- 19 - Memorial Descritivo ;
- 20 - Procuração ;
- 21 - Enquadramento INEA da atividade;
- 22 - Termo de Ciência;

Signatário: RENATA FRANCIS QUEIROZ MARQUES, Certificado: Autoridade Certificadora do SERPRO Final v5
Hash Doc: 8478492f004ff51b9cd40298bab90117d102999, Data Assinatura: 15/04/2020 19:27:00

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

AA Nº IN050670

A Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.5º, § 1º, I, da Lei nº 5.101, de 4 de outubro de 2007 e pelo art. 56, I, do Decreto nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, concede a presente Autorização Ambiental a

PORTO DO AÇU OPERAÇÕES S.A.

CNPJ/CPF:08.807.676/0001-01

Código : UN044439/33.22.45

Endereço: RUA DO RUSSEL, 804 - 5º ANDAR - GLÓRIA - RIO DE JANEIRO - RJ

para fundeio de plataformas e embarcações offshore na área do Terminal 2 (T2) e sua atracação no molhe sul deste mesmo terminal, do Complexo do Açú.-x-x-x-x-x-

no seguinte local:

FAZENDA SACO D'ANTAS - ZONA RURAL, município SÃO JOÃO DA BARRA

1-Este documento foi emitido por decisão da Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA, em sua 922ª reunião, realizada em 12.11.19 que resolveu tomar as medidas constantes da Deliberação CECA nº 6.311, publicada no DOERJ de 19.11.19 e retificação publicada no DOERJ de 21.11.19.

2-Este documento não exime o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;

3- Este documento não poderá sofrer qualquer alteração, nem ser plastificada, sob pena de perder sua validade;

4-Somente iniciar as atividades de fundeio e atracação após a obtenção de autorização da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro;

5-Apresentar ao INEA, ao final da vigência do prazo da Autorização Ambiental relatório evidenciando o cumprimento das condições de validade gerais desta Autorização, bem como registro e respostas a possíveis acidentes;

6-Realizar as operações de transbordo/transferência de cargas, principalmente de resíduos,

Esta Autorização é válida até 25 de Novembro de 2021, respeitadas as condições nela estabelecidas, e é concedida com base nos documentos e informações constantes do Processo nº E-07/002.1886/2016 e seus anexos.

PUBLICADO NO BOLETIM DE SERVIÇO
Nº 208 AO INEA EM 29/11/2019
Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2019


MAURICIO COUTO CESAR JUNIOR
PRESIDENTE DA CECA

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL**AA Nº IN050670**

efluentes e outros materiais capazes de contaminar o meio ambiente, somente após certificar-se sobre as condições favoráveis de maré e meteorológicas locais, bem como a presença de equipe e materiais necessários para atendimento a emergências;

7-Contemplar quando da operação de transbordo/transferência de resíduos e efluentes equipamentos para contenção de vazamentos, derramamentos e precipitações acidentais na água, compatíveis com a tipologia e quantidade de resíduos e efluentes manuseados;

8-Apresentar, no prazo de 60 (sessenta) dias, atualização do Plano de Emergência Individual - PEI conforme a Resolução Conama nº 398, de 11.06.08, considerando os cenários acidentais das atividades de manobra, aproximação e fundeio de embarcações e desembarque de resíduos oleosos, além de possível atracação/desatracação no cais, conforme apresentado no memorial descritivo de fundeio e atracação de embarcações no Terminal 2;

9-Atender a NOP-INEA-35 - Norma Operacional para o Sistema Online de Manifesto de Transporte de Resíduos - Sistema MTR, aprovada pela Resolução CONEMA nº 79 de 07.03.2018 e publicada no DOERJ de 13.03.2018;

10-Não armazenar resíduos ou efluentes nas áreas dos molhes, píer e retroáreas, devendo ser encaminhados diretamente para correta destinação por empresas devidamente licenciadas após seu desembarque;

11-Destinar os resíduos e efluentes para locais licenciados utilizando empresas de transporte devidamente licenciadas pelo órgão ambiental competente;

12-Comunicar imediatamente à Gerência de Operações Emergenciais (GEOPEM) do INEA, plantão de 24 horas, pelos telefones (21) 2334-7910, (21) 2334-7911 ou (21) 98596-8770, qualquer anormalidade que possa ser classificada como acidente;

13-Não realizar queima de qualquer material ao ar livre;

14-Eliminar métodos de trabalho e ambientes propícios à proliferação de vetores (insetos e roedores nocivos), principalmente do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, zika, febre amarela e chikungunya;

15-Manter atualizados, junto ao INEA, os dados cadastrais relativos à atividade ora licenciada;

16-Submeter previamente ao INEA, para análise e parecer, qualquer alteração na atividade;

17-O INEA exigirá novas medidas de controle, sempre que julgar necessário.-x-x-x-x-

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº IN034002

A Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.5º, § 1º, I, da Lei nº 5.101, de 4 de outubro de 2007 e pelo art. 56, I, do Decreto nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, concede a presente Licença de Operação a

PORTO DO AÇU OPERAÇÕES S.A.

CNPJ/CPF:08.807.676/0001-01

Código : UN020348/55.41.05

Endereço: RUA DO RUSSEL, 804 - 5º ANDAR - GLÓRIA - RIO DE JANEIRO - RJ

para o Terminal de Múltiplo Uso (TMULT) dedicado à movimentação e de granéis sólidos (carvão/coque e bauxita) e carga geral (blocos de granito, contêineres e cargas de projeto)-x-x-x-x-x-x-

no seguinte local:

FAZENDA SACO DANTAS,S/N - 5º DISTRITO, município SÃO JOÃO DA BARRA

Condições de Validade Gerais

- 1- Esta licença foi emitida por decisão da Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA, em sua 776ª reunião plenária, com base na Deliberação CECA nº 5.959, de 15.03.16;
- 2- Esta Licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;
- 3- Esta Licença não poderá sofrer qualquer alteração nem ser plastificada, sob pena de perder sua validade;

Esta Licença é válida até 15 de Abril de 2023, respeitadas as condições nela estabelecidas, e é concedida com base nos documentos e informações constantes do Processo nº E-07/002.4604/2015 e seus anexos.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2016



MAURICIO COUTO CESAR JUNIOR
PRESIDENTE DA CECA

LICENÇA DE OPERAÇÃO**LO Nº IN034002****Condições de Validade Específicas**

- 4- Requerer a renovação desta licença no mínimo 120 dias antes do vencimento do seu prazo de validade;
- 5- Implantar e executar todos os programas ambientais propostos para a fase de operação, encaminhando ao INEA relatório semestral consolidado, em meio digital, descrevendo as atividades desenvolvidas e resultados obtidos para todos os programas;
- 6- Atender à DZ-056.R-3 - Diretriz para Realização de Auditoria Ambiental, aprovada pela Resolução CONEMA n. 021 de 07.05.10 e publicada no D.O.E.R.J. de 14.05.10;
- 7- Atender à DZ-1310. R-7 - Sistema de Manifesto de Resíduos, aprovada pela Deliberação CECA nº. 4.497, de 03.09.04, publicada no D.O.E.R.J. de 21.09.04;
- 8- Atender à Resolução nº. 358 do CONAMA, de 29.04.05, publicada no DOU de 04.05.05, que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde;
- 9- Atender às normas NBR-11.174 - Armazenamento de Resíduos Classe II (não inertes) e NBR-12.235 - Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos (Classe I), da ABNT, e destiná-los somente a empresas licenciadas;
- 10- Atender às normas NBR 12.809 - Manuseio de Resíduos de Serviço de Saúde, da ABNT e NBR 12.810 - Coleta de Resíduos de Serviços de Saúde, da ABNT;
- 11- Atender à DZ-215. R-04 - Diretriz de Controle de Carga Orgânica Biodegradável em Efluentes Líquidos de Origem não Industrial, aprovada pela Deliberação CECA nº. 4.886, de 25.09.07, publicada no D.O.E.R.J. de 05.10.07;
- 12- Operar a estação de tratamento de esgoto (ETE) de acordo com o manual de operações apresentado, mantendo os equipamentos em condições adequadas de operação e de manutenção, obedecendo aos parâmetros preconizados no projeto;
- 13- Manter responsável técnico pela operação da ETE, com registro no Conselho Profissional de Classe e qualificado para desempenhar essa atividade;
- 14- Informar, imediatamente, ao INEA a ocorrência de paralisações de qualquer natureza do sistema de tratamento de esgoto, especificando o motivo e anexando relatório dos serviços realizados, com a anuência do representante legal;
- 15- Promover a retirada dos resíduos provenientes do sistema de tratamento de efluente e das caixas de gordura, tais como material retido no gradeamento, areia, lodo descartado do sistema e gordura retida, utilizando os serviços de empresas licenciadas pelo INEA para

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº IN034002

Condições de Validade Específicas

essa atividade, mantendo os comprovantes à disposição da fiscalização;

16- Não cimentar a tampa de vedação das caixas de gordura e de passagem, da fossa séptica e do filtro biológico, de modo a facilitar a limpeza e a inspeção;

17- Realizar, periodicamente, a limpeza da caixa de gordura e da fossa séptica, utilizando os serviços de empresa licenciada pelo INEA para tal atividade, mediante Manifesto de Resíduos, mantendo os comprovantes à disposição da fiscalização;

18- Manter em perfeitas condições de operação e manutenção o sistema separador água/óleo, bem como limpas e desobstruídas as canaletas de drenagem;

19- Acondicionar o óleo proveniente do sistema separador água/óleo e os óleos lubrificantes usados em recipientes dotados de tampa e estocá-los em área abrigada, até o seu recolhimento por empresas rerrefinadoras licenciadas pelo INEA, mantendo os comprovantes à disposição da fiscalização;

20- Realizar monitoramento mensal dos efluentes originários da rede de drenagem pluvial, previamente ao seu lançamento no canal de acesso, contemplando os seguintes parâmetros: pH; temperatura; materiais sedimentáveis; surfactantes; óleos e graxas; DBO e parâmetros inorgânicos conforme Resolução Conama nº 430, de 13 de maio de 2011;

21- Manter em perfeitas condições de operação e manutenção os sistemas aspersores para abatimento de material particulado;

22- Manter em perfeitas condições de operação e manutenção as caixas de pré-sedimentação e o tanque de equalização e efluentes pluviais, bem como limpas e desobstruídas a rede de drenagem;

23- Realizar o manuseio de graneis sólidos no interior do terminal utilizando somente caminhões lonados, de forma a minimizar seu arraste eólico;

24- Não armazenar graneis sólidos diretamente no pier ou na retroárea do terminal;

25- Revisar o PEI, apresentando cópia impressa e digital ao INEA, nas seguintes situações: Quando a atualização da análise de risco da instalação recomendar; Novas atividades forem incorporadas; Sempre que a instalação sofrer modificações físicas, operacionais ou organizacionais capazes de afetar os seus procedimentos ou a sua capacidade de resposta; Quando a avaliação do desempenho do Plano de Emergência Individual, decorrente do seu acionamento por incidente ou exercício simulado, recomendar; Outras situações, a critério do



O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

LICENÇA DE OPERAÇÃO**LO Nº IN034002****Condições de Validade Específicas**

INEA;

- 26- Realizar o cerco preventivo com barreiras de contenção nas embarcações atracadas no píer, em caso de carregamento ou descarregamento de produtos oleosos;
- 27- Não realizar operações de abastecimento de combustíveis na área do píer;
- 28- Realizar treinamentos periódicos (Exercícios Simulados de Resposta a Incidentes de Poluição por Óleo), conforme o Programa de Treinamentos apresentado no PEI, comunicando ao INEA com 15 (quinze) dias de antecedência a data o local e o horário;
- 29- Supervisionar a operação de lastreamento do navio, com a presença de um operador do Terminal, de forma a prevenir a possibilidade de derrame de água de lastro eventualmente contaminada com óleo para o mar;
- 30- Atender a Norma da Autoridade Marítima (Marinha do Brasil) para Tráfego e Permanência de Embarcações em Águas Jurisdicionais Brasileiras, NORMAM 08/DPC, em especial a Seção IV - Procedimentos para Transferência de Óleo entre Embarcações - 0408 - Transferência de óleo entre embarcações em áreas portuárias;
- 31- Registrar os acidentes ocorridos, bem como o resultado de sua investigação e análise, mantendo essas informações à disposição da fiscalização;
- 32- Manter disponíveis na qualidade e quantidade apropriadas, e prontos para o uso, os equipamentos e materiais de atendimento a emergências;
- 33- Manter operacionais e nas condições de projeto, os sistemas e recursos de proteção contra incêndio;
- 34- Comunicar imediatamente ao Serviço de Operações em Emergências Ambientais (SOPEA), plantão de 24 horas, pelos telefones (21) 2334-7910 / (21) 2334-7911 / (21) 98596-8770, qualquer anormalidade que possa ser classificada como acidente;
- 35- Não realizar queima de qualquer material ao ar livre;
- 36- Evitar todas as formas de acúmulo de água que possam propiciar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue;
- 37- Eliminar métodos de trabalho e ambientes propícios à proliferação de vetores (insetos e roedores nocivos);
- 38- Manter atualizados, junto ao INEA, os dados cadastrais relativos à atividade ora licenciada;

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.



LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº IN034002

Condições de Validade Específicas

- 39- Submeter previamente ao INEA, para análise e parecer, qualquer alteração na atividade, seja no projeto, nas medidas de controle e/ou nos planos e programas apresentados;
- 40- O INEA exigirá novas medidas de controle, sempre que julgar necessário. x-x-x.

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.



DOCUMENTO DE AVERBAÇÃO

AVB003515

PORTO DO AÇU OPERAÇÕES S.A.

CNPJ/CPF: 08.807.676/0001-01

Registro: UN020348/55.41.05

no seguinte local:

FAZENDA SACO DANTAS, S/N - 5º DISTRITO, município SÃO JOÃO DA BARRA

Esta Averbação foi emitida por decisão da Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA, em sua 840ª reunião plenária, com base na Deliberação CECA nº 6.119, de 26.09.17.

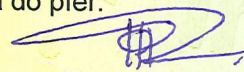
(I) Fica autorizada a alteração da redação do objeto da Licença de Operação - LO Nº IN034002:

Onde se lê: "para o Terminal de Múltiplo Uso (TMULT) dedicado à movimentação e de granéis sólidos (carvão/coque e bauxita) e carga geral (blocos de granito, contêineres e cargas de projeto) -x-x-x-x-x-".

Substituir por: "para o Terminal de Múltiplo Uso (TMULT) dedicado à movimentação de granéis sólidos e carga geral -x-x-x-x-"

(II) Exclusão da condição de validade nº 27:

27- Não realizar operações de abastecimento de combustíveis na área do píer.



(III) Inclusão de cinco (5) condições de validade:

Este documento só é válido quando apresentado anexo ao documento IN034002, Processo nº E-07/002.4604/2015.

Rio de Janeiro, 13 de Novembro de 2017

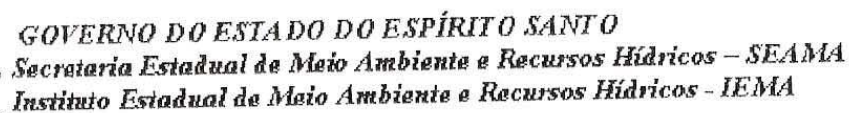


MAURICIO COUTO CESAR JUNIOR
PRESIDENTE DA CECA

DOCUMENTO DE AVERBAÇÃO**AVB003515**

- 41- Não armazenar quaisquer tipos resíduos, mesmo que em caráter temporário, no cais e na retroárea;
- 42- Não realizar atividade de reparo/manutenção que envolva óleos, graxas, tintas e solventes na área do cais;
- 43- Durante e após as descargas de fertilizantes deverá ser realizada a limpeza do píer e retroárea de forma a evitar possíveis alterações na qualidade da drenagem superficial;
- 44- Apresentar ao Inea a caracterização dos granéis a serem movimentados, previamente à sua operação, incluindo resultados de ensaios ecotoxicológicos, quando não existentes, e planos para atendimento à emergências associados à possíveis derramamentos no canal;
- 45- Apresentar Plano de Monitoramento de Sedimentos, conforme Resolução CONAMA nº 454, de 01 de novembro de 2012, para execução imediata para controle de qualidade dos sedimentos do canal e bacia de Evolução do terminal, com frequência trimestral no primeiro ano e posteriormente semestral.





(RENOVAÇÃO) LO - GCA/SAIA / Nº 146/2008 / CLASSE I

O INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, no uso das atribuições que lhes são conferidas no Inciso IV do Artigo 5º da Lei Complementar nº 248 de 02 de julho de 2002, e fundamentada no Decreto Estadual nº 1.777-R de 08 de janeiro de 2007, expede a presente **LICENÇA DE OPERAÇÃO**, requerida através do Processo nº **25551086** que autoriza a:

EMPRESA / NOME: PEIU - SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO SPE S/A

CNPJ / CPF: 02.385.710/0001-02

ENDEREÇO DA ATIVIDADE: ESTRADA JERÔNIMO MONTEIRO, S/Nº - CAIS DE PAUL - BERÇO 206 - PAUL

MUNICÍPIO: VILA VELHAS

[illegible]

Esta LO é válida pelo período de **1460** dias, a contar da data do recebimento, observadas as CONDICIONANTES no verso discriminadas, bem como seus anexos, que, embora não transcritos, são partes integrantes da mesma.

Espírito Santo, **SEGUNDA-FEIRA, 7 de JULHO de 2008**

Aladim Fernando Cerqueira
Diretor Técnico
IEMA

Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA


CT.DIREX.PEIÚ n. 0101/2017

Vila Velha (ES), 27 de Novembro de 2017.

Ao

IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos,
Gerência de Controle Ambiental

Ref. Processo nº 25551086

iema	
INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	
PROTOCOLO Nº	024530/2017
25/11/17	Hora
	
PROTOCOLISTA (NOME)	

Prezados Senhores,

Apresentamos, em anexo, publicações do comunicado de requerimento de renovação da licença de operação do Terminal Portuário Peiú, no diário oficial e em jornal de grande circulação.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,


Fabiana Mariano Scopel Tramontana
Diretora – Presidente


Suedson Freire
Diretor – Vice-Presidente

Estrada Jerônimo Monteiro, s/n
Cais de Paul Berço, 206 - Paul
CEP: 29115-048
Vila Velha - Espírito Santo - Brasil
Fone: +55 27 3399-5600

**Aviso de Pregão Eletrônico nº 008/2017
(REPUBLICADO)**

O Município de Alegre/ES, através de sua Pregoeira Oficial, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, através do site www.licitacoes-e.com.br do tipo menor preço global objetivando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE REDE DE TELECOMUNICAÇÃO PARA TRANSPORTE DE DADOS CORPORATIVOS E DE ACESSO À REDE DE INTERNET PÚBLICA, COM ELABORAÇÃO DE PROJETO FÍSICO, CONFIGURAÇÃO, DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS BEM COMO O SUPORTE E MANUTENÇÃO 07 (SETE) DIAS POR SEMANA E 24 HORAS DIÁRIAS, PARA ATENDIMENTO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALEGRE/ES.

INÍCIO DO ACOPLHIMENTO DAS PROPOSTAS: ÀS 08:00 horas do dia 07 de dezembro de 2017.

LIMITE PARA ACOPLHIMENTO DAS PROPOSTAS: ÀS 14:45 horas do dia 12 de dezembro de 2017.

DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: ÀS 15:00 horas do dia 12 de dezembro de 2017.

O Edital poderá ser retirado no site: www.alegre.es.gov.br ou www.licitacoes-e.com.br

Demais informações poderão ser obtidas pelo tel: (28) 3552-3772 ou pelo e-mail: licitacaoalegre@gmail.com

Alegre/ES, 23 de novembro de 2017.

Carolina Duarte Rodrigues

Pregoeira Oficial

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOÃO NEIVA
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2017**

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JOÃO NEIVA, através de sua Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 10.188 de 29/05/2017, TORNA PÚBLICO que: Às 09 horas do dia 12 de Dezembro de 2017, fará realizar, na Sede da Prefeitura Municipal, situada na Av. Presidente Vargas, 157, Centro, João Neiva, ES, licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo objeto é a contratação para Execução de Reforma e Ampliação da Unidade de Saúde do Bairro Cristal, neste Município de João Neiva/ES, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme autorização no processo administrativo nº 4.127 de 22/09/2017, oriundo da Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação, Desenvolvimento Urbano e Projetos Especiais - SEMPLHADE. O edital e demais informações poderão ser obtidos junto ao Setor de Licitações desta Prefeitura, site da Prefeitura Municipal ou através do e-mail: licitacao@joaoneiva.es.gov.br

João Neiva/ES, 23 de Novembro de 2017.

Maria Célia Paixoto da Silva

Presidente da CPL

**AVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 034/2017 - PMLT**

O Município de Laranja da Terra, Estado do Espírito Santo, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público a alteração do edital do Pregão Presencial nº 034/2017 - Sistema de Registro de Preços, visando a futura contratação de empresa especializada para prestação de serviços de suporte logístico e operacional, com locação de equipamentos e mão de obra para realização de eventos diversos, para atender o Município de Laranja da Terra, com lotes exclusivo para ME e EPP. Fica designado o dia 06 de dezembro de 2017, às 08:30 horas, para a realização do cartame. O Edital com as devidas alterações está à disposição dos interessados nos dias úteis de 07 às 13 horas na Sala do Pregoeiro, na Avenida Luiz Obermüller Filho, nº 85, Centro, Laranja da Terra/ES ou no site www.laranjadaterra.es.gov.br. Contatos: (027) 3736-1356 Celular (27) 99849-4939, e-mail: licitacao@laranjadaterra.es.gov.br.

Laranja da Terra/ES, 23/11/2017.

PAULINIA DE SAUSAN

COMUNICADO

PEIÚ SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE/SA, torna público que Requereu do IEMA, através do processo nº 25551086, Renovação da Licença de Operação (LO), para Base de Apoio para as atividades de Pesquisa, Perfuração e Produção de Petróleo e Gás, e Portuária, na Estrada Jerônimo Monteiro, s/nº, Cais de Paul, Berço 206, Paul, Mun. de Vila Velha - ES.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2017
A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANO DA PREFEITURA DE VIANA**, no uso de suas atribuições, e, em cumprimento a Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade e Lei Municipal 2.829 de 27 de dezembro de 2016 - Plano Diretor Municipal, torna público e CONVIDA todos os cidadãos interessados para participarem da **AUDIÊNCIA PÚBLICA de apresentação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)** para implantação de empreendimento de uso comercial e de serviço (supermercado e lojas) a ser localizado na BR-101, Km 7,5, Marilho de Noronha, com o objetivo de garantir a participação da população e associações representativas de comunidades.

Data da realização: 04 de Dezembro de 2017

Local: EMEF Constantino José Vieira, Av. Espírito Santo, Bairro Marilho de Noronha

Horário: Início às 18:30hs e término previsto para as 21:00hs.



FERTILIZANTES HERINGER S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizada

CNPJ/MF nº 22.266.175/0001-88 - NIRE 32.30002794-6

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de novembro de 2017
1. Data, hora e local: Realizada no dia 05 de novembro de 2017, às 10:00 horas, no escritório administrativo da Companhia, localizada na Cidade de Paulínia, Estado de São Paulo, na Avenida Irene Karcher, nº 620, Bairro Betel, CEP 13148-906. 2. Composição e Presença: Convocados os membros do Conselho de Administração, mediante notificação escrita enviada com antecedência de 5 (cinco) dias úteis e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. Presenças a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. 3. Mesa: A Reunião foi presidida pelo Presidente do Conselho de Administração Dalton Dias Heringer e secretariada por Rodrigo Bortolini Rezende. 4. Ordem do Dia: deliberar sobre: (i) tomar conhecimento das demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2017; (ii) renovação da autorização para a celebração pela Companhia de contratos de empréstimos, financiamentos e outros contratos que resultem em obrigações de valor até 40% da receita operacional bruta do último exercício; (iii) renovação da autorização para a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia no valor até 6% (seis por cento) da receita bruta do último exercício encerrado; (iv) renovação da autorização para que a Companhia possa prestar fiança aos seus clientes nos contratos de crédito rural; (v) prorrogação de contrato de mútuo do grupo de controle para a Companhia; (vi) outros assuntos. 5. Deliberações: Os Conselheiros da Companhia deliberaram por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições o que segue: 5.1. Os Conselheiros da Companhia tomaram conhecimento das demonstrações financeiras relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2017 apresentadas pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Rodrigo Bortolini Rezende. 5.2. Autorizar a Companhia, nos termos do Artigo 189, "II" do Estatuto Social, a celebrar contratos de empréstimos, financiamentos e outros contratos que resultem em obrigações para a Companhia, de valor até 30% (trinta por cento) da receita operacional bruta do último exercício encerrado. A presente autorização é válida até 31 de dezembro de 2018. 5.3. Autorizar a Companhia, nos termos do Artigo 189, "II" do Estatuto Social, com abstenção dos Conselheiros Yasmina Trinkl e Christopher P. Reynolds, a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia de valor até 6% (seis por cento) da receita bruta do último exercício encerrado. A presente autorização é válida até 31 de dezembro de 2018. 5.4. Autorizar a Companhia, nos termos do Artigo 189, "II" do Estatuto Social a prestar fiança aos seus clientes nos contratos de Crédito Rural e Vender por eles firmados exclusivamente em razão de aquisição de produtos vendidos pela Companhia e que possuem seguro de crédito. A presente autorização é válida até 31 de dezembro de 2018. 5.5. Aprovar a prorrogação do vencimento do contrato de mútuo, celebrado em 26 de fevereiro de 2016 entre o grupo de controle da Companhia e a Companhia, para até 31 de março de 2018, com nova redução das taxas de juros não previstas. 6. Encerramento: Inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual participou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. Paulínia, 01 de novembro de 2017. Dalton Dias Heringer - Presidente; Rodrigo Bortolini Rezende - Secretário; Conselheiros Presentes: Dalton Dias Heringer, Dalton Carlos Heringer, Victor Paulo Silva Miranda, Juliana Heringer Rezende, Yasmina Trinkl, Roberto Rodi-

Complexo Agroindustrial Pindobas Ltda, CNPJ 28.477.313/0012 - 07 torna público que obteve do IDAF, através do processo 65174208, Licença Ambiental de Regularização (LAR) para Silvicultura, na Fazenda Pindobas I e Vargem Grande, em Pindobas, no município de Venda Nova do Imigrante.

Protocolo 359195

Vallelaghi Compositos Minerais Ltda., CNPJ: 28.129.165/0001-87 torna público que REQUEREU da SEMMA, através do Processo nº 61612/2017 a Licença Municipal de Regularização - LMR para atividade de **Pátio de Estocagem, Secagem e Homogeneização de Produtos Extrativos de Origem Mineral** na Localidade Rua Comendador Alcides Simão Helou, s/nº, Carapina, Civit II, no Município de Serra-ES.

Protocolo 359252

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESPÍRITO SANTO torna público que obteve da PMV/SEMMA através do Processo nº 1376808/2017, a Licença Municipal de Instalação, emitida no dia 19/05/2017 e válida até dia 11/05/2021, para atividade de **DEMOLIÇÃO DE ESTRUTURA E OUTRAS EDIFICAÇÕES**. Localizada no endereço Avenida Vitória nº 2365, loja 01, Consolação-Vitória - ES.

Protocolo 359318

PEIÚ SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE/SA, torna público que Requereu do IEMA, através do processo nº 25551086, Renovação da Licença de Operação (LO), para Base de Apoio para as atividades de Pesquisa, Perfuração e Produção de Petróleo e Gás, e Portuária, na Estrada Jerônimo Monteiro, s/nº, Cais de Paul, Berço 206, Paul, Mun. de Vila Velha - ES.

Protocolo 359408

COMUNICADO
CENTRALFER CENTRAL DE FERRO LTDA, CNPJ nº 04.391.491/0001-08, torna público que REQUEREU da SEMMA, através do Processo nº 22.230/2010, a Licença Municipal de Regularização, para a atividade de serviço de corte e dobra de metais, na localidade de Rodovia ES 010, nº 2805, Chácara Parreiral, município da Serra - ES.

Protocolo 359425

COMUNICADO
"OFICINA DEL REI LTDA - ME", torna público que Requereu da SEMDESU, através do processo nº 55401/2017, Licença LMAR, para atividade de Oficina Mecânica, COD. 20.07(i), na localidade de Rua Vinte e Um, nº 21, Santa - Mônica Popular, Município de Vila Velha-ES

Protocolo 359457

Matinelli Pavimentos Especiais LTDA ME torna público que requereu da SEMDEC/SUB-MA

Cariacica, ES através do Processo nº 34973/2017-1 a Licença Ambiental de Regularização (LAR) para atividade de "Usina de produção de asfalto a quente" na localidade de Rodovia Governador Mário Covas, Padre Mathias, Nº1864, Cariacica - ES.

Protocolo 359540

COMUNICADO
"BOA PRAÇA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA", torna público que Obteve da Secretária Municipal de Meio Ambiente de Vitória/ES, **LICENÇA MUNICIPAL DE OPERAÇÃO - AMBIENTAL**, através do processo nº 7945803/2014, para prática de atividades de comércio atacadista, com validade de 01/04/2019 para o endereço sito à Avenida Leão da Silva, 1780, Santa Lúcia, Vitória/ES CEP: 29.056-186

Protocolo 359568

AREIAS DO MANFRINE LTDA. - ME, torna público que requereu da SEMMA de Itapemirim, através do protocolo nº 22.251/17, renovação da Licença de Operação nº 379/13, para atividade de extração de areia para uso na construção civil, situada na localidade de Fazenda Velha, s/nº, Zona Rural, no município de Itapemirim, ES.

Protocolo 359599

HOSPITAL MERIDIONAL S/A
CNPJ 00.625.711/0001-51
NIRE 32.300.028.608
Resumo da AGE.

Local Hora e Data: Na sede social do hospital Praia da Costa S/A na Rua Professor Telmo de Souza Torres, 117, Praia da Costa, Vila Velha-ES, às 11:00h do dia 26 de Outubro de 2017. **Composição da Mesa:** Presidente: Bruno Moulin Machado; Secretário: Luiz Lorenzoni. **Deliberações:** (a) Aprovada por unanimidade dos votos presentes a reeleição e posse dos membros do conselho de administração para o mandato até 31/12/2020. A ata foi arquivada na JUCEES sob nº 20174858795 em 14/11/2017.

Protocolo 359636

HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS S/A
CNPJ 30.779.649/0001-13
NIRE 32300032494
Resumo da Ata de AGE

Data Hora e Local: Na sede social do Hospital e Maternidade São Francisco de Assis S/A ("Companhia") situada na Rua Ministro Eurico Salles de Aguiar, 370, Bairro Campo Grande, Cariacica-ES, às 10:00h do dia 06 de Novembro de 2017. **Composição da mesa:** José Magno Bufon e teve como secretário Arturdo Camilo do Carmo. **Deliberações:** (A) Aprovada por unanimidade à reeleição e posse dos diretores para o mandato de 18/11/2017 a 18/11/2020. A ata foi arquivada na JUCEES sob nº 20174843542 em 22/11/2017.

Protocolo 359641

HOSPITAL MERIDIONAL SÃO MATEUS S.A.

CNPJ 10.427.478/0001-56
NIRE 32300030467

Resumo da Ata da AGE

Data Hora e Local: No dia 10 de Outubro de 2017, às 17:00 horas, na sede do Hospital Meridional São Mateus S/A, na Rodovia Othovarino Duarte Santos, 578, Carapina, São Mateus-ES. **Composição da Mesa:** Presidente: Antônio Alves Benjamim Neto. Secretário: Klay Fabiani Toniato. **Deliberações:** (a) Aprovada pela unanimidade dos presentes o aumento de capital de R\$ 60.000.000,00 para R\$ 70.000.000,00. A ata foi arquivada na JUCEES sob nº 20174889100 em 24/10/2017.

Protocolo 359642

COMUNICADO

A SÃO SIMÃO ENERGIA S.A., torna público que obteve do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA, por meio do processo nº 22858598, Licença de Operação (Renovação) LO-GGE/COEI/Nº170/2017/CLASSE IV, para Geração de Energia Hidrelétrica a partir da Pequena Central Hidrelétrica São Simão, localizada no Rio Braço Norte do Itapemirim, divisa dos Municípios de Alegre e Muniz Freire - Zona Rural no estado do Espírito Santo. Marcio Barata Diniz - Diretor.

Protocolo 359654

COMUNICADO

AÇO ART Mecânica Industria e Comércio Ltda - CNPJ 31.773.492/0001-8 torna público que obteve junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vargem Alta - SEMMA - PMVA, através do processo nº 00014, a Licença de Operação - LO nº 0007/2017, para a atividade de fabricação de máquinas, aparelhos, peças e acessórios sem tratamento térmico na localidade Zona Rural, s/n, Vila Esperança - Vargem Alta - ES, com validade de 1.460 dias.

Protocolo 359693

COMUNICADO

AMBIENTAL COLETA DE RESÍDUOS E SERVIÇOS EIRELI torna público que obteve do IEMA, por meio do processo nº 55921019, a LAU nº 194/2017 para COLETA E TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, para atuar exclusivamente nas rodovias do Espírito Santo, estando sediada na localidade de Rio Branco, Município de Cariacica-ES.

Protocolo 359757

COMUNICADO

AMBIENTAL COLETA DE RESÍDUOS E SERVIÇOS EIRELI torna público que obteve do IEMA, por meio do processo nº 56987595, a LAU nº 195/2017 para COLETA E TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE RESÍDUOS PERIGOSOS, EXCETO ÓLEO LUBRIFICANTE E

MATERIAL RADIOATIVO, para atuar exclusivamente nas rodovias do Espírito Santo, estando sediada na localidade de Rio Branco, Município de Cariacica-ES.

Protocolo 359762

TAMANHONI AGRONEGÓCIOS LTDA - ME

(27) 3265 - 1300

COMUNICADO

"MARCIO FERRARI GIARDINA", torna público que Obteve da SEMMA, através do processo nº 007207/2017, a Licença Municipal de OPERAÇÃO (LMO) Nº 038/2017 para Secagem mecânica de grãos associada a pilagem, no município de Rio Bananal - ES.

Protocolo 359778

FERTILIZANTES HERINGER S.A.

Companhia Aberta de Capital

Autorizado

CNPJ/MF nº 22.266.175/0001-88 - NIRE 32.3.0002794-6

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de novembro de 2017. 1.

Data, hora e local: Realizada no dia um do mês de novembro de 2017, às 10:00 horas, no escritório administrativo da Companhia, localizado na Cidade de Paulínia, Estado de São Paulo, na Avenida Irene Karcher, nº 620, Bairro Betel, CEP 13148-906. **2. Convocação e Presença:** Convocados os membros do Conselho de Administração, mediante notificação escrita entregue com antecedência de 5 (cinco) dias úteis e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** A Reunião foi presidida pelo Presidente do Conselho de Administração Dalton Dias Heringer e secretariada por Rodrigo Bortolini Rezende. **4. Ordem do Dia:** deliberar sobre:

(i) tomar conhecimento das demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2017; (ii) renovação da autorização para a celebração pela Companhia de contratos de empréstimos, financiamentos e outros contratos que resultem em obrigações de valor até 40% da receita operacional bruta do último exercício; (iii) renovação da autorização para a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia no valor até 6% (seis por cento) da receita bruta do último exercício encerrado; (iv) renovação da autorização para que a Companhia possa prestar fiança aos seus clientes nos contratos de crédito rural; (v) prorrogação de contrato de mútuo do grupo de controle para a Companhia; (vi) outros assuntos. **5. Deliberações:** Os Conselheiros da Companhia deliberaram por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições o que segue: **5.1.** Os Conselheiros da Companhia tomaram conhecimento das Demonstrações Financeiras relativas ao trimestre encerrado



IEMA
INSTITUTO ESTADUAL DO MEIO
AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
PROTOCOLO Nº 023278/2017
Em, 08/11/17 HORA: _____
Assinatura: _____
PROFESSOR ITAÍ (RFA)

REQUERIMENTO DE LICENÇA

1. Tipos de Licença a ser requerida:

- | | | | |
|--|--------------------------------------|------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Licença Prévia - LP | <input type="checkbox"/> PRORROGAÇÃO | <input type="checkbox"/> AMPLIAÇÃO | <input type="checkbox"/> RENOVAÇÃO |
| <input type="checkbox"/> Licença Prévia - LP
(Poligonal DNPM - Mineração) | <input type="checkbox"/> PRORROGAÇÃO | | |
| <input type="checkbox"/> Licença de Instalação - LI | <input type="checkbox"/> PRORROGAÇÃO | <input type="checkbox"/> AMPLIAÇÃO | <input type="checkbox"/> RENOVAÇÃO |
| <input checked="" type="checkbox"/> Licença de Operação - LO | | <input type="checkbox"/> AMPLIAÇÃO | <input checked="" type="checkbox"/> RENOVAÇÃO |
| <input type="checkbox"/> Licença Ambiental Única - LAU | | <input type="checkbox"/> AMPLIAÇÃO | <input type="checkbox"/> RENOVAÇÃO |
| <input type="checkbox"/> Licença de Ambiental Regularização - LAR | | | |
| <input type="checkbox"/> Licença de Operação Corretiva - LOC | | | |
| <input type="checkbox"/> Licença de Operação para Pesquisa - LOP | | | |

2. Requerimento em caso de LO e LAU de 10 anos? ☒ SIM ☐ NÃO

3. O empreendimento encontra-se em Unidade de Conservação OU em Zona de Amortecimento?
☐ SIM ☒ NÃO

4. Fase do Empreendimento:

- ☐ Planejamento
- ☐ Instalação
- ☒ Operação - data de início da operação: 10/02/1998

5. Data de Instalação das Estruturas Físicas do Empreendimento: Década de 1970

6. Número do processo/protocolo: 25551086

7. Número da Licença Anterior: Nº 8/2014 /CLASSE IV Tipo: LO

8. Dados do Requerente:

Nome ou Razão Social: PEIU SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE / SA

CPF/CNPJ: 02.385.710/0001-02 Inscrição Estadual: 83176799

Endereço: Estrada Jerônimo Monteiro, S/Nº

Complemento: Cais de Paul, Berço 206 Bairro: Paul

Município: Vila Velha UF: ES CEP: 29.101-011

E-mail: meio.ambiente@peiu.com.br

Telefone: (27) 3399 5613 Celular: (27) 9 8889 8691

9. Dados da Atividade:

Atividade: PORTOS E TERMINAIS PORTUÁRIOS

Endereço: Estrada Jerônimo Monteiro, S/Nº

Complemento: Cais de Paul, Berço 206 Município: Vila Velha

Distrito/Bairro: Paul

Coordenadas Geográficas Médias / UTM (WGS 84): 360267 E / 7751916 S

Coordenadas Geográficas dos Vértices da Área Útil / UTM (WGS 84): 360134 E / 7751969 S,

360395 E / 7751979 S, 360411 E / 7751925 S, 360326 E / 7751764 S, 360207 E, 7751734 S,

360064 E / 7751887 S, 360135 E / 7751905 S

Para Atividades de Extração Mineral:

Número processo-LP Poligonal DNPM: _____

Substância Mineral: _____

Número do Processo do DNPM: _____

Fase do Processo do DNPM: _____

Título Minerário (Tipo): _____

Número: _____

10. Representantes Legais:

Nome: Fabiana Mariano Scopel Tramontana
Endereço: Estrada Jerônimo Monteiro, S/Nº
Complemento: Cais de Paul, Berço 206 Bairro: Paul
Município: Vila Velha UF: ES CEP: 29115-045
E-mail: fabiana.scopel@peiu.com.br
Telefone: (27) 3399 5641 Celular: (27) 9 9791 6790
CPF: 071.202.537-51

Nome: Suedson Freire
Endereço: Estrada Jerônimo Monteiro, S/Nº
Complemento: Cais de Paul, Berço 206 Bairro: Paul
Município: Vila Velha UF: ES CEP: 29115-045
E-mail: suedson.freire@peiu.com.br
Telefone: (27) 3399 5603 Celular: (27) 9 9242 9732
CPF: 024.512.067-06

11. Responsáveis Técnicos:

Nome: Pedro Carlos de Andrade
Endereço: Av. Antonio Gil Veloso, nº 1453
Complemento: Aptº 601 Bairro: Praia da Costa
Município: Vila Velha UF: ES CEP: 29101-011
E-mail: meio.ambiente@peiu.com.br
Telefone: (27) 3399 5613 Celular: (27) 9 8889 8691
CPF: 833.453.457-49
Nº CREA ou ÓRGÃO DE CLASSE correspondente: RJ-044609/D

Nome: _____
Endereço: _____
Complemento: _____ Bairro: _____
Município: _____ UF: _____ CEP: _____
E-mail: _____
Telefone: () Celular: ()
CPF: _____
Nº CREA ou ÓRGÃO DE CLASSE correspondente: _____

12. Dados para Correspondência:

Nome: Pedro Carlos de Andrade
Endereço: Estrada Jerônimo Monteiro, S/Nº

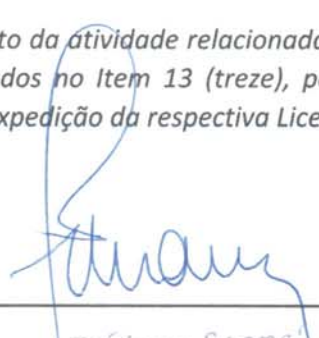
Complemento: Cais de Paul, Berço 206 Bairro: Paul
Município: Vila Velha UF: ES CEP: 29115-045

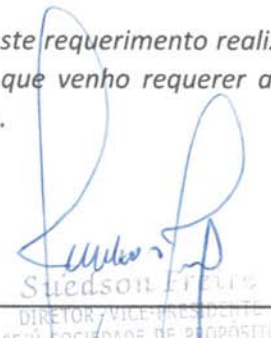
13. Nº de Documentos em anexos: 9

Declaro, para os devidos fins que o desenvolvimento da atividade relacionada neste requerimento realizar-se-á de acordo com os dados transcritos e anexos indicados no Item 13 (treze), pelo que venho requerer ao Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos a expedição da respectiva Licença.

Assinatura do Representante Legal: _____

Nome Legível: _____


Fabiana Scopel
DIRETORA - PRESIDENTE
PEIU SOCIEDADE DE PROPOSITO
ESPECIFICO S/A


Suedson Freire
DIRETOR - VICE-PRESIDENTE
PEIU SOCIEDADE DE PROPOSITO
ESPECIFICO S/A

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº IN049432

A Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.5º, § 1º, I, da Lei nº 5.101, de 4 de outubro de 2007 e pelo art. 56, I, do Decreto nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, concede a presente Licença de Operação a

BRASCO LOGÍSTICA OFFSHORE LTDA

CNPJ/CPF:03.562.124/0019-88

Código : UN048015/55.41.05

Endereço: RUA GENERAL GURJÃO, 02 - CAJU - RIO DE JANEIRO - RJ

para realizar operações portuárias e retro portuárias, incluindo as atividades de base de apoio à exploração e produção de petróleo offshore, além das atividades de gerenciamento de resíduos, manutenção e lavagem de equipamentos de movimentação de cargas-x-x-x-x-x-x-

no seguinte local:

RUA GENERAL GURJÃO, 02 - CAJU, município RIO DE JANEIRO

Condições de Validade Gerais

- 1-Esta licença foi emitida por decisão da Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA, em sua 898ª reunião plenária e com base na Deliberação CECA nº 6.255, de 12.3.19, publicada no DOERJ de 14.3.19;
- 2-Esta licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;
- 3-Esta licença não poderá ser alterada e nem ser plastificada, sob pena de perder a validade;
- 4-Requerer a prorrogação ou renovação desta licença dentro dos prazos legais determinados no Decreto Estadual nº 44.820 de 2.6.14, alterado pelo Decreto Estadual nº 45.482 de 4.12.15;
- 5-Em caso de retomada da operação da planta de fluidos e granéis a empresa deverá requerer a averbação desta licença;

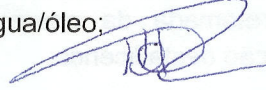
Esta Licença é válida até 31 de Julho de 2021, respeitadas as condições nela estabelecidas, e é concedida com base nos documentos e informações constantes do Processo nº E-07/202851/2001 e seus anexos.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2019



MAURICIO COUTO CESAR JUNIOR
PRESIDENTE DA CECA

LICENÇA DE OPERAÇÃO**LO Nº IN049432****Condições de Validade Específicas**

- 6-Atender a DZ-056 R-03 - Diretriz para Realização de Auditoria Ambiental, aprovada pela Resolução CONEMA nº 21, de 7.5.10 (DOERJ de 14.5.10);
 - 7-Apresentar documento comprobatório quando da ligação da rede interna de esgoto ao tronco coletor da CEDAE;
 - 8-Atender a norma NOP INEA-35 - Manifesto de Transporte de Resíduos - Sistema MTR, aprovada pela Resolução CONEMA nº 79, de 7.3.18;
 - 9-Emitir Manifestos de Resíduos somente pelo sistema *on-line*, do INEA;
 - 10-Atender a norma ABNT NBR-11174 - Armazenamento de Resíduos Classes II (não inertes) e Classe III (inertes) e ABNT NBR-12235 - Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos (Classe I);
 - 11-Apresentar ao INEA, anualmente, o Inventário de Resíduos Industriais, em atendimento à Resolução CONAMA nº 313, de 29.10.02, publicada no DOU de 22.11.02;
 - 12-Não dispor em aterros sanitários os resíduos não perigosos Classe II, passíveis de reciclagem;
 - 13-Dar destinação final aos resíduos gerados somente para empresas licenciadas, com acompanhamento de Manifestos de Resíduos;
 - 14-Atender à Resolução CONAMA 001/90, de 8.3.90 (DOU de 2.4.90), que dispõe sobre critérios e padrões de emissões de ruídos;
 - 15-Manter em perfeitas condições de operação os sistemas de tratamento de esgoto sanitário e industrial, limpando periodicamente as fossas sépticas utilizando os serviços de empresas licenciadas pelo INEA, mantendo os comprovantes a disposição da fiscalização;
 - 16-Encaminhar semestralmente ao INEA relatório de acompanhamento do volume de efluentes sanitários e industriais encaminhados para tratamento em empresas licenciadas, acompanhados de Manifesto de Resíduos;
 - 17-Limpar periodicamente canaletas de drenagem bem como bacias de contenção, de forma a evitar obstruções e extravasamento de resíduos líquidos;
 - 18-Realizar manutenção e regulação de máquinas e equipamentos, mantendo os registros a disposição da fiscalização;
 - 19-Não lavar motores, equipamentos e carrocerias de veículos em áreas desprovidas de sistemas de controle, como canaletas e sistema separador água/óleo;
- 

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº IN049432

Condições de Validade Específicas

20-Atender às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros Militar Estado do Rio de Janeiro (COSCIP);

21-Atender à norma ABNT NBR-17505 - Armazenagem de Líquidos Inflamáveis e Combustíveis;

22-Atender à Lei nº 9.966, de 28.4.00, que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências;

23-Cercar preventivamente com barreiras de contenção o entorno das embarcações atracadas no píer, em caso de abastecimento, operações de transbordo a contrabordo, carregamento ou descarregamento de produtos oleosos;

24-Realizar treinamentos periódicos (exercícios simulados de resposta a incidentes de poluição por óleo), conforme o programa de treinamentos apresentado no Plano de Emergência Individual - PEI, comunicando ao INEA com quinze dias de antecedência a data, o local e o horário;

25-Manter disponíveis na quantidade e qualidade apropriadas, e prontos para uso os equipamentos de combate a derramamentos de hidrocarbonetos;

26-Comunicar qualquer acidente ambiental imediatamente à Gerência de Operações em Emergências Ambientais [plantão 24 horas (21) 2334-7910, 2334-7911 e 98596-8770;

27-Atender o que determina a NORMAM - 08/DPC;

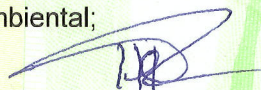
28-Revisar o PEI, apresentando cópia impressa e digital ao INEA, nas seguintes situações:

28.1-Sempre que a instalação passar por modificações físicas, operacionais ou organizacionais capazes de afetar os seus procedimentos ou capacidade de resposta;

28.2-Quando a avaliação do desempenho do PEI decorrente do seu acionamento por incidente ou exercício simulado assim recomendar;

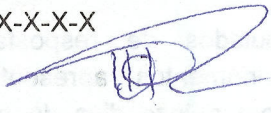
28.3-Em outras situações, a critério do INEA;

29-Apoiar Programas de Conservação do Boto-Cinza na Baía de Guanabara que contemplem pesquisas técnico-científicas, identificação de áreas prioritárias de proteção e manejo e ações de educação ambiental;



O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

LICENÇA DE OPERAÇÃO**LO Nº IN049432****Condições de Validade Específicas**

- 30-É proibido dragar os canais de acesso ou realizar obras civis nas instalações do terminal sem a obtenção prévia de licença do INEA;
- 31-É proibida a queima ao ar livre nos termos da Lei Estadual nº 4.191, de 30.9.03;
- 32-Eliminar métodos de trabalho e ambientes propícios à proliferação de vetores (insetos e roedores nocivos), principalmente do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, zika, febre amarela e chikungunya;
- 33-Manter atualizados junto ao INEA os dados cadastrais relativos à atividade;
- 34-Submeter previamente ao INEA, para análise e parecer, qualquer alteração ou ampliação na atividade;
- 35-O INEA exigirá novas medidas de controle ambiental, a qualquer momento, sempre que julgar necessário. X-X-X-X-X
- 

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.



ANEXO B – LICENÇAS DE OPERAÇÃO (LOS) DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS DE PERFURAÇÃO

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº IN028732

O Instituto Estadual do Ambiente - INEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.101, de 4 de outubro de 2007 e pelo Decreto nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, e suas modificações posteriores e em especial do Decreto nº 44.820, de 2 de junho de 2014 que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental, concede a presente Licença de Operação a

OPERAÇÃO RESGATE - TRANSPORTES LTDA

CNPJ/CPF:03.788.266/0001-39

Código INEA: UN015182/47.61.10

Endereço: AVENIDA WASHINGTON LUIZ, S/N - LOTE 3374 - CENTRO - NITERÓI - RJ

para coleta e transporte rodoviário de resíduos perigosos (Classe I) e não perigosos (Classes IIA e IIB), efluentes oleosos/industrial, resíduos de serviço de saúde - RSS (Grupos A, B, D e E), resíduos da construção civil (Classes A, B, C e D), resíduos orgânicos provenientes de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços e resíduos provenientes de sistemas de tratamento, coletores de esgoto sanitário e redes de drenagem pluvial-x-x-x-x-x-x-

no seguinte local:

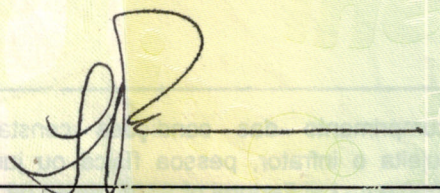
TUDO O TERRITÓRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TODOS OS BAIRROS,
município TODOS

Condições de Validade Gerais

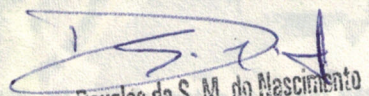
- 1- Esta Licença foi emitida por decisão do Conselho Diretor - CONDIR em sua 266ª Reunião Ordinária de Licenciamento Ambiental, realizada em 27.10.2014, tendo como base o parecer elaborado pela área técnica, nos moldes do art. 8º, inc. V, c/c art. 14, inc. III, do Decreto Estadual nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009;
- 2- Esta Licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;
- 3- Esta Licença não poderá sofrer qualquer alteração nem ser plastificada, sob pena de perder sua validade;

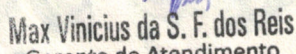
Esta Licença é válida até 19 de Novembro de 2019, respeitadas as condições nela estabelecidas, e é concedida com base nos documentos e informações constantes do Processo nº E-07/200720/2008 e seus anexos.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 2014



ISAURA MARIA FERREIRA FREGA
PRESIDENTE CONSELHO DIRETOR


Douglas da S. M. do Nascimento
Gerente
Matrícula 390.351-5
Gerência de Atendimento - inea


Max Vinicius da S. F. dos Reis
Gerente de Atendimento
ID: 4458484-9
Gerência de Atendimento - inea

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº IN028732

Condições de Validade Específicas

- 4- Requerer a renovação desta Licença, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do seu prazo de validade, de acordo com o Decreto nº 44.820, de 02.06.14;
- 5- Não transportar os resíduos perigosos juntamente com os demais resíduos;
- 6- Atender à ABNT NBR 13.221 - Transporte terrestre de resíduo;
- 7- Atender ao Decreto nº 96.044, de 18.05.88, alterado pelo Decreto nº 4.097, de 23.01.02, e que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos e a Resolução ANTT nº 420, de 31.05.04;
- 8- Atender à NOP-INEA-14, que revisa as diretrizes do Programa de Autocontrole de Emissão de Fumaça Preta, aprovada pela Resolução CONEMA nº 58, de 13.12.13;
- 9- Atender à Lei nº 6.862, de 15.07.14, publicada no D.O.E.R.J. de 16.07.14, que obriga as empresas que prestam serviços de remoção e transporte de lixo a equiparem com raspador os veículos utilizados nessa remoção e transporte;
- 10- Apresentar ao INEA, na ocasião do requerimento de renovação da LO, declaração informando o cumprimento das restrições da licença anterior;
- 11- Portar no veículo todos os documentos relativos aos resíduos transportados, inclusive as vias do Manifesto de Resíduos, de acordo com a DZ-1310.R-7, aprovada pela Deliberação CECA nº 4.497, de 03.09.04, e publicada no D.O.E.R.J. de 21.09.04;
- 12- Operar apenas com veículos adequados aos resíduos transportados, devidamente certificados pelo DETRAN estadual;
- 13- Manter programa de treinamento periódico em situações emergenciais que envolvam acidentes com os resíduos transportados, para os motoristas e demais pessoas envolvidas, mantendo o registro dos treinamentos (pessoal treinado, instrutor e conteúdo programático) à disposição da fiscalização;
- 14- Manter atualizado o Plano de Ação para Emergências - PAE, encaminhando ao INEA uma cópia em papel e outra em meio digital, sempre que houver mudança significativa, principalmente na coordenação da Equipe de Emergência e nos telefones de contato;
- 15- Garantir o cumprimento de todas as cláusulas estabelecidas no Contrato de Prestação de Serviços ou Plano de Emergência para o atendimento a acidentes, principalmente no que se refere à disponibilidade dos recursos (humanos e de equipamentos) necessários ao seu combate imediato, remoção e destinação dos resíduos e limpeza da área.

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.



DOCUMENTO DE AVERBAÇÃO

AVB004201

OPERAÇÃO RESGATE - TRANSPORTES LTDA

CNPJ/CPF: 03.788.266/0001-39

Registro: UN015182/47.61.10

no seguinte local:

TODO O TERRITÓRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TODOS OS
BAIRROS, município TODOS

Esta averbação da Licença de Operação n. LO IN028732 foi emitida por decisão do Conselho Diretor em sua 493ª Reunião Ordinária de Licenciamento Ambiental, realizada em 23.8.2019, por força do art. 8º, inc V, c/c art. 14, inc. III, do Decreto Estadual n. 46.619, de 2.4.2019.

1-Fica prorrogado o prazo de validade da LO N° IN028732 por mais cinco anos a contar de 19.11.2019.

2-Excluir as seguintes condições de validade: n. 5, 19 e 22

3-Alterar a Condição de Validade n. 7, para: "Atender a norma NOP INEA-35 - Manifesto de Transporte de Resíduos - Sistema MTR, aprovada pela Resolução CONEMA n. 79, de 7.3.18"

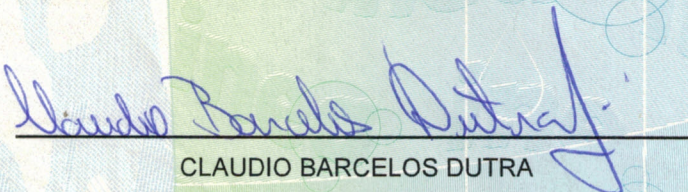
4-Alterar a Condição de Validade n. 8, para: "Cumprir a norma NOP INEA-14 - Programa de Autocontrole de Emissão de Fumaça Preta por Veículos Automotores do Ciclo Diesel - PROCON FUMAÇA PRETA, aprovada pela Resolução CONEMA n. 58, de 13.12.13"

5-Alterar a Condição de Validade n. 9, para: "Manter sistema de rastreabilidade on-line nos veículos transportadores de resíduos"

6-Alterar a Condição de Validade n. 10, para: "Requerer renovação da LO, apresentando o relatório de evidências do cumprimento das condicionantes da licença anterior, assinado pelo representante legal"

Este documento só é válido quando apresentado anexo ao documento
IN028732, Processo nº E-07/200720/2008.

Rio de Janeiro, 05 de Setembro de 2019


CLAUDIO BARCELOS DUTRA

PRESIDENTE CONSELHO DIRETOR

DOCUMENTO DE AVERBAÇÃO**AVB004201**

7-Alterar a Condição de Validade n. 11, para: "Manter planilha atualizada com os registros operacionais a disposição da fiscalização contendo o número do manifesto de resíduos, geradores, tipologia dos resíduos, volume (m3), peso (t), local de beneficiamento (caso haja) e o local de destinação final, bem como cópia de todas as licenças ambientais atualizadas e válidas das empresas que realizam o beneficiamento e a destinação final dos resíduos coletados e transportados"

8-Alterar a Condição de Validade n. 13, para: "Operar apenas com veículos certificados pelo INMETRO, portando no veículo todos os documentos relativos aos resíduos"

9-Alterar a Condição de Validade n. 18, para: "Utilizar rótulos de identificação dos resíduos nos veículos para o transporte rodoviário e caçambas estacionárias, de acordo com os modelos apresentados nas normas operacionais INEA"

10-Alterar a Condição de Validade n. 23, para: "Comunicar imediatamente à Gerência de Operações em Emergências Ambientais [plantão 24 horas (21) 2334-7910, 2334-7911 e 98596-8770] qualquer acidente ambiental"

11-Incluir Condição de Validade n. 27: "Destinar os resíduos coletados para empresas licenciadas pelo órgão ambiental, mantendo os comprovantes à disposição da fiscalização"

12-Incluir Condição de Validade n. 28: "Atualizar a Anotação de Responsabilidade Técnica do responsável pela atividade, renovando antes de seu vencimento"

13-Incluir Condição de Validade n. 29: "É proibido pernoitar nos veículos transportadores, resíduos classificados como perigosos, infectantes e com características de sólidos urbanos"

14-Incluir Condição de Validade n. 30: "Informar previamente qualquer alteração ou rescisão de contrato comercial de prestação de serviços com a empresa responsável pelo atendimento a acidentes"



DOCUMENTO DE AVERBAÇÃO

AVB003256

OPERAÇÃO RESGATE - TRANSPORTES LTDA

CNPJ/CPF: 03.788.266/0001-39

Registro: UN015182/47.61.10

no seguinte local:

TUDO O TERRITÓRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TODOS OS
BAIRROS, município TODOS

Esta Averbação foi emitida por decisão do Conselho Diretor, CONDIR, em sua 362^a Reunião Ordinária de Licenciamento Ambiental realizada em 30.11.2016, tendo como base o parecer elaborado pela área técnica, nos moldes do art. 8º, inc. V, c/c art. 14, inc. III, do Decreto Estadual nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009.

Fica excluída a condicionante n. 20 da Licença de Operação N. IN028732.

Fica incluída a seguinte condição de validade:

26- Manter sistema de rastreabilidade on-line nos veículos transportadores de resíduos de forma a atender as Normas Operacionais NOP-INEA-26/2015, NOP-INEA-27/2015 e NOP-INEA-28/2015.

Este documento só é válido quando apresentado anexo ao documento
IN028732, Processo nº E-07/200720/2008.

Rio de Janeiro, 09 de Janeiro de 2017

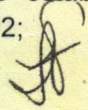
MARCUS DE ALMEIDA LIMA
PRESIDENTE CONSELHO DIRETOR

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº IN028732

Condições de Validade Específicas

- 16- Informar previamente ao INEA qualquer alteração ou a rescisão do contrato comercial de prestação de serviços com a empresa responsável pelo atendimento a acidentes;
- 17- Efetuar os serviços de estacionamento, lavagem, abastecimento, manutenção e pintura dos veículos somente em empresas licenciadas para tais atividades;
- 18- Utilizar no veículo rótulos de risco e painéis de segurança adequados aos resíduos transportados, identificação com nome, telefone da empresa e o número da licença do INEA, além dos equipamentos necessários às situações de emergência, acidente ou avaria;
- 19- Transportar os resíduos de serviço de saúde acondicionados em recipientes rígidos de 100 a 200 litros, de boca larga, devidamente identificados e dotados de tampa;
- 20- Realizar o transporte rodoviário os seguintes veículos autorizados:
- LCH-4370; KXC-1942; e KWQ-1589, para resíduos perigosos (Classe I);
 - KVN-4721; LQE-4464; LPU-2390; KWZ-5913; LSN-5696; e LPZ-8641, para efluentes perigosos (Classe I);
 - KPH-0438; LPL-5274; LKJ-2740; KVA-7882; KRF-2668; BWP-3660; LVA-0171; LQZ-4754; LOO-6084; LUU-1457 LNN1071; LOT-7478; LLE-3825; KYR-1540; KVE-7538; LLC-4855; KXP-1693; LKY-4858; LLR-6095; LNG-5814; LTJ-3614; KUG-9416; LSR-5205; LUH-0874; LOO-5782; BXC-7334; LQT-2996; BXC-7340; e EKH-4205, para resíduos não perigosos (Classes IIA e IIB);
 - KXB-1467 e KZW-9154, para resíduos de serviço de saúde - RSS (Grupos A, B, D e E);
 - KZA-2392; LPL-6768; LLO-2160; LPZ-9980; LPW-9046; KOQ-7187; KOU-8419; KYL-8329; e KYO-4691, para resíduos provenientes de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços;
 - LRP-4044; JZJ-8388; HVQ-5679; LJZ-1886; e KSE-9845, para resíduos provenientes de sistemas de tratamento, coletores de esgoto sanitário e redes de drenagem pluvial;
 - KPH-0438; LPL-5274; LKJ-2740; KVA-7882; KRF-2668; BWP-3660; e LVA-0171, para resíduos da construção civil - RCC (classes A, B, C e D);
- 21- Encaminhar os resíduos de construção civil para sistemas de destinação licenciados, segundo os critérios estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 307, de 05.07.02, publicada no D.O.U. de 17.07.02;



O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº IN028732

Condições de Validade Específicas

- 22- Encaminhar os resíduos de serviço de saúde para sistemas de destinação licenciados, segundo os critérios estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 358, de 29.04.05, publicada no D.O.U. de 04.05.05;
- 23- Comunicar imediatamente ao Serviço de Operações em Emergências Ambientais do INEA, plantão de 24 horas, pelos telefones (21) 2334-7910, 2334-7911 ou 98596-8770, qualquer anormalidade que possa ser classificada como acidente ambiental;
- 24- Manter atualizados junto ao INEA os dados cadastrais relativos à atividade ora licenciada, submetendo, para análise e parecer, qualquer alteração na atividade;
- 25- O INEA exigirá novas medidas de controle ambiental, sempre que julgar necessário.

-x-x-x-

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

LICENÇA DE OPERAÇÃO**LO Nº IN030034**

O Instituto Estadual do Ambiente - INEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.101, de 4 de outubro de 2007 e pelo Decreto nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, e suas modificações posteriores e em especial do Decreto nº 44.820, de 2 de junho de 2014 que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental, concede a presente Licença de Operação a

CN2 2010 TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA**CNPJ/CPF:**05.347.659/0001-32**Código INEA:** UN012252/47.71.10**Endereço:** AVENIDA MASCARENHAS DE MORAES, 947 - CHÁCARAS
RIO-PETRÓPOLIS - DUQUE DE CAXIAS - RJ

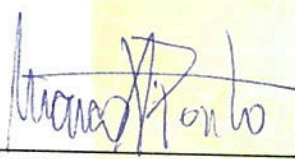
para coleta e transporte rodoviário de produtos perigosos das classes 2.2 (gases não-inflamáveis, não-tóxicos), 3 (líquidos inflamáveis), 4.1 (sólidos inflamáveis), 5.1 (substâncias oxidantes), 6.1 (substâncias tóxicas (venenosas)) e 8 (corrosivos), resíduos perigosos (classe I), resíduos não perigosos (classe II), efluentes sanitários industriais e percolato proveniente de aterro sanitário (chorume), em Todo o Território do Estado do Rio de Janeiro e garagem, lavagem externa, abastecimento e manutenção dos veículos da frota própria-x-x-x-x-x-

no seguinte local:**AVENIDA MASCARENHAS DE MORAES, 947 - CHÁCARAS RIO-PETRÓPOLIS,**
município DUQUE DE CAXIAS**Condições de Validade Gerais**

- 1- Esta Licença foi emitida por decisão do Conselho Diretor - CONDIR, em sua 278ª Reunião Ordinária de Licenciamento Ambiental, realizada em 09.03.2015, tendo como base o parecer elaborado pela área técnica, nos moldes do art. 8º, inc. V, c/c art. 14, inc. III, do Decreto Estadual n. 41.628, de 12 de janeiro de 2009;
- 2- Esta Licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;
- 3- Esta Licença não poderá sofrer qualquer alteração nem ser plastificada, sob pena de perder sua validade ;

Esta Licença é válida até 10 de Março de 2019, respeitadas as condições nela estabelecidas, e é concedida com base nos documentos e informações constantes do Processo nº E-07/203206/2006 e seus anexos.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2015

**MARCO AURELIO DAMATO PORTO**
PRESIDENTE CONSELHO DIRETOR

LICENÇA DE OPERAÇÃO**LO Nº IN030034****Condições de Validade Específicas**

- 4- Requerer a renovação desta Licença, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do seu prazo de validade;
- 5- Atender ao Decreto n. 96.044, de 18.05.88, alterado pelo Decreto n. 4.097, de 23.01.02, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, e a Resolução ANTT nº 420, de 31.05.04, que aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos;
- 6- Atender à DZ-215.R-4 - Diretriz de Controle de Carga Orgânica Biodegradável em Efluentes Líquidos de Origem Sanitária, aprovada pela Deliberação CECA n. 4.886, de 25.09.07, e publicada no D.O.E.R.J. de 05.10.07;
- 7- Atender à DZ-942.R-7 - Diretriz do Programa de Autocontrole de Efluentes Líquidos PROCON-ÁGUA, aprovada pela Deliberação CECA n. 1.995, de 10.10.90, e publicada no D.O.E.R.J. de 14.01.91;
- 8- Atender à NT 202 R10 - Critérios e Padrões para Lançamentos de Efluentes Líquidos, aprovada pela Deliberação CECA n. 1.007, de 04.12.86;
- 9- Atender à NOP-INEA-14, que revisa as diretrizes do Programa de Autocontrole de Emissão de Fumaça Preta, aprovada pela Resolução CONEMA n. 58, de 13.12.13;
- 10- Atender à ABNT NBR 13.221 - Transporte Terrestre de Resíduo;
- 11- Atender à ABNT NBR 17.505 - Armazenamento de Líquidos Inflamáveis e Combustíveis;
- 12- Apresentar ao INEA, na ocasião do requerimento de renovação da LO, declaração informando o cumprimento das restrições da licença anterior;
- 13- Manter o cumprimento das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro;
- 14- Realizar inspeções periódicas e manutenção preventiva e corretiva dos sistemas que operam com produtos perigosos (tanques, tubulações, válvulas, flanges, etc.) e dos seus respectivos dispositivos de segurança, mantendo os registros dessas operações à disposição da fiscalização;
- 15- Treinar periodicamente o pessoal incumbido da operação normal e o de ação em emergência, mantendo o registro dos treinamentos (pessoal treinado, instrutor e conteúdo programático) à disposição da fiscalização;

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº IN030034

Condições de Validade Específicas

- 16- Manter disponíveis, na qualidade e quantidade apropriadas, e prontos para o uso, os equipamentos e materiais de atendimento a emergências;
- 17- Manter operacionais e nas condições de projeto, os sistemas e recursos de proteção contra incêndio;
- 18- Portar, no veículo, todos os documentos relativos aos produtos e resíduos transportados, inclusive as vias do Manifesto de Resíduos, de acordo com a DZ-1310.R-7, aprovada pela Deliberação CECA n. 4.497, de 03.09.04, e publicada no D.O.E.R.J. de 21.09.04;
- 19- Manter atualizado o Plano de Ação de Emergências - PAE, encaminhando ao INEA uma cópia em papel e outra em meio digital, sempre que houver mudança significativa, principalmente na coordenação da Equipe de Emergência e nos telefones de contato;
- 20- Garantir o cumprimento de todas as cláusulas estabelecidas no Contrato de Prestação de Serviços ou Plano de Emergência para o atendimento a acidentes, principalmente no que se refere à disponibilidade dos recursos (humanos e de equipamentos) necessários ao seu combate imediato, remoção e destinação dos resíduos e limpeza da área;
- 21- Informar previamente ao INEA qualquer alteração ou a rescisão do contrato comercial de prestação de serviços com a empresa responsável pelo atendimento a acidentes;
- 22- Operar apenas com veículos adequados aos produtos e resíduos transportados, devidamente certificados pelo DETRAN estadual, e com motoristas portadores de Carteiras de Movimentação de Produtos Perigosos - MOPP;
- 23- Efetuar os serviços de pintura dos veículos somente com empresas licenciadas para tais atividades;
- 24- Utilizar, no veículo, rótulos de risco e painéis de segurança adequados aos produtos e resíduos transportados, identificação com nome, telefone da empresa e o número da licença do INEA, além dos equipamentos necessários às situações de emergência, acidente ou avaria;
- 25- Encaminhar os resíduos de construção civil para sistemas de destinação licenciados, segundo os critérios estabelecidos pela Resolução CONAMA n. 307, de 05.07.02, publicada no D.O.U. de 17.07.02.

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

LICENÇA DE OPERAÇÃO**LO Nº IN030034****Condições de Validade Específicas**

26- Realizar o transporte rodoviário os seguintes veículos autorizados:

- GLZ-2408, KOP-1560, KPJ-8111, KPO-6657, KPT-5123, KQU-2811, KVB-8295, KWC-6647, KXA-2243, KXI-1900, KXV-4299, KYD-3800, KYD-4093, KYD-4094, KYE-2477, KYM-1529, KZB-2462, KZI-1237, LLX-4726, LPI-8461, LPN-3299, LQW-7168, LQW-7922, LRA-9249, LRA-9250, LRT-4901 e LRV-5139, para produtos perigosos;

- GLZ-2408, KOP-1560, KPJ-8111, KPO-6657, KPT-5123, KQU-2811, KVB-8295, KVO-9043, KWC-6647, KXA-2243, KXI-1900, KXV-4299, KYD-3800, KYD-4093, KYD-4094, KYE-2477, KYM-1529, KZB-2462, KZI-1237, LLX-4726, LPI-8461, LPN-3299, LQW-7168, LQW-7922, LRA-9249, LRA-9250, LRT-4901 e LRV-5139 para resíduos perigosos (classe I);

- KOP-1560, KPJ-8111, KPL-7138, KPO-6657, KPT-5123, KVB-5327, KVB-8295, KVO-9042, KVO-9044, KWC-6647, KXA-2243, KXI-1900, KYD-4093, KYD-4094, KYM-1529, KZB-2462, KZD-1917, KZI-1237, LLX-4726, LPG-7171, LQW-7168, LRA-9249, LRA-9250, LRT-4901, LRV-5139, LRZ-4514, LUF-2084, e LVB-9489, para resíduos não perigosos (classe II) e resíduos da construção civil (RCC);

- JYB-4735, KOP-1560, KPJ-8111, KPO-6657, KPT-5123, KQF-4726, KVB-8295, KWC-6647, KXA-2243, KXI-1900, KYD-4093, KYD-4094, KYM-1529, KZB-2462, KZI-1237, KZN-3026, LHV-4221, LLX-4726, LQW-7168, LRA-9249, LRA-9250, LRT-4901 e LRV-5139, para efluente sanitário e percolado proveniente de aterro sanitário (chorume);

- BWB-2925, CPJ-8364, HRS-0189, KOP-1560, KPJ-8111, KPO-6657, KPT-5123, KQD-2075, KRK-4620, KVB-8295, KWA-9949, KWC-6647, KXA-2243, KXI-1900, KYD-4093, KYD-4094, KYM-1529, KZB-2462, KZI-1237, LLW-8737, LLX-4726, LQK-7287, LQW-7168, LQX-4312, LQZ-4095, LRA-9249, LRA-9250, LRT-4901, LRV-5139, LYA-6867 e LZB-6421, para efluente industrial;

27- Comunicar imediatamente ao Serviço de Operações em Emergências Ambientais do INEA, plantão de 24 horas, pelos telefones (21) 2334-7910, 2334-7911 ou 98596-8770, qualquer anormalidade que possa ser classificada como acidente ambiental;

28- Manter atualizados junto ao INEA os dados cadastrais relativos à atividade ora licenciada, submetendo, para análise e parecer, qualquer alteração na atividade;

29- O INEA exigirá novas medidas de controle ambiental, sempre que julgar necessário.

-x-x-x-

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.



REQUERIMENTO DE LICENÇA

Sistema de Licenciamento Ambiental - SLAM

- 1 - Tipo
- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> - Prévia-LP | <input type="checkbox"/> - Instalação e Operação-LIO |
| <input type="checkbox"/> - Instalação-LI | <input type="checkbox"/> - Operação e Recuperação-LOR |
| <input type="checkbox"/> - Operação-LO | <input type="checkbox"/> - Recuperação-LAR |
| <input type="checkbox"/> - Prévia e Instalação-LPI | <input type="checkbox"/> - Simplificada-LAS |
| | <input type="checkbox"/> - Termo de Encerramento-TE |

1ª - Fase ☒ Renovação ☐ - Prorrogação

2 - Lic. Anterior: ☐ N° 30034 Processo E-07/203.206/2006

Para uso do Inea

Luiz Carlos de Souza Barreiros
Adjunto I
Mat. 39.0122-0 / ID 4249565-2
Gerência de Atendimento - Inea

Código

3 - Dados do Requerente:

Nome Empresarial ou Nome CN2 2010 TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CARGAS LTDA.

Nome Fantasia GEO CARGO

CNPJ/CPF 05.347.659/0001-32

I. E.

Nº de Inscrição no CTF / CTE Registro Nº1551770

Endereço RUA 17 (DEZESSETE) LOT. DIST. INDUSTRIAL CODIN. N° 650. QUADRA 20A LOTE 13

CEP 25.250.612

Bairro / Distrito MANTIQUEIRA

Município DUQUE DE CAXIAS

UF RJ

Telefone 21 3654-2910

Fax

e-mail victor@geocargotransportes.com.br

4 - Endereço do Empreendimento/Atividade:

Logradouro / Número TODO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CEP

Bairro / Distrito

Município

5 - Endereço para Correspondência:

Logradouro / Número RUA 17 (DEZESSETE) LOT. DIST. INDUSTRIAL CODIN. N° 650. QUADRA 20A LOTE 13

CEP 25.250.612

Bairro / Distrito MANTIQUEIRA

Município DUQUE DE CAXIAS

UF RJ

Telefone 21 3654-2910

Fax

e-mail victor@geocargotransportes.com.br

6 - Representantes Legais

Nome CARLOS NEY GIOSEFFI DA MOTTA

CPF 099.114.137-72

Telefone 02199609-1657

Fax

e-mail c.ney@geocargotransportes.com.br

Nome VICTOR LOUREIRO DA MOTTA

CPF 053.179.237-43

Telefone 02199924-0197

Fax

e-mail victor@geocargotransportes.com.br

7 - Pessoa de Contato

Nome RODRIGO DE LIMA E SOUZA

CPF 045.159.506-81

Telefone 21996943305

Fax

e-mail perspectiva@perspectivasolucoes.com.br

Exemplar da Assinatura



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA

LICENÇA AMBIENTAL ÚNICA

LAU - DT / GGE / N° 81 / 2020 / CLASSE IV

O INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, no uso das atribuições que lhes são conferidas no Inciso IV do Artigo 5° da Lei Complementar n° 248 de 02 de julho de 2002, e fundamentada no Decreto Estadual n° 4.039-R de 07 de dezembro de 2016, expede a presente **LICENÇA AMBIENTAL ÚNICA**, requerida através do Processo n° **23988207** que autoriza a:

EMPRESA / NOME: **AMBIPAR ENVIRONMENTAL SOLUTIONS - SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**

CNPJ / CPF: **00.679.427/0002-49**

ENDEREÇO DA ATIVIDADE: **RODOVIAS DO ESPÍRITO SANTO**

MUNICÍPIO: **ESPÍRITO SANTO**

A EXERCER À ATIVIDADE: **COLETA E TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE RESÍDUOS PERIGOSOS, EXCETO MATERIAL RADIOATIVO E TRANSPORTE INTERESTADUAL. X X**
XX
XX
XX

Esta **LAU** é válida pelo período de **2190** dias, a contar da data da assinatura, observadas as **CONDICIONANTES** no verso discriminadas, bem como seus anexos, que, embora não transcritos, são partes integrantes da mesma.

Espírito Santo, **SEGUNDA-FEIRA, 14 de SETEMBRO de 2020**

Caroline Machado

Caroline dos Santos Machado
Ger de Controle e
Licenciamento
GERAL GGE IEMA/ES

Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA

00I0B0.00o0m0o0m0.90

Ribeira 02/10/20

Integra a presente LICENÇA AMBIENTAL ÚNICA, 01 (um) anexo contendo 19 (dezenove) Condicionantes que deverão ser cumpridas nos prazos estabelecidos por este Órgão.



LICENÇA DE OPERAÇÃO**LO Nº IN029598**

O Instituto Estadual do Ambiente - INEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.101, de 4 de outubro de 2007 e pelo Decreto nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, e suas modificações posteriores e em especial do Decreto nº 44.820, de 2 de junho de 2014 que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental, concede a presente Licença de Operação a

LIMPIND - MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA**CNPJ/CPF: 03.571.922/0001-47****Código INEA: UN014215/47.61.10****Endereço:** RUA PRESIDENTE VARGAS (ANTIGA RUA B), 20 - ILHA DA CONCEIÇÃO
- NITERÓI - RJ

para coleta e transporte rodoviário de resíduos perigosos (Classe I) e não perigosos (Classe IIA e IIB), efluentes oleosos/industrial, resíduos comuns provenientes de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços e resíduos provenientes de sistemas de tratamento, coletores de esgoto sanitário e redes de drenagem pluvial; e realização de serviço de limpeza e recuperação de tanques e semelhantes, dentro do estado do Rio de Janeiro-x-x-x-x-x-

no seguinte local:

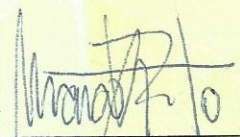
TUDO O TERRITÓRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TODOS OS BAIRROS,
município TODOS

Condições de Validade Gerais

- 1- Esta Licença foi emitida por decisão do Conselho Diretor - CONDIR em sua 273ª Reunião Ordinária de Licenciamento Ambiental, realizada em 12.01.2015, tendo como base o parecer elaborado pela área técnica, nos moldes do art. 8º, inc. V, c/c art. 14, inc. III, do Decreto Estadual n. 41.628, de 12 de janeiro de 2009;
- 2- Esta Licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;
- 3- Esta Licença não poderá sofrer qualquer alteração nem ser plastificada, sob pena de perder sua validade;

Esta Licença é válida até 27 de Janeiro de 2019, respeitadas as condições nela estabelecidas, e é concedida com base nos documentos e informações constantes do Processo nº E-07/201143/2001 e seus anexos.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2015


MARCO AURELIO DAMATO PORTO
PRESIDENTE CONSELHO DIRETOR

LICENÇA DE OPERAÇÃO**LO Nº IN029598****Condições de Validade Específicas**

- 4- Requerer a renovação desta Licença, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do seu prazo de validade;
- 5- Não transportar os resíduos perigosos juntamente com os demais resíduos;
- 6- Atender à ABNT NBR 14787, que dispõe sobre prevenção de acidentes, procedimentos e medidas de proteção em espaços confinados;
- 7- Atender à ABNT NBR 14606, que dispõe sobre armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - entrada em espaço confinado em tanques subterrâneos e em tanques de superfície;
- 8- Atender à NR-06 - Equipamentos de Proteção Individual - EPI;
- 9- Atender à NR-33 - Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados;
- 10- Atender à ABNT NBR 13.221 - Transporte Terrestre de Resíduo;
- 11- Atender ao Decreto n. 96.044, de 18.05.88, alterado pelo Decreto n. 4.097, de 23.01.02, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, e a Resolução ANTT nº 420, de 31.05.04;
- 12- Atender à NOP-INEA-14, que revisa as diretrizes do Programa de Autocontrole de Emissão de Fumaça Preta, aprovada pela Resolução CONEMA n. 58, de 13.12.13;
- 13- Atender à Lei n. 6.862, de 15.07.14, publicada no D.O.E.R.J. de 16.07.14, que obriga as empresas que prestam serviços de remoção e transporte de lixo a equiparem com rastreador os veículos utilizados nessa remoção e transporte;
- 14- Apresentar ao INEA, na ocasião do requerimento de renovação da LO, declaração informando o cumprimento das restrições da licença anterior;
- 15- Apresentar ao INEA cópias do Certificado de Treinamento de Espaço Confinado dos colaboradores, sempre que houver renovação ou nova contratação;
- 16- Destinar os resíduos provenientes da atividade de limpeza de tanques para empresas devidamente licenciadas;
- 17- Portar, no veículo, todos os documentos relativos aos resíduos transportados, inclusive as vias do Manifesto de Resíduos, de acordo com a DZ-1310.R-7, aprovada pela Deliberação CECA n. 4.497, de 03.09.04, e publicada no D.O.E.R.J. de 21.09.04.

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº IN029598

Condições de Validade Específicas

- 18- Operar apenas com veículos adequados aos resíduos transportados, devidamente certificados pelo DETRAN estadual;
- 19- Manter programa de treinamento periódico em situações emergenciais que envolvam acidentes com os resíduos transportados, para os motoristas, colaboradores e demais pessoas envolvidas, mantendo o registro dos treinamentos (pessoal treinado, instrutor e conteúdo programático) à disposição da fiscalização;
- 20- Manter atualizado o Plano de Ação para Emergências - PAE, encaminhando ao INEA uma cópia em papel e outra em meio digital, sempre que houver mudança significativa, principalmente na coordenação da Equipe de Emergência e nos telefones de contato;
- 21- Garantir o cumprimento de todas as cláusulas estabelecidas no Contrato de Prestação de Serviços ou Plano de Emergência para o atendimento a acidentes, principalmente no que se refere à disponibilidade dos recursos (humanos e de equipamentos) necessários ao seu combate imediato, remoção e destinação dos resíduos e limpeza da área;
- 22- Informar previamente ao INEA qualquer alteração ou a rescisão do contrato comercial de prestação de serviços com a empresa responsável pelo atendimento a acidentes;
- 23- Efetuar os serviços de estacionamento, lavagem, abastecimento, manutenção e pintura dos veículos somente em empresas licenciadas para tais atividades;
- 24- Utilizar no veículo rótulos de risco e painéis de segurança adequados aos resíduos transportados, identificação com nome, telefone da empresa e o número da licença do INEA, além dos equipamentos necessários às situações de emergência, acidente ou avaria;
- 25- Realizar o transporte rodoviário os seguintes veículos autorizados: LIA-3358, IJJ-3384, LZF-8470, LLJ-2410, LLH-3418, KOL-3615, KZA-3691, KWH-6317, LQX-6801, LQX-6800, LQX-6837, LQY-3739, LRE-9781, LRE-9784, LMA-7151, KZD-7113 e KVV-4614, para resíduos perigosos (Classe I), resíduos não perigosos (Classe IIA e IIB) e resíduos provenientes de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços; KOD-3574, LQG-0607, KZQ-2088, KWX-0071, LBV-4518, LOC-5311, LRT-5948, KQS-3521, LLO-2084, KYD-7315, KVM-9981, LUD-5464 e KRK-4997, para efluentes perigosos (Classe I) e resíduos provenientes de sistemas de tratamento, coletores de esgoto sanitário e redes de drenagem pluvial;

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

LICENÇA DE OPERAÇÃO**LO Nº IN029598****Condições de Validade Específicas**

- 26- Comunicar imediatamente ao Serviço de Operações em Emergências Ambientais do INEA, plantão de 24 horas, pelos telefones (21) 2334-7910, 2334-7911 ou 98596-8770, qualquer anormalidade que possa ser classificada como acidente ambiental;
- 27- Manter atualizados junto ao INEA os dados cadastrais relativos à atividade ora licenciada, submetendo, para análise e parecer, qualquer alteração na atividade;
- 28- O INEA exigirá novas medidas de controle ambiental, sempre que julgar necessário.
- x-x-x-

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

*deputado a
ano*

Sistema de Licenciamento Ambiental - SLAM

- 1 - Tipo**
- ☐ - Prévía-LP
- ☐ - Instalação-LI
- ☒ - Operação-LO
- ☐ - Prévía e Instalação-LPI
- ☐ - Instalação e Operação-LIO
- ☐ - Operação e Recuperação-LOR
- ☐ - Recuperação-LAR
- ☐ - Simplificada-LAS
- ☐ - Termo de Encerramento-TE
- 1ª - Fase** ☒ - Averbação-AVB

Para uso do Inea

INEA
RECEBIDO SUPRG
EM: 05/09/2010
POR: 1728697740
MAT. 300692-3
HORA: _____

Código

2 - Lic. Anterior: Nº _____ Processo _____

3 - Dados do Requerente:

Nome Empresarial ou Nome LIMPIND ASSEIO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA

Nome Fantasia _____

CNPJ/CPF 03571922000147

I. E. 76170169

Nº de Inscrição no
CTF / CTE _____

Endereço RUA PRESIDENTE VARGAS,20

CEP 24.050.300

Bairro / Distrito ILHA DA CONCEIÇÃO

Município NITERÓI

UF RJ

Telefone 21 26220901

Fax

e-mail DEJANESMS@LIMPIND.COM.BR

4 - Endereço do Empreendimento/Atividade:

Logradouro / Número RUA PRESIDENTE VARGAS,20

CEP 24.050,3

Bairro / Distrito ILHA DA CONCEIÇÃO

Município NITERÓI

UF RJ

5 - Endereço para Correspondência:

Logradouro / Número RUA PRESIDENTE VARGAS,20

CEP 24.050,3

Bairro / Distrito ILHA DA CONCEIÇÃO

Município NITERÓI

UF RJ

Telefone 21 26220901

Fax

e-mail DEJANESMS@LIMPIND.COM.BR

6 - Representantes Legais

Nome GILSON GONÇALVES RIBEIRO JUNIOR

CPF 894645757/00

Telefone 21 26220901

Fax

e-mail gilsonribeiro@globocom

Nome _____

CPF _____

Telefone _____

Fax

e-mail _____

7 - Pessoa de Contato

Nome DEJANE AVELLAR DE CARVALHO

CPF 08797253707

Telefone 2126220901

Fax

e-mail DEJANESMS@LIMPIND.COM.BR

Exemplar da Assinatura _____

8 - Número de Documentos Anexos

Número de Folhas Anexas _____

9 - Descrição da(s) Atividade(s):

Coleta e transporte de resíduo rodoviário perigosos (classe I e resíduos de saúde) e não perigosos (classe II A e II B), efluentes oleosos, sanitários e industriais, resíduos comuns provenientes de estabelecimento industriais e comerciais e prestação de serviços de limpeza predial, industrial (limpeza e recuperação de tanques e silos), manutenção e conservação de áreas verdes, dentro do estado do RJ.

10 - Responsável Técnico:Nome Marcelo Guimarães CostaCPF 003857917-04Formação Profissional ENGENHARIOConselho/Registro 92.1.0051-1Telefone 21 2622069041

Fax _____

e-mail marcelo.costa@dockbras.com.br☒ - Projeto☒ - Operação☐ _____Nome Dejane Avellar de CarvalhoCPF 08797253707Formação Profissional TÉCNICO DE SEGURANÇA E ENGENHEIRAConselho/Registro 201210384-0Telefone 2126220901

Fax _____

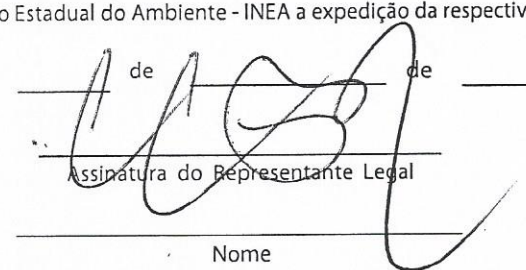
e-mail DEJANESMS@LIMPIND.COM.BR☐ - Projeto☒ - Operação☐ _____

11 - Declaro para os devidos fins, que o desenvolvimento das atividades relacionadas neste requerimento realizar-se-á de acordo com os dados transcritos e anexos indicados no item 8 (oito), pelo que venho requerer ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA a expedição da respectiva licença.

Rio de Janeiro

de

de


Assinatura do Representante Legal

Nome _____

Imprimir

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº IN049104

O Instituto Estadual do Ambiente - INEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.101, de 4 de outubro de 2007 e pelo Decreto nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, e suas modificações posteriores e em especial do Decreto nº 44.820, de 2 de junho de 2014 que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental, concede a presente Licença de Operação a

TRANSFORMA GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS LTDA

CNPJ/CPF:06.007.800/0001-10

Código INEA: UN049202/47.61.10

Endereço: RODOVIA GOVERNADOR MARIO COVAS (BR-101), S/Nº, KM 172 - CÓRREGO DO OURO - MACAÉ - RJ

para armazenamento temporário e beneficiamento de lâmpadas e resíduos (da construção civil, e das classes I, IIA, IIB), incluindo blendagem; abastecimento, estacionamento, lavagem e manutenção de frota própria; compostagem de resíduos orgânicos, limpeza, descontaminação e recuperação de bombonas, tambores e contêineres; coleta e transporte rodoviário de resíduos das classes I, IIA, IIB, de serviços de saúde (grupos A, B, D, E) e de construção civil (classes A, B, C, D) em todo o Estado do Rio de Janeiro.-x-x-x-x-x-

no seguinte local:

RODOVIA BR 101, KM 172 - CÓRREGO DO OURO, município MACAÉ

Condições de Validade Gerais

- 1- Esta Licença foi emitida por decisão do Conselho Diretor - CONDIR, em sua 473ª Reunião Ordinária de Licenciamento Ambiental realizada em 27.03.2019, tendo como base o parecer elaborado pela área técnica por força do art. 8º, inc. V, c/c art. 14, inc. III, do Decreto Estadual nº 41.628, de 12.1.09, alterado pelo Decreto Estadual nº 46.037, de 5.7.17;
- 2- Esta Licença não exime a empresa da obtenção das demais licenças e autorizações legalmente exigíveis;

Esta Licença é válida até 17 de Abril de 2024, respeitadas as condições nela estabelecidas, e é concedida com base nos documentos e informações constantes do Processo nº E-07/002.2973/2013 e seus anexos.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 2019



CLAUDIO BARCELOS DUTRA
PRESIDENTE CONSELHO DIRETOR

LICENÇA DE OPERAÇÃO**LO Nº IN049104****Condições de Validade Específicas**

- 3- Esta Licença não poderá sofrer qualquer alteração, nem ser plastificada, sob pena de perder sua validade;
- 4- Requerer a renovação desta licença no mínimo 120 (cento e vinte) dias antes do seu vencimento;
- 5- Atender à Lei nº 3.007 de 09/07/1998, que dispõe sobre o transporte, armazenamento e queima de resíduos tóxicos no Estado do Rio de Janeiro;
- 6- Atender à DZ-056.R3 - Diretriz para Realização de Auditoria Ambiental, aprovada pela Resolução Conema nº 21, de 07/05/2010, e publicada no D.O.E.R.J. de 14/05/2010;
- 7- Apresentar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar do recebimento da presente Licença, Relatório de Auditoria Ambiental de Controle, em conformidade com a DZ-056.R3;
- 8- Atender à DZ-215.R-4 - Diretriz de Controle de Carga Orgânica Biodegradável em Efluentes Líquidos de Origem Sanitária, aprovada pela Deliberação CECA nº 4.886 de 25.09.07, publicada no D.O.E.R.J. de 05/10/2007 e republicada no D.O.E.R.J. de 08/11/2007;
- 9- Atender à NT-202.R-10 - Critérios e Padrões para Lançamentos de Efluentes Líquidos, aprovada pela Deliberação CECA nº 1007, de 04/12/1986, publicada no D.O.E.R.J. de 12/12/1986;
- 10- Atender à NOP-INEA-14 - Programa de Autocontrole de Emissão de Fumaça Preta por Veículos Automotores do Ciclo Diesel - PROCON FUMAÇA PRETA, aprovada pela Resolução Conema nº 58 de 13/12/2013 e publicada no D.O.E.R.J. de 07/01/2014;
- 11- Atender à NOP-INEA-35 - Norma Operacional para o Sistema Online de Manifesto de Transporte de Resíduos - Sistema MTR, aprovada pela Resolução Conema nº 79 de 07/03/2018 e publicada no D.O.E.R.J. de 13/03/2018;
- 12- Atender à Resolução nº 264 do CONAMA, de 26/08/1999, publicada no D.O.U. de 20/03/2000, que dispõe sobre os procedimentos, critérios e aspectos técnicos específicos de licenciamento ambiental para o coprocessamento de resíduos em fornos de clínquer para fabricação de cimento, especificamente no que tange à produção de *blends*;
- 13- Atender ao Decreto nº 96.044 de 18/05/1988, alterado pelo Decreto nº 4.097 de 23/01/2002 e regulamentado pela Portaria nº 204 do Ministério dos Transportes de 20.05.97, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

LICENÇA DE OPERAÇÃO**LO Nº IN049104****Condições de Validade Específicas**

- 14- Atender às normas NBR 7.500, 7.501, 7.503, 9.735, 11.174, 12.235, 12.808; 12.809; 12.810, 13.221, 14.064, 14.095, 14.619, 14.652, 15.480 da ABNT;
- 15- Atender à Resolução nº 358 do CONAMA, de 29/04/2005, publicada no D.O.U. de 04/05/2005, que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde;
- 16- Implementar as medidas corretivas e preventivas indicadas nos Relatórios Anuais de Auditoria Ambiental;
- 17- Manter todas as áreas de armazenamento devidamente delimitadas e identificadas;
- 18- Manter desobstruídas as canaletas de drenagem dos galpões de processamento de resíduos e de manutenção de veículos;
- 19- Promover a limpeza periódica da fossa séptica e da caixa de gordura, utilizando os serviços de empresa licenciada pelo órgão ambiental estadual para tal atividade, mantendo os comprovantes à disposição da fiscalização;
- 20- Não processar na blendagem resíduos de serviços de saúde classe A, resíduos radioativos, explosivos, organoclorados e aqueles que notoriamente são formadores de dioxinas e furanos, como por exemplo, os definidos pela norma NBR 10.004 com os códigos F020, F021, F022, F023, F024, F026, F027 e F028;
- 21- Observar a ficha de segurança dos diversos resíduos, de forma a evitar a incompatibilidade química nos galpões de manuseio, armazenamento e processamento de resíduos;
- 22- Fica autorizada a coleta, beneficiamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos (RSU) oriundos das escolas municipais da rede municipal de ensino da Prefeitura Municipal de Macaé, restrito ao volume mensal de 05 (cinco) toneladas;
- 23- Só receber resíduos provenientes de outros estados da federação com prévia autorização do INEA;
- 24- Umidificar as vias internas de tráfego de caminhões, de forma a evitar a emissão de poeiras;
- 25- Ficam autorizados a transportar os resíduos ora licenciados, os veículos regularmente informados e constantes do Processo nº E-07002.02973/2013;

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

LICENÇA DE OPERAÇÃO**LO Nº IN049104****Condições de Validade Específicas**

- 26- Identificar todos os veículos com o nome e o telefone da empresa e com o número da licença do INEA;
- 27- Operar apenas com veículos adequados aos resíduos transportados, devidamente certificados pelo Detran estadual e pelo Inmetro, assim como com motoristas portadores de Carteiras de Movimentação de Produtos Perigosos - MOPP;
- 28- Dotar os veículos dos equipamentos necessários às situações de emergência, acidente ou avaria, assegurando-se do seu bom funcionamento;
- 29- Portar no veículo todos os documentos relativos aos resíduos transportados, tais como ficha de emergência, plano de emergência e Manifesto de Resíduos;
- 30- Utilizar nos veículos e equipamentos os rótulos de risco e painéis de segurança adequados aos resíduos perigosos transportados;
- 31- Transportar os sistemas de acondicionamento de resíduo devidamente identificado por rótulos com o Código Internacional de Resíduos Perigosos da Organização das Nações Unidas;
- 32- Apresentar ao INEA, por ocasião da alienação de qualquer unidade de transporte, laudo que garanta a não contaminação do compartimento de carga;
- 33- Não transportar juntamente com os demais, os resíduos de estabelecimentos de saúde classificados como Classe A pela Resolução nº 358 do CONAMA de 29/04/2005;
- 34- Não transportar material contendo ascarel;
- 35- Apresentar ao INEA, anualmente, cópias dos Certificados de Registro e Licenciamento de Veículos emitido pelo Detran e INMETRO para todos os veículos utilizados no transporte de resíduos;
- 36- Apresentar ao INEA cópias das Carteiras de Movimentação de Produtos Perigosos - MOPP dos motoristas, sempre que houver renovação ou nova contratação;
- 37- Manter programa de treinamento periódico em situações emergenciais que envolvam acidentes com os resíduos transportados, para os motoristas e demais pessoas envolvidas, mantendo o registro dos treinamentos (pessoal treinado, instrutor e conteúdo programático) à disposição da fiscalização;

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

LICENÇA DE OPERAÇÃO**LO Nº IN049104****Condições de Validade Específicas**

- 38- Manter atualizados o Cadastro Industrial, Cadastro da Transportadora, Plano de Atendimento de Emergências (PAE) e o Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGR), revisando-os no máximo a cada 24 meses, e encaminhando ao INEA uma cópia em papel e outra em meio digital de cada, sempre que houver mudança significativa ou quando da renovação da presente Licença;
- 39- Manter Termo de Compromisso com a empresa contratada onde a mesma garanta o atendimento imediato ao acidente durante o transporte, em qualquer dia e horário, mesmo que esteja na ocasião atendendo a outro acidente;
- 40- Garantir o cumprimento de todas as cláusulas estabelecidas no Contrato de Prestação de Serviços ou Plano de Atendimento de Emergências - PAE, firmado com terceiros, principalmente no que se refere à disponibilidade dos recursos (humanos e de equipamentos) necessários ao seu combate imediato, remoção e destinação dos resíduos e limpeza da área;
- 41- Apresentar anualmente ao INEA os resultados do monitoramento da qualidade do solo e da água subterrânea;
- 42- Não lançar qualquer resíduo ou efluente proveniente de vazamento ou derramamento causado por acidentes em rede de drenagem ou nos corpos receptores;
- 43- Somente utilizar água proveniente de fontes outorgadas pelo INEA;
- 44- Não armazenar resíduos inertes contaminados com óleo e/ou produtos químicos em área desabrigada e/ou sem impermeabilização do solo e sistema de contenção;
- 45- Manter a disposição da fiscalização registros que comprovem a realização de vistorias periódicas, em toda área aberta de armazenamento de resíduos inertes, com objetivo de verificar possíveis acúmulos de água;
- 46- Comunicar imediatamente ao Serviço de Operações em Emergências Ambientais do INEA, plantão de 24 horas, pelos telefones (21) 2334-7910 ou 2334-7911, e à SUPMA-INEA pelo telefone (22) 2665-7303, qualquer anormalidade que possa ser classificada como acidente ambiental;
- 47- Não realizar queima de qualquer material ao ar livre;
- 48- Eliminar e evitar formas de acúmulo de água, métodos de trabalho e ambientes propícios à proliferação de vetores (mosquitos culicídeos, demais insetos e roedores nocivos);

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

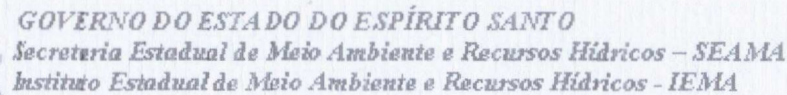
LICENÇA DE OPERAÇÃO**LO Nº IN049104****Condições de Validade Específicas**

- 49- Manter atualizados junto ao INEA os dados cadastrais e demais informações relativas à atividade ora licenciada;
- 50- Submeter previamente ao INEA, para análise e parecer, qualquer alteração nas instalações ou na atividade;
- 51- O INEA exigirá novas medidas de controle, sempre que julgar necessário. -x-x-x-x-x-

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.



ANEXO C – LICENÇAS DE OPERAÇÃO (LOS) DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE PERFURAÇÃO



LO - GCA/SAIA / N° 112/2008 / CLASSE II

Recebi em 05/05/2008



REQUERIMENTO DE LICENÇA

- () Licença Prévia - LP () PRORROGAÇÃO () AMPLIAÇÃO
() Licença de Instalação - LI () PRORROGAÇÃO () AMPLIAÇÃO () RENOVAÇÃO
(X) Licença de Operação - LO () AMPLIAÇÃO (X) RENOVAÇÃO
() Licença Única - LU
() Licença de regularização - LAR

IEMA
INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO
AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
PROTOCOLO N.º: 2771511
Em 18 / 11 / 11 HORA _____
Freysa
Protocolista (nome)

Fase do Empreendimento:

- () Planejamento
() Instalação
(X) Operação - data de início da operação: 05/05/2008

01 - Número do processo/protocolo: 31790542

02 - Número da Licença Anterior: LO Nº 112/2008

03 - DADOS DO REQUERENTE:

Nome ou Razão Social: Brasil Ambiental Tratamento de Resíduos S/A

CPF/CNPJ: 07.504.816/0001-00

Endereço: Av. Demócrito Moreira, s/nº

Complemento Zona Rural Bairro: Interior

Município: Aracruz UF: ES CEP: 29.190-314

e-mail: dir.es@grupambipar.com.br Telefone: (27) 3328-2339

Inscrição Estadual: 082.424.45-4

04 - DADOS DA ATIVIDADE

Atividade: Sistema de Blendagem de Resíduos para Co-processamento

Endereço: Av. Demócrito Moreira, s/nº

Complemento: Zona Rural

Distrito/Bairro: Interior Município: Aracruz

Coordenadas Geográficas Médias / UTM (WGS 84): 369441 E / 7805451 N (SAD 69)

Coordenadas Geográficas dos Vértices da Área Útil / UTM (WGS 84): _____



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA

Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO - GSIM / CRSS / Nº 5 / 2020 / CLASSE IV

O INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, no uso das atribuições que lhes são conferidas no Inciso IV do Artigo 5º da Lei Complementar nº 248 de 02 de julho de 2002, e fundamentada no Decreto Estadual nº 4.039-R de 07 de dezembro de 2016, expede a presente **LICENÇA DE OPERAÇÃO**, requerida através do Processo nº **80120806** que autoriza a:

EMPRESA / NOME: **AMBITEC SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**

CNPJ / CPF: **00.679.427/0002-49**

ENDEREÇO DA ATIVIDADE: **RODOVIA DEMÓCRITO MOREIRA - ZONA RURAL - INTERIOR**

MUNICÍPIO: **ARACRUZ/ES**

A EXERCER À ATIVIDADE: **ATERRO INDUSTRIAL DE RESÍDUOS PERIGOSOS - CLASSE I (CÉLULA 13), SITUADA NAS COORDENADAS 369624/7805652. XXXXXXXX
XX
XX
XX**

Esta **LO** é válida pelo período de **2190** dias, a contar da data da assinatura, observadas as **CONDICIONANTES** no verso discriminadas, bem como seus anexos, que, embora não transcritos, são partes integrantes da mesma.

Espírito Santo, **SEGUNDA-FEIRA, 6 de JANEIRO de 2020**

00F0.00o0m0o0m0.3

Eder Ferreira Framil
Gerente de Controle
Licenciamento de Saneamento,
Infraestrutura e Habitação
IEMA

Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA

15 JAN. 2020

Integra a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO, 01 (um) anexo contendo 27 (vinte e sete) Condiçõantes que deverão ser cumpridas nos prazos estabelecidos por este Órgão.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA

LICENÇA AMBIENTAL DE REGULARIZAÇÃO

LAR - DT / GQA / N° 58 / 2016 / CLASSE III

O INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, no uso das atribuições que lhes são conferidas no Inciso IV do Artigo 5º da Lei Complementar nº 248 de 02 de julho de 2002, e fundamentada no Decreto Estadual nº 1.777-R de 08 de janeiro de 2007, expede a presente LICENÇA AMBIENTAL DE REGULARIZAÇÃO, requerida através do Processo nº 63195666 que autoriza a:

EMPRESA / NOME: AMBITEC S/A

CNPJ / CPF: 00.679.427/0002-49

ENDEREÇO DA ATIVIDADE: AV. DEMÓCRITO MOREIRA - S/N - ZONA RURAL

MUNICÍPIO: ARACRUZ/ES

A EXERCER A ATIVIDADE: LAGOA DE ARMAZENAMENTO DE EFLUENTES - LAGOA III REFERENCIADA PELAS COORDENADAS UTM WGS84 24K - 0369842 / 7805543.

Esta LAR é válida pelo período de 1063 dias, a contar da data da emissão, observadas as CONDICIONANTES no verso discriminadas, bem como seus anexos, que, embora não transcritos, são partes integrantes da mesma.

Espírito Santo, TERÇA-FEIRA, 28 de JUNHO de 2016

00F0I0.00o0m0n0s0.82

Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA

Marcos Paulo Rodrigues de Almeida
Gerente de
Qualidade Ambiental
Matricula 2950634

Integra a presente LICENÇA AMBIENTAL DE REGULARIZAÇÃO, 01 (um) anexo contendo 23 (vinte e três) Condicionantes que deverão ser cumpridas nos prazos estabelecidos por este Órgão.



REQUERIMENTO DE LICENÇA

1. Tipos de Licença a ser requerida:

- | | | |
|--|--------------------------------------|------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Licença Prévia - LP | <input type="checkbox"/> PRORROGAÇÃO | <input type="checkbox"/> AMPLIAÇÃO |
| <input type="checkbox"/> Licença Prévia - LP
(Poligonal DNPM - Mineração) | <input type="checkbox"/> PRORROGAÇÃO | <input type="checkbox"/> RENOVAÇÃO |
| <input type="checkbox"/> Licença de Instalação - LI | <input type="checkbox"/> PRORROGAÇÃO | <input type="checkbox"/> AMPLIAÇÃO |
| <input checked="" type="checkbox"/> Licença de Operação - LO | <input type="checkbox"/> AMPLIAÇÃO | <input type="checkbox"/> RENOVAÇÃO |
| <input type="checkbox"/> Licença Ambiental Única - LAU | <input type="checkbox"/> AMPLIAÇÃO | <input type="checkbox"/> RENOVAÇÃO |
| <input type="checkbox"/> Licença de Ambiental Regularização - LAR | | |
| <input type="checkbox"/> Licença de Operação Corretiva - LOC | | |
| <input type="checkbox"/> Licença de Operação para Pesquisa - LOP | | |

2. Requerimento em caso de LO e LAU de 10 anos? ☐ SIM ☒ NÃO

3. O empreendimento encontra-se em Unidade de Conservação OU em Zona de Amortecimento? ☐ SIM ☒ NÃO

4. Fase do Empreendimento:

- ☐ Planejamento
- ☐ Instalação
- ☒ Operação - data de início da operação: 28/06/2016

5. Data de Instalação das Estruturas Físicas do Empreendimento:

6. Número do processo/protocolo: 63195666

7. Número da Licença Anterior: LAR nº 58/2016 Tipo: LAR

8. Dados do Requerente:

Nome ou Razão Social: Ambitec Soluções Ambientais Ltda

CPF/CNPJ: 00.679.427/0002-49 Inscrição Estadual: 082.213.65-8

Endereço: Rod. Demócrito Moreira, s/nº

Complemento: Zona Rural Bairro: Interior

Município: Aracruz UF: ES CEP: 29190-314

E-mail: kellen.paula@grupoambipar.com.br

Telefone: (27) 3302-7100 Celular: ()

9. Dados da Atividade:

Atividade: Lagoa de Armazenamento de Efluentes- Lagoa III

Endereço: Rod. Demócrito Moreira, s/nº

Complemento: Zona Rural Município: Aracruz

Distrito/Bairro: Interior

Coordenadas Geográficas Médias / UTM (WGS 84): 369842 / 7805543

Coordenadas Geográficas dos Vértices da Área Útil / UTM (WGS 84):

369802,2741 / 7805559,5708 - 369870,5535 / 7805564,9410

369874,1498 / 7805513,0329 - 369807,4702 / 7805507,3146

Para Atividades de Extração Mineral:

Número processo-LP Poligonal DNPM:

Substância Mineral:

Número do Processo do DNPM:

Fase do Processo do DNPM:

Título Minerário (Tipo):

Número:

10. Representantes Legais:

Nome: Luciana Freire Barca Nascimento
Endereço: Rua Manoel dos Reis, nº 95
Complemento: Bairro: São Miguel Paulista
Município: São Paulo UF: SP CEP: 08.090-060
E-mail: luciana.barca@tbj.com.br
Telefone: (11) 3429-5000 Celular: ()
CPF: 126.428.758-57

Nome: Onara Oliveira Lima
Endereço: Rua Jesus Garcia, 112 apt 151 - Torre Victoria
Complemento: Bairro: Royal Park
Município: São José dos Campos UF: SP CEP: 12.246-875
E-mail: onara.lima@grupoambipar.com.br
Telefone: (19) 3467-4800 Celular: ()
CPF: 295.017.618-60

11. Responsáveis Técnicos:

Nome: Fábio Luiz Suzuki
Endereço: Rua Loefgren, nº 2359 -
Complemento: Bairro: Vila Clementino
Município: São Paulo UF: SP CEP: 04040-033
E-mail: fabio.suzuki@grupoambipar.com.br
Telefone: (11) 3429-5000 Celular: (11) 97511-9296
CPF: 104.284.268-08

Nº CREA ou ÓRGÃO DE CLASSE correspondente: CREA-SP nº 5062105472/D

Nome:
Endereço:
Complemento: Bairro:
Município: UF: CEP:
E-mail:
Telefone: () Celular: ()
CPF:

Nº CREA ou ÓRGÃO DE CLASSE correspondente:

12. Dados para Correspondência:

Nome: Ambitec Soluções Ambientais Ltda
Endereço: Rodovia Democrito Moreira, /sn - Zona Rural - Aracruz

Complemento: Bairro: Santa Lucia
Município: Vitória UF: ES CEP: 29.056-210

13. Nº de Documentos em anexos:

Declaro, para os devidos fins que o desenvolvimento da atividade relacionada neste requerimento realizar-se-á de acordo com os dados transcritos e anexos indicados no Item 13 (treze), pelo que venho requerer ao Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos a expedição da respectiva Licença.

Assinatura do Representante Legal: 

Nome Legível: ONARA OLIVEIRA DE LIMA



LICENÇA DE OPERAÇÃO

(RENOVAÇÃO) LO - DT / GQA / N° 117 / 2016 / CLASSE I

Recoliti em 28/7/16 @ Inera



REQUERIMENTO DE LICENÇA

1. Tipos de Licença a ser requerida:

- | | | |
|--|--------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Licença Prévia - LP | <input type="checkbox"/> PRORROGAÇÃO | <input type="checkbox"/> AMPLIAÇÃO |
| <input type="checkbox"/> Licença Prévia - LP
(Poligonal DNPM - Mineração) | <input type="checkbox"/> PRORROGAÇÃO | <input type="checkbox"/> RENOVAÇÃO |
| <input type="checkbox"/> Licença de Instalação - LI | <input type="checkbox"/> PRORROGAÇÃO | <input type="checkbox"/> AMPLIAÇÃO |
| <input checked="" type="checkbox"/> Licença de Operação - LO | <input type="checkbox"/> AMPLIAÇÃO | <input checked="" type="checkbox"/> RENOVAÇÃO |
| <input type="checkbox"/> Licença Ambiental Única - LAU | <input type="checkbox"/> AMPLIAÇÃO | <input type="checkbox"/> RENOVAÇÃO |
| <input type="checkbox"/> Licença de Ambiental Regularização - LAR | | |
| <input type="checkbox"/> Licença de Operação Corretiva - LOC | | |
| <input type="checkbox"/> Licença de Operação para Pesquisa - LOP | | |

2. Requerimento em caso de LO e LAU de 10 anos?

☒ SIM ☐ NÃO

3. O empreendimento encontra-se em Unidade de Conservação OU em Zona de Amortecimento?

☐ SIM ☒ NÃO

4. Fase do Empreendimento:

- ☐ Planejamento
- ☐ Instalação
- ☒ Operação - data de início da operação: 29/09/2005

5. Data de Instalação das Estruturas Físicas do Empreendimento:

Número do processo/protocolo: 23988177

Número da Licença Anterior: LO nº 117/2016 Tipo: LO

8. Dados do Requerente:

Nome ou Razão Social: Ambitec Soluções Ambientais Ltda

CPF/CNPJ: 00.679.427/0002-49 Inscrição Estadual: 082.213.65-8

Endereço: Rod. Demócrito Moreira, s/nº

Complemento: Zona Rural Bairro: Interior

Município: Aracruz UF: ES CEP: 29190-314

E-mail: kellen.paula@ambipar.com

Telefone: (27) 3302-7100 Celular: ()

9. Dados da Atividade:

Atividade: ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO DE RESÍDUOS PERIGOSOS (CLASSE I)

Endereço: Rod. Demócrito Moreira, s/nº

Complemento: Zona Rural Município: Aracruz

Distrito/Bairro: Interior

Coordenadas Geográficas Médias / UTM (WGS 84): 0369431/7805378

Coordenadas Geográficas dos Vértices da Área Útil / UTM (WGS 84):

X=369455.1435 Y=7805368.6754 X=369439.5895 Y=7805352.6378

X=369417.6998 Y=7805373.6305 X=369433.2538 Y=7805389.6682

Para Atividades de Extração Mineral:

Número processo-LP Poligonal DNPM: _____

Substância Mineral: _____

Número do Processo do DNPM: _____

Fase do Processo do DNPM: _____

Gerente (Tipo):

Número:

Representantes Legais:

Nome: Luciana Freire Barca Nascimento
 Endereço: Rua Manoel dos Reis, nº 95
 Complemento: Bairro: São Miguel Paulista
 Município: São Paulo UF: SP CEP: 08.090-060
 E-mail: luciana.barca@tbj.com.br
 Telefone: (11) 3429-5000 Celular: ()
 CPF: 126.428.758-57

Nome: Izabel Cristina Andriotti Cruz de Oliveira
 Endereço: Rua Felisberto de Carvalho, nº 43
 Complemento: Bairro: Royal Park
 Município: São José dos Campos UF: SP CEP: 03034-010
 E-mail: izabel.andriotti@grupoambipar.com.br
 Telefone: (11) 3429-5000 Celular: ()
 CPF: 054.727.978-70

11. Responsáveis Técnicos:

Nome: Fábio Luiz Suzuki
 Endereço: Rua Loefgren, nº 2359- -
 Complemento: Bairro: Pari
 Município: São Paulo UF: SP CEP: 04040-033
 E-mail: fabio.suzuki@grupoambipar.com.br
 Telefone: (11) 3429-5000 Celular: (11) 97511-9296
 CPF: 104.284.268-08
 Nº CREA ou ÓRGÃO DE CLASSE correspondente: CREA-SP nº 5062105472/D

Nome:
 Endereço:
 Complemento: Bairro:
 Município: UF: CEP:
 E-mail:
 Telefone: () Celular: ()
 CPF:
 Nº CREA ou ÓRGÃO DE CLASSE correspondente:

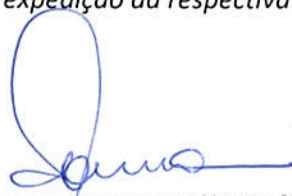
12. Dados para Correspondência:

Nome: Ambitec Soluções Ambientais Ltda
 Endereço: Rodovia Democrito Moreira, /sn - Zona Rural - Aracruz
 Complemento: Bairro: Aracruz
 Município: Aracruz UF: ES CEP: 29.190-314

13. Nº de Documentos em anexos:

Declaro, para os devidos fins que o desenvolvimento da atividade relacionada neste requerimento realizar-se-á de acordo com os dados transcritos e anexos indicados no Item 13 (treze), pelo que venho requerer ao Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos a expedição da respectiva Licença.

Assinatura do Representante Legal:


 Luciana F. Barca Nascimento
 Diretora Adjunta
 CPF: 126.428.758-57

Nome Legível:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Instituto Estadual de Meio Ambiente - IEMA
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos - SEAMA

**ENQUADRAMENTO DE ATIVIDADES POLUIDORAS OU DEGRADADORAS DO MEIO AMBIENTE**

Data do Enquadramento: 12/08/2019
Município: ARACRUZ
Tipo de Licença Requerida: LICENCA DE OPERACAO - 10 ANOS
Tipologia: 22. GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS
Atividade Licenciada: 22.07. TRIAGEM, DESMONTAGEM E/OU ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE I (INCLUINDO FERRO VELHO).
Tipo de Atividade: Não industrial

Parâmetros do Enquadramento:

Parâmetro	Unidade de Medida	Valor
ÁREA CONSTRUÍDA	HECTARE	0,07
ÁREA DE ESTOCAGEM	HECTARE	0,07

Porte do Empreendimento: MÉDIO

Potencial Poluidor: MÉDIO

Classe: II

Valor da taxa de licenciamento
(sem necessidade de
apresentação do EIA/RIMA): R\$ 1.570,56Valor da taxa de licenciamento
(com necessidade de
apresentação do EIA/RIMA): R\$ 9.423,36

Observações:

01 - As informações prestadas no campo **valores** deverão obedecer corretamente às informações do campo **Parâmetros**.

02 - Caso, durante a análise dos projetos, seja verificada a necessidade de apresentação de EIA/RIMA, deverá o requerente complementar o valor da diferença das taxas ao licenciamento específico.

03 - Este enquadramento poderá ser impresso e apresentado ao IEMA, juntamente ao Formulário de Requerimento de Licenças, e substituirá o Formulário de Enquadramento padrão.

04 - As informações prestadas para esta simulação foram baseadas nas Instruções Normativas vigentes.

05 - As informações prestadas para este enquadramento estarão sujeitas à validação do IEMA a qualquer momento, sendo de responsabilidade exclusiva de quem a subscreve.

06 - Para gerar o Boleto DUA, acesse www.meioambiente.es.gov.br clicando em ACESSO RÁPIDO Eu preciso Emitir DUA - Documento Único de Arrecadação ou [CLIQUE AQUI](#).

Responsável pelas Informações:


(NOME LEGÍVEL E ASSINATURA)
Luciana F. Barca Nascimento
Diretora Adjunta
CPF 126.428.758-57



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
0820190109418

ART Individual

1. Responsável Técnico

FABIO LUIZ SUZUKI

Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Empresa contratada: AMBITEC S.A

RNP: 2604337738

Registro: SP-5062105472/D

Registro: 5657



2. Dados do Contrato

Contratante: AMBITEC SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

Rua: RODOVIA RODOVIA DEMÓCRITO MOREIRA

Complemento: S/N

Cidade: ARACRUZ

Telefone:

Contrato: LO 117/

Valor do Contrato/Honorários: R\$1.000,00

CPF/CNPJ: 00679427000249

Nº:

CEP: 29190314

Bairro: JARDINS

UF: ES

Nº do Aditivo: 0

Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: RODÓVIA RODOVIA DEMÓCRITO MOREIRA

Complemento: S/N

Cidade: ARACRUZ

Data de início: 10/09/2019

Proprietário: AMBITEC SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

Nº:

Bairro: JARDINS

UF: ES

Prev. Término: 10/09/2029

Quadra Lote

CEP: 29190314

Coord. Geogr.:

CPF/CNPJ: 00679427000249

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): 0

Nº Pavimento(s): 0

Dimensão/Quantidade: 1

Unidade de medida: UNID

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): 70 - 30.2 - EXECUÇÃO DE MONTAGEM

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: 100 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

NÍVEL: 104 - EXECUÇÃO

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): 9111 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: 2001 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): 100 - NENHUM

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO LO Nº 117/2016 - ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO DE RESÍDUOS PERIGOSOS (CLASSE I) - PROCESSO 23988177

6. Declarações

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

NENHUMA ENTIDADE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Local de Data

FABIO LUIZ SUZUKI - CPF: 10428426808

AMBITEC SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA - CPF/CNPJ: 00679427000249

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confes.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creaes.org.br
tel: (27)3134-0046

creaes@creaes.org.br
art@creaes.org.br



CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo

Valor ART: R\$ 85,96

Registrada em: 14/10/2019

Data de pagamento: 16/10/2019

Valor Pago: R\$ 85,96

Nosso Número: 14000000004504866



ANEXO

LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº: 117/2016

PROCESSO: 23988177

EMPRESA/NOME: AMBITEC S/A

CNPJ/CPF: 00.679.427/0002-49

ATIVIDADE: ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO DE RESÍDUOS PERIGOSOS (CLASSE I), COORDENADAS UTM 24K 0369431/7805378.

LOCAL DA ATIVIDADE: ROD. DEMÓCRITO MOREIRA-KM 3,5 - S/N - ZONA RURAL

MUNICÍPIO: ARACRUZ/ES

CONDICIONANTES:

1. ESTA LICENÇA REFERE-SE À ATIVIDADE DE ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO DE RESÍDUOS PERIGOSOS, CLASSIFICADOS COMO CLASSE I CONFORME ABNT NBR Nº 10.004 E CONTEMPLA GALPÃO PARA ESTOCAGEM DE RESÍDUOS, COM ÁREA DE 0,062 HA (620 M²) E A ATIVIDADE DE TRITURAÇÃO DE LÂMPADAS FLUORESCENTES INUTILIZADAS, EM POLIGONAL NAS COORDENADAS UTM 24K 369455/7805369, 369440/7805353, 369418/7805374, 369433/7805390, 369455/7805369.
2. APRESENTAR PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS PARA A ATIVIDADE. **PRAZO 90 (NOVENTA) DIAS.**
3. REALIZAR CONTROLE DE MOVIMENTAÇÃO DOS RESÍDUOS RECEBIDOS NO GALPÃO REGISTRANDO A DATA DA MOVIMENTAÇÃO, TIPO E CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS, VOLUME OU PESO DOS RESÍDUOS MOVIMENTADOS E ORIGEM OU DESTINO DOS RESÍDUOS, DEMONSTRANDO OS TOTAIS MOVIMENTADOS DE CADA TIPO DE RESÍDUO SEMESTRALMENTE, DISCRIMINANDO SEPARADAMENTE A MOVIMENTAÇÃO DE LÂMPADAS. O CONTROLE DEVERÁ ESTAR DISPONÍVEL PARA OS ÓRGÃOS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO QUANDO SOLICITADO.
4. APRESENTAR **ANUALMENTE** O INVENTÁRIO DE RESÍDUOS, DEVIDAMENTE PREENCHIDO, DE ACORDO COM OS MODELOS DISPONIBILIZADOS PELO IEMA NO PARECER REFERENTE A EMISSÃO DESTA LICENÇA. **PRAZO: 90 (NOVENTA) DIAS PARA O PRIMEIRO INVENTÁRIO.**
5. REALIZAR ANÁLISE DOS RESÍDUOS GERADOS NA TRITURAÇÃO DAS LÂMPADAS FLUORESCENTES POR LABORATÓRIO ACREDITADO E CLASSIFICAR OS RESÍDUOS CONFORME A ABNT NBR 10.004, COMO DISCRIMINADO NOS ITENS A SEGUIR:
 - A. REALIZAR ANÁLISE E APRESENTAR RELATÓRIO CONFORME NBR ISO 17025:2005 DO RESÍDUO TRITURADO, MANTIDO NO TAMBOR, AMOSTRADO DE FORMA SIGNIFICATIVA, AO FINAL DO USO DO MESMO (QUANDO O TAMBOR FOR ENCAMINHADO À DESTINAÇÃO FINAL); PRAZO: ATÉ 30 (TRINTA) DIAS APÓS A REMOÇÃO DO TAMBOR.
 - B. REALIZAR ANÁLISE E APRESENTAR RELATÓRIO CONFORME NBR ISO 17025:2005 DOS FILTROS UTILIZADOS NO FINAL DA VIDA ÚTIL DE CADA UM DELES, OU SEJA, NA REALIZAÇÃO DA TROCA DOS FILTROS. PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS APÓS A TROCA DOS FILTROS.
6. GARANTIR QUE A OPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE LÂMPADAS OCORRA EM SISTEMA FECHADO, CONFORME O MANUAL DE OPERAÇÃO E DENTRO DOS PADRÕES DE EFICIÊNCIA DETERMINADOS PELO FABRICANTE.
7. APRESENTAR RELATÓRIO DESCRITIVO E FOTOGRÁFICO COMPROVANDO A SINALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE ARMAZENAMENTO DE RESÍDUOS NO INTERIOR DO GALPÃO, IDENTIFICANDO/ETIQUETANDO TAMBÉM OS RESÍDUOS DE FORMA CLARA E VISÍVEL, OBSERVANDO AS REGRAS DE COMPATIBILIDADE DOS MATERIAIS ARMAZENADOS. PODERÃO SER UTILIZADAS PLACAS, PINTURA OU OUTRA SINALIZAÇÃO PERTINENTE. **PRAZO 60 (SESSENTA) DIAS.**
8. APRESENTAR PLANO DE CONTINGÊNCIA E EMERGÊNCIA ATUALIZADO, CONTEMPLANDO



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA

ELABORAÇÃO DE MAPA DE RISCO A SER COLOCADO EM LOCAL VISÍVEL NO GALPÃO. **PRAZO 90 (NOVENTA) DIAS.**

9. APRESENTAR, EM CASO DE ACIDENTE ENVOLVENDO O ARMAZENAMENTO DE RESÍDUOS CLASSE I, RELATÓRIO DETALHADO DE OCORRÊNCIA DO ACIDENTE COM DANOS AMBIENTAIS, CONTEMPLANDO ANÁLISE CRÍTICA DAS CAUSAS E AS MEDIDAS CORRETIVAS ADOTADAS, BEM COMO RELATÓRIO FOTOGRÁFICO. **PRAZO: ATÉ 15 (QUINZE) DIAS APÓS A OCORRÊNCIA.**
10. APRESENTAR FOLHA ORIGINAL DE PUBLICAÇÃO, TORNANDO PÚBLICO A OBTENÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO, EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO, NO LOCAL DE ABRANGÊNCIA DA ATIVIDADE LICENCIADA E AINDA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. **PRAZO 30 (TRINTA) DIAS.**
11. TODA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA EM ATENDIMENTO ÀS CONDICIONANTES AMBIENTAIS DESTA LICENÇA DEVERÁ SER APRESENTADA INDIVIDUALMENTE E FAZENDO REFERÊNCIA À CONDICIONANTE A QUE SE DESTINA. OS DOCUMENTOS DEVERÃO ESTAR DEVIDAMENTE RUBRICADOS, ASSINADOS E EM SUAS VIAS ORIGINAIS ACOMPANHADOS DA RESPECTIVA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART), QUANDO COUBER.
12. APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA DA LICENÇA EXPEDIDA PELO ÓRGÃO AMBIENTAL SEMPRE QUE A ATIVIDADE FOR VISTORIADA.
13. A CONTAGEM DO PRAZO DESTA LICENÇA E DAS CONDICIONANTES ACIMA SE INICIA A PARTIR DO RECEBIMENTO DA MESMA.
14. **REQUERER RENOVAÇÃO DESTA LICENÇA 120 (CENTO E VINTE) DIAS ANTES DO SER VENCIMENTO.**
15. O NÃO CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES, ACIMA, PENALIZARÁ A EMPRESA COM A IMPOSIÇÃO DAS PENALIDADES DE MULTA E/OU INTERDIÇÃO/EMBARGO DAS ATIVIDADES/OBRA, CONFORME PREVISTO NO INCISOS II, III E IV DO ARTIGO 8º DA LEI ESTADUAL 7058/2002, E AINDA DETERMINARÁ A SUSPENSÃO OU CASSAÇÃO DA LICENÇA CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 17 DA MESMA LEI.
16. A CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO, INSTALAÇÃO OU FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS, OBRAS OU SERVIÇOS POTENCIALMENTE POLUIDORES, CONTRARIANDO AS NORMA LEGAIS E REGULAMENTARES PERTINENTES, CONSTITUI CRIME CONTRA O MEIO AMBIENTE, SUJEITO À PENA DE DETENÇÃO DE UM A SEIS MESES, NOS TERMO DO ART. 60 DA LEI 9.605/98.
17. ESTA LICENÇA SE REFERE APENAS AOS ASPECTOS AMBIENTAIS DA ATIVIDADE EM QUESTÃO E, CONFORME DISPOSTO NO ART. 12, § 1º, DO DECRETO ESTADUAL Nº 1.777/07, NÃO EXIME O SEU TITULAR DA APRESENTAÇÃO, AOS ÓRGÃOS COMPETENTES, DE OUTROS DOCUMENTOS LEGALMENTE EXIGÍVEIS. TAMBÉM NÃO INIBE OU RESTRINGE DE QUALQUER FORMA A AÇÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES FISCALIZADORAS NEM DESOBRIGA A EMPRESA DA OBTENÇÃO DE AUTORIZAÇÕES, ANUÊNCIAS, LAUDOS, CERTIDÕES, CERTIFICADOS OU OUTROS DOCUMENTOS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE, SENDO DE SUA RESPONSABILIDADE A ADOÇÃO DE QUALQUER PROVIDÊNCIA NESSE SENTIDO.

ESPÍRITO SANTO, **SEXTA-FEIRA, 15 DE JULHO DE 2016**

Marcos Paulo Rodrigues de Almeida
Gerente de
Qualidade Ambiental
Matrícula 2950634



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ - RJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO - SEMMAURB

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO
LO-SEMMAURB – 005/2020

Processo n.: 9706/2018

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, no uso das suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal n. 2176 de 28 de Dezembro de 2010, a Lei Complementar Federal n.140, de 08 de Dezembro de 2011, e a Resolução CONEMA n. 42, de 17 de Agosto de 2012, concede esta Licença Ambiental à empresa abaixo discriminada,

RAZÃO SOCIAL: ALLIANCE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS LTDA

CPF/CNPJ: 11.020.510/0002-28

ENDEREÇO: Rodovia RJ 104, s/n Km 22,5, Lote A

BAIRRO: Vila Brasil, Manilha.

CIDADE: Itaboraí

CEP: 24.859-180

TELEFONE: (21) 3613-5866

Autorizando a operar a atividade de “**Sistema de dessorção térmica de resíduos classe I e II**”, na Rodovia RJ 104, s/n Km 22,5, Lote A Manilha - Itaboraí-RJ com base nas informações constantes no processo em epígrafe.

Esta Licença é válida até **17/02/2026** e não poderá sofrer qualquer alteração ou ser plastificada sob pena de nulidade.

Itaboraí, 17 de Fevereiro de 2020.


Paloma Martins Mendonça
Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo
Matricula 35.914

Condições de Validade Geral

- 01) Publicar comunicado de recebimento desta licença no Diário Oficial do Município e em jornal diário de grande circulação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de concessão desta licença, enviando cópias das publicações a SEMMAURB conforme disposto no artigo 39 da Lei Municipal n. 2176 de 28.12.2010;
- 02) Esta Licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;
- 03) A SEMMAURB, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, as medidas de controle e adequação, bem como, suspender ou cancelar esta licença;
- 04) O Empreendedor será responsável por qualquer acidente que venha a causar danos ao meio ambiente, devendo o fato ser comunicado imediatamente a este órgão ambiental;

Condições de Validade Específica

- 05) Requerer à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí a renovação desta Licença, no mínimo 120 dias antes do vencimento do seu prazo de validade;
- 06) Apresentar anualmente à SEMMAURB:
 - a) Relatório de monitoramento da qualidade do ar, conforme NOP-INEA 01;
 - b) Relatório de avaliação do nível de pressão sonora, conforme Resolução CONAMA n. 001/1990;
- 07) Operar os sistemas de acordo com o manual de operações, mantendo os equipamentos em condições adequadas de operação de manutenção e limpeza, obedecendo aos parâmetros preconizados nos projetos apresentados;
- 08) Manter Responsável Técnico pela operação dos sistemas com registro no Conselho Profissional de Classe e qualificado para desempenhar essa atividade;
- 09) Atender à Resolução CONAMA n. 001 de 08.03.1990, publicada no DOU de 02.04.1990, que dispõe sobre critérios e padrões de ruídos;
- 10) Atender à Norma Brasileira n. 10.151:2000 da Associação Brasileira de Normas Técnicas que determina os limites aceitáveis de ruídos de atividades em áreas habitadas;
- 11) Atender à Norma Brasileira n. 11.174:1990 ou versão mais atualizada da Associação Brasileira de Normas Técnicas que fixa as condições exigíveis para o armazenamento de resíduos classes II – não inertes e III - Inertes;
- 12) Atender à Norma Brasileira n. 12.235:1992 ou versão mais atualizada da Associação Brasileira de Normas Técnicas que determina as condições para armazenamento de resíduos sólidos perigosos (classe I);
- 13) Atender ao Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico – COSCIP do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, regulamentado através do Decreto Estadual n. 897, de 21.09.1976;
- 14) Atender à NOP-INEA-01 – Programa de Monitoramento de Emissões de Ar de Fontes Fixas para a Atmosfera – PROMON AR, aprovada pela Resolução CONEMA n. 26 de 21.11.2010 e publicada no DOERJ de 07.12.2010;

- 15) Atender à NOP-INEA-35 – Sistema Online de Manifesto de Transporte de Resíduos – Sistema MTR, aprovada pela Resolução CONEMA n. 79 de 07.03.2018 e publicada no DOERJ de 13.03.2018;
- 16) Atender à NT-202.R-10 – Critérios e Padrões para Lançamento de Efluentes Líquidos, aprovada pela Deliberação CECA n. 1.007 de 04.12.1986 e publicada no DOERJ de 12.12.1986, ou revisão mais recente;
- 17) Atender à DZ-205.R-6 – Diretriz de Controle de Carga Orgânica em Efluentes Líquidos de Origem Industrial, aprovada pela Deliberação CECA n. 4.887 de 25.09.2007 e publicada no DOERJ de 05.10.2007 e republicada em 08.11.2007 ou revisão mais recente;
- 18) Atender à DZ-215.R-4 – Diretriz de Controle de Carga Orgânica Biodegradável em Efluentes Líquidos de Origem Sanitária, aprovada pela Deliberação CECA n. 4.886 de 25.09.2007, publicada no DOERJ de 05.10.2007 e republicada no DOERJ de 08.11.2007 ou revisão mais recente;
- 19) Atender à Lei Complementar Municipal n. 72 de 26.12.2008, que trata sobre o gerenciamento de resíduos sólidos no Município de Itaboraí;
- 20) Manter os equipamentos de segurança e os sistemas de controle em perfeito estado de conservação;
- 21) Manter atualizado o Plano de Ação para Emergências, revisando-o sempre que houver mudança significativa, principalmente na coordenação da equipe de emergência e nos telefones de contato, encaminhando a SEMMAURB uma cópia em papel e outra em meio digital;
- 22) Promover inspeções, manutenção preventiva e corretiva, e limpeza periódica dos equipamentos e dos sistemas de controle instalados de forma a garantir sua eficiência, utilizando serviços de empresas licenciadas pelo órgão ambiental competente para tal atividade, mantendo os comprovantes à disposição da fiscalização;
- 23) Acondicionar os resíduos sólidos urbanos em sacos plásticos e conservá-los em recipiente com tampa até o seu recolhimento por empresas licenciadas pelo órgão ambiental competente;
- 24) Não operar sem que todos os sistemas de controle de poluição estejam em pleno funcionamento;
- 25) Não lançar quaisquer resíduos ou efluentes não tratados na rede de drenagem ou nos corpos hídricos;
- 26) Não realizar a queima de materiais de qualquer natureza ao ar livre, pois a mesma se configura como infração ambiental;
- 27) Evitar todas as formas de acúmulo de água que possam propiciar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor de arboviroses (**Dengue, Zika, Chikungunya e Febre Amarela**);
- 28) Eliminar métodos de trabalho e ambientes propícios a proliferação de vetores (insetos e roedores nocivos), mantendo desinsetizadas e desratizadas as instalações do posto por empresas licenciadas pelo órgão ambiental competente, a fim de atender ao Decreto-Lei n. 230 de 18.07.1975 e regulamentada pelo Decreto Estadual n. 480 de 25.11.1975 e às Deliberações CECA que o complementam;
- 29) Comunicar, imediatamente à SEMMAURB, qualquer identificação de fontes ativas de contaminação que ofereça risco imediato à saúde humana, incluindo relatório com detalhamento das Ações de Intervenção Emergenciais adotadas;

- 30) Submeter previamente a SEMMAURB, para análise e parecer, qualquer alteração ou ampliação no empreendimento licenciado;
- 31) A SEMMAURB exigirá novas medidas de controle ambiental, sempre que julgar necessário.
- 32) Comunicar imediatamente a SEMMAURB qualquer anormalidade que possa ser classificada como acidente;
- 33) Manter atualizados junto a SEMMAURB os dados cadastrais relativos à atividade ora licenciada;

Itaboraí, 17 de Fevereiro de 2020.


Paloma Martins Mendonça
Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo
Matricula 35.914



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ - RJ

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO - SEMMAURB

LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

Processo nº: 3441/2014

A Prefeitura Municipal da cidade de Itaboraí e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, no uso das suas atribuições, que lhe são conferidas pelo convênio de descentralização do Licenciamento Ambiental com o Estado do Rio de Janeiro através do Decreto Estadual nº 42.440, de 30 de Abril de 2010, a Resolução INEA nº 12, de 8 de junho de 2010 e as Resoluções nº 52 e 53 INEA, de 19 de março de 2012 e a Lei Municipal nº 2.176 de 28 de dezembro de 2010, considerando a empresa abaixo discriminada:

EMPREENDEDOR	ALLIANCE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS LTDA
CPF/CNPJ	11.020.510/0002-28
NOME DO EMPREENDIMENTO	ALLIANCE AMBIENTAL
ATIVIDADE	Tratamento de cascalho proveniente da perfuração de poços de petróleo via microondas
ENDEREÇO (SEDE)	Rodovia RJ 104, s/nº, Km 22,5 – Lote A – Vila Brasil
BAIRRO	Manilha
CIDADE	Itaboraí-RJ
CEP	24.859-180
TELEFONE	(21) 2668-3696/ 3638-6579

Resolve autorizar a empresa acima qualificada a desempenhar atividade de "Tratamento de cascalho proveniente da perfuração de poços de petróleo via microondas" na Rodovia RJ 104, s/nº, Km 22,5 – Lote A – Vila Brasil, Manilha - Itaboraí-RJ, com base nas informações constantes no processo nº 3441/11

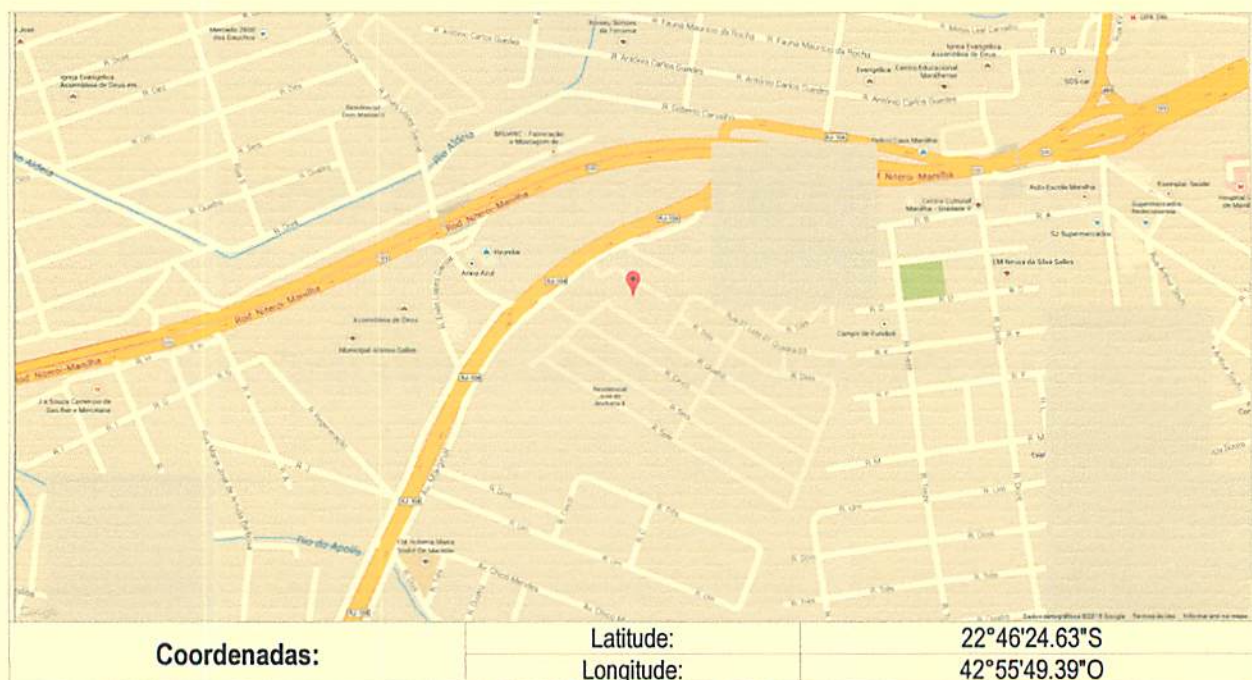
Obs. Licença Válida até: **19/03/2019**.

Itaboraí – RJ, 19 de março de 2015


ANDREIA LEGORA DAVID

Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo
Matrícula: 27.090

LOCALIZAÇÃO:



CONDICIONANTES:

- 1) O não cumprimento das condicionantes contidas nesta Licença implicará na sua revogação e na aplicação das sanções e penalidades previstas na legislação Ambiental, sem prejuízo de outras sanções e penalidades cabíveis;
- 2) A SEMMAURB, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, as medidas de controle e adequação, bem como, suspender ou cancelar esta licença, caso ocorra:
 - a) Omissão e falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da autorização;
 - b) Graves riscos ambientais e de saúde;
 - c) Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas gerais.
- 3) Esta licença não poderá sofrer qualquer alteração nem ser plastificada sob pena de perder sua validade.
- 4) A renovação desta Licença deve ser solicitada 120 dias antes do seu vencimento.
- 5) O requerimento, a concessão e a renovação das Licenças Ambientais deverão ser publicadas no Diário Oficial do Município e em periódico de grande circulação, às expensas do empreendedor (Artigo 64 da Lei Complementar nº 71/2008);
- 6) Publicar comunicado de recebimento desta Licença em jornal de grande circulação na região, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar de concessão desta licença, enviando cópia da publicação à SEMMAURB, o não envio da publicação dentro do prazo estipulado pode acarretar no cancelamento desta Licença.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ - RJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO - SEMMAURB

AVERBAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Processo: 713/2017.

A Prefeitura Municipal da cidade de Itaboraí e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, no uso das suas atribuições, que lhe são conferidas pelo convênio de descentralização do Licenciamento Ambiental com o Estado do Rio de Janeiro através do Decreto Estadual nº 42.440, de 30 de Abril de 2010, a Resolução INEA nº 12, de 8 de junho de 2010 e as Resoluções nº 52 e 53 INEA, de 19 de março de 2012 e a Lei Municipal nº 2.176 de 28 de dezembro de 2010, considerando a empresa abaixo discriminada:

EMPREENDEDOR	ALLIANCE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS LTDA
CPF/CNPJ	11.020.510/0002-28
NOME DO EMPREENDIMENTO	ALLIANCE AMBIENTAL
ATIVIDADE	Tratamento de cascalho proveniente da perfuração de poços de petróleo via microondas
ENDEREÇO	Rodovia RJ 104, s/nº, Km 22,5 – Lote A – Vila Brasil
BAIRRO	Manilha
CIDADE	Itaboraí-RJ
CEP	24.859-180
TELEFONE	(21) 2668-3696/ 3638-6579

Com o objetivo de atender a solicitação feita pela empresa **ALLIANCE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS LTDA** através do **processo 713/2017**, a SEMMAURB resolve averbar a **LAS-SEMAURB 016/2015** as seguintes informações:

“Operar um sistema de decantação e centrifugação para separação física de lamas e fluidos de perfuração de poços de petróleo.”

Observações:

- Por este documento se tratar de uma averbação, deve ser mantido e apresentado em conjunto com a **LAS-SEMAURB 016/2015** sempre que solicitado;

Itaboraí – RJ, 20 de fevereiro de 2017

Paloma Martins Mendonça
Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo
Matrícula 35.914



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ - RJ

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO - SEMMAURB

DOCUMENTO DE AVERBAÇÃO AVB-SEMMAURB – 006/2018

Processo n.: 7871/2017

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, no uso das suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal n. 2176 de 28 de Dezembro de 2010, a Lei Complementar Federal n. 140, de 08 de Dezembro de 2011, e a Resolução CONEMA n. 42, de 17 de Agosto de 2012, concede o presente Documento de Averbação nos seguintes termos:

RAZÃO SOCIAL: ALLIANCE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS LTDA

CPF/CNPJ: 11.020.510/0002-28

ENDEREÇO: Rodovia RJ 104, s/nº, Km 22,5 – Lote A – Vila Brasil

BAIRRO: Manilha

CIDADE: Itaboraí

CEP: 24.859-180

TELEFONE: (21) 2668-3696/ 3638-6579

Fica acrescida a seguinte atividade:

Operar Sistema de aquecimento para fluidos de operação.

Este documento deverá ser apresentado em anexo ao documento LAS-SEMMAURB 016/2015, Processo nº 7871/2017.

Itaboraí, 01 de novembro de 2018.


Paloma Martins Mendonça
Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo
Matricula 35.914

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Endereço: Rua Dr. Fidélis Alves, 101 - Secretaria de Fazenda - Centro - ITABORAÍ - 24800133 - RJ

Dias e Horários de Atendimento: De Segunda a Sexta das 08:30hs às 16:30hs

PROCESSO FAZENDA

Nº **9706 / 2018**

vol.0

Data de Abertura : 14/11/2018

Assunto : RENOVAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL

Interessado : ALLIANCE SERVICOS E EQUIPAMENTOS LTDA

Observações : RENOVAÇÃO
ANEXO: DAM PAGO - TAXA DE EXPEDIENTE
XEROX: REQUERIMENTO - MEMORIAL DESCRITIVO - PROCURAÇÃO - RG(02) - COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA (03) - CNH - CARTÃO CNPJ - 15ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL - COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL - CORPO DE BOMBEIRO - LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO - CERTIFICADO DE REGULARIDADE - LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA - CERTIDAO DE ZONEAMENTO - CONTRATO DE LOCAÇÃO NAO RESIDENCIAL - RGI - FOTOS(08) - CERTIDAO ART - RG PROFISSIONAL - CERTIFICADO DE ART - CD(01)

Tramitações do Processo:


ASSINATURA SERVIDOR / CARIMBO

INFORMAÇÕES DA FAZENDA TEL.(21) 3639 1754 Ramal 1109 / ~~ADMINISTRAÇÃO TEL. (21) 3639 1992~~



inea instituto estadual
do ambiente

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente
Instituto Estadual do Ambiente

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO N°IN000472

O Instituto Estadual do Ambiente (Inea), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007 e pelo Decreto nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009 e suas modificações posteriores e, em especial, o Decreto nº 44.820, de 02 de junho de 2014, que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental (Slam), concede a presente Licença de Operação a

ALLIANCE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ/CPF: 11.020.510/0002-28

Endereço: RODOVIA AMARAL PEIXOTO (RJ - 104) - KM 22,5 - LOTE A, S/N - VILA BRASIL - MANILHA - ITABORAÍ - RJ

Objeto: REALIZAR O TRATAMENTO DE FLUÍDOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS DE PETRÓLEO A BASE DE ÁGUA E ÁGUAS OLEOSAS, COM VAZÃO MÁXIMA DE 20 M³/H.

No seguinte local:

RODOVIA AMARAL PEIXOTO (RJ - 104) - KM 22,5 - LOTE A, S/N - VILA BRASIL - MANILHA - ITABORAÍ - RJ

Prazo de validade:

Esta Licença é válida até 12 de julho de 2021, respeitadas as condições nela estabelecidas e é concedida

Signatário: MARIANA PALAGANO RAMALHO SILVA:43479839, Certificado: Autoridade Certificadora do PRODERJ v2
Hash Doc: 8065adabcc9499a67fac5723f2b22037aee30ae2, Data Assinatura: 12/07/2017 15:32:48

Documento produzido e assinado eletronicamente, possuindo validade legal apenas em meio eletrônico.

00017466



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente
Instituto Estadual do Ambiente

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO NºIN000472

com base nos documentos e informações constantes do Processo nº PD-07/014.215/2017 e seus anexos.

Condições de validade:

- 1 - Esta Licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei
- 2 - Requerer a renovação desta licença no mínimo 120 dias antes do vencimento do seu prazo de validade.
- 3 - Não realizar o tratamento de fluídos de perfuração à base de óleo.
- 4 - Atender à Resolução CONAMA nº 001/90, de 08.03.90, publicada no D.O.U. de 02/04/90, que dispõe sobre critérios e padrões de emissões de ruídos.
- 5 - Atender à NT-202. R-10 – Critérios e Padrões para Lançamento de Efluentes Líquidos, aprovada pela Deliberação CECA nº 1.007 de 04.12.86 e publicada no D.O.R.J. de 12.12.86.
- 6 - Atender à NT-213-.R-04 - Critérios e Padrões para Controle da Toxicidade em Efluentes Líquidos Industriais, aprovada pela Deliberação CECA nº 1.948 de 04 de setembro de 1990, publicada no DOERJ de 18 de outubro de 1990.

O não cumprimento das condições constantes deste documento e nas Normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e na Lei Estadual nº 3.467, de 14 de setembro de 2000, podendo levar ao cancelamento desta Licença de Operação (LO).

Signatário: MARIANA PALAGANO RAMALHO SILVA:43479839, Certificado: Autoridade Certificadora do PRODERJ v2
Hash Doc: 8065adabcc9499a67fac5723f2b22037aee30ae2, Data Assinatura: 12/07/2017 15:32:48



inea instituto estadual
do ambiente

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente
Instituto Estadual do Ambiente

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO N°IN000472

7 - Apresentar ao INEA, no prazo de 30 (trinta) dias, após a primeira retirada de lodo da estação de tratamento, a sua respectiva caracterização, de acordo com a NBR 10.004, de forma a verificar a destinação adequada do resíduo sólido.

8 - Atender à DZ-056. R-3 – Diretriz para Realização de Auditoria Ambiental, aprovada pela Resolução CONEMA n° 021 de 07.05.10 e publicada no D.O.R.J. de 14.05.10.

9 - Atender à DZ-1310.R-7 - Sistema de Manifesto de Resíduos, aprovada pela Deliberação CECA n. 4.497 de 03.09.04 e publicada no D.O.E.R.J. de 21.09.04.

10 - Atender à DZ-942.R-7 – Diretriz do Programa de Autocontrole de Efluentes Líquidos PROCON-ÁGUA, aprovada pela Deliberação CECA n° 1.995 de 10.10.90 e publicada no D.O.R.J. de 14.01.91.

11 - Somente realizar emissão de manifestos de resíduos pelo sistema online deste INEA, uma vez que a empresa já se encontra vinculada.

12 - Armazenar os resíduos de acordo com as normas NBR 11.174 - Armazenamento de Resíduos Classes II (não inertes) e Classe III (inertes) e NBR 12.235 - Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos (Classe I), da ABNT, e destiná-los somente a empresas licenciadas.

13 - Não dispor em aterros sanitários, os resíduos não perigosos de Classe II passíveis de reciclagem.

O não cumprimento das condições constantes deste documento e nas Normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Federal n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e na Lei Estadual n° 3.467, de 14 de setembro de 2000, podendo levar ao cancelamento desta Licença de Operação (LO).

Signatário: MARIANA PALAGANO RAMALHO SILVA:43479839, Certificado: Autoridade Certificadora do PRODERJ v2
Hash Doc: 8065adabcc9499a67fac5723f2b22037aee30ae2, Data Assinatura: 12/07/2017 15:32:48

00017467



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente
Instituto Estadual do Ambiente

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO N°IN000472

- 14 - Realizar monitoramento bimestral da qualidade das águas do corpo hídrico sem denominação, a montante e a jusante do ponto de lançamento do efluente tratado pela estação de tratamento, em pontos devidamente georeferenciados, contemplando os seguintes parâmetros Vazão, Cor, cloretos, pH, Temperatura do ar e da água, DBO, DQO, Oxigênio dissolvido, sólidos dissolvidos totais, RNFT, séries nitrogenadas e fosforada, fenóis, óleos e graxas minerais, metais (Alumínio, Ferro, Manganês, Zinco, Bário e Boro).
- 15 - Apresentar relatório bimestral, em meio digital, com interpretação e consolidação dos resultados obtidos no monitoramento da qualidade das águas do corpo hídrico sem denominação.
- 16 - Apresentar, ao final do período de 01 ano de campanhas de amostragem realizadas no corpo hídrico sem denominação um relatório com interpretação e consolidação dos resultados obtidos em todas as atividades de monitoramento da qualidade das águas deste corpo hídrico, para avaliação sobre a continuidade ou não do monitoramento.
- 17 - Operar a Estação de Tratamento de acordo com o manual de operações, mantendo os equipamentos em condições adequadas de operação e de manutenção, obedecendo aos parâmetros preconizados no projeto.
- 18 - Realizar inspeções periódicas nos tanques, tubulações, equipamentos e acessórios da Estação de Tratamento, mantendo os registros dessas atividades à disposição da fiscalização.
- 19 - Supervisionar e controlar permanentemente as condições de trabalho da Estação de Tratamento, mantendo o registro das anormalidades ocorridas e os procedimentos adotados para a correção das anormalidades.
- 20 - Manter Profissional devidamente treinado e habilitado na operação da Estação de Tratamento.

O não cumprimento das condições constantes deste documento e nas Normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e na Lei Estadual nº 3.467, de 14 de setembro de 2000, podendo levar ao cancelamento desta Licença de Operação (LO).

Assinante: MARIANA PALAGANO RAMALHO SILVA:43479839, Certificado: Autoridade Certificadora do PRODERJ v2
Hash Doc: 8065adabcc9499a67fac5723f2b22037aee30ae2, Data Assinatura: 12/07/2017 15:32:48



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente
Instituto Estadual do Ambiente

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO N°IN000472

- 21 - Garantir que o transporte dos efluentes líquidos a serem tratados na estação seja realizado somente por empresas licenciadas pelo órgão ambiental competente para essa atividade.
- 22 - Adotar medidas de controle no sentido de evitar a emissão de material particulado para a atmosfera proveniente da movimentação de veículos.
- 23 - Comunicar imediatamente ao Serviço de Operações em Emergências Ambientais do INEA, plantão de 24 horas, pelos telefones (21) 2334-7910, 2334-7911 ou 98596-8770, qualquer anormalidade que possa ser classificada como acidente ambiental.
- 24 - Manter atualizados junto ao INEA os dados cadastrais relativos à atividade ora licenciada, submetendo, para análise e parecer, qualquer alteração na atividade.
- 25 - Esta licença não exime o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei.
- 26 - O INEA exigirá novas medidas de controle ambiental, sempre que julgar necessário.

Rio de Janeiro, 12 de Julho de 2017.

Mariana Palagano Ramalho Silva
Diretor

O não cumprimento das condições constantes deste documento e nas Normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e na Lei Estadual nº 3.467, de 14 de setembro de 2000, podendo levar ao cancelamento desta Licença de Operação (LO).

Signatário: MARIANA PALAGANO RAMALHO SILVA:43479839, Certificado: Autoridade Certificadora do PRODERJ v2
Hash Doc: 8065adabcc9499a67fac5723f2b22037aee30ae2, Data Assinatura: 12/07/2017 15:32:48



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Estadual do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente

DOCUMENTO DE AVERBAÇÃO

AVB Nº003429

ALLIANCE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 11.020.510/0002-28

I) Fica alterado o objeto constante Licença de Operação - Nº IN000472:

Onde consta: **REALIZAR O TRATAMENTO DE FLUÍDOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS DE PETRÓLEO A BASE DE ÁGUA E ÁGUAS OLEOSAS, COM VAZÃO MÁXIMA DE 20 M³/H.**

Substituir por: **REALIZAR O TRATAMENTO DE FLUÍDOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS DE PETRÓLEO E ÁGUAS OLEOSAS, COM VAZÃO MÁXIMA DE 20 M³/H.**

II) Fica excluída a condição de validade nº3.

Esta Averbação foi emitida considerando o disposto no § 1º do art. 22 do Decreto nº 44.820, de 02 de junho de 2014, com base na Resolução INEA Nº 142, bem como nos demais elementos constantes nos autos do processo PD-07/014.215/2017. Este documento só é válido quando apresentado anexo na Licença de Operação - Nº IN000472.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 2019.

ALEXANDRE CRUZ
DIRETOR DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
ID 43514529



PREFEITURA
NITERÓI
FEITA POR VOCÊ

Nº 4382

MEIO AMBIENTE,
RECURSOS HÍDRICOS
E SUSTENTABILIDADE

26/06/2019
D/L MT
303970497-49

S
M
A
R
H
S

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL DE OPERAÇÃO

LAM - O Nº 09/2019
PROCESSO Nº 250/000577/2018

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade da Prefeitura Municipal de Niterói, através de seu Secretário, Sr. EURICO TOLEDO, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011; Decreto Estadual nº 44.820, de 02 de junho de 2014; Convênio de Cooperação nas Áreas de Fiscalização e Licenciamento Ambiental celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro e o Município de Niterói em 21 de maio de 2007; e, Resolução CONEMA nº 42, de 17 de agosto de 2012, concede a presente Licença Ambiental Municipal de Operação, que autoriza:

PROGENIUS TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE NITERÓI EIRELI
CNPJ: 31.301.536/0001-70
ENDEREÇO: RUA SILVA JARDIM, Nº 219, PONTA DA AREIA- NITERÓI - RJ.

a realizar operação da atividade de **TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS PERIGOSOS DE TERCEIROS, INCLUSIVE FLUIDOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS DE PETRÓLEO À BASE DE ÁGUA, A BASE ÓLEO E ÁGUAS OLEOSAS.** Com coordenadas UTM L=692764,59m e S=7468267,78m, fuso 23, de acordo com Google Earth.

Com as seguintes restrições:

- 1- **Publicar comunicado de recebimento desta licença em jornal diário de grande circulação no município e/ou no Diário Oficial Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de concessão desta licença, enviando cópias das publicações à SMARHS;**
- 2- **Esta licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento das demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;**
- 3- **Esta licença não poderá sofrer qualquer alteração, nem ser plastificada, sob pena de perder sua validade;**

Esta licença é válida por 4 (quatro) anos contados a partir da data de recebimento, respeitando as condições nela estabelecidas, e é concedida com base nos documentos e informações constantes do processo SMARHS nº 250/000577/2018.

Niterói, 25 de Junho de 2019.



EURICO TOLEDO

Secretário de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade

VALIDADE DA LICENÇA: 4 ANOS APÓS O RECEBIMENTO



LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL DE OPERAÇÃO

LAM - O Nº 09/2019

Condições de Validade Específica

- 04- O requerente deverá ser cadastrado ao sistema online de manifesto de resíduos do INEA, atendendo à DZ-1310.R-7 – Sistema de Manifesto de Resíduos, aprovada pela Deliberação CECA nº 4.497 de 03.09.04 e publicada no D.O.R.J. de 21.09.04.
- 05- Requerer a renovação desta licença no mínimo 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do seu prazo de validade;
- 06- A responsabilidade técnica sobre a atividade está a cargo da Senhora Maria Victória de Oliveira Garcia Cordeiro CREA 2018103637;
- 07- Promover a coleta e análise dos efluentes líquidos utilizando os serviços de laboratório credenciado pelo órgão ambiental estadual, em cujo boletim de resultados deverá constar o nome do responsável técnico;
- 08- Operar o sistema de tratamento de despejos industriais de acordo com o manual de operações, mantendo os equipamentos de operação e de manutenção, obedecendo aos parâmetros preconizados no projeto;
- 09- Enviar trimestralmente à SMARHS Relatório de Acompanhamento de Efluente (RAE), com as medidas de vazão de entrada e saída da ETDI, os resultados das análises do DBO e RNFT, no afluente e efluente da estação, e de óleos e graxas, material sedimentável e pH, no efluente, de acordo com os procedimentos estabelecidos na DZ-942;
- 10- Promover a retirada dos resíduos provenientes das unidades do sistema de tratamento de despejos industriais, tais como sólidos grosseiros, areia, lodo descartado do sistema, utilizando os serviços de empresas licenciadas pelo órgão ambiental competente, mantendo os comprovantes à disposição da fiscalização;
- 11- Informar imediatamente à SMARHS a ocorrência de paralisações acidentais do sistema de tratamento de efluentes, especificando a causa do acidente;
- 12- Atender à Resolução nº 357 do CONAMA, de 17.03.05, publicada no D.O.U. de 18.03.05, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes e dá outras providências;
- 13- Atender à DZ-205.R-6 – Diretriz de Controle de Carga Orgânica em Efluentes Líquidos de Origem Industrial, aprovada pela Deliberação CECA nº 4.887 de 25.09.07, publicada no D.O.R.J. de 05.10.07 e republicada no D.O.R.J. de 08.11.07;
- 14- Atender à NT-202.R-10 – Critérios e Padrões para Lançamento de Efluentes Líquidos, aprovada pela Deliberação CECA nº 1.007 de 04.12.1986 e publicada no D.O.R.J. de 12.12.1986;
- 15- Atender à DZ-215.R-4 – Diretriz de Controle de Carga Orgânica Biodegradável em Efluentes Líquidos de Origem Sanitária, aprovada pela Deliberação CECA nº 4.886 de 25.09.2007, publicada no D.O.R.J. de 05.10.2007 e republicada no D.O.R.J. de 08.11.2007;
- 16- Atender à Resolução CONAMA nº 001/90, de 08.03.90, publicada no D.O.U. de 02.03.90, que dispõe sobre critérios e padrões de emissão de ruídos;
- 17- Atender ao Código Ambiental do Município de Niterói, Lei nº 2.602 de 14.10.2008 e publicada no D.O.R.J. em 15.10.2008;
- 18- Atender à Legislação Edilícia e Urbanística do Município de Niterói;
- 19- Não lançar quaisquer resíduos ou efluentes não tratados na rede de drenagem ou nos corpos d'água;
- 20- Acondicionar os resíduos sólidos urbanos em sacos plásticos e conservá-los em recipiente com tampa, até o seu recolhimento por empresa licenciada para tal;
- 21- Todos os resíduos gerados pelo empreendimento deverão ser retirados e transportados por empresas licenciadas ambientalmente para tal fim e encaminhados a locais, também licenciados ambientalmente, para recebimento de tal resíduo;
- 22- Manter os sistemas de controle da poluição do ar e da água em perfeitas condições de operação, de modo a evitar emissões de material particulado para a atmosfera e lançamento de efluentes contaminados para o corpo receptor;
- 23- Não operar sem que todos os equipamentos de segurança e os sistemas de controle de poluição estejam em pleno funcionamento;
- 24- Manter responsável técnico pela operação do empreendimento, com registro no Conselho Profissional e qualificado para desempenhar essa atividade;
- 25- Não realizar queima de qualquer material ao ar livre;
- 26- Evitar todas as formas de acúmulo de água que possam propiciar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue;
- 27- Eliminar métodos de trabalho e ambientes propícios à proliferação de vetores (insetos e roedores nocivos);
- 28- Manter atualizados, junto à SMARHS, os dados cadastrais relativos ao empreendimento ora licenciado;
- 29- Submeter previamente à SMARHS, para análise e parecer, qualquer alteração ou ampliação no empreendimento licenciado;
- 30- A SMARHS exigirá novas medidas de controle, sempre que julgar necessário.

LICENÇA DE OPERAÇÃO**LO Nº IN000720**

O Instituto Estadual do Ambiente – INEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.101, de 4 de outubro de 2007 e pelo Decreto nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, concede a presente Licença de Operação a

HAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJMENTO AMBIENTAL S/A**CNPJ/CPF: 03.279.285/0016-16****Código INEA: UN017075/31.23.25****Endereço: ESTRADA MUNICIPAL ADAM BLUMER, 5942 - GALPÃO - JARDIM ESMERALDA - MAGÉ - RJ**

para realizar as atividades de armazenamento temporário, tratamento, beneficiamento e preparo de blends de resíduos da construção civil e resíduos industriais perigosos (Classe I) e não perigosos (Classe II), com vistas à reciclagem, compostagem, co-processamento, incineração e disposição em aterro; de armazenamento temporário e pré-tratamento de efluentes líquidos; e de conversão térmica de biomassa em escala de laboratório-x-x-x-x-x-

no seguinte local:

ESTRADA MUNICIPAL ADAM BLUMER, 5942 - GALPÃO - JARDIM ESMERALDA, município MAGÉ

Condições de Validade Gerais

1- Publicar comunicado de recebimento desta licença no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e em jornal diário de grande circulação no Estado, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de concessão desta licença, enviando cópias das publicações ao INEA, conforme determina a NA-0052.R-1, aprovada pela Deliberação CECA nº 4.093 de 21.11.01 e publicada no D.O.R.J. de 29.11.01;

2- Esta Licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;

3- Esta Licença não poderá sofrer qualquer alteração nem ser plastificada, sob pena de perder sua validade;

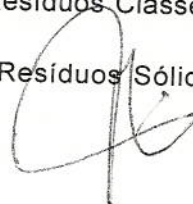
Esta Licença é válida até 10 de janeiro de 2014, respeitadas as condições nela estabelecidas, e é concedida com base nos documentos e informações constantes do Processo nº E-07/202558/2003 e seus anexos.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2009



LUIZ FIRMINO MARTINS PEREIRA
PRESIDENTE DO INEA

LICENÇA DE OPERAÇÃO**LO Nº IN000720****Condições de Validade Específicas**

- 4- Requerer a renovação desta Licença de Operação no mínimo 120 dias antes do vencimento do seu prazo de validade;
 - 5- Atender à Lei nº 3.007 de 09.07.98, que dispõe sobre o transporte, armazenamento e queima de resíduos tóxicos no Estado do Rio de Janeiro;
 - 6- Atender à DZ-056.R-2 – Diretriz para Realização de Auditoria Ambiental, aprovada pela Deliberação CECA nº 3.427 de 14.11.95 e publicada no D.O.R.J. de 21.11.95;
 - 7- Atender à NT-202.R-10 – Critérios e Padrões para Lançamento de Efluentes Líquidos, aprovada pela Deliberação CECA nº 1.007 de 04.12.86 e publicada no D.O.R.J. de 12.12.86;
 - 8- Atender à DZ-215.R-4 – Diretriz de Controle de Carga Orgânica Biodegradável em Efluentes Líquidos de Origem Sanitária, aprovada pela Deliberação CECA nº 4.886 de 25.09.07, publicada no D.O.R.J. de 05.10.07 e republicada no D.O.R.J. de 08.11.07;
 - 9- Atender à DZ-942.R-7 – Diretriz do Programa de Autocontrole de Efluentes Líquidos PROCON-ÁGUA, aprovada pela Deliberação CECA nº 1.995 de 10.10.90 e publicada no D.O.R.J. de 14.01.91;
 - 10- Atender à DZ-1310.R-7 – Sistema de Manifesto de Resíduos, aprovada pela Deliberação CECA nº 4.497 de 03.09.04 e publicada no D.O.R.J. de 21.09.04;
 - 11- Atender à Resolução nº 001/90 do CONAMA, de 08.03.90, publicada no D.O.U. de 02.04.90, que dispõe sobre critérios e padrões de emissão de ruídos;
 - 12- Atender à Resolução nº 264 do CONAMA, de 26.08.99, publicada no D.O.U. de 20.03.00, que dispõe sobre os procedimentos, critérios e aspectos técnicos específicos de licenciamento ambiental para o co-processamento de resíduos em fornos de clínquer para fabricação de cimento, especificamente no que tange à produção de *blends*;
 - 13- Atender à NBR-11.174 – Armazenamento de Resíduos Classe II (não inertes) e Classe III (inertes), da ABNT;
 - 14- Atender à NBR-12.235 – Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos (Classe I), da ABNT;
- 

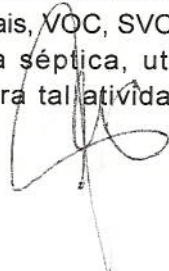
O não cumprimento das condições constantes desta licença e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao cancelamento da mesma.

LICENÇA DE OPERAÇÃO**LO Nº IN000720****Condições de Validade Específicas**

- 15- Não processar resíduos de serviços de saúde classe A, resíduos radioativos, explosivos e organoclorados e aqueles que notoriamente são formadores de dioxinas e furanos, como por exemplo, os definidos pela NBR-10.004 com os códigos F020, F021, F022, F023, F024, F026, F027 e F028;
- 16- Não manipular nas dependências da empresa substâncias explosivas (Classe 1), gases (Classe 2) ou materiais radioativos (Classe 7), de acordo com a classificação da Portaria nº 204 do Ministério dos Transportes, de 20.05.97, que regulamentou o Decreto nº 96.044, de 18.05.88;
- 17- Não realizar operação de secagem térmica;
- 18- Apresentar bimestralmente ao INEA, o registro operacional da planta, informando no mínimo, data de recebimento, descrição e quantidade dos resíduos, sua fonte geradora, características físico-químicas, data e destinação final adotada para os produtos acabados;
- 19- Encaminhar semestralmente ao INEA relatório de recebimento de efluentes líquidos, contemplando os seguintes itens: origem de cada efluente ou mistura de efluentes, quantidade dos efluentes recebidos, por gerador, concentração de DQO (mg/L) dos efluentes recebidos, bem como a destinação dada aos mesmos;
- 20- Encaminhar os efluentes e resíduos somente para empresas devidamente licenciadas para recebe-los;
- 21- Observar na ficha de segurança dos diversos resíduos sua incompatibilidade química, a fim de adotar os cuidados necessários nos galpões de manuseio, armazenamento e processamento de resíduos;
- 22- Implementar as medidas corretivas e preventivas indicadas nos relatórios anuais de Auditoria Ambiental;
- 23- Informar ao INEA, por meio do PROCON-ÁGUA, a qualidade do lençol freático, realizando amostragem semestral nos oito poços instalados na área da empresa;
- 24- Implantar o Plano de Ações de Melhorias Contínuas, de acordo com o cronograma apresentado;
- 25- Adotar os cuidados necessários na operação, de forma a evitar a emissão de odores para a atmosfera que possam ser perceptíveis nas áreas externas à empresa.

O não cumprimento das condições constantes desta licença e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao cancelamento da mesma.

LICENÇA DE OPERAÇÃO**LO Nº IN000720****Condições de Validade Específicas**

- 26- Manter desobstruídas as canaletas de drenagem das baias de processamento de resíduos;
 - 27- Operar apenas com empresas transportadoras licenciadas pelos órgãos de controle ambiental;
 - 28- Priorizar o recebimento e beneficiamento de resíduos gerados no Estado do Rio de Janeiro;
 - 29- Só receber resíduos provenientes de outros estados da federação com prévia anuência do INEA;
 - 30- Adotar práticas de valoração dos resíduos que conduza ao aproveitamento máximo do ciclo de vida dos materiais processados;
 - 31- Manter vigilância permanente nas instalações da empresa, durante 24 (vinte e quatro) horas, de modo a impedir o acesso de pessoas estranhas;
 - 32- Umidificar as vias internas de tráfego de caminhões, de forma a evitar a emissão de poeiras.
 - 33- Não realizar captação de água subterrânea dentro dos limites da empresa.
 - 34- Não realizar escavação de solo nas áreas identificadas como contaminadas sem a prévia autorização do INEA, com base em relatório com detalhamento dos procedimentos;
 - 35- Realizar remediação do solo e água subterrânea das áreas de tancagem e lavagem, submetendo o projeto de remediação à aprovação do INEA;
 - 36- Realizar estudos complementares nas áreas das antigas cavas (área sul), objetivando a identificação e diagnóstico detalhado das antigas cavas de caulim, com apresentação dos resultados e ações futuras a serem realizadas na área;
 - 37- Apresentar relatórios trimestrais de monitoramento do aquífero freático e profundo local com amostragens de todos os poços de monitoramento instalados na área da empresa. Os CQIs a serem avaliados deverão contemplar metais, VOC, SVOCs e TPH finger print;
 - 38- Promover a limpeza periódica da fossa séptica, utilizando os serviços de empresa licenciada pelo órgão ambiental estadual para tal atividade, mantendo os comprovantes à disposição da fiscalização;
- 

O não cumprimento das condições constantes desta licença e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao cancelamento da mesma.

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº IN000720

Condições de Validade Específicas

- 39- Comunicar imediatamente ao Serviço de Operações em Emergências Ambientais do INEA, plantão de 24 horas, pelos telefones (21) 2334-7910 ou 2334-7911, qualquer anormalidade que possa ser classificada como acidente ambiental;
 - 40- Não realizar queima de qualquer material ao ar livre;
 - 41- Evitar todas as formas de acúmulo de água que possam propiciar a proliferação do mosquito Aedes aegypti, transmissor da dengue;
 - 42- Eliminar métodos de trabalho e ambientes propícios à proliferação de vetores (insetos e roedores nocivos);
 - 43- Manter atualizados junto ao INEA os dados cadastrais relativos à atividade ora licenciada;
 - 44- Submeter previamente ao INEA, para análise e parecer, qualquer alteração ou ampliação na atividade;
 - 45- O INEA exigirá novas medidas de controle ambiental, sempre que julgar necessário.
- X-X-X-X-

O não cumprimento das condições constantes desta licença e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao cancelamento da mesma.

CÓPIA



REQUERIMENTO DE LICENÇA

Sistema de Licenciamento Ambiental - SLAM

- 1 - Tipo**
- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> - Prévía-LP | <input type="checkbox"/> - Instalação e Operação-LIO |
| <input type="checkbox"/> - Instalação-LI | <input type="checkbox"/> - Operação e Recuperação-LOR |
| <input checked="" type="checkbox"/> - Operação-LO | <input type="checkbox"/> - Recuperação-LAR |
| <input type="checkbox"/> - Prévía e Instalação-LPI | <input type="checkbox"/> - Simplificada-LAS |
| | <input type="checkbox"/> - Termo de Encerramento-TE |

1ª - Fase

2 - Lic. Anterior: Nº IN000720 Processo E-07/202558/2003

Para uso do Ineia

ineia Instituto Estadual do Ambiente
GERÊNCIA DE ATENDIMENTO
Recebido em: 07/08/13
Por: *[assinatura]*
Matr: Fabiane Martins Borges
Técnico Química
Matrícula 390360-6
Gerência de Atendimento - ineia

Classe 4A

Código

/31.23.70

Nome Empresarial ou Nome Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental S/A

Nome Fantasia _____

CNPJ/CPF 03.279.285/0016-16

I. E. 78.711.272

Nº de Inscrição no CTF / CTE 4772320

Endereço Estrada Adam Blumer, 5942

CEP 25.900.000

Bairro / Distrito Jd Esmeralda

Município Magé

UF RJ

Telefone 021 2633-9200
(Incluir DDD)

Fax 021 2633-9200
(Incluir DDD)

e-mail marcela.silva@haztec.com.br

4 - Endereço do Empreendimento/Atividade:

Logradouro Estrada Adam Blumer, 5942

CEP 25.900.000

Bairro / Distrito Jd Esmeralda

Município Magé

5 - Endereço para Correspondência:

Logradouro Estrada Adam Blumer, 5942

CEP 25.900.000

Bairro / Distrito Jd Esmeralda

Município Magé

UF RJ

Telefone 021 2633-9200
(Incluir DDD)

Fax 021 2633-9200
(Incluir DDD)

e-mail marcela.silva@haztec.com.br

6 - Representantes Legais

Nome João Ricardo Quinhões Audi

CPF 956.916.856-91

Telefone 021 2633-9200
(Incluir DDD)

Fax 021 2633-9200
(Incluir DDD)

e-mail joao.audi@haztec.com.br

Nome _____

CPF _____

Telefone _____
(Incluir DDD)

Fax _____
(Incluir DDD)

e-mail _____

7 - Contato

Nome Marcela Ribeiro da Silva

CPF 215.644.438-25

Telefone 021 2633-9218
(Incluir DDD)

Fax 021 2633-9200
(Incluir DDD)

e-mail marcela.silva@haztec.com.br

Exemplar da Assinatura

[assinatura]
Marcela Ribeiro da Silva

9 - Descrição da (s) Atividade (s):

Atividades de armazenamento temporário, tratamento, beneficiamento e preparo de blends de resíduos de construção civil e resíduos industriais perigosos (Classe I) e não perigosos (Classe II), com vistas a reciclagem, compostagem, co-processamento, incineração e disposição em aterro, de armazenamento temporário e pré-tratamento de efluentes líquidos.

10 - Responsável Técnico:

Nome Renata da Silva Franco CPF 085.654.047-14
Formação Profissional Química Conselho/Registro 04200544
Telefone 021 2633-9201 Fax 021 2633-9200 e-mail renata.franco@haztec.com.br
☐ - Projeto ☒ - Operação ☐ _____
Nome _____ CPF _____
Formação Profissional _____ Conselho/Registro _____
Telefone _____ Fax _____ e-mail _____
☐ - Projeto ☐ - Operação ☐ _____

11 - Declaro para os devidos fins, que o desenvolvimento das atividades relacionadas neste requerimento realizar-se-á de acordo com os dados transcritos e anexos indicados no item 8 (oito), pelo que venho requerer ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA a expedição da respectiva licença.

Rio de Janeiro

07 de Agosto de 2013

Assinatura do Representante Legal

João Ricardo Quinhões Audi

Nome

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº FE015052

A Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA e a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto-Lei nº 134, de 16 de junho de 1975 e pela Deliberação nº 003 de 28/12/77 e de acordo com o Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras, instituído através do Decreto nº 1633, de 21 de dezembro de 1977, concede a presente Licença de Operação, que autoriza:

ESSENCIS CO-PROCESSAMENTO E INCINERAÇÃO LTDA

CNPJ/CPF: 40.263.170/0008-50

Código FEEMA: UN003966/31.23.25

Endereço: RODOVIA RIO-TERESÓPOLIS (BR-116), KM 121.5 - IRIRI - MAGÉ - RJ

a realizar as atividades de tratamento de solos contaminados, descontaminação e sucateamento de recipientes e tanques; recebimento, armazenamento, pré-tratamento de efluentes líquidos e envio a unidades de tratamento licenciadas; armazenamento e beneficiamento de resíduos classes I e II e envio a unidades licenciadas de reciclagem, recuperação ou transformação, co-processamento, incineração e disposição em aterro-x-x-x-x-x-

no seguinte local:

RODOVIA RIO-TERESÓPOLIS (BR-116) KM 121,5 - IRIRI, município MAGÉ

Condições de Validade Gerais

1- Publicar comunicado de recebimento desta licença no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e em jornal diário de grande circulação no Estado, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de concessão desta licença, enviando cópias das publicações à FEEMA, conforme determina a NA-0052.R-1, aprovada pela Deliberação CECA nº 4.093 de 21.11.01 e publicada no D.O.R.J. de 29.11.01;

2- Esta Licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;

Esta Licença é válida até 13 de novembro de 2013, respeitadas as condições nela estabelecidas, e é concedida com base nos documentos e informações constantes do Processo FEEMA nº E-07/202238/2003 e seus anexos.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2008


ANA CRISTINA R. HENNEY
PRESIDENTE FEEMA

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MAGÉ - RJ
PRAÇA DR. NILO PEÇANHA, Nº 30 - CENTRO - MAGÉ - RJ
TABELIÃO: ANTÔNIO A.S. CALLADO - SUBSTITUTO: JANADÁCIA G. PASSARELLI CALLADO

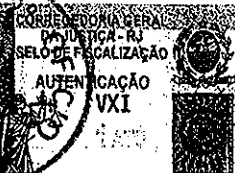
AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia e reprodução do documento que me foi apresentado como sendo o original.

Magé - RJ, 17/11/2008

TOTAL R\$ 41

Em test., *[assinatura]* de verdade. Conf. por *[assinatura]*
JANADÁCIA ELDETE PASSARELLI CALLADO - MAT. 94-4386



EVJ47603

00006315

LICENÇA DE OPERAÇÃO

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MAGÉ
JANADÁCIA G. P. CALLADO
SUBSTITUTA DO TABELIÃO
MAT 94-4386

LO Nº FE015052

Condições de Validade Específicas

- 3- Esta Licença não poderá sofrer qualquer alteração, nem ser plastificada, sob pena de perder sua validade;
- 4- Requerer a renovação desta Licença de Operação no mínimo 120 dias antes do vencimento do seu prazo de validade;
- 5- Atender à Lei nº 3.007 de 09.07.98, que dispõe sobre o transporte, armazenamento e queima de resíduos tóxicos no Estado do Rio de Janeiro;
- 6- Atender à DZ-056.R-2 – Diretriz para Realização de Auditoria Ambiental, aprovada pela Deliberação CECA nº 3.427 de 14.11.95 e publicada no D.O.R.J. de 21.11.95;
- 7- Atender à NT-202.R-10 – Critérios e Padrões para Lançamento de Efluentes Líquidos, aprovada pela Deliberação CECA nº 1.007 de 04.12.86 e publicada no D.O.R.J. de 12.12.86;
- 8- Atender à DZ-215.R-4 – Diretriz de Controle de Carga Orgânica Biodegradável em Efluentes Líquidos de Origem Sanitária, aprovada pela Deliberação CECA nº 4.886 de 25.09.07, publicada no D.O.R.J. de 05.10.07 e republicada no D.O.R.J. de 08.11.07;
- 9- Atender à DZ-545.R-5 – Diretriz de Implantação do Programa de Autocontrole de Emissões para a Atmosfera – PROCON-AR, aprovada pela Deliberação CECA nº 935 de 07.08.86 e publicada no D.O.R.J. de 29.09.86;
- 10- Atender à DZ-942.R-7 – Diretriz do Programa de Autocontrole de Efluentes Líquidos PROCON-ÁGUA, aprovada pela Deliberação CECA nº 1.995 de 10.10.90 e publicada no D.O.R.J. de 14.01.91;
- 11- Atender à DZ-1310.R-7 – Sistema de Manifesto de Resíduos, aprovada pela Deliberação CECA nº 4.497 de 03.09.04 e publicada no D.O.R.J. de 21.09.04;
- 12- Atender à DZ-1311.R-4 – Diretriz de Destinação de Resíduos, aprovada pela Deliberação CECA nº 3.327 de 29.11.94 e publicada no D.O.R.J. de 12.12.94;
- 13- Atender à Resolução nº 001/90 do CONAMA, de 08.03.90, publicada no D.O.U. de 02.04.90, que dispõe sobre critérios e padrões de emissão de ruídos;
- 14- Atender à Resolução nº 264 do CONAMA, de 26.08.99, publicada no D.O.U. de 20.03.00, que dispõe sobre os procedimentos, critérios e aspectos técnicos específicos de licenciamento ambiental para o co-processamento de resíduos em fornos de clínquer para fabricação de cimento, especificamente no que tange à produção de *blends*;

O não cumprimento das condições constantes desta licença e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao cancelamento da mesma.

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº FE015052

Condições de Validade Específicas

- 15- Atender à NBR-11.174 – Armazenamento de Resíduos Classes II (não inertes) e Classe III (inertes), da ABNT;
- 16- Atender à NBR-12.235 – Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos (Classe I), da ABNT;
- 17- Operar de acordo com o Plano de Ações de Melhorias Contínuas apresentado, complementando-o a qualquer tempo em função das variáveis do processo e da diversidade dos resíduos processados, de modo a garantir que a operação da empresa atenda aos padrões legais vigentes para as emissões atmosféricas – principalmente odores –, efluentes líquidos, emissões sonoras e resíduos industriais;
- 18- Realizar monitoramento semestral em amostras de água subterrânea coletadas em todos os poços de monitoramento existentes na área da empresa, considerando como Compostos Químicos de Interesse (CQIs) COVs, metais, TPH, BTEX e PAHs;
- 19- Realizar caracterização geoquímica, para estabelecimento do *background* local quanto às concentrações de metais no solo e água subterrânea, e estudos adicionais de investigação geoambiental, de acordo com o resultado da caracterização geoquímica;
- 20- Realizar coleta de sedimento e água superficial do Rio Iriri, em amostras coletadas a montante, meio e jusante da área do empreendimento, considerando como CQIs COVs, metais, TPH, BTEX, PAHs;
- 21- Informar à FEEMA, mensalmente, por meio de Relatório de Acompanhamento de Efluentes (RAE), a qualidade dos efluentes da caixa de separação de leves e pesados;
- 22- Apresentar à FEEMA, no prazo de 60 dias, programa de monitoramento com indicador biológico no entorno do empreendimento;
- 23- Não permitir a emissão de odores perceptíveis ao olfato humano para fora da área da empresa;
- 24- Só realizar operações de inertização e peneiramento no interior do Prédio 07, durante o período de implantação do Plano de Ações Contínuas, com o controle da equipe técnica da unidade, no período diurno;

O não cumprimento das condições constantes desta licença e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao cancelamento da mesma.

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MAGÉ - RJ
PRAÇA DR. NILO PEÇANHA, Nº 30 - CENTRO - MAGÉ - RJ
TABELIÃO: ANTONIO A.S. CALLADO - SUBSTITUTO: JANADÁCIA G. PASSARELLI CALLADO



AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fe que apresento copia e reprodução do
documento que me foi apresentado como sendo o original.
Magé - RJ, 17/05/2008 TOTAL: 4 41
Em test. de verdade. Conf. por: *[assinatura]*
JANADÁCIA G. PASSARELLI CALLADO - MAT. 94-4386

EVJ47604

2º OFÍCIO DE MAGÉ
JANADÁCIA G. P. CALLADO
SUBSTITUTA DO TABELIÃO
MAT 94-4386

90006316

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº FE015052

Condições de Validade Específicas

- 25- Não receber, para fins de enriquecimento energético e produção de matérias primas para o co-processamento em fornos de cimento e destinação final, resíduos de serviço de saúde classe A, resíduos radioativos, resíduos explosivos e organoclorados e aqueles que notoriamente são formadores de dioxinas e furanos, como por exemplo, os definidos pela NBR-10.004 com os códigos F020, F021, F022, F023, F024, F026, F027 e F028;
- 26- Não manipular nas dependências da empresa substâncias explosivas (Classe 1), gases (Classe 2) ou materiais radioativos (Classe 7), de acordo com a classificação da Portaria nº 204 do Ministério dos Transportes, de 20.05.97, que regulamentou o Decreto nº 96.044, de 18.05.88;
- 27- Implantar as medidas mitigadoras indicadas na Análise de Risco;
- 28- Implementar as medidas corretivas e preventivas indicadas nos Relatórios Anuais de Auditoria Ambiental;
- 29- Manter desobstruídas as canaletas de drenagem das balas de processamento;
- 30- Apresentar mensalmente à FEEMA o registro operacional da planta, informando no mínimo, data de recebimento, descrição e quantidade dos resíduos e efluentes recebidos, sua fonte geradora, características físico-químicas, data e destinação final adotada para os produtos acabados;
- 31- Observar a ficha de segurança dos diversos resíduos, de forma a evitar incompatibilidade química nos galpões de manuseio, armazenamento e processamento de resíduos;
- 32- Operar apenas com empresas transportadoras licenciadas pelos órgãos de controle ambiental;
- 33- Priorizar o recebimento e beneficiamento de resíduos gerados no Estado do Rio de Janeiro;
- 34- Adotar práticas de valoração dos resíduos que conduza ao aproveitamento máximo do ciclo de vida dos materiais processados;
- 35- Manter vigilância permanente nas instalações da empresa, durante 24 (vinte e quatro) horas, de modo a impedir o acesso de pessoas estranhas;

O não cumprimento das condições constantes desta licença e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao cancelamento da mesma.

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº FE015052

Condições de Validade Específicas

- 36- Comunicar imediatamente ao Serviço de Controle de Poluição Acidental da FEEMA, plantão de 24 horas, pelos telefones: (21) 2270-6433 ou 2270-6098, qualquer anormalidade que possa ser classificada como acidente ambiental;
 - 37- Não realizar queima de qualquer material ao ar livre;
 - 38- Evitar todas as formas de acúmulo de água que possam propiciar a proliferação do mosquito Aedes aegypti, transmissor da dengue;
 - 39- Eliminar métodos de trabalho e ambientes propícios à proliferação de vetores (insetos e roedores nocivos);
 - 40- Manter atualizados junto à FEEMA os dados cadastrais relativos à atividade ora licenciada;
 - 41- Submeter previamente à FEEMA, para análise e parecer, qualquer alteração ou ampliação na atividade;
 - 42- A FEEMA exigirá novas medidas de controle ambiental, sempre que julgar necessário.
- X-X-X-X-

O não cumprimento das condições constantes desta licença e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao cancelamento da mesma.

DOCUMENTO DE AVERBAÇÃO

AVB000858

ESSENCIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A.

CNPJ/CPF: 40.263.170/0008-50

Registro: UN003966/31.23.25

no seguinte local:

RODOVIA RIO-TERESÓPOLIS (BR-116) KM 121,5 - IRIRI, município MAGÉ

Fica alterada a razão social da empresa para:

ESSENCIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A.

Fica excluída a condição de validade nº 12

Ficam alteradas as seguintes condições de validade para:

- 20- Realizar análise semestral do sedimento e água superficial do Rio Iriri, em amostras coletadas a montante, meio e jusante da área do empreendimento, considerando como compostos químicos de interesse: Compostos Orgânicos Voláteis, metais, TPH, BTEX e PAHs;
- 22- Apresentar semestralmente ao INEA relatório do monitoramento com indicador biológico no entorno do empreendimento;

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MAGÉ - RJ
PRAÇA DR. NILO PEÇANHA, Nº 30 - CENTRO - MAGÉ - RJ
TABELIÃO: ANTÔNIO A. S. CALLADO - SUBSTITUTO: JANADACIA G. PASSARELLI CALLADO

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fe que a presente cópia é reprodução fiel do original.

MAGÉ - RJ, 22/10/2010 Valor: R\$ 5,09

Em test.: *[assinatura]* da verdade. Conf. por: *[assinatura]*
JANADACIA GLÓRIA PASSARELLI CALLADO



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MAGÉ
JANADACIA G. P. CALLADO
SUBSTITUTA DO TABELIÃO
MAT. 34.4326

Este documento só é válido quando apresentado anexo à Licença FE015052,
Processo nº E-07/202238/2003 e vence em 13 de novembro de 2013.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2010

[assinatura]
LUIZ FIRMINO MARTINS PEREIRA
PRESIDENTE CONSELHO DIRETOR

DOCUMENTO DE AVERBAÇÃO

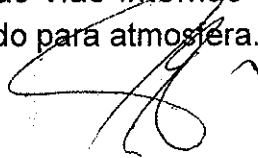
AVB000858

30- Apresentar trimestralmente ao INEA o registro operacional da planta, informando no mínimo, data de recebimento, descrição e quantidade dos resíduos e efluentes recebidos, sua fonte geradora, características físico-químicas, data e destinação final adotada para os produtos acabados;

32- Realizar o transporte de resíduos perigosos (Classe I) apenas com empresas transportadoras licenciadas pelos órgãos de controle ambiental;

Fica incluída a condição de validade:

43- Realizar a varrição mecânica das vias internas de tráfego de caminhões, de forma a evitar a emissão de material particulado para atmosfera.



DOCUMENTO DE AVERBAÇÃO

AVB001116

ESSENCIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A.

CNPJ/CPF: 40.263.170/0008-50

Registro: UN003966/31.23.25

no seguinte local:

RODOVIA RIO-TERESÓPOLIS (BR-116) KM 121,5 - IRIRI, município MAGÉ

Fica alterada a atividade licenciada para:

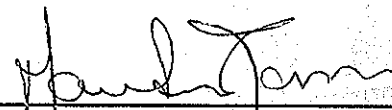
Tratamento de solos contaminados, descontaminação e sucateamento de recipientes e tanques; recebimento, armazenamento, pré-tratamento de efluentes líquidos e envio a unidades de tratamento licenciadas; armazenamento e beneficiamento de resíduos classes I e II e envio a unidades licenciadas de reciclagem, recuperação ou transformação, incineração e disposição em aterro; armazenamento e descaracterização e formação de Blends de resíduos classes I e II e envio como insumos alternativos de matéria prima ou combustível alternativo para co-processamento em fornos de cimento

Fica incluída a seguinte condição de validade:

44- Emitir Certificado de Destinação Final de Resíduos - CDR para as empresas geradoras, referentes às atividades de descaracterização /formação de Blends com vistas ao co-processamento.

Este documento só é válido quando apresentado anexo ao documento
FE015052, Processo nº E-07/202238/2003 e vence em 13/11/2013.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2011



MARILENE RAMOS

PRESIDENTE-CONSELHO DIRETOR

REQUERIMENTO DE LICENÇA

1 - Tipo

- ☐ - Prévia-LP ☐ - Instalação e Operação-LIO
☐ - Instalação-LI ☐ - Operação e Recuperação-LOR
☒ - Operação-LO ☐ - Recuperação-LAR
☐ - Prévia e Instalação-LPI ☐ - Simplificada-LAS

1ª - Fase Renovação

2 - Lic. Anterior: LO Nº FE015052 Processo E-07/202238/2003

Para uso do Inea

Renovação LO
Instituto Estadual
inea do ambiente
GERÊNCIA DE ATENDIMENTO - GA
Recebido em: 09/04/13
Por: 9
Matr: 390351-5

CE 057/INCA0175

Código

1 Classe 5B / 31-23-70

3 - Dados do Requerente:

Nome Empresarial ou Nome ESSENCIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A

Nome Fantasia ESSENCIS

CNPJ/CPF 40263170000850

I. E. 75844174

Endereço EST RIO TERESOPOLIS, KM 121,5 S/N

CEP 25.900.000

Bairro / Distrito VILA INCA

Município MAGÉ

UF RJ

Telefone 21 26339800
(Incluir DDD)

Fax
(Incluir DDD)

e-mail mmeirelhes@essencis.com.br

4 - Endereço do Empreendimento/Atividade:

Logradouro EST RIO TERESOPOLIS, KM 121,5 S/N

CEP 25.900.000

Bairro / Distrito VILA INCA

Município MAGÉ

5 - Endereço para Correspondência:

Logradouro RUA CASTELO BRANCO, 77

CEP 21.012.000

Bairro / Distrito PENHA CIRCULAR

Município RIO DE JANEIRO

UF RJ

Telefone 21 96442141
(Incluir DDD)

Fax
(Incluir DDD)

e-mail f.avelar@ecospohr.eco.br

6 - Representantes Legais

Nome FABIANA AVELAR

CPF 27461284894

Telefone 21 96442141
(Incluir DDD)

Fax
(Incluir DDD)

e-mail f.avelar@ecospohr.eco.br

Nome

CPF

Telefone
(Incluir DDD)

Fax
(Incluir DDD)

e-mail

7 - Contato

Nome FABIANA AVELAR

CPF 27461284894

Telefone 21 96442141
(Incluir DDD)

Fax
(Incluir DDD)

e-mail f.avelar@ecospohr.eco.br

Exemplar da Assinatura

8 - Número de Documentos Anexos

Número de Folhas Anexas 105

9 - Descrição da (s) Atividade (s):

Tratamento de solos contaminados, descontaminação e sucateamento de recipientes e tanques; recebimento, armazenamento, pré-tratamento de efluentes líquidos e envio a unidades de tratamento licenciadas; armazenamento e beneficiamento de resíduos classes I e II e envio a unidades licenciadas de reciclagem, recuperação ou transformação, incineração e disposição em aterro; armazenamento e descarte e formação de Blends de resíduos classes I e II e envio como insumos alternativos de matéria prima ou combustível alternativo para co-processamento em fornos de cimento.

10 - Responsável Técnico:

Nome	ELSON RODRIGUES	CPF	01032228806
Formação Profissional	ENGENHEIRO QUIMICO	Conselho/Registro	2603495305
Telefone	21 26339800	Fax	
	<input type="checkbox"/> - Projeto		<input checked="" type="checkbox"/> - Operação
e-mail	erodrigues@essencis.com.br		
Nome		CPF	
Formação Profissional		Conselho/Registro	
Telefone		Fax	
	<input type="checkbox"/> - Projeto		<input type="checkbox"/> - Operação
e-mail			

11 - Declaro para os devidos fins, que o desenvolvimento das atividades relacionadas neste requerimento realizar-se-à de acordo com os dados transcritos e anexos indicados no item 8 (oito), pelo que venho requerer ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA a expedição da respectiva licença.

Rio de Janeiro

08 de Abril de 2013

Assinatura do Representante Legal

FABIANA AVELAR

Nome

Imprimir Formulário

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº IN018781

O Instituto Estadual do Ambiente - INEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.101, de 4 de outubro de 2007 e pelo Decreto nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, e suas modificações posteriores e em especial do Decreto nº 42.159, de 2 de dezembro de 2009 que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental, concede a presente Licença de Operação a

CERÂMICA PORTO VELHO LTDA - EPP

CNPJ/CPF: 32.287.575/0003-95

Código INEA: UN021993/31.23.21

Endereço: RODOVIA BR-393, KM 206 - FAZENDA UBÁ - ANDRADE PINTO - VASSOURAS - RJ

para realizar a atividade de fabricação de artefatos cerâmicos a partir de argila e tabatinga com incorporação de resíduos industriais não perigosos (Classe II)-X-X-X-X-X-

no seguinte local:

RODOVIA BR-393, KM 206 - ANDRADE PINTO, município VASSOURAS

Condições de Validade Gerais

- 1- Comprovar a publicação de comunicado de recebimento desta licença no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e em jornal diário de grande circulação no Estado antes da sua retirada no INEA, conforme determinado pela Resolução INEA n. 37, de 21.07.11, publicada no D.O.E.R.J. de 25.07.11;
- 2- Esta Licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;
- 3- Esta Licença não poderá sofrer qualquer alteração nem ser plastificada, sob pena de perder sua validade;

Esta Licença é válida até 28 de Fevereiro de 2017, respeitadas as condições nela estabelecidas, e é concedida com base nos documentos e informações constantes do Processo nº E-07/502133/2011 e seus anexos.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2012



MARILENE RAMOS
PRESIDENTE CONSELHO DIRETOR

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº IN018781

Condições de Validade Específicas

- 4- Requerer a renovação desta Licença de Operação no mínimo 120 dias antes do vencimento do seu prazo de validade;
- 5- Atender à NT-202.R-10 - Critérios e Padrões para Lançamento de Efluentes Líquidos, aprovada pela Deliberação CECA nº 1.007 de 04.12.86 e publicada no D.O.R.J. de 12.12.86;
- 6- Atender à DZ-215.R-4 - Diretriz de Controle de Carga Orgânica Biodegradável em Efluentes Líquidos de Origem Sanitária, aprovada pela Deliberação CECA nº 4.886 de 25.09.07, publicada no D.O.R.J. de 05.10.07 e republicada no D.O.R.J. de 08.11.07;
- 7- Atender à DZ-1310.R-7 - Sistema de Manifesto de Resíduos, aprovada pela Deliberação CECA nº 4.497 de 03.09.04 e publicada no D.O.R.J. de 21.09.04;
- 8- Atender à NBR-17.505-1- Armazenamento de Líquidos Inflamáveis e Combustíveis - Parte 1: Disposições Gerais, da ABNT;
- 9- Atender à NBR-11.174 - Armazenamento de Resíduos Classes II (não inertes) e Classe III (inertes), da ABNT;
- 10- Atender à Resolução nº 001/90 do CONAMA, de 08.03.90, publicada no D.O.U. de 02.04.90, que dispõe sobre critérios e padrões de emissão de ruídos;
- 11- Atender à Resolução nº 303 do CONAMA, de 20.03.02, publicada no D.O.U. de 13.05.02, que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente;
- 12- Não incorporar à matéria prima resíduos provenientes de outras atividades industriais, nem utilizá-los como combustível, sem autorização prévia do INEA;
- 13- Atender a Resolução nº 43 do INEA de 16.11.2011;
- 14- Manter o sistema de controle de material particulado em perfeitas condições de operação e manutenção;
- 15- Não receber resíduos de classe I;
- 16- Não receber resíduos contaminados com óleo, solventes ou qualquer outro líquido;
- 17- Manter umedecidas as pilhas de estocagem ao ar livre e as vias internas, de modo a evitar a emissão de material particulado para a atmosfera;
- 18- Acondicionar os resíduos sólidos urbanos em recipiente com tampa até o seu recolhimento por empresa licenciada pelo órgão ambiental estadual;

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº IN018781

Condições de Validade Específicas

- 19 - Não realizar queima de qualquer material ao ar livre;
- 20- Evitar todas as formas de acúmulo de água que possam propiciar a proliferação do mosquito Aedes aegypti, transmissor da dengue;
- 21- Eliminar métodos de trabalho e ambientes propícios à proliferação de vetores (insetos e roedores nocivos);
- 22- Manter atualizados junto ao INEA os dados cadastrais relativos à atividade ora licenciada;
- 23- Submeter previamente ao INEA, para análise e parecer, qualquer alteração na atividade;
- 24- O INEA exigirá novas medidas de controle ambiental, sempre que julgar necessário.

-X-X-X-X-

NE

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

Sistema de Licenciamento Ambiental - SLAM

1 - Tipo

☐ - Instalação e Operação-LIO

☐ - Prévía-LP

☐ - Operação e Recuperação-LOR

☐ - Instalação-LI

☐ - Recuperação-LAR

☒ - Operação-LO

☐ - Simplificada-LAS

☐ - Prévía e Instalação-LPI

☐ - Termo de Encerramento-TE

1ª - Fase Renovação ☐ - Prorrogação

2 - Lic. Anterior: LO Nº IN018781 Processo E-07/502133/2011

Para uso do Inea

Código

3 - Dados do Requerente:

Nome Empresarial ou Nome Cerâmica Porto Velho Ltda

Nome Fantasia ---

CNPJ/CPF 32.287.575/0003-95

I. E. 78.530.677

Nº de Inscrição no CTF / CTE 4962656

Endereço Rodovia BR 393, s/nº - Km 206 - Parte

CEP 27.700.000

Bairro / Distrito Andrade Pinto

Município Vassouras

UF RJ

Telefone (24) 2258-3110
(Incluir DDD)

Fax (24) 2258-3110
(Incluir DDD)

e-mail fernando@ceramicaportovelho.com.br

4 - Endereço do Empreendimento/Atividade:

Logradouro / Número Rodovia BR 393, s/nº - Km 206 - Fazenda Ubá

CEP 28.800.000

Bairro / Distrito Andrade Pinto

Município Vassouras

5 - Endereço para Correspondência:

Logradouro / Número Rua Manoel Duarte, nº 14 - sala 101

CEP 25.804.020

Bairro / Distrito Centro

Município Três Rios

UF RJ

Telefone (24) 2258-3110
(Incluir DDD)

Fax (24) 2258-3110
(Incluir DDD)

e-mail fernando@ceramicaportovelho.com.br

6 - Representantes Legais

Nome Cosme Fernando Vieira

CPF 300.818.077-91

Telefone (24) 2258-3110
(Incluir DDD)

Fax (24) 2258-3110
(Incluir DDD)

e-mail cosme@ceramicaportovelho.com.br

Nome Luciano Soares Menezes

CPF 051.810.837-65

Telefone (21) 2734-2644
(Incluir DDD)

Fax (Incluir DDD)

e-mail greendetalhe@yahoo.com.br

7 - Pessoa de Contato

Nome Luciano Soares Menezes

CPF 051.810.837-65

Telefone (21) 2734-2644
(Incluir DDD)

Fax (Incluir DDD)

e-mail greendetalhe@yahoo.com.br

Exemplar da Assinatura

8 - Número de Documentos Anexos
Número de Folhas Anexas

9 - Descrição da(s) Atividade(s):

FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS CERÂMICOS A PARTIR DE ARGILA COM INCORPORAÇÃO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS PERIGOSOS (CLASSE I - COMO LAMA DE ALTO FORNO, LAMA E CASCALHO DE PERFURAÇÃO DE PETRÓLEO) E NÃO PERIGOSOS (CLASSE II).

10 - Responsável Técnico:

Nome MÔNICA PACIELLO VIEIRA

CPF 016.491.587-77

Formação Profissional ARQUITETA

Conselho/Registro CAU-RJ A33999-7

Telefone (21) 99433-8308

Fax

e-mail monicapvieira@gmail.com

☒ - Projeto

☐ - Operação

Nome

CPF

Formação Profissional

Conselho/Registro

Telefone

Fax

e-mail

☐ - Projeto

☐ - Operação

11 - Declaro para os devidos fins, que o desenvolvimento das atividades relacionadas neste requerimento realizar-se-á de acordo com os dados transcritos e anexos indicados no item 8 (oito), pelo que venho requerer ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA a expedição da respectiva licença.

Rio de Janeiro

17 de outubro de 2016

Assinatura do Representante Legal

Luciano Soares Menezes

Nome

Imprimir



LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº IN047349

O Instituto Estadual do Ambiente - INEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.101, de 4 de outubro de 2007 e pelo Decreto nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, e suas modificações posteriores e em especial do Decreto nº 44.820, de 2 de junho de 2014 que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental, concede a presente Licença de Operação a

CERÂMICA REX LTDA - EPP

CNPJ/CPF: 29.549.276/0001-05

Código INEA: UN029103/31.23.21

Endereço: AVENIDA 22 DE MAIO, 4.591 - RIO VÂRZEA - ITABORAÍ - RJ

para realizar as atividades de incorporação de resíduos industriais classe I e II, como no caso de lama de perfuração de petróleo, em artefatos cerâmicos, a partir de argila e tabatinga-x-x-x-x-x-x-

no seguinte local:

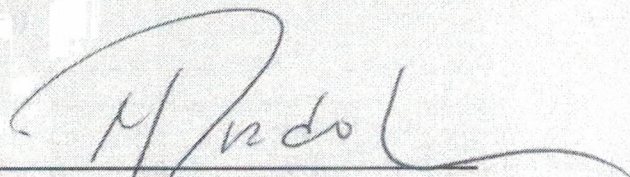
AVENIDA 22 DE MAIO, 4.591 - RIO VÂRZEA, município ITABORAÍ

Condições de Validade Gerais

- 1- Este documento diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o requerente do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;
- 2- Este documento não pode ser alterado e plastificado, sob pena de perder sua validade;
- 3- Requerer a prorrogação ou renovação deste documento, dentro dos prazos legais estabelecidos no Decreto Estadual nº44.820, de 2.6.14, alterado pelo Decreto Estadual nº45.482, de 4.12.15;

Esta Licença é válida até 28 de Novembro de 2022, respeitadas as condições nela estabelecidas, e é concedida com base nos documentos e informações constantes do Processo nº E-07/511588/2012 e seus anexos.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2018



NESTOR PRADO JUNIOR
DIRETOR DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

LICENÇA DE OPERAÇÃO**LO Nº IN047349****Condições de Validade Específicas**

- 4- Atender a NOP-INEA-35 -Norma Operacional para o Sistema Online de Manifesto de Transporte de Resíduos -Sistema MTR, aprovada pela Resolução CONEMA nº.79 de 07.03.2018 e publicada no D.O.E.R.J. de 13.03.2018;
- 5- Realizar a produção de tijolos com incorporação de resíduos somente com o material residual previamente aprovado pelo INEA, através da análise do Trabalho Técnico correspondente;
- 6- Armazenar temporariamente nas instalações da empresa somente os resíduos (matéria-prima) previamente aprovados para a incorporação no tijolo, desde que em área totalmente coberta e em condições que evite qualquer possibilidade de contaminação do solo e de águas pluviais;
- 7- Realizar a produção de tijolos com incorporação de resíduos, permanentemente, na conformidade das normas da ABNT, de forma a garantir a qualidade do produto final, para a sua comercialização;
- 8- Realizar a produção de tijolos com incorporação de resíduos, na observância das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde do Trabalhador, estabelecidas pelo Ministério do Trabalho;
- 9- Realizar a produção de tijolos com incorporação de resíduos, com procedimentos operacionais que garantam, permanentemente, ao produto final, a condição de inertibilidade (Classe IIB) estabelecida pelo Anexo G da NBR10.004, ou, de Classe IIA (não inerte), conforme o Tijolo "Branco" nesse caso desde que mantidas as mesmas características quando da sua classificação;
- 10- Realizar, semestralmente, uma coleta de amostra de tijolo com incorporação de resíduo, apresentando ao INEA Laudo de análise laboratorial de Solubilidade, conforme ABNT NBR-10.006, de forma a atestar a permanência da classificação prévia do produto final, quando da aprovação do respectivo Trabalho Técnico;
- 11- Não será permitida a emissão de poluentes para a atmosfera que possam causar incômodos à vizinhança, decorrentes do processo de produção de tijolo com incorporação de resíduo, sujeitando a empresa, à paralisação do processamento, com o respectivo resíduo, até a implementação de ações de controle necessárias;

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.



LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº IN047349

Condições de Validade Específicas

12- Não incorporar nos tijolos cerâmicos os seguintes resíduos industriais:

- contendo mercúrio, cádmio e chumbo em concentrações acima dos limites de potabilidade estabelecidos pela NBR-1006;
- resíduos provenientes dos serviços de saúde;
- organoclorados, organofosforados e bifenilas policloradas, puros ou em mistura.

13- Implementar sob a ótica de melhorias contínuas de processo, no prazo de 12 meses, a partir da expedição da presente Licença, sistema de ensilagem exclusiva para os resíduos previamente aprovados para a incorporação, dotado de mecanismo de dosagem contínua do percentual de adição definido, de forma que possa garantir a condição de conformidade, durante todo o desenvolvimento do processo e também promover melhorias no controle ambiental da unidade;

14- Comunicar imediatamente à Gerência de Operações Emergenciais do INEA, plantão de 24 horas, pelos telefones (21) 2334-7910 / (21) 2334-7911 / (21) 98596-8770, qualquer anormalidade que possa ser classificada como acidente ambiental;

15- Manter atualizados junto ao INEA os dados cadastrais relativos à atividade ora licenciada, submetendo previamente ao INEA, para análise e parecer, qualquer alteração ou ampliação na atividade;

16- O INEA exigirá novas medidas de controle ambiental, sempre que julgar necessário.

-x-x-x-x-x- *HP*

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.



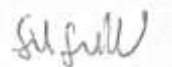
II.11.5. Projeto de Controle da Poluição – PCP

Nome da Empresa:
SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA.

O Projeto de Controle da Poluição, a ser implementado como uma das medidas mitigadoras de impactos advindos do empreendimento identificado no quadro abaixo, seguirá as diretrizes constantes da Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/11.

Processo IBAMA n.º	Nome do empreendimento	Região
02001.004518/2020-90	ATIVIDADE DE PERFURAÇÃO MARÍTIMA NO BLOCO C-M-659, NA BACIA DE CAMPOS	4

Na implementação do Projeto, os quantitativos de resíduos gerados no empreendimento e dispostos em terra entrarão no cômputo das metas de disposição final para o conjunto de empreendimentos da empresa na Região.

Responsável pelas informações sobre o Projeto de Controle da Poluição:	
Nome:	Silvia Schaffel
Cargo:	Analista de Meio Ambiente
Assinatura:	



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR



Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
196154	16/02/2023	16/02/2023	16/05/2023

Dados básicos:

CPF: 895.021.247-15
Nome: SILVIA BLAJBERG SCHAFFEL

Endereço:

logradouro: RUA JOÃO DE BARROS
N.º: 147 Complemento: 502
Bairro: LEBLON Município: RIO DE JANEIRO
CEP: 22441-100 UF: RJ

Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA

Código CBO	Ocupação	Área de Atividade
2144-30	Engenheiro Naval	Elaborar documentação técnica

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa física está em conformidade com as obrigações cadastrais do CTF/AIDA.

A inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA constitui declaração, pela pessoa física, do cumprimento de exigências específicas de qualificação ou de limites de atuação que porventura sejam determinados pelo respectivo Conselho de Fiscalização Profissional.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/AIDA não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades, especialmente os documentos de responsabilidade técnica, qualquer o tipo e conforme regulamentação do respectivo Conselho de Fiscalização Profissional, quando exigíveis.

O Certificado de Regularidade no CTF/AIDA não produz qualquer efeito quanto à qualificação e à habilitação técnica da pessoa física inscrita.

Chave de autenticação	XASP62FBZK1N58FY
------------------------------	------------------



II.11.6. Projeto de Comunicação Social – PCS

II.11.6.1. Apresentação

O Projeto de Comunicação Social (PCS), que será implementado ao longo de toda a duração da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco C-M-659, Bacia de Campos, seguirá as diretrizes constantes do Termo de Referência SEI/IBAMA N° 8165912. As atividades de Comunicação Social da Shell integram o Programa de Comunicação Social da Bacia de Campos (PCS-BC), Processo IBAMA N° 02001.024041/2018-44.

II.11.6.2. Justificativa

O PCS configura uma das medidas de mitigação de impactos exigidas pelo órgão fiscalizador no âmbito dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos *offshore* de exploração e produção de óleo e gás. Esta medida visa ao estabelecimento de um processo de comunicação clara e objetiva com as partes interessadas, na área de influência da atividade em questão.

II.11.6.3. Objetivos

Este PCS tem como objetivo geral manter as partes interessadas informadas a respeito das atividades a serem desenvolvidas na área de influência do empreendimento a ser licenciado, mitigando a geração de expectativas e contribuindo para a segurança da navegação.

Objetivos específicos

1. Divulgar para as partes interessadas, previamente ao início da Atividade de Perfuração Marítima no Bloco C-M-659, Bacia de Campos, as principais características do empreendimento, como área de influência, cronograma da atividade, rotas de navegação e distância entre o bloco e as bases de apoio, impactos efetivos e potenciais, e projetos ambientais para mitigação e controle desses impactos (dentre os quais figura o próprio PCS);
2. Estabelecer e divulgar canais de comunicação com as partes interessadas, para registrar e dirimir dúvidas, dar tratamento a sugestões e reclamações e solucionar possíveis conflitos entre o empreendimento e a sociedade, de forma geral;
3. Monitorar a zona de segurança da unidade marítima, para registro de embarcações pesqueiras que estejam navegando ou pescando dentro desta zona; e intervenção junto às mesmas, visando ao fornecimento de informações sobre a atividade, duração, zona de segurança e riscos de navegação na área;



4. Registrar e dar o devido encaminhamento aos incidentes relacionados à pesca e/ou pleitos indenizatórios decorrentes.

II.11.6.4. Metas e Indicadores

Visando ao monitoramento da *performance* do projeto e à manutenção de um processo de melhoria contínua, foram definidos metas e indicadores de desempenho relacionados ao alcance de cada um dos objetivos específicos estabelecidos, conforme descrito na **Tabela II.11.6 - 1**.

Ressaltamos que, para cumprimento do **Objetivo 1**, estamos propondo como uma das metas a utilização de informativos em formato digital, em respeito aos cuidados com a segurança e saúde das comunidades e instituições, com base nas experiências de utilização desta mídia durante o período de isolamento pela COVID-19.

Tabela II.11.6 - 1: Metas e indicadores do PCS.

Objetivo	Meta	Indicador
1	1.a. Contatar, no mínimo, 90% das partes interessadas identificadas, com destaque para as entidades pesqueiras artesanais e industriais, antes do início da atividade, e informar sobre a atividade, por meio de boletim informativo digital.	- N° de entidades pesqueiras que receberam material informativo digital sobre o projeto antes do início da atividade <i>versus</i> N° total de entidades pesqueiras atuantes na área de influência. - N° de demais entidades que receberam material informativo digital sobre o projeto antes do início da atividade <i>versus</i> N° de entidades identificadas como partes interessadas.
	1.b. Divulgar o início e o término da atividade em rádios na área de influência.	- N° de anúncios veiculados e o período de sua veiculação por meio de rádios de maior alcance ao público-alvo.
2	2.a. Responder a 100% das dúvidas, sugestões e reclamações.	- N° de dúvidas, sugestões e reclamações respondidas <i>versus</i> N° de dúvidas, sugestões e reclamações recebidas.
	2.b. Reportar à COEXP o tratamento dado a 100% dos contatos recebidos por meio dos canais de comunicação estabelecidos.	- N° de contatos tratados <i>versus</i> N° de contatos identificados.
3	3.a. Monitorar a zona de segurança, abordar 100% das embarcações de pesca que estiverem navegando ou pescando nessa área e registrar 100% das abordagens realizadas.	- N° de abordagens a embarcações de pesca (com identificação das mesmas) <i>versus</i> n° de embarcações de pesca registradas na zona de segurança. - Relação “localidades na área de influência” x “localidades de origem das embarcações de pesca abordadas”. - N° de mestres de embarcação que relataram conhecer a atividade nas abordagens <i>versus</i> N° de abordagens a embarcações de pesca.



Tabela II.11.6 - 1: Metas e indicadores do PCS.

Objetivo	Meta	Indicador
4	4.a. Registrar e reportar à COEXP 100% dos casos de incidentes (acidentes e quase acidentes) com petrechos e embarcações de pesca.	- N° de incidentes com petrechos e embarcações de pesca <i>versus</i> tempo decorrido entre a ocorrência e o reporte à COEXP. - N° de casos tratados <i>versus</i> N° de casos reportados, com a descrição das medidas tomadas em cada caso.
	4.b. Responder a 100% dos pleitos indenizatórios, informando posicionamento da Shell a respeito.	- N° de pleitos indenizatórios respondidos <i>versus</i> N° de pleitos indenizatórios recebidos.

II.11.6.5. Público-alvo

O público-alvo desse PCS é constituído, em especial, pela comunidade pesqueira que atua no mesmo espaço marítimo a ser utilizado pela atividade de perfuração no Bloco C-M-659, e pelas respectivas entidades da classe pesqueira atuantes na área de interesse do empreendimento, que abrange os seguintes municípios:

- Vila Velha e Itapemirim, no estado do Espírito Santo;
- São João da Barra, Niterói, Macaé e Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro;
- Itajaí, no estado de Santa Catarina.

Também estão incluídas as instituições governamentais competentes, como a Marinha do Brasil e respectivas capitânicas dos portos, prefeituras e secretarias municipais correlatas. Uma lista com todos os contatos das entidades e instituições governamentais identificadas como público-alvo desse projeto é apresentada no **APÊNDICE A**.

II.11.6.6. Metodologia

Este PCS será implementado conforme descrito na **Tabela II.11.6 - 2**.



Tabela II.11.6 - 2: Metodologia de implementação do PCS.

Objetivo específico 1:	Divulgar para as partes interessadas, previamente ao início da atividade, as principais características do empreendimento.	
Meta 1.a:	Contatar, no mínimo, 90% das partes interessadas identificadas, com destaque para as entidades pesqueiras artesanais e industriais, antes do início da atividade, e informar sobre a atividade, por meio de boletim informativo digital.	
Instrumento de Comunicação		Método de Comunicação
Boletim informativo (APÊNDICE B) Conteúdo: <ul style="list-style-type: none">• Identificação do empreendedor;• Canais de comunicação com o público-alvo, a serem utilizados em caso de dúvidas ou danos à petrechos ou embarcações de pesca;• Identificação do órgão licenciador (COEXP);• Telefone da COEXP, endereço eletrônico e Linha Verde;• Descrição sucinta da atividade de perfuração, utilizando recursos gráficos e, preferencialmente imagens reais da unidade de operação e das embarcações de apoio (informando suas dimensões aproximadas);• Cronograma de atividades;• Mapa georreferenciado, com a localização do bloco, dos poços previstos e das bases de apoio, informando a distância entre o bloco e a costa, as rotas de navegação e a batimetria;• Frequência de utilização das rotas de navegação pelas embarcações de apoio;• Área de exclusão para navegação em torno da unidade (zona de segurança);• Principais impactos efetivos e potenciais da atividade; e• Projetos ambientais associados. <p>O boletim informativo será confeccionado utilizando linguagem clara e objetiva, compatível com o nível de escolaridade, cultura e pré-conceitos do seu público-alvo principal – a comunidade pesqueira.</p> <p>Para que seja possível produzir o material em tempo hábil, o número da licença será incluído na carta de encaminhamento do boletim digital.</p>		<p>O boletim informativo digital será enviado aos endereços eletrônicos das partes interessadas, que incluem as entidades ligadas à pesca artesanal e industrial, identificados na área de influência, antes do início da atividade.</p>



Tabela II.11.6 - 2: Metodologia de implementação do PCS.

Meta 1.b:	Divulgar o início e o término da atividade em rádios de maior alcance ao público-alvo na área de influência.	
Instrumento de Comunicação		Método de Comunicação
Anúncio para radiodifusão (APÊNDICE C) Conteúdo: <ul style="list-style-type: none">• Características da atividade;• Cronograma (incluindo duração da atividade e <i>drift running</i>, caso aplicável);• Zona de segurança;• Demais informações relevantes à segurança da navegação e à proteção do meio ambiente;• Canais de comunicação com o público-alvo. O anúncio será elaborado utilizando linguagem clara e objetiva, compatível com o nível de escolaridade, cultura e pré-conceitos do seu público-alvo principal – a comunidade pesqueira.		O anúncio deverá ser veiculado em rádios locais de maior alcance junto às partes interessadas.
Objetivo específico 2:	Estabelecer e divulgar canais de comunicação com as partes interessadas, para registrar e dirimir dúvidas, dar tratamento a sugestões e reclamações e solucionar possíveis conflitos entre o empreendimento e a sociedade, de forma geral.	
Meta 2.a:	Responder a 100% das dúvidas, sugestões e reclamações.	
Instrumento de Comunicação		Método de Comunicação
Canais de comunicação disponibilizados pela Shell <ul style="list-style-type: none">• Linha telefônica gratuita;• Endereço eletrônico.		Contato direto.
Meta 2.b:	Reportar à COEXP o tratamento dado a 100% dos conflitos identificados por meio dos canais de comunicação estabelecidos.	
Instrumento de Comunicação		Método de Comunicação
Relatório de Atividades do PCS Conteúdo <ul style="list-style-type: none">• Discussão sobre os resultados do PCS, com a avaliação do alcance dos objetivos e metas propostos, considerando a representatividade do indicador definido;• Relação de barcos abordados durante a atividade de perfuração;• Arquivo <i>shapefile</i> com a localização georreferenciada de cada embarcação no momento da abordagem. As feições representadas deverão conter uma tabela de atributos que contemple os dados da “Planilha de Controle de Abordagem das Embarcações Pesqueiras”;• Cópias dos comprovantes de recebimento do boletim informativo pelas partes interessadas;• Comprovação dos anúncios veiculados em rádios locais.		Protocolo do Relatório de Atividades do PCS junto ao órgão licenciador, ao final da atividade de perfuração no Bloco C-M-659.



Tabela II.11.6 - 2: Metodologia de implementação do PCS.

Objetivo específico 3:	Monitorar a zona de segurança da unidade marítima, para registro de embarcações pesqueiras presentes dentro da área; e intervenção junto às mesmas, visando ao fornecimento de informações.	
Meta 3.a:	Monitorar a zona de segurança e abordar 100% das embarcações de pesca que estiverem navegando ou pescando nessa área.	
Instrumento de Comunicação		Método de Comunicação
Abordagem direta ou via rádio Conteúdo: <ul style="list-style-type: none">• Informações sobre a atividade;• Duração;• Zona de segurança; e• Riscos de navegação na área.		Contatar, diretamente ou via rádio, as embarcações que estejam navegando ou pescando próximo à unidade de perfuração (zona de segurança). Registrar todas as abordagens realizadas na Planilha de Controle de Abordagem das Embarcações Pesqueiras (APÊNDICE D).
Objetivo específico 4:	Registrar e dar o devido encaminhamento aos incidentes relacionados à pesca e/ou pleitos indenizatórios decorrentes.	
Meta 4.a:	Registrar e reportar à COEXP 100% dos casos de incidentes (acidentes e quase acidentes) com petrechos e embarcações de pesca.	
Instrumento de Comunicação		Método de Comunicação
Canais de comunicação disponibilizados pela Shell <ul style="list-style-type: none">• Linha telefônica gratuita;• Endereço eletrônico. Instrumento de Comunicação à COEXP <ul style="list-style-type: none">• Relatório de Atividades do PCS		Contato direto. Protocolo do Relatório de Atividades do PCS junto ao órgão licenciador, ao final da atividade de perfuração no Bloco C-M-659.
Meta 4.b:	Responder a 100% dos pleitos indenizatórios, informando posicionamento da Shell a respeito.	
Instrumento de Comunicação		Método de Comunicação
Canais de comunicação disponibilizados pela Shell <ul style="list-style-type: none">• Linha telefônica gratuita;• Endereço eletrônico.		Contato direto.



II.11.6.7. Resultados Esperados

De modo geral, espera-se que seja estabelecido um canal aberto de comunicação entre o empreendedor e o público-alvo do projeto, capaz de 1) manter as partes interessadas devidamente informadas a respeito do empreendimento; 2) minimizar expectativas eventualmente geradas; e 3) contribuir para a segurança da navegação, no que se refere à interação entre a atividade pesqueira e a atividade de perfuração na região.

Os resultados esperados para cada objetivo específico estabelecido no âmbito deste PCS são apresentados na **Tabela II.11.6 - 3**.



Tabela II.11.6 - 3: Resultados esperados para o Projeto de Comunicação Social.

Objetivo	Meta	Indicador	Instrumento de Comunicação	Resultado Esperado
1	1.a. Contatar, no mínimo, 90% das partes interessadas identificadas, com destaque para as entidades pesqueiras artesanais e industriais, antes do início da atividade, e informar sobre a atividade por meio de boletim informativo digital.	- N° de entidades que receberam material digital sobre o projeto antes do início da atividade <i>versus</i> N° de entidades identificadas como partes interessadas. - N° de entidades pesqueiras que receberam material digital sobre o projeto antes do início da atividade <i>versus</i> N° total de entidades pesqueiras atuantes na área de influência.	Boletim informativo	- No mínimo 90% das partes interessadas identificadas contatadas antes do início da atividade.
	1.b. Divulgar o início e o término da atividade em rádios na área de influência.	- N° de anúncios veiculados e o período de sua veiculação por meio de rádios de maior alcance ao público-alvo.	Rádiodifusão	- No mínimo um anúncio sobre o início e um sobre o término da atividade, em rádios previamente identificadas como de maior alcance junto ao público-alvo desse PCS.
2	2.a. Responder a 100% das dúvidas, sugestões e reclamações.	- N° de dúvidas, sugestões e reclamações respondidas <i>versus</i> N° de dúvidas, sugestões e reclamações recebidas.	Contato direto pelos canais de comunicação estabelecidos – telefone e e-mail	- 100% das dúvidas, sugestões e reclamações registradas e respondidas.
	2.b. Reportar à COEXP o tratamento dado a 100% dos contatos recebidos por meio dos canais de comunicação estabelecidos.	- N° de contatos tratados <i>versus</i> N° de contatos identificados.	Relatório de Atividades do PCS	- 100% dos contatos identificados registrados e reportados à COEXP.



Tabela II.11.6 - 3: Resultados esperados para o Projeto de Comunicação Social.

Objetivo	Meta	Indicador	Instrumento de Comunicação	Resultado Esperado
3	3.a. Monitorar a zona de segurança, abordar 100% das embarcações de pesca que estiverem navegando ou pescando nessa área e registrar 100% das abordagens realizadas.	<ul style="list-style-type: none">- N° de abordagens a embarcações de pesca (com identificação das mesmas) <i>versus</i> n° de embarcações de pesca registradas na zona de segurança.- Relação “localidades na área de influência” x “localidades de origem das embarcações de pesca abordadas”.- N° de mestres de embarcação que relataram conhecer a atividade nas abordagens <i>versus</i> N° de abordagens a embarcações de pesca.	Abordagem direta ou via rádio	<ul style="list-style-type: none">- 100% das embarcações de pesca avistadas na zona de segurança abordadas.- Mapeamento das embarcações pesqueiras presentes de maneira indevida na zona de segurança, para reforço das ações do PCS junto às entidades de pesca correlatas.- Mapeamento estatístico do alcance das ações do PCS junto à comunidade pesqueira.
4	4.a. Registrar e reportar à COEXP 100% dos casos de incidentes (acidentes e quase acidentes) com petrechos e embarcações de pesca.	<ul style="list-style-type: none">- N° de incidentes com petrechos e embarcações de pesca <i>versus</i> tempo decorrido entre a ocorrência e o reporte à COEXP.- N° de casos tratados <i>versus</i> N° de casos reportados, com a descrição das medidas tomadas em cada caso.	Contato direto pelos canais de comunicação estabelecidos – telefone e e-mail Relatório de Atividades do PCS	<ul style="list-style-type: none">- 100% dos incidentes com petrechos e embarcações de pesca ocorridos reportados à COEXP.- Registro e mapeamento estatístico dos incidentes tratados e das medidas tomadas.
	4.b. Responder a 100% dos pleitos indenizatórios, informando posicionamento da Shell a respeito.	<ul style="list-style-type: none">- N° de pleitos indenizatórios respondidos <i>versus</i> N° de pleitos indenizatórios recebidas.	Contato direto pelos canais de comunicação estabelecidos – telefone e e-mail	<ul style="list-style-type: none">- 100% dos pleitos indenizatórios respondidos.- 100% dos danos comprovados ressarcidos.



II.11.6.8. Inter-relação com Outros Projetos

O PCS guarda relação direta com todos os projetos ambientais desenvolvidos em atendimento às exigências do IBAMA no âmbito do processo de licenciamento ambiental, na medida em que disponibilizará para o seu público-alvo as principais informações de cada projeto implementado.

II.11.6.9. Atendimento a Requisitos Legais

Esse Projeto prevê o atendimento das diretrizes estabelecidas nos seguintes requisitos legais:

- Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, que dispõe sobre Meio Ambiente;
- Princípio 10 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1992, que estabelece o Princípio da Participação Popular;
- Lei Federal N° 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal;
- Lei Federal N° 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
- Resolução Conama 237, de 19 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental.
- Nota Técnica nº 5/2018/COPROD/CGMAC/DILIC, 28 de dezembro de 2018, que apresenta diretrizes para realização do Programa de Comunicação Social da Bacia de Campos.

II.11.6.10. Cronograma Físico

De acordo com o seu programa exploratório de perfuração marítima, a Shell pretende perfurar até seis poços exploratórios no Bloco C-M-659, sendo um poço firme e cinco poços contingentes. A perfuração do primeiro poço deverá ser iniciada em janeiro de 2022, com duração prevista de aproximadamente 03 (três) meses. As demais atividades, contingentes aos resultados do primeiro poço exploratório, terão sua data de início determinada futuramente, mas poderão ter início em meados de 2022, com continuidade ao longo dos anos de 2023 e 2024.

O cronograma de implementação desse PCS, que leva em consideração essa premissa, é apresentado na **Tabela II.11.6 - 4**.



Tabela II.11.6 - 4: Cronograma físico de implementação do PCS.

Ação	Momento de implementação da ação em relação à Atividade de Perfuração						
	Antes				Durante	Depois	
	90 dias	30 dias	15 dias	5 dias		05 dias	60 dias
Aprovação do PCS junto ao IBAMA							
Atualização do Boletim Informativo							
Atualização do texto do anúncio a ser veiculado em rádios locais							
Envio do Boletim Informativo por meio digital							
Veiculação do anúncio em rádios locais							
Disponibilização dos canais de comunicação com o público-alvo							
Monitoramento da zona de segurança							
Acompanhamento e organização das evidências de implementação do PCS							
Relatório de acompanhamento e apresentação dos resultados do PCS							



II.11.6.11. Responsável Institucional

A Shell é responsável pelo planejamento e pela implementação deste PCS.

II.11.6.12. Responsável Técnico

Os responsáveis técnicos pela elaboração deste Projeto são apresentados na **Tabela II.11.6 - 5**.

Tabela II.11.6 - 5: Responsáveis técnicos pela elaboração do Projeto.

Nome	Registro de classe	CTF IBAMA	Instituição
Adriana Moreira Bióloga/UFRJ M.Sc. Ecologia/UFRJ	CRBio 05119/02	195722	WITT O'BRIEN'S
Flavia Merchoratto Química/USP Pós-Graduada em Gestão Ambiental/FGV	CRQ 03212720	209905	WITT O'BRIEN'S
Patrícia Meg Licenciada em Ciências Biológicas/UFRJ Bióloga/UVA Pós-Graduada em Planejamento e Gestão Ambiental/UVA	CRBio 65.905/02	23663	WITT O'BRIEN'S
Suely Ortega Comunicadora Social/ESPM Assessora de Performance Social	Não se aplica	577645	Shell



APÊNDICE A – LISTA DE CONTATOS DO PÚBLICO-ALVO



Tabela 1: Grupos de Interesse.

Instituição	Endereço
Instituições de Pesca	
Vila Velha/ES	
Colônia de Pescadores de Vila Velha Z-02	Pres. Nivaldo Daré Rua Dom Jorge Menezes, Nº 1162 – Centro. Vila Velha/ES. CEP: 29100-250 colopescaz2@gmail.com Tel.: (27) 99969- 6236 / (27) 3229-5426
Associação de Pescadores de Vila Velha – APEVIL	Pres. Romildo Silva Avenida Antônio Ferreira de Queiroz – Prainha – Vila Velha – ES. CEP: 29100-180 apevil2017@gmail.com Tel.: (27) 3329-1230
Itapemirim/ES	
Associação dos Pescadores e Armadores do Distrito de Itaipava – APEDI	R. Nelcy Rocha Raposo, 365 – Itaipava – Itapemirim – ES CEP: 29338-000 apediapedi@hotmail.com solange_faustino953@hotmail.com Tel.: (28) 3529-1706/1232; (28) 8113-7690
Colônia de Pescadores de Itaipava – Z-10	R. Catarina Fernandes da Rocha, s/n – Itaipava – Itapemirim – ES CEP: 29338-000 lopes.lucila@hotmail.com Tel.: (28) 3529-2951
São João da Barra/RJ	
Colônia de Pescadores Z-02 – Atafona	Pres. Elialdo Bastos Meireles Rua Nossa Senhora da Penha, 58 – Atafona – São João da Barra – RJ. CEP: 28200-000 coldepescadoresz2@gmail.com Tel.: (22) 2741-2580 / (22) 9896-0621
Cooperativa das Mulheres de Pescadores – ARTEPEIXE	Pres. Fernanda Pires de Araújo Av. Nossa Senhora da penha, s/n – Atafona – São João da Barra – RJ – CEP: 28.200-000 artepeixe@gmail.com Tel.: (22) 99941-6649
Macaé/RJ	
Colônia de Pesca Z 03 Macaé	Rua Dr. Julio Olivier, 148. Macaé/RJ CEP: 27913-162 rizete.ribeiro@bol.com.br Tel.: (22) 2772-1700
Niterói/RJ	
Associação de Pesca de Jurujuba	R. Carlos Ermelindo Marins, 2000 – Jurujuba Niterói – RJ CEP: 24370-195 trezziliveira@gmail.com Tel.: (21) 2710-1256; (21) 3611-1116; (21) 3701-3861
Instituições de Pesca	
Niterói/RJ	
Associação de Proteção a Ecossistemas Costeiros	R.Dr. Macário Picanço, 825 – Maravista – Itaipu Niterói – RJ CEP: 24342-360 aprec@aprec.org.br Tel.: (21) 2609-8573



Tabela 1: Grupos de Interesse.

Instituição	Endereço
Associação dos Pregoeiros de Pesca e Afins de Niterói – APPANIT	R. Eng. Fabio Goulart, 605 – parte Ilha da Conceição – Niterói/RJ CEP: 24050-090 Tel.: (21) 2719-1156
Associação Livre dos Maricultores de Jurujuba de Niterói – ALMAJ	Av. Carlos Ermelindo Marins, 294 – Jurujuba Niterói/RJ - CEP: 24370-195 almarj@ig.com.br Tel.: (21) 2610-2599
Associação Livre dos Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu de Niterói – ALPAPI	Travessa Tereza, 8 – Itaipu – Niterói/ RJ - CEP: 24340-330 chicoitaipu@gmail.com Tel.: (21) 2608-1969
Colônia de Pescadores Z-7 de Itaipu	Av. Beira Mar – Praça de Itaipu s/nº - Itaipu – Niterói – RJ CEP: 24340-330 colo.n.7@hotmail.com yllkealmeida@hotmail.com Tel.: (21) 2609-2425
Colônia de Pescadores Z-8 de Niterói e São Gonçalo	R. Visconde do Rio Branco, 10 – Ponta da Areia Niterói/ RJ CEP: 24020-000 coloniaz8sg@ig.com.br Tel.: (21) 2621-8488
Instituto Baía de Guanabara – IBG	Alameda São Boaventura, 770 – Fonseca Niterói – RJ CEP: 24120-191 contato@baiadeguanabara.org.br Tel.: (21) 2625.4311/0226
Rio de Janeiro/RJ	
Associação dos Pescadores Artesanais de Sepetiba	Vala do Barco, 80, Sepetiba – RJ, CEP: 23545-340 ecopesca_artesanais@gmail.com Tel.: (21) 3156-5255/(21) 9138-7623/(21) 33496451
Associação dos Pescadores do Recreio dos Bandeirantes	Estrada do Pontal, 8847 – Recreio dos Bandeirantes – Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22790-877 caxott@yahoo.com.br
Associação dos Pescadores Livres e Amigos da Barra da Tijuca e Adjacências	Praia dos Amores, 158 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22620-150 aluiziosantosj@gmail.com Tel.: (21) 964372334
Associação de Pesca da Barra da Tijuca e Jacarepaguá	Av. Salvador Allende, 300 Lote 11 CEP 22780-160 franciscosta101127@gmail.com Tel.: (21) 97464-1301
Instituições de Pesca	
Rio de Janeiro/RJ	
Associação Livre dos Pescadores da Quinta do Caju – ALPQC	Travessa Joao Caruso, 222 – Caju - Rio de Janeiro/RJ CEP: 20931-060 al-caju@bol.com.br Tel.: (21) 97910-0726
Colônia de Pescadores Z-10 da Ilha do Governador	Praça São Pedro, 4A – Cacuia – Ilha Governador – Rio de Janeiro/RJ CEP: 21930-590 pescadoresdaz10@gmail.com Tel.: (21) 3086-9304/(21) 97307-1942
Colônia de Pescadores Z-11 de Ramos	Av. Brasil, 8.666 – Ramos – Rio de Janeiro – RJ CEP: 21012-351 coloniapesadoresz11@bol.com.br Tel.: (21) 2270-5989



Tabela 1: Grupos de Interesse.

Instituição	Endereço
Colônia de Pescadores Caju Z-12 do Caju	R. Carlos Seidl, 910 –Caju - Rio de Janeiro –RJ CEP: 20931-005 cpz12@bol.com.br coloniapescasz12@yahoo.com.br Tel.: (21) 2580-8676/(21) 2580-8331
Colônia de Pescadores Z-13 de Copacabana	Av. Atlântica, s/n – Posto 6 – Copacabana Rio de Janeiro – RJ CEP: 22010-000 coloniaz13.rj@gmail.com Tel.: (21) 2227-3388/(21) 97602-3675
Colônia de Pescadores Z-14 de Pedra de Guaratiba	Rua Barros de Alarcão, 401 – Pedra de Guaratiba – Rio de Janeiro – RJ, CEP: 23027-340 coloniadepescadoresz14@yahoo.com.br Tel.: (21) 3404-7952
Colônia de Pescadores Z-15 de Sepetiba	Praia de Sepetiba, 1886, Sepetiba, Rio de Janeiro - RJ 23545-010
Órgãos Públicos	
Espírito Santo – Estadual	
Capitania dos Portos do Espírito Santo	R. Belmiro Rodrigues da Silva, 145 - Enseada do Suá – Vitória – ES CEP: 29050-435 cpes.secom@marinha.mil.br Tel.: (27) 2124-6560/6500
Secretaria de Estado de Aquicultura e Pesca - Governo do Estado do Espírito Santo	Rua Raimundo Nonato - Nº 116 - Forte São João - Vitória – ES secretario@seag.es.gov.br Tel.: (27) 3636-3723
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo	BR 262, Km 0, s/n - Jardim América. Cariacica/ES CEP: 29140-500 gabinete@seama.es.gov.br Tel.: (27) 3636 2500; (27) 3636-2603; (27) 3636-2607
Sindicato das indústrias da Pesca do Estado do Espírito Santo	Avenida Nossa Senhora da Penha, 2053, 3º andar, Edifício Findes, Santa Lúcia, Vitória CEP: 29.056-913 sindipesca.es@gmail.com Tel.: (27) 3334-5949
Órgãos Públicos	
Vila Velha/ES	
Secretaria de Meio Ambiente de Vila Velha	Avenida Santa Leopoldina, nº 840, Coqueiral de Itaparica - Vila Velha – ES. CEP 29.102-040 pimentel@vilavelha.es.gov.br sema2@vilavelha.es.gov.br Tel.: (27) 3149-7266
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Avenida Santa Leopoldina, nº 840 – Coqueiral de Itaparica - Vila Velha – ES. CEP: 29102-915 andre.almeida@vilavelha.es.gov.br (Secretário) neymara.carvalho@vilavelha.es.gov.br (Subsecretária) Tel.: (27) 3149-7354 (Secretário), (27)3149-7335 (Subsecretária)
Itapemirim/ES	
Secretaria Municipal de Aquicultura e Pesca – SEMAP	Praça Domingos José Martins, s/n, Centro, Itapemirim – ES CEP: 29330-000 jarthurmarquile@hotmail.com Tel.: (28) 3529-1311



Tabela 1: Grupos de Interesse.

Instituição	Endereço
Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itapemirim – SEMMA	Rua Dr. Áulus Vasconcelos, 110, Vila Nova, Itapemirim - ES CEP: 29.330.000 meioambiente@itapemirim.es.gov.br Tel.: (28) 3529-6419
Rio de Janeiro - Estadual	
Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Av. Alfred Agache, s/n – Centro. Rio de Janeiro/RJ CEP: 20021-000 cprj.secom@marinha.mil.br Tel.: (21) 2197-2554; (21) 2104-5320/7197
Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FAERJ	Av. Rio Branco, 135, grupo 910 – Centro Rio de Janeiro – RJ CEP: 20040-006 faerj@faerj.com.br Tel.: (21) 3380-9500
Federação das Associações dos Pescadores Artesanais do Estado Rio de Janeiro – FAPESCA	Av. Carlos Ermelindo Marins, 294 – Jurujuba Niterói – RJ CEP: 24370-195 almarj@ig.com.br Tel.: (21) 2610-2599
Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro – FEPERJ	R. Visconde do Rio Branco, 10 – Ponta da Areia Niterói – RJ CEP: 24020-007 feperj@ig.com.br Tel.: (21) 2629-7178
Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ	Praça Fonseca Ramos s/nº - Terminal Rodoviário Roberto Silveira, sobreloja - Niterói/RJ - CEP: 24.030-020 comunicacao@fiperj.rj.gov.br fiperj@fiperj.rj.gov.br Tel.: (21) 2705-0741
Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro – INEA	Av. Venezuela, 110 – Saúde – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20081-312 ouvidoria.nap.inea@gmail.com (21) 2332-4604
Órgãos Públicos	
Rio de Janeiro - Estadual	
Marinha do Brasil - RJ	Praça Mauá, 65 – Centro – Rio de Janeiro/RJ CEP: 20.081-240 assessoriaimprensa1dn@gmail.com com1dn.faleconosco@marinha.mil.br imprensa.1dn@gmail.com (RJ e ES) Tel.: (21) 2104-6572
Sindicato da Indústria de Pescado no Rio de Janeiro – SIPERJ	Rua Santa Luzia, nº 685, Sala 803, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20030-041 sindpescadorj@gmail.com Tel.: (21) 2717-6892
Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – SAPERJ	Rua Presidente Craveiro Lopes, 200 Barreto – Niterói – RJ – CEP 24.110-340 saperj@uol.com.br presidentesaperj@uol.com.br Tel.: (21) 26218731; (21) 2719-0455
São João da Barra/RJ	
Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos de São João da Barra	Rua Joaquim Thomaz de Aquino Filho nº 80, Centro/SJB - CEP: 28200-000 meioambiente@sjb.rj.gov.br marcela.toledo@sjb.rj.gov.br marcos.machado@sjb.rj.gov.br Tel.: (22) 99704-4722 / (22) 2741-8384



Tabela 1: Grupos de Interesse.

Instituição	Endereço
Secretaria de Pesca de São João da Barra	Rua Jorge Moreira da Costa, nº 16 – Atafona – São João da Barra – RJ. CEP: 28200-000 saul.oliveira@sjb.rj.gov.br Tel.: (22) 2741-2798
Macaé/RJ	
Secretaria Adjunta de Pesca e Aquicultura	Av. Presidente Sodré, s/n� – Mercado Municipal de Peixes – CEP: 27913080 – Centro – Macaé/RJ junior.secretariadepesca@gmail.com Tel.: (22) 2762-8369
Secretaria de Ambiente e Sustentabilidade	Av. Rui Barbosa, 1725 - Altos dos Cajueiros Loja 26 - CEP: 27915- 011 sema@macae.rj.gov.br Tel.: (22)2772-3571/3377/1810
Subsecretaria Municipal de Ambiente de Macaé	Av. Rui Barbosa, 1725 - Altos dos Cajueiros Loja 26 Macaé/ RJ CEP: 27915- 011 sema@macae.rj.gov.br Tel.: (22)2772-1810/3597/ 3377
Niter�/RJ	
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade de Niter� – SMARHS	R. Visconde de Sepetiba, 987/10� andar Niter� – RJ CEP: 24.020-206 niteroismarhs@gmail.com Tel.: (21) 2613-2283; (21) 2622-7631
Rio de Janeiro/RJ	
Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro	R. Afonso Cavalcanti, 455 – Cidade Nova Rio de Janeiro – RJ CEP: 20211-110 imprensa.seconserma@gmail.com/ccgca.cgca@gmail.com Tel.: (21) 2976-1000/(21) 2976-3185
�rg�os Públicos	
Santa Catarina - Estadual	
Secretaria da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural	Rodovia Admar Gonzaga, 1486 – Itacorubi – Florianópolis/SC CEP: 88034-000 gabinete@agricultura.sc.gov.br imprensa@agricultura.sc.gov.br catia@agricultura.sc.gov.br Tel.: (48) 3664-4400/4404/4320/4417; (48) 98843-4996/ (48) 99998-0907
Sindicato dos Armadores e das Indústrias de Pesca de Itajaí e Região - SINDIPI	Rua Lauro Muller, 386 - Centro – Itajaí/SC CEP: 88301-400 comunicacao@sindiipi.com.br Tel.: (47) 3247-6700
Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Pesca de Santa Catarina - SITRAPESCA	R. Helio Douat de Meneses, 115, São João, Itajaí/SC CEP: 88305-130 sitrapesca@terra.com.br Tel.: (47) 3348-4833/6774
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Pesca de Itajaí Subsede Navegantes	Rua Itajaí, 398, Sala 02, São Domingos, Navegantes/SC sitrapesca@terra.com.br Tel.: (47) 3398-1555
Itajaí/SC	
Secretaria de Relações Institucionais e Temáticas	Presidente: Valmir Vitorino Junior Rua Alberto Werner, 100. Vila Operária - Itajaí (SC). CEP: 88304-053 sepesca@itajai.sc.gov.br secretariopesca@itajai.sc.gov.br Tel: (47) 3344-2308 / 9 9919-6033



Tabela 1: Grupos de Interesse.

Instituição	Endereço
Empresas de Pesca	
Espírito Santo	
Atum do Brasil Captura, Indústria e Comércio Ltda.	R.: Sebastião Alves de Almeida, 409 – Itaoca – Itapemirim/ES CEP: 29330-000 ricardosalum@hotmail.com autentica@autenticaconsultores.com.br Tel: (28) 3529-3415
Mar a Mar	R. Sizenaldo Matos Bourguignon, 2-60 - Morro Atalaia, Guarapari /ES CEP: 29215-250 maramar@maramar.ind.br shells@maramar.ind.br Tel: (27) 3361-1304, (27) 99793 8942, (27) 99793 4137, (27) 98112 2377 e (27) 99829 -5252
Mar e Terra	R. José Barcelos de Matos, 140 - Parque da Areia Preta, Guarapari /ES CEP: 29200-720 mareterra123@hotmail.com (27) 3361-1623
Rio de Janeiro	
Blupesca Brasil	Tr Praia Grande, 01, Centro, Niterói/RJ, CEP:24048-900
Brasfish Industria e Comercio	Luis Lirio 55 Sala 1 Barra de Macaé Macaé/RJ CEP 27973-010 contabilidade1@grupoambaramaral.com.br (17) 3631-9100/ (17) 3631-9101
Empresas de Pesca	
Rio de Janeiro	
Castro Indústria e Com de Pescado	R. Poe. Brasil dos Réis, 189 - Praia do Anil, Angra dos Reis /RJ CEP: 23904-030 (24) 3365-1595
Da Hora Indústria de Pesca Ltda	Av. Almirante Barroso, 905 – Passagem. Cabo Frio/RJ CEP: 28906-280 (22) 2647-1174 e (22) 2643-1187
Ebrapesca Empresa Brasileira de Pesca	Aterro - R. Santa Luzia, 153 - Japuiba, Angra dos Reis - RJ, 23900-520 (24) 3365-1080
F.a Forte Pescados	R Sao Joao Da Barra, 50 Angra Dos Reis/RJ CEP: 23934-080 (24)3365-8672
Fênix Pescados	R. Manuel Duarte, nº 3210. São Gonçalo/RJ CEP 24430-500 administrativo@fenixpescados.net.br (21) 2719-7953 (21) 99606-5588
Investmar Pesca E Comercio Ltda	Ilha a Do Caju, 131, Parte - Ponta D'Areia, Niterói/ RJ, CEP 24040005 paulovitor@raphaelmiranda.adv.br (21) 38063650
Otto Magalhaes Pescados Personalizados Ltda	Av Carlos Ermelindo Marins, 145, Jurujuba, Niterói/RJ, CEP 24370-195 ordeppedro@ig.com.br
Transporte e Comércio de Pescados Magalhães Ltda.	Av. Almirante Barroso, 1.139 – Passagem. Cabo Frio/RJ. CEP: 28906-280 (22) 26472728 (22) 2643-3030 (22) 2645-6592



Tabela 1: Grupos de Interesse.

Instituição	Endereço
Wal Pesca Comercio de Pesca	Av. Almirante Barroso, nº 1133. Cabo Frio. CEP: 28906-280 (22)2643-2386
William & Valle Pescados	R Barão De Mauá, 354, Slj, Ponta D Areia, Niterói/RJ, CEP 24040-280 (21) 97713-0262
Santa Catarina	
Açupesca Comércio Importação Exportação	Rua David Adão Schmitt, 659 - Nova Brasília. Itajaí/SC CEP: 88305-400 acupesca@gmail.com (47) 3346-1117 (47) 3348-4570 (47) 3348-5557
Brasilmar Indústria Comércio Pescados Ltda	Rua Eugênio Pezzini, 560 - Cordeiros. Itajaí/SC CEP: 88311-000 (47) 3346-2266
Comércio de Pescados Santa Virgínia Ltda	Rua Orlando Ferreira, nº705 - Machados – Navegantes/SC CEP: 88375-000 ramosesrcont@uol.com.br (47) 3342-9020
Gomes da Costa Alimentos S/A	Rua Eugênio Pezzini, 500 Cordeiros. Itajaí/SC CEP: 88311-000 andreiasilva@gomesdacosta.com.br leandropoppi@gomesdacosta.com.br (47) 3241-8800
Empresas de Pesca	
Santa Catarina	
Pescar Captura E Comercio De Pescados Ltda	Av Governador Celso Ramos, 855, Slj Porto Belo /SC CEP: 88210-000 jomedeiros@pesqueirapioneira.com.br (47)3369-4211
Trovão Comércio de Pescados	Rua Teodoro Lino Régis, 1365 - Murta. Itajaí/SC CEP: 88311-320 (47) 3246-1925 (47) 99227-0269

Fonte: OGX/HABITEC. 2008; PETROBRAS/MINERAL 2017; PETROBRAS/MATT MACDONALD 2017, EXXON, 2019.



APÊNDICE B – BOLETIM INFORMATIVO

PROJETO DE **COMUNICAÇÃO SOCIAL**



ATIVIDADE DE PERFURAÇÃO MARÍTIMA
DE POÇOS NO BLOCO C-M-659,
BACIA DE CAMPOS



A realização do Projeto de Comunicação Social é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

A atividade exploratória a ser executada pela **Shell Brasil** na área do Bloco C-M-659 tem por objetivo conhecer as características das reservas ali existentes e avaliar o potencial de produção de petróleo na região.

Para tanto, está prevista a perfuração de até seis poços exploratórios e a realização de até quatro testes de formação, que visa determinar a capacidade de produção de um poço. A perfuração do primeiro poço deverá ser iniciada a partir de maio de 2023, com duração prevista de três meses. Com base nos resultados da perfuração no primeiro poço, serão definidas as atividades nos demais poços, cuja previsão para realização se estende pelos anos de 2024 e 2025.

Estas atividades serão realizadas em conformidade com as melhores práticas de saúde e segurança da indústria, com as exigências de controle ambiental do IBAMA e com as demais exigências regulatórias.

Cronograma previsto para a atividade de perfuração no Bloco C-M-659



**Primeiro poço:
maio a julho de 2023**



A perfuração exploratória no Bloco C-M-659, localizado na Bacia de Campos, na costa do estado do Rio de Janeiro, a cerca de 189 km do município de Campos dos Goytacazes/RJ, em águas ultraprofundas (entre 2.800 - 3.000 m de profundidade), será realizada pela sonda semi-submersível Noble Developer.

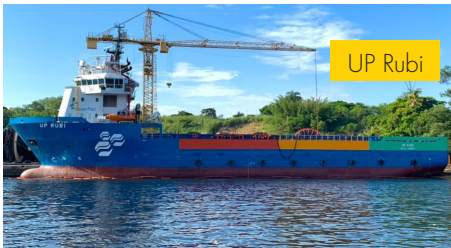


Dimensões da sonda Noble Developer

Comprimento total	117 m
Profundidade (Pontal)	114,5 m
Largura total	78 m
Calado em operação	18,5 - 20,5 m

As embarcações UP Rubi e Normand Tantalus serão utilizadas para apoio logístico à atividade, isto é, para levar equipamentos e suprimentos à unidade de perfuração e para trazer os resíduos gerados na unidade para destinação em terra – reciclagem, disposição em aterro etc. **Estão previstas até quatro viagens semanais, entre as bases de apoio marítimo e a unidade de perfuração, sendo duas para cada embarcação.**

Essas embarcações também estarão disponíveis durante toda a atividade para dar suporte em caso de emergências.



Dimensões das embarcações de apoio UP Rubi e Normand Tantalus

	UP Rubi	Normand Tantalus
Deck - área máxima	844 m ²	810 m ²
Comprimento	84,6 m	82,2 m
Boca	16,6 m	17,0 m
Calado máximo	6,4 m	6,3 m
Profundidade	7,8 m	7,6 m

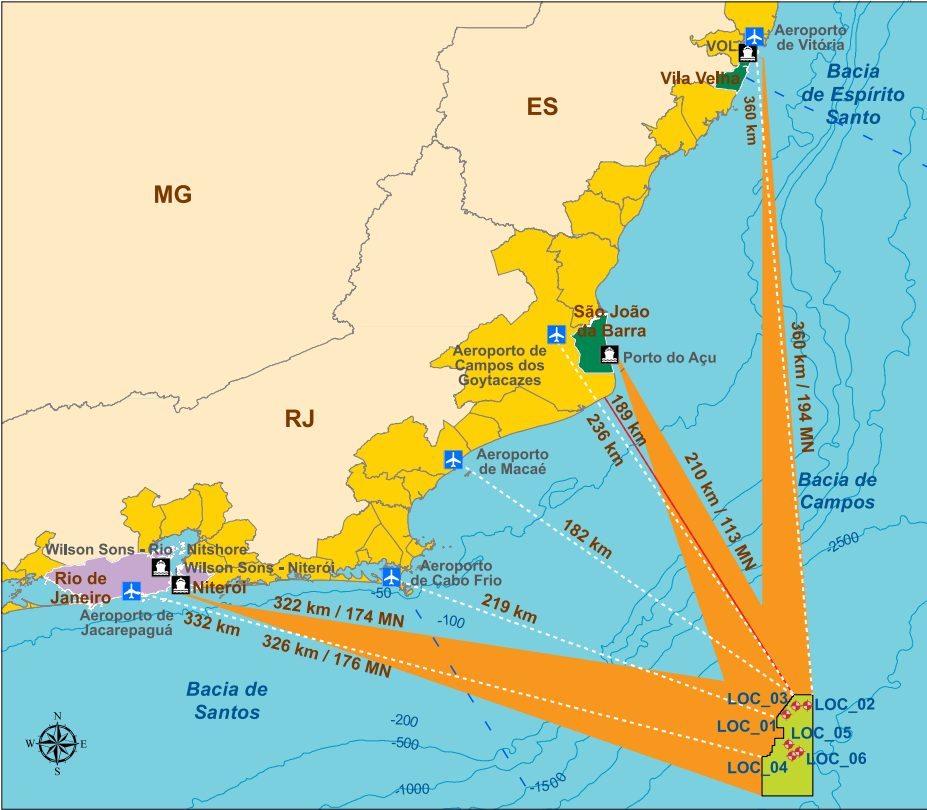
ZONA DE SEGURANÇA

A Marinha do Brasil estabeleceu, através da NORMAN 08, uma norma que regulamenta o tráfego e a permanência de embarcações em Águas Jurisdicionais Brasileiras, a zona de segurança – área correspondente a um raio de 500 m ao redor da unidade de perfuração, onde fica proibida a movimentação de embarcações não vinculadas à operação durante todo o período da atividade. Essa restrição visa minimizar o risco de colisão entre as embarcações de apoio e outros barcos, além de permitir o livre trânsito em caso de emergência e promover a segurança dos trabalhadores envolvidos nas ações de resposta a emergência no mar.
















A base de apoio para suporte primário à atividade de perfuração será a Nitshore Engenharia e Serviços Portuários S/A, localizada na cidade de Niterói/RJ, a aproximadamente 322 km do bloco. Para suporte secundário, no caso de necessidades extraordinárias da operação, poderão ser utilizadas a Wilson Sons - Niterói, também localizada em Niterói/RJ; a Wilson Sons - Rio, localizada no Rio de Janeiro/RJ; o Porto do Açu, em São João da Barra/RJ; ou a VOL Vitória Offshore Logística S.A., em Vila Velha/ES. As bases marítimas fornecem apoio para o abastecimento de combustíveis, as trocas de tripulação das embarcações de apoio, o armazenamento de insumos, materiais e equipamentos, o armazenamento e a transferência dos resíduos desembarcados em terra etc.

O transporte de passageiros para a unidade de perfuração será realizado por helicópteros, estando previstos, inicialmente, até oito voos semanais para este fim. Como base de suporte aéreo poderão ser utilizados os aeroportos de Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro, Cabo Frio, Macaé ou Campos dos Goytacazes, todos localizados no estado do Rio de Janeiro, além do Aeroporto de Vitória, no Espírito Santo.



Legenda

-  Poços
-  Base de apoio aéreo
-  Base de apoio marítimo
-  Batimetria
-  Menor distância a costa
-  Rota aérea
-  Rota das embarcações de apoio
-  Bloco C-M-659
-  Bacias marítimas
-  Municípios costeiros
-  Limite estadual
- Municípios da Área de Influência**
-  Base Marítima
-  Base Marítima, Pesca Artesanal

Poços	Coordenadas Geográficas (Graus°Minutos'Segundos'')		Lâmina d'água (m)	Menor Distância da Costa (km)
	Latitude	Longitude		
LOC_01	-23°35'45.708"	-40° 7'50.52"	2.893	195
LOC_02	-23°33'05.22"	-40°1'38.964"	2.905	197
LOC_03	-23°33'13.284"	-40°4'58.764"	2.880	194
LOC_04	-23°48'02.628"	-40°6'10.548"	2.998	211
LOC_05	-23°44'43.872"	-40°7'6.132"	2.957	207
LOC_06	-23°47'05.737'	40°4'3.264"	2.942	214

Em atendimento às exigências do IBAMA para o licenciamento ambiental desta atividade, a Shell identificou quais serão os impactos da sua operação sobre o ambiente, a sociedade e as atividades econômicas desenvolvidas na região e definiu ações que visam minimizar, controlar ou monitorar tais impactos.

Os impactos operacionais são aqueles originados pela operação normal da atividade, ou seja, uma vez iniciada a atividade, ocorrerão de fato. Tais impactos serão minimizados, controlados ou monitorados através de projetos ambientais. Já os impactos potenciais, aqueles que só acontecerão em caso de acidentes, serão minimizados ou controlados através das ações de resposta à emergência previstas no Plano de Emergência Individual (PEI).

IMPACTOS OPERACIONAIS E POTENCIAIS NEGATIVOS IDENTIFICADOS E PROJETOS E PLANOS ASSOCIADOS	
Impactos Identificados	Projetos e Planos Associados
Impactos operacionais	
Variação da qualidade das águas e do ar	Projeto de Monitoramento de Fluidos e Cascalho (PMFC) Projeto de Controle da Poluição (PCP) Plano de Gerenciamento de Resíduos da Atividade de Perfuração (PGRAP) Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT)
Variação da qualidade dos sedimentos no fundo do mar	Projeto de Monitoramento Ambiental (PMA) Projeto de Monitoramento de Fluidos e Cascalho (PMFC) Plano de Gerenciamento de Resíduos da Atividade de Perfuração (PGRAP)
Contribuição para o efeito estufa	Projeto de Controle da Poluição (PCP)
Alteração da ecologia local	Projeto de Monitoramento da Biota Marinha na Atividade de Perfuração (PMBM) Projeto de Controle da Poluição (PCP) Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT) Projeto de Prevenção e Controle de Espécies Exóticas (PPCEX)
Interferência nos animais marinhos	Projeto de Monitoramento Ambiental (PMA) Projeto de Monitoramento da Biota Marinha na Atividade de Perfuração (PMBM) Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT) Projeto de Prevenção e Controle de Espécies Exóticas (PPCEX)

Impactos Identificados	Projetos e Planos Associados
Impactos operacionais	
Interferência nas aves	Projeto de Monitoramento da Biota Marinha na Atividade de Perfuração (PMBM) Plano de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna (PMAVE)
Geração de expectativas na população local	Projeto de Comunicação Social (PCS)
Aumento da pressão sobre o tráfego marítimo, terrestre e aéreo	
Interferência sobre a atividade pesqueira, em função da proibição da pesca e navegação na zona de segurança, conforme estabelecido pela NORMAM 08	Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT) Projeto de Comunicação Social (PCS)
Aumento do risco de acidentes com a atividade pesqueira na área da rota das embarcações de apoio	
Impactos potenciais	
Vazamento acidental de óleo no mar	Plano de Emergência Individual (PEI)



Projetos e Planos Ambientais

Projeto de Monitoramento de Biota Marinha na Atividade de Perfuração (PMBM):	Monitora alterações no comportamento da fauna marinha (mamíferos, tartarugas, aves e peixes), em especial das espécies de interesse comercial, ameaçadas de extinção e protegidas por lei, no entorno da plataforma, decorrentes da atividade de perfuração.
Projeto de Monitoramento Ambiental (PMA):	Monitora a ocorrência de mudanças ambientais relevantes no ambiente marinho, particularmente sobre o fundo marinho, no entorno da unidade de perfuração, visando à aplicação das medidas corretivas necessárias em tempo hábil.
Plano de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna (PMAVE):	Monitora e minimiza os impactos sobre as aves, realizando o atendimento e manejo emergencial, caso sejam avistados na unidade de perfuração animais feridos ou que necessitem de atendimento especializado, ou que ofereçam risco à operação.
Projeto de Prevenção e Controle de Espécies Exóticas (PPCEX):	Minimiza a possibilidade de transporte de espécies exóticas, em especial do coral-sol, pelo navio-sonda e embarcações de apoio, e consequente infestação na região das operações.
Projeto de Monitoramento de Fluidos e Cascalho (PMFC):	Monitora o uso e o descarte dos produtos utilizados na perfuração e dos resíduos gerados a partir dessa atividade (fluidos de perfuração, cascalhos, fluidos complementares e pastas de cimento).

Plano de Gerenciamento de Resíduos da Atividade de Perfuração (PGRAP):	Trata da gestão dos resíduos sólidos específicos, gerados pela atividade de perfuração (fluidos, cascalho e pasta de cimento).
Projeto de Controle da Poluição (PCP):	Controla a geração de resíduos e efluentes a bordo da unidade de perfuração e das embarcações de apoio, para minimizar a poluição que pode resultar do descarte no mar, das emissões atmosféricas e da destinação em terra.
Projeto de Comunicação Social (PCS):	Minimiza os impactos sobre a população da região, estabelecendo um canal de comunicação entre a Shell e as partes interessadas para divulgação da atividade e esclarecimentos sobre os aspectos gerais das operações e medidas para controle, minimização e monitoramento dos impactos, conforme exigido pelo IBAMA.
Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT):	Minimiza os impactos sobre o ambiente, através da conscientização dos trabalhadores envolvidos diretamente nas operações, para que conheçam melhor suas atividades e o ambiente na região do empreendimento e desempenhem seu trabalho com as atitudes e as habilidades necessárias à preservação ambiental.
Plano de Emergência Individual (PEI):	Define as estratégias, os equipamentos e os recursos humanos que deverão ser usados nas ações de resposta em caso de acidentes envolvendo o derramamento de óleo no mar.

Em caso de incidentes envolvendo danos a embarcações de pesca ou petrechos, dúvidas, sugestões ou reclamações, entre em contato com a Shell por meio dos seguintes canais:



Fale Shell: 0800 727 5270

E-mail: fale@shell.com

Para solicitação de indenização, em caso de incidentes, encaminhe por e-mail:

- Descrição do incidente com data, hora, local e nome da embarcação causadora do dano à embarcação pesqueira e/ou petrecho;
- Coordenadas geográficas do local do incidente;
- Fotos do incidente.

Após avaliação interna, a empresa retornará em até cinco dias úteis.



Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás (COEXP/CGMAC)

E-mail: coexp.rj@ibama.gov.br

Telefone: (21) 3077 4273

Denúncias para a Linha Verde do IBAMA: 0800 61 80 80



Fundada em 1897, a Shell é uma das maiores empresas de energia do mundo, com atuação em 70 países e territórios. Presente no Brasil desde 1913, a Shell tem como principal objetivo atender às necessidades energéticas da sociedade hoje e no futuro, trabalhando de forma responsável nos âmbitos econômico, ambiental e social.

Para mais informações sobre a atuação da Shell no Brasil, acesse:

www.shell.com.br





APÊNDICE C – ANÚNCIO DE INÍCIO DA ATIVIDADE PARA RADIODIFUSÃO



ROTEIRO PARA ANÚNCIO EM RÁDIOS LOCAIS

A Shell Brasil iniciará em maio de 2023 a perfuração marítima de um poço, em águas com cerca de 3.000 metros de profundidade, no Bloco C-M-659, na Bacia de Campos, situado a cerca de 200 quilômetros do município de Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro.

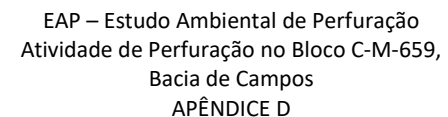
A perfuração, com duração prevista de três meses, será realizada pela sonda Noble Developer, com o apoio de duas embarcações, UP Rubi e Normand Tantalus, que farão o percurso entre as bases de apoio e o local da atividade. Poderão ser utilizadas bases de apoio localizadas na Baía de Guanabara, em Niterói ou no Rio de Janeiro, ou no Porto do Açu, em São João da Barra, no estado do Rio de Janeiro; ou ainda em Vila Velha, no Espírito Santo.

A Shell reafirma o compromisso com as normas sanitárias, ambientais e marítimas vigentes no país e reforça: todos devem respeitar a zona de segurança de 500 metros ao redor do navio-sonda.

Para mais informações ligue para 0800 727 52 70 ou escreva para fale@shell.com.



APÊNDICE D – PLANILHA DE CONTROLE DE ABORDAGEM DAS EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS





II.11.7. Projeto de Treinamento Ambiental dos Trabalhadores – PEAT

Conforme alinhado em reunião junto à COEXP/CGMAC/DILIC/IBAMA, no dia 28 de junho de 2018, a Shell apresentou em 16 de julho de 2018, por meio do Ofício SHELL-HSSE-2683-2018, uma proposta de unificação dos Projetos de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT) referentes às atividades de perfuração marítima nos Blocos BC-10 (anuência para perfuração de novos poços), Sul de Gato do Mato e Alto do Cabo Frio Oeste, em virtude destas 3 (três) campanhas utilizarem a mesma sonda de perfuração, em atividades sequenciais, caracterizando tal atividade como continuada.

Seguindo as orientações do IBAMA na reunião supracitada, a Shell solicitou a abertura de um processo administrativo específico para as questões concernentes ao PEAT unificado das atividades de perfuração, através da correspondência SHELL-HSSE-2683-2018. O processo administrativo nº 02001.020920/2018-05 foi então criado pelo IBAMA e informado através do Ofício COEXP/CGMAC/DILIC/IBAMA nº 277/2018. O mesmo ofício solicitou ainda que quaisquer documentos referentes à análise e aprovação da proposta apresentada pela empresa para o PEAT unificado, fizessem referência unicamente a este processo administrativo.

O material didático do PEAT unificado foi desenvolvido contemplando todas as exigências do Termos de Referência para os empreendimentos de BC-10, Sul de Gato do Mato e Alto de Cabo Frio Oeste; ou seja: (i) carga horária mínima de 8 horas, dividida em quatro módulos de duas horas cada; (ii) conteúdo programático focado nas particularidades da bacia sedimentar; (iii) inclusão, a partir do segundo ano de atividade, nos módulos II e III, dos resultados dos projetos ambientais do ano anterior, referente às perfurações marítimas nas Bacias de Campos e Santos. Anualmente, será entregue a COEXP/CGMAC/DILIC/IBAMA, um relatório para o devido acompanhamento do projeto.

O início das atividades do PEAT unificado foi autorizado em 15 de fevereiro de 2019 através do Ofício COEXP/CGMAC/DILIC/IBAMA nº 134/2019, o qual aprovou o projeto e material didático parcialmente, solicitando a revisão do material e atividades referentes ao Modulo IV, a ser implementado nos meses de outubro a dezembro. Em atendimento a essa solicitação, o material e atividades do modulo IV foram revisados e encaminhados para a COEXP CGMAC/DILIC/IBAMA através da carta SHELL-HSSE 4659/2019, sendo esses aprovados através do Ofício COEXP/CGMAC/DILIC nº 401/2019.

No dia 01 de julho de 2019, por meio do Ofício SHELL-HSSE-5011-2019, a Shell protocolou o EAP para a atividade de perfuração no Bloco de Saturno. No referido estudo, a Shell solicitou a inclusão do Bloco de Saturno no PEAT Unificado, uma vez que estava prevista a utilização da mesma sonda Brava Star em operação sequencial às atividades supracitadas, conforme se evidenciou durante a execução da atividade de perfuração.



No dia 04 de janeiro de 2021, por meio da correspondência SHELL-HSSE-8241-2021, a Shell protocolou o EAP para a atividade de perfuração no Bloco C-M-791. No referido estudo, a Shell solicitou a inclusão do Bloco de C-M-791 no PEAT Unificado, em virtude do cronograma de atividades previstas, a serem realizadas pela sonda West Tellus.

A atividade de perfuração no Bloco C-M-659, que irá ocorrer entre o segundo trimestre de 2023 e o final de 2025, prevê a perfuração de apenas um poço firme, com duração de três meses, através da sonda Noble Developer, sendo as demais atividades contingenciais.

Desta forma, a Shell solicita a inclusão do Bloco C-M-659 no PEAT Unificado de Perfuração da Shell (Processo 02001.020920/2018-05) e se compromete a atualizar o material didático no âmbito do referido processo administrativo.



II.11.8. Plano de Compensação da Atividade Pesca - PCAP

A. Introdução

Como apontado no Termo de Referência SEI/IBAMA nº 8165912, a identificação de impactos não mitigáveis sobre a atividade pesca implica, necessariamente, na formulação de um Plano de Compensação da Atividade Pesca para os pescadores artesanais dos municípios da Área de Influência da atividade. Ainda segundo o documento, de uma forma geral, esses impactos decorrem da sobreposição de áreas utilizadas na pesca artesanal com aquelas que serão utilizadas para a operação do empreendimento.

Caso não sejam identificados impactos não mitigáveis sobre a atividade pesca artesanal ou potenciais conflitos de uso, o Termo de Referência solicita que seja elaborada uma justificativa para a não implementação do PCAP, que contenha análises dos dados obtidos e, também, uma representação gráfica das áreas de pesca dos municípios da Área de Influência da atividade e, das áreas a serem utilizadas na operação do empreendimento.

Considerando esses aspectos, o presente item do EAP pretende, a partir da percepção dos impactos identificados e avaliados sobre a pesca artesanal dos municípios da área de influência, analisar a necessidade de implementação de PCAP, em função da operação de perfuração prevista.

A análise foi realizada com base na avaliação de impactos e na delimitação da área de influência, de forma a considerar os impactos sobre a pesca artesanal identificados e, a abrangência espacial de seus efeitos.

B. Análise das Informações Levantadas e Justificativa da Área de Influência

Para a determinação dos impactos e sua abrangência (expressa na área de influência) considerou-se que a atividade de perfuração está prevista para ocorrer no Bloco C-M-659, na Bacia de Campos, situado em distância mínima de 189 km da costa do município de Campos dos Goytacazes (RJ) e, em profundidade variando entre 2.827 e 3.037 metros.

Além da área de realização da operação, também foram levadas em conta as rotas que serão utilizadas para a o trânsito entre o bloco e as bases de apoio marítimo. Neste contexto considerou-se as seguintes bases operacionais:

- Nitshore Engenharia e Serviços Portuários S/A (em Niterói/RJ) – base de apoio primário;
- Brasco Logística Offshore (em Niterói/RJ) – base de apoio secundário;
- Brasco Rio (no Rio de Janeiro/RJ) – base de apoio secundário;



- Porto do Açu, (São João da Barra/RJ) – base de apoio secundário;
- VOL – Vitória Offshore Logística S.A. (Vila Velha/ES) – base de apoio secundário.

Esse conjunto de características foi projetado sobre os aspectos levantados para a pesca artesanal da Área de Influência da atividade. Cabe destacar que as análises tiveram como referência, dados obtidos em estudos ambientais e relatórios de projetos de monitoramento de desembarque pesqueiro recentes, realizados na região (PETROBRAS, 2018a, 2018b, 2019a, 2019b; 2020, PETROBRAS/CTA, 2019, dentre outros).

A partir destas informações foi possível verificar que a pesca artesanal realizada na região em foco, tem como área de atuação usual ou de concentração, a plataforma continental até 75 metros de profundidade, podendo em poucos trechos, alcançar até 200 metros de profundidade.

Constatou-se, assim, que a área de atuação expressiva dos pescadores artesanais dos municípios da Área de Influência (Vila Velha, São João da Barra, Niterói e Rio de Janeiro) está situada próxima à costa e, portanto, distante do Bloco C-M-659. Dessa forma, foi possível inferir que as frotas pesqueiras artesanais provenientes dos municípios da Área de Influência, não utilizam a área do Bloco C-M-659 para atividades de pesca.

A concentração da pesca artesanal nas proximidades da costa se articula com as características das embarcações utilizadas pelos pescadores artesanais desses municípios, que apresentam baixa autonomia, o que acaba por limitar a capacidade para alcançar regiões distantes da costa, como a que se encontra o Bloco C-M-659.

Em resumo, observou-se que em função da atividade de perfuração em análise, não é esperado efeito negativo sobre a pesca artesanal na área do Bloco C-M-659, de modo que, sob esse aspecto, não se justifica a implementação do PCAP.

Da mesma forma, para a realização da atividade de perfuração é necessário o trânsito de embarcações de apoio entre as bases operacionais previstas e a área do bloco.

Como já mencionado, para dar suporte à operação de perfuração será utilizada uma base de apoio primária, localizada no município de Niterói (RJ), e poderão ser utilizadas, eventualmente, outras quatro bases de apoio secundárias, localizadas nos municípios do Rio de Janeiro (RJ), Niterói (RJ), São João da Barra (RJ) e Vila Velha (ES).

A rota marítima entre o bloco e a base de apoio primária (Nitshore), localizada em Niterói/RJ, será utilizada regularmente, enquanto as rotas de navegação para as bases secundárias, se houver, serão utilizadas de forma esporádica.



O transporte de materiais e equipamentos entre a base de apoio primária e a unidade marítima de perfuração será realizado por duas embarcações, com uma frequência máxima estimada de até quatro viagens semanais, sendo duas para cada embarcação (cerca de, no máximo, 20 viagens mensais no total).

Neste contexto, no que se refere às possíveis sobreposições da rota de navegação das embarcações de apoio com áreas de pesca artesanal, devido ao uso da base de apoio primária, localizada em Niterói (RJ), verificou-se, que os pescadores artesanais provenientes dos municípios de Niterói e Rio de Janeiro poderão ter alguma interferência. Essas possíveis interfaces entre as atividades poderão se dar em trecho específico, próximo à barra da Baía de Guanabara, utilizado de forma expressiva por uma parcela dos pescadores que operam, especialmente, com petrechos de deriva, como as redes de amalhe.

O mesmo poderá ocorrer caso venham a ser utilizadas as bases de apoio secundárias localizadas também nos municípios do Rio de Janeiro (Brasco Rio) e de Niterói (Brasco Logística Offshore).

Já no caso dos municípios de Vila Velha (ES) e São João da Barra (RJ), considerados na Área de Influência da atividade por sediarem as bases de apoio secundárias (VOL – Vitória *Offshore* Logística S.A. e Porto do Açú, respectivamente), as possíveis interfaces, se houver, se darão em cenários com baixa frequência de viagens mensais (comparativamente ao uso da base de apoio primária), em locais onde as frotas artesanais não atuam de forma expressiva e, em apenas um reduzido trecho da área total de pesca desses municípios. Assim, considera-se que as possíveis interferências das embarcações de apoio sobre a pesca artesanal desses municípios sejam ocasionais e pouco significativas e, por essas razões, estes municípios não foram considerados na delimitação da Área de Influência da atividade, considerando o critério de interferências sobre a pesca, decorrentes do uso da rota de navegação dos barcos de apoio.

A **Figura II.11.8 - 1** e a **Figura II.11.8 - 2**, a seguir, ilustram as áreas de pesca dos municípios de Niterói (RJ) e Rio de Janeiro (RJ) e as áreas a serem utilizadas na operação do empreendimento, permitindo a visualização das possíveis interfaces entre a atividade de perfuração no Bloco C-M-659, com áreas de pesca artesanal desses municípios, tendo como referência os resultados dos monitoramentos realizados no âmbito do PMAP-BS (PETROBRAS, 2017a; 2017b; 2018a; 2018b; 2019a; 2019b; 2020).

Cabe salientar que as figuras a seguir, foram selecionadas dentre todos os períodos monitorados pelo PMAP-BS (de agosto de 2016 a dezembro de 2019), de forma a expor as imagens que pudessem melhor representar o alcance total de atuação das frotas pesqueiras artesanais dos dois municípios da Área de Influência, inseridos pelo critério da pesca, independentemente das frequências de uso dessas áreas.

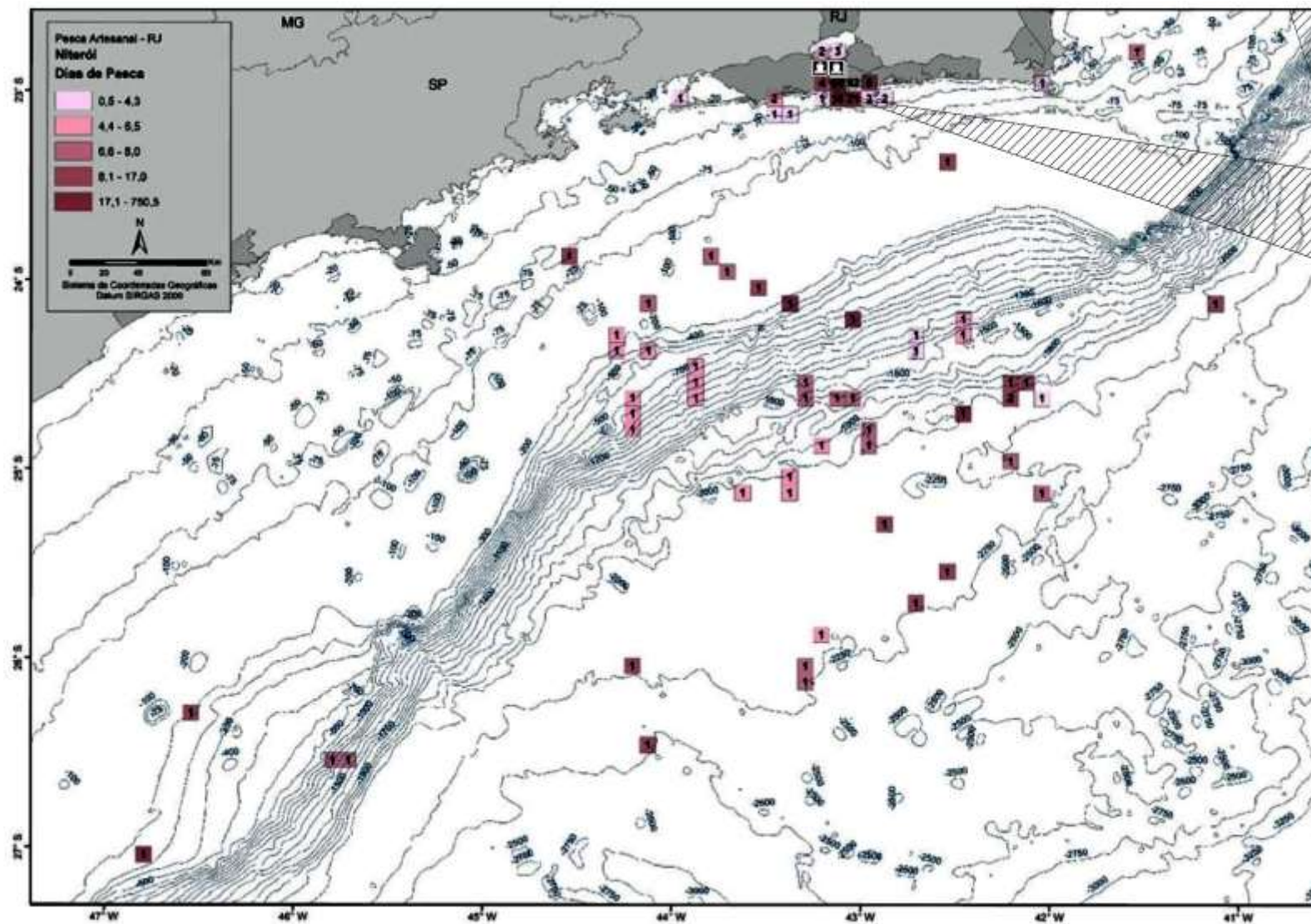


Figura II.11.8 - 1: Mapa da distribuição do esforço pesqueiro em dias de pesca da frota artesanal do município de Niterói, entre julho e dezembro de 2018. Número no interior do bloco estatístico corresponde às Unidades Produtivas registradas em cada bloco. Fonte: Adaptado de PETROBRAS (2019a).

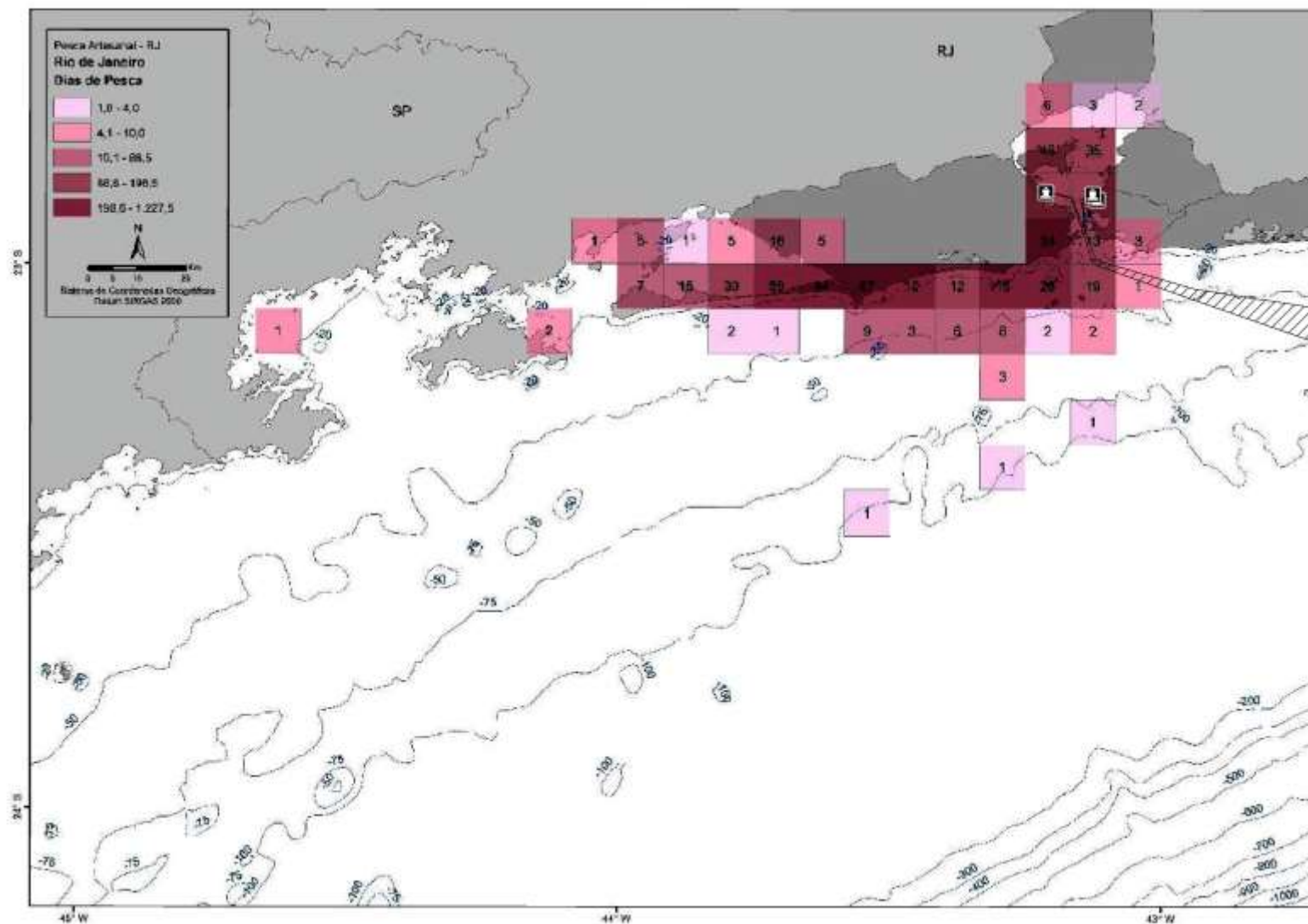


Figura II.11.8 - 2: Mapa da distribuição do esforço pesqueiro em dias de pesca da frota artesanal do município do Rio de Janeiro, entre julho e dezembro de 2017. Número no interior do bloco estatístico corresponde às Unidades Produtivas registradas em cada bloco. Fonte: Adaptado de PETROBRAS (2018a).



Em razão da relevância do uso de redes de deriva nesses locais e da vulnerabilidade destes petrechos de pesca, é esperado que seja maior a probabilidade de incidentes com embarcações pesqueiras artesanais provenientes dos municípios do Rio de Janeiro (RJ) e Niterói (RJ).

No entanto, essas sobreposições poderão ocorrer com uma frequência aproximada de, no máximo, 20 viagens mensais, na mesma rota para a base situada em Niterói (RJ).

Adicionalmente, também conforme apresentado no capítulo *II.8 – Área de Influência da Atividade* deste EAP, considerando-se as áreas de sobreposição entre as atividades, observou-se que as áreas de atuação mais expressiva são utilizadas, especificamente, pelos pescadores artesanais das colônias Z-10 (Ilha do Governador), Z-11 (Ramos) e Z-13 (Posto 6, em Copacabana), no Rio de Janeiro e das colônias Z-07 (localidades de Itaipu e Piratininga) e Z-08 (localidade da Ilha do Caju), em Niterói/RJ (PETROBRAS/CTA, 2019).

Apesar do uso expressivo, deve-se considerar que as áreas de sobreposição entre as atividades, assim como a frequência de viagens mensais das embarcações de apoio na rota para as bases operacionais, serão relativamente pequenas.

Em função de todos os aspectos abordados, entende-se que mesmo em relação aos municípios onde há maior relevância das áreas de sobreposição entre as atividades (Rio de Janeiro e Niterói), a baixa frequência de viagens mensais das embarcações de apoio à perfuração prevista não indica incremento significativo nos efeitos sobre a pesca artesanal desses municípios.

Sendo assim, considerando-se que: *i)* todos os fatores ambientais afetados relacionados à pesca foram identificados e analisados nos capítulos referentes à Área de Estudo, Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais e Área de Influência; e que *ii)* o único impacto operacional da atividade de perfuração no Bloco C-M-659 sobre a pesca artesanal, está relacionado ao risco de colisão de barcos de apoio com petrechos de pesca e embarcações pesqueiras, apenas nas rotas de navegação previstas, o presente estudo não aponta para a necessidade de implementação do PCAP. Isto relaciona-se ao fato de que esse impacto operacional identificado, é mitigável por meio de ações informativas de cunho preventivo ou, indenizatórias, agindo na remediação da ocorrência de acidentes com equipamentos de pesca e na indenização dos pescadores artesanais por equipamentos, materiais ou petrechos de pesca que, porventura, venham a sofrer danos decorrentes da ação das embarcações de apoio. Tais medidas estão previstas e apresentadas no Projeto de Comunicação Social (PCS), item II.11.6 do presente estudo.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PETROBRAS. 2017a. **Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira na Bacia de Santos PMAP-BS. RELATÓRIO TÉCNICO SEMESTRAL** – Agosto a Dezembro de 2016. UNIVALI/FUNDEPAG/INSTITUTO DE PESCA/FIPERJ. Revisão 00, junho de 2017.

PETROBRAS. 2017b. **Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira na Bacia de Santos PMAP-BS. RELATÓRIO TÉCNICO SEMESTRAL** – Janeiro a Junho de 2017. UNIVALI/FUNDEPAG/INSTITUTO DE PESCA/FIPERJ. Revisão 00, dezembro de 2017.

PETROBRAS. 2018a. **Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira na Bacia de Santos PMAP-BS. RELATÓRIO TÉCNICO SEMESTRAL** - Julho a Dezembro de 2017. UNIVALI/FUNDEPAG/INSTITUTO DE PESCA/FIPERJ. Revisão 00, julho de 2018.

PETROBRAS. 2018b. **Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira na Bacia de Santos PMAP-BS. RELATÓRIO TÉCNICO SEMESTRAL** - Janeiro a Junho de 2018. UNIVALI/FUNDEPAG/INSTITUTO DE PESCA/FIPERJ. Revisão 00, dezembro de 2018.

PETROBRAS. 2019a. **Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira na Bacia de Santos PMAP-BS. RELATÓRIO TÉCNICO SEMESTRAL** - Julho a Dezembro de 2018. UNIVALI/FUNDEPAG/INSTITUTO DE PESCA/FIPERJ. Revisão 00, junho de 2019.

PETROBRAS. 2019b. **Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira na Bacia de Santos PMAP-BS. RELATÓRIO TÉCNICO SEMESTRAL** – Janeiro a Junho de 2019. UNIVALI/FUNDEPAG/INSTITUTO DE PESCA/FIPERJ. Revisão 00, dezembro de 2019.

PETROBRAS. 2020. **Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira na Bacia de Santos PMAP-BS. RELATÓRIO TÉCNICO SEMESTRAL** – Julho a Dezembro de 2019. UNIVALI/FUNDEPAG/INSTITUTO DE PESCA/FIPERJ. Revisão 00, maio de 2020.

PETROBRAS/CTA. 2019. **Estudo Ambiental de Sísmica (EAS) para a atividade de Pesquisa Sísmica Marítima Streamer 3D/4D Multiazimute Campos de Albacora, Marlim e Voador, na Bacia de Campos**. Revisão 00, fevereiro de 2019.